

Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em História

Alberto Torres: uma obra, várias leituras

Texto apresentado como requisito de conclusão do Mestrado em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da UFMG.

Silvia Oliveira Campos de Pinho

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Regina Horta Duarte

Belo Horizonte, 2007

Introdução

Alberto Torres: de conselheiro Acácio ao tema de uma geração

Cada indivíduo tem diante dos olhos um horizonte de interesses gerais, distintos de seus próprios interesses, que se estende por todas as classes e todos os grupos sociais; contempla a perspectiva de um interesse futuro, na sorte da prole, ligado à riqueza da terra, e dependente da geração contemporânea. Da soma desses interesses, comuns aos indivíduos da mesma geração, e do sentimento de previdência, em prol das vindouras, resulta a consciência da nacionalidade. A pátria é a alma da nação; o patriotismo, o sentimento afetivo entre os homens de uma geração, e deste para com os do futuro, num povo fixado sobre um território (Alberto Torres, 1982b, p.123).

Nosso trabalho parte de um dado: Alberto Torres (1865-1917), jurista, político e escritor, atuante, conhecido e respeitado em sua época, torna-se, nos anos que se seguiram à sua morte, alvo de um processo de mitificação e veneração entre um grupo de intelectuais, cientistas e políticos. Tal constatação foi colhida de uma série de depoimentos de estudiosos, contemporâneos e discípulos (de vida – poucos – e pós-morte – numerosos). Diversos autores têm chamado atenção para esse fato. Para Marson (1979, p.9), a importância de Alberto Torres na história das ideologias no Brasil pode ser medida “pela ‘escola’ de seus discípulos e recuperadores, principalmente na década de 30, bem como pela situação privilegiada que ocupa na linhagem do chamado pensamento nacionalista, que floresceu nos anos 50”. Torres torna-se paulatinamente “tema de uma geração”, sendo louvado, citado, referenciado e reverenciado por intelectuais e cientistas das mais variadas correntes ideológicas. Surgem assim, vários “Alberto Torres”, dependendo daquele que o cita: há o “ecologista”; o precursor do anti-rascismo; um dos mestres do integralismo; o democrata; o pensador da nação; o gênio incompreendido; o sociólogo; o autoritário; o símbolo da nação. É interessante observar que algumas dessas “leituras” terão longa permanência. Por que isso aconteceu? Essa é a pergunta que rege nossa dissertação, e a qual procuramos responder.

Em nosso trabalho, procuramos mostrar como os escritos do fluminense Alberto Torres foram lidos e relidos, valorizados e apropriados¹ de formas diversas, por diferentes leitores, em diferentes momentos. A escolha se deu justamente por observarmos que a obra desse autor, embora pouco extensa, deu margem às mais diversas leituras ao longo do tempo. Seus escritos – e mesmo seu nome, sua imagem – foram lidos e relidos, valorizados, resignificados e apropriados de formas diversas, em geral bastante positivas, por diferentes leitores, em diferentes momentos, particularmente nas décadas de 1920 e 1930. Tempo de crise (principalmente política) e indefinições, rico em idéias e criações, em debates e enfrentamentos. Anos de grande efervescência, política, intelectual, social e cultural, quando um tema em particular despertava as atenções e as paixões dos intelectuais brasileiros das mais variadas vertentes: é a chamada “questão nacional”. Já desde o século XIX, muitos foram os que se debruçaram sobre o país, procurando entendê-lo, redescobri-lo, modernizá-lo, gerando inúmeros projetos de nação² e representações³ que tiveram longa duração e que

¹ A noção de apropriação, segundo Chartier (1990, p.26), “põe em relevo a pluralidade dos modos de emprego e a diversidade de leituras”, aparecendo como central em uma história cultural que se prende com práticas diferenciadas, com utilizações contrastadas. Para esse autor (ibidem), o conceito de apropriação “tem por objetivo uma história social das interpretações, remetidas para as suas determinações fundamentais (que são sociais, institucionais, culturais) e inscritas nas práticas específicas que as produzem”. Prestar atenção nas condições e processos que determinam as construções de sentido é reconhecer que as inteligências não são “desencarnadas” e que as categorias aparentemente mais invariáveis são construídas nas discontinuidades históricas (ibidem, p.26-27).

² O conceito de nação tem gerado acirrados e polêmicos debates, além das mais diversas interpretações. Em nosso trabalho, adotamos o conceito de Benedict Anderson, para quem a nação, encarada como um fenômeno da modernidade, “é uma comunidade política imaginada – e imaginada como implicitamente limitada e soberana” (Anderson, 1989, p.14). A nação é *imaginada* porque aqueles que a integram, embora se reconheçam como parte de um coletivo, em sua grande maioria não se conhecem, nem nunca se encontrarão. O coletivo existe na mente de cada um. A formação dessas comunidades imaginadas tornou-se possível pela interação entre dois grandes fenômenos: o capitalismo e a tipografia (particularmente o desenvolvimento da imprensa-como-mercadoria). Nas palavras do próprio Anderson (1989, p.52), “o que tornou imagináveis as novas comunidades foi uma interação semi-fortuita, mas explosiva, entre um sistema de produção e de relações produtivas (capitalismo), uma tecnologia de comunicações (a imprensa) e a fatalidade da diversidade lingüística do homem”. Para mais informações sobre os debates em torno do tema da nação, ver os artigos em Balakrishnan (2000).

³ O conceito de representação é utilizado em nosso trabalho no sentido que vem sendo dado a ele na História Cultural, por autores como Roger Chartier. A representação não “corresponde” estritamente ao objeto representado, não o “reflete” (embora remeta e guarde relações de semelhança em relação a ele), mas envolve construção de sentido. Implica, portanto, na ação/intervenção do sujeito que representa, mesmo que involuntariamente. Assim, parte-se do princípio que os indivíduos conferem sentido ao mundo, manifestado por palavras, discursos, práticas, imagens. A História Cultural é, de certo modo, um resgate desses sentidos conferidos ao mundo e si próprio, uma história das representações, que busca “identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma dada realidade social é construída, pensada, dada a ler” (Chartier, 1990, p.16-17). Como sublinhou Pesavento (2003, p.40), a representação envolve processos de percepção,

entrelaçavam elementos diversos, como território, povo, raça, história, ciência, natureza. Entre esses pensadores, certamente está o fluminense Alberto Torres. Porém, nos anos 20 e 30 do século XX, esse movimento assume uma força particular, tornando-se uma urgência, uma tarefa e uma missão da qual a intelectualidade não poderia se furtar. Contribuiu para isso o contexto de crescente decepção e crítica em relação à República liberal instaurada no Brasil, associada à fraudes e vícios, e considerada uma importação inadequada à nossa realidade. A crise do liberalismo no mundo não só reafirmaria essa impressão, como atuaria como catalisador de um crescente nacionalismo. O notadamente nacionalista Alberto Torres havia sido um dos primeiros a expressar essa desilusão e a exigir, de forma enfática, “soluções brasileiras para problemas brasileiros”. Desse modo, nesse período em que intelectuais e cientistas das mais variadas vertentes estão imbuídos da missão de pensar a nação e encontrar soluções nacionais para ela, a obra de Torres se tornará referência fundamental.

Antes disso, quando Torres ainda era vivo, a recepção à suas idéias não foi menor, ao contrário do que algumas fontes dizem. Foi sobretudo *diferente*, alcançando um público diferente, que filtrou outras idéias de seu pensamento, e com objetivos diferentes. Assim como foi distinta a recepção de Torres nas décadas posteriores aos anos de 1920-30. Mas afinal, é possível que uma mesma obra seja lida de formas variadas, mas ao mesmo tempo “legítimas”, “verdadeiras”? Não existiria apenas uma leitura, a “correta”, determinada e explicitada pelo próprio autor? E uma leitura diferenciada do cânone tradicional (a leitura considerada a “correta”) é válida? É legítima? Essas e outras questões, relacionadas à leitura e, mais amplamente, ao livro, têm instigado o pensamento de diferentes estudiosos há muito tempo. Contudo, ensejaram, recentemente, a criação de um campo específico de reflexão, chamado de História do Livro e da Leitura. Por estar diretamente relacionada a nosso trabalho, dando mesmo sustentação à pergunta que o rege – Por que Alberto Torres foi lido de

identificação, reconhecimento, classificação, legitimação e exclusão. E envolve também lutas, estratégias, autoridade, jogos de poder. Para Chartier (1990, p.17), as representações estão “sempre colocadas num campo de concorrências e competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação”.

formas diferentes ao longo do tempo, particularmente nas décadas de 1920 e 1930? –

consideramos importante falar um pouco mais deste novo e desafiante campo do saber.

A História do Livro e da Leitura

Que importa o nome do autor na capa? Vamos nos transportar pela imaginação para daqui a três mil anos. Sabe-se lá quais livros de nossa época terão sobrevivido e quais autores ainda serão lembrados. Haverá livros que continuarão célebres, mas que serão considerados obras anônimas, como é para nós a epopéia de Gilgamesh; haverá autores cujo nome permanecerá célebre, mas dos quais não restará nenhuma obra, como é o caso de Sócrates; ou talvez todos os livros remanescentes sejam então atribuídos a um único e misterioso autor, como Homero.

Se um viajante numa noite de inverno, Italo Calvino (2003, p.105).

O trecho acima foi dito por um tradutor “autor” no livro *Se um viajante numa noite de inverno*, de Italo Calvino. Trata-se de uma indagação bem pós-moderna sobre a questão da autoria e dos livros em geral. O próprio livro de Calvino é uma reflexão pós-moderna sobre essa questão, sendo seus personagens principais um Leitor e uma Leitora dos quais nada sabemos, nem mesmo seus nomes. A trama acompanha as aventuras e desventuras desses dois “leitores” em busca da continuação de um – e depois de vários – romance (s). E junto deles, também iniciamos e interrompemos a leitura desses livros. O livro, publicado em 1979, se insere de modo bastante vanguardista em uma discussão que têm tomado várias áreas da Literatura e das Ciências Humanas nos últimos anos. Trata-se do debate em torno de questões como a fixidez da leitura, a criação, a resignificação e a apropriação que ocorrem na leitura – que deixa de ser vista como uma atividade estritamente individual, pessoal, e passa a ser considerada também como uma prática social, histórica e cultural. Tal perspectiva se constitui em ponto de partida de nossa dissertação. Assim, voltando à nossa epígrafe, o próprio tradutor citado é ao mesmo tempo um “autor”, na medida em que cria, recria, apropria.

As pesquisas relacionadas à chamada História do Livro e da Leitura têm crescido consideravelmente nas últimas décadas, consolidando seu espaço e reconhecimento como

importante campo de estudos. Notadamente multidisciplinar, ela tem recebido contribuições das mais diversas áreas do saber, como Literatura, História, Lingüística, Ciências Sociais, Biblioteconomia e outras. No caso da História, as pesquisas têm surgido sobretudo no quadro da chamada História Cultural, contando com nomes importantes como Roger Chartier e Robert Darton.

Durante um bom tempo, as pesquisas quantitativas sobre o livro, baseadas apenas nos títulos de obras, pressupunham uma relação transparente entre elas e sua recepção (Belo, 2002, p.51). Esse pressuposto foi aos poucos sendo minado pela compreensão de que a leitura é uma prática cultural, plural, dinâmica, criadora de sentido e portadora de uma historicidade – e é desse modo que a entendemos e a procuramos tratar, em nossa dissertação. Essa idéia já havia sido parcialmente desenvolvida no campo da literatura, por estudiosos da chamada Estética da Recepção, da Escola de Constança, como Hans Robert Jauss e Wolfgang Iser, que haviam combatido a idéia da passividade da leitura (o leitor “receptáculo”). O leitor havia sido um ator longamente ignorado, tanto nos estudos literários quanto em outras áreas das ciências humanas (Compagnon, 2003, p.143). Os autores da Escola de Constança desafiaram essa indiferença, tomando o leitor como um objeto prioritário de estudo e entendendo a leitura como um processo dialógico e interativo através do qual “o leitor dá sentido à sua experiência do texto” (ibidem, p.148-149). Para Iser (ibidem), o sentido é “um efeito experimentado pelo leitor e não um objeto definido, preexistente à leitura”⁴.

Essas reflexões também aconteceram no campo da História, surgindo a História da Leitura, junto à História do Livro, que ganhou ainda outros objetos, incluindo a história da edição e o estudo de periódicos. Assim, as primeiras pesquisas sobre a recepção de um texto, sobre a leitura e o leitor, partiram da área literária (a Estética da Recepção) e tinham como

⁴ Atualmente, a Estética de Recepção é considerada superada por muitos historiadores da leitura, devido principalmente à sua indiferença em relação ao suporte material e ao fato de seu leitor ser a-histórico. Apesar destas importantes restrições, consideramos que deveríamos fazer referência a ela. Afinal, foi a primeira vez que o outro pólo (o leitor) foi levado em consideração, passando a dividir a cena com o pólo do autor/produção. Além disso, alguns de seus conceitos, como o de horizonte de expectativa, continuam a ser fundamentais.

objeto o texto literário. Contudo, a história da leitura tem alongado em muito os limites dessas reflexões, incluindo aí todo tipo de texto, literário ou não, e indo mesmo além dos textos escritos, chegando às imagens de um modo geral⁵. De nossa parte, acreditamos que tanto as reflexões conduzidas pelos historiadores do livro e da leitura como as levadas adiante pelos teóricos da literatura podem ser trazidas para a história das idéias, para a análise de textos não ficcionais – como é o nosso caso; desde, é claro, que haja rigor e respeito às especificidades de cada objeto em questão. Os resultados dessa troca disciplinar podem ser – como o são de modo em geral – bastante enriquecedores.

Dessa forma, a leitura – e os objetos e práticas à ela relacionados – tornaram-se o objeto central de investigações novas, que têm se detido sobre as múltiplas utilizações, manejos e formas de apropriação das obras (Abreu, 2003, p.8). Diversas pesquisas têm demonstrado o quanto uma obra é “aberta”, já que “seja popular ou erudita, ou letrada, a leitura é sempre produção de sentido” (Goulemot, 1996, p.107). Foi-se o tempo em que se acreditava que existia apenas um sentido possível, “correto”, aquele desejado pelo autor e traduzido para os “leigos” pelo crítico, pelo professor ou mesmo pelo padre/pastor. Percebeu-se, ao contrário, que “ler é dar um sentido de conjunto (...). Não é encontrar o sentido desejado pelo autor” (Goulemot, 1996, p.108). Assim, para Certeau (1994, p.266), “o texto só tem sentido graças a seus leitores”, se torna texto “somente na relação à exterioridade do leitor, por um jogo de implicações”. Esse mesmo autor (ibidem, p.269), em passagem bastante citada, mas que vale sempre a pena reler, afirma que “os leitores são viajantes; circulam nas terras alheias, nômades caçando por conta própria através dos campos que não escreveram,

⁵A maior demonstração disso é aquele que pode ser considerado o trabalho inaugural (ou pelo menos seminal) da História da Leitura: *O queijo e os vermes*, do historiador Carlos Ginsburg, publicado em 1976 e produzido nos marcos da micro-história italiana. Nessa obra, Ginsburg estuda os processos inquisitoriais que envolveram um humilde aldeão, o moleiro Menocchio, no nordeste da Itália no final do século XVI. Neles, Menocchio relata suas leituras absolutamente originais, heterodoxas e heréticas de variados textos, políticos, religiosos, poéticos – gêneros que, na sua leitura, ganharam outro sentido, outra classificação. Textos a que, a princípio, ele não teria acesso, já que foram durante muito tempo classificados pelos historiadores como pertencendo à “alta cultura”. Desse modo, o *O queijo e os vermes* mostrou aos historiadores a variabilidade, histórica e social, da figura do leitor (Belo, 2002, p.51). Mostrou também a riqueza do estudo das práticas de leitura e levou a uma revisão nas análises das relações entre alta e baixa cultura e entre cultura escrita e cultura oral.

arrebatando os bens do Egito para usufruí-los”. Por isso, a tarefa do historiador, segundo Chartier, (1999, p.12) é reconstruir as variações que diferenciam os “espaços legíveis” (o texto, em suas formas discursivas e materiais) e as que governam as circunstâncias de sua efetivação (as leituras, compreendidas como práticas concretas e como procedimentos de interpretação”). Para Chartier, “a leitura é, por definição, rebelde e vadia” (ibidem, p.7).

Contudo, a leitura não é inteiramente livre, solta. Ela sofre imposições, controles, colocados por todo um conjunto de regras e constrangimentos – dados pelo autor, o livreiro-editor, o comentador, o censor e pelas próprias práticas de leitura de um dado grupo social – que procuram controlar a produção do sentido (Chartier, 1999, p.7). Para Goulemot (1996, p.103), é “raro que leiamos o desconhecido”, e nossa leitura é previamente influenciada pelo gênero do livro, o lugar de edição, as críticas, o saber erudito. Na visão desse autor (Goulemot, 1996, p.108-109), os fatores que condicionam a relação do leitor com o texto são dados principalmente por aquilo que ele chama de “fora-do-texto”, a saber: uma fisiologia, uma história e uma biblioteca. A fisiologia diz respeito à posição (atitude) do corpo durante a leitura: sentado, alongado, deitado, em público, sozinho, de pé (ibidem). Atitudes que não são apenas livre escolha, como também imperceptíveis (ou não) imposições: há toda uma tipologia dos atos de leitura. A época, o lugar, o clima, as condições econômicas e mesmo o gênero do texto influem na postura do corpo do leitor e esta, por sua vez, influi no sentido atribuído ao texto⁶. O segundo elemento fora-do-texto a intervir na leitura é, segundo Goulemot (1996, p.110-112), a história, tanto pessoal quanto coletiva. Quanto à história coletiva, Goulemot lembra como é espantoso perceber como um público se reconhece e se pensa através dos modelos narrativos. Isso acontece porque “é o cultural que ordena o que

⁶ É bastante conhecida a revolução que a passagem do rolo ao codex imprimiu nos atos de leitura, que ganharam então muito mais liberdade (a leitura do rolo utilizava as duas mãos, não possibilitando anotações ou sublinhados, e permitia a visão de apenas uma pequena parte do texto, dificultando o ato de ir e vir na leitura, de comparar partes do texto). A passagem da leitura coletiva e oralizada para a leitura silenciosa e individualizada foi outra grande transformação na prática da leitura, aumentando também a liberdade do leitor – para muitos autores, essas e outras grandes transformações foram tão importantes quanto a famosa revolução provocada pela invenção de Guttenberg, a invenção da imprensa.

acreditamos pertencer a uma singularidade extrema” (ibidem). Portanto, mais do que um ato solitário, é preciso ter em mente que a leitura é uma prática cultural, coletiva. Cada coletividade nacional possui uma memória coletiva e institucional que participa de nossos atos de ler. Uma memória que “está presente tanto na leitura como na escrita, uma vez que, além de opções, constitui um tecido, um discurso comum” (ibidem).

O terceiro elemento fora-do-texto a influir na leitura é a *biblioteca* que cada geração, cada leitor carrega consigo, e que emerge durante o ato da leitura: a memória de leituras anteriores e de dados culturais (Goulemot, 1996, p.113). O livro lido ganha seu sentido daquilo que foi lido antes dele, de modo que

O sentido nasce, em grande parte, tanto desse exterior cultural quanto do próprio texto e é bastante certo que seja de sentidos já adquiridos que nasça o sentido a ser adquirido. De fato, a leitura é jogo de espelhos, avanço especular. Reencontramos ao ler. Todo saber anterior – saber fixado, institucionalizado, saber móvel, vestígios e migalhas – trabalha o texto oferecido ao deciframento. (...) A biblioteca cultural serve tanto para escrever quanto para ler. Chega mesmo a ser (...) a condição de possibilidade da constituição do sentido (Goulemot, 1996, p.115).

São textos, mas também “todo um sistema de valores que estão em obra neles (ibidem, p.114). É aquilo que Iser chama de repertório, ou seja, “o conjunto de normas sociais, históricas, culturais, trazidas pelo leitor como bagagem necessária à sua leitura” (Compagnon, 2003, p.152). Esse conceito de biblioteca/repertório é fundamental na história da leitura e realça o dialoguismo e a intertextualidade presentes na prática da leitura, de modo que “qualquer leitura é uma leitura comparativa, contato do livro com outros livros” (Goulemot, 1996, p.113). Portanto, para Goulemot (1996, p.115), “não existe compreensão autônoma do que é dado a ler ou a entender, mas a articulação em torno de uma *biblioteca* do texto lido”. E, ao mesmo tempo que a biblioteca do leitor emerge durante a leitura de um texto, esse texto passa a fazer parte e até mesmo reorganiza e altera essa biblioteca, de modo que “o que já foi lido muda de sentido, torna-se outro” (ibidem, p.116).

Esse conceito está relacionado a outro também fundamental na História do Livro, surgido nos estudos da Estética da Recepção: trata-se do **horizonte de expectativa**. Como

nota Goulemot (1996, p.113), cada época constitui seus modelos e códigos narrativos e, em cada momento, existem códigos diversos, segundo os grupos culturais. Esses códigos predisõem a recepção dos textos, ou seja, configuram horizontes de expectativas diversos. E da mesma forma que a experiência da leitura faz emergir, acrescenta e até mesmo altera a biblioteca de cada leitor, o mesmo acontece com o horizonte de expectativa. As “normas e os valores do leitor são modificados pela experiência da leitura” (Compagnon, 2003, p.148-149).

Assim, como relata esse autor (ibidem),

Quando lemos, nossa expectativa é função do que nós já lemos – não somente no texto que lemos, mas em outros textos –, e os acontecimentos imprevistos que encontramos no decorrer de nossa leitura obrigam-nos a reformular nossas expectativas e a reinterpretar o que já lemos até aqui neste texto e em outros. A leitura procede, pois, em duas direções ao mesmo tempo, para frente e para trás, sendo que um critério de coerência existe no princípio da pesquisa do sentido e das revisões contínuas pelas quais a leitura garante uma significação totalizante à nossa experiência (Compagnon, 2003, p.148-149).

Esses conceitos são particularmente importantes em nosso trabalho. Afinal, pode-se pensar, em nosso caso, na formação de um eixo semântico discursivo, de uma *biblioteca* composta por textos que se pretendem ser “retratos do Brasil”. Nesse eixo semântico discursivo, o livro *Os Sertões* (1902) ocupa um papel fundamental. Como veremos no capítulo 2, ele inaugurou uma nova matriz interpretativa, que incluía a compreensão do atraso como parte de uma ambigüidade constitutiva do Brasil, que não poderia ser simplesmente apagada, tendo que ser trabalhada, recolocada. *Os Sertões* fazem parte da *biblioteca* de todos os intelectuais e políticos que, nas primeiras décadas do século XX (e mesmo muito tempo depois), estão *pensando o Brasil*. Incluindo-se aí, portanto, Alberto Torres. E os livros de Alberto Torres também terão forte impacto, passando a constituir item importante da *biblioteca* de todos aqueles que, nas décadas de 20 e 30, queriam se dedicar à tarefa de pensar a nação. Portanto, cada um desses textos, desses retratos do Brasil, faz, explícita ou implicitamente referência a vários outros. Além disso, passam a fazer parte desse universo

discursivo, somam-se (ou mesmo *alteram*) ao *horizonte de expectativa*, ao repertório de possibilidades argumentativas⁷.

Ao mesmo tempo, é preciso destacar que este universo semântico discursivo articula-se, dinamicamente e dialogicamente, ao imaginário político e social de uma determinada sociedade, rico em mitos, símbolos e idéias. E, portanto, dialoga, influi, age, de forma maior ou menor, sobre esse imaginário. Assim, Gomes (1998, p.498), por exemplo, compreende o trabalho desses intelectuais que “pensaram o Brasil”, como um esforço para tornar inteligíveis as características da realidade brasileira, com a intenção de dar subsídios às políticas modernizadoras. E na visão dessa autora (*ibidem*), a eficácia de tal esforço, que envolve a permanente construção simbólica da identidade nacional, depende da plausibilidade das interpretações formuladas, de sua congruência com a realidade social e com os paradigmas políticos e intelectuais vigentes. Além disso, no caso das interpretações da realidade social, “o que ocorre é que seus resultados são sempre ‘apropriados’ de maneiras diversas por diferentes grupos sociais, o que os torna uma dimensão integrante e influente da própria realidade” (*ibidem*, p.498-499). Daí os vínculos, nada diretos ou mecânicos, entre o pensamento social e o imaginário político (*ibidem*).

Retornando à História da Leitura, muitas perguntas têm sido feitas nessa área, relacionadas principalmente ao grau de liberdade e autonomia do leitor – e/ou do autor. Trata-se de um ponto central e que tem abrigado as mais variadas posições. Como e até que ponto a leitura é condicionada por fatores como época, contexto, grau de instrução, forma de leitura? Em que medida ela está “presa” ao conteúdo do texto, às indicações do autor? Qual é o poder do autor? Livros podem fazer revoluções? Ou, por outro lado, qual é o potencial criador e

⁷ Podemos trazer aqui também o conceito de intertextualidade de Dominick LaCapra (1983, p.113-117). Segundo esse autor, a relação texto/contexto não se baseia em uma mera perspectiva reflexiva, na medida em que o contexto é enformado dialogicamente pelo conjunto de textos que constituem o universo de possibilidades argumentativas de um dado período histórico. Que constituem, como já mostramos, o repertório, a biblioteca de um certo grupo, em um dado momento. Eles enformam o horizonte de expectativa com os quais operam os outros autores. Isso é particularmente importante em nosso caso, na medida em que trabalhamos com o universo intelectual; os textos e a realidade que eles referenciam, sobre o qual agem e (re) criam são o objeto prioritário de nosso trabalho.

criativo do leitor? Quais são os limites desse potencial criativo? Alguns chegariam mesmo a questionar: existem limites para esse potencial criador? A atividade criadora do leitor, “relendo” e resignificando textos é involuntária, ou pode ser intencional? E se intencional, a que finalidades ela pode servir? Todas essas e muitas outras perguntas mostram o quão rico e promissor é esse campo, e quão intrigantes podem ser as pesquisas nessa área.

Alguns autores, como Robert Darton, embora reconhecendo a autonomia e criatividade do leitor, colocam mais ênfase no papel do texto – capaz, por si só, de provocar revoluções. Para ele (1990a, p.128), são os textos que moldam a recepção dos leitores, por mais ativos que estes possam ser. Por textos, esse autor quer dizer não só o conteúdo, mas também “a tipografia, o estilo e a sintaxe”. Com efeito, inúmeras pesquisas têm demonstrado a importância do suporte material na construção do sentido. Para Chartier (1999, p.8), “os livros são objetos cujas formas comandam, se não a imposição de um sentido ao texto que carregam, ao menos os usos de que podem ser investidos e as apropriações às quais são suscetíveis”. Em consequência, os historiadores têm revelado também a importância do trabalho dos editores, tipógrafos, revisores, livreiros e outros profissionais envolvidos com o circuito do livro, da produção à recepção.

Portanto, a leitura é uma prática cultural, plural, dinâmica, criadora de sentido e portadora de uma historicidade – e é desse modo que a entendemos e a procuramos tratar, em nosso trabalho. E essa atividade criadora, seja involuntária ou não, é influenciada pela história, pelas condições sociais e econômicas, pelos códigos narrativos, pelas competências e protocolos de leitura, pelas bibliotecas e horizontes de expectativa de cada época, de cada grupo, de cada geração, de cada leitor. Como vimos, a leitura é ainda um jogo constante, uma tensão entre imposição e apropriação, entre limites transgredidos e liberdades refreadas (Chartier, 1999, p.8). E ela é influenciada também pela memória coletiva, pelas instituições, pelas práticas culturais, pelas redes de interesses e pelas relações de poder em uma dada

sociedade, num dado tempo. Vários autores chamam atenção para os jogos de interesses e poder que envolvem a leitura, a definição do sentido de determinados textos e termos, sua apropriação por diferentes grupos de leitores. Como notou Bourdieu (1990, p.138), o controle da linguagem, dos sentidos das palavras e dos textos estão em jogo nas lutas políticas ou religiosas⁸. Segundo Certeau (1994), a leitura faz parte das lutas de poder de uma sociedade, servindo tanto para controlar, dominar, como para resistir, para transgredir⁹. Afinal, por trás da aparência de passividade, se esconde “a atividade silenciosa, transgressora, irônica ou poética, de leitores” (ibidem, p.268). As operações de leitura trapaceiam, “insinuando sua inventividade nas brechas de uma ortodoxia cultural”. E finalmente, como afirmou esse mesmo autor (ibidem, p.265) “a história das andanças do homem através de seus próprios textos está ainda em boa parte por descobrir”.

Estrutura do trabalho

Mas afinal, quem era Alberto Torres? O que pensava, o que defendia, o que escreveu? Qual a sua concepção política, qual o seu projeto de nação? Responder a essas perguntas é essencial para que possamos compreender porque esse autor se tornará “mestre de uma geração” nos anos 1920-30. Desse modo, em nosso capítulo inicial, apresentamos o autor e

⁸Bourdieu (1990, p.137-138) lembra que o uso político das palavras joga sabiamente com sua polissemia, de modo que “elas têm como verdade o fato de terem diversas verdades”. Por isso, “com freqüência, grupos diferentes podem vincular seus interesses a este ou aquele sentido possível das palavras”. E as lutas a propósito das palavras vão consistir na tentativa de “alterar a hierarquia comum dos sentidos para constituir como sentido fundamental (...) um sentido até então secundário, ou melhor, subentendido, operando assim uma revolução simbólica que pode estar na origem de revoluções políticas” (ibidem).

⁹ Certeau (1994, p.260-262) também chama atenção para as lutas políticas que estão por trás do controle do sentido das palavras, dos textos, das imagens. O autor lembra que desde a ideologia das Luzes até a indústria cultural dos dias atuais, sempre tomou-se como certa a idéia de que é o escritor/produtor que dá as regras, que define o sentido, sendo o leitor/telespectador dotado de uma passividade acrítica, sendo “informado” por aquilo que lhe oferecem. Tornou-se freqüente a convicção de que o público é moldado pelo escrito (verbal ou icônico), torna-se semelhante ao que recebe. E às massas, “só restaria a liberdade de pastar a ração de simulacros que o sistema distribui a cada um/a”. Todavia, essa noção não capta devidamente o ato de consumir, já que supõe que assimilar significa se tornar semelhante aquilo que se absorve, “e não ‘torná-lo semelhante’ ao que se é, fazê-lo próprio, apropriar-se ou reapropriar-se dele”. Ela é, no fundo, efeito de “uma ideologia de classe e de uma cegueira técnica”, necessária ao sistema que privilegia os “produtores” em face daqueles que não o são. Por isso, recusando-se essa idéia “tem-se a chance de descobrir uma atividade criadora ali onde foi negada”. Para Certeau (1994, p.264), o leitor não toma o lugar do autor e nem um lugar de autor; ele “inventa nos textos outra coisa que não era aquilo que era a ‘intenção’ deles”.

sua obra. Para tanto, procuramos também fazer um diálogo com o livro de Adalberto Marson, *A ideologia nacionalista em Alberto Torres*, principal estudo do pensamento torreano. Sobressaí então, principalmente, a concepção orgânica de Torres da realidade social. Concepção que marca toda sua obra, e que é traço fundamental de seu projeto de nação. E que explica, em grande parte, o porquê da valorização de sua obra nos anos 20 e 30.

Também trabalhamos uma de nossas hipóteses principais. Trata-se do fato de que Torres, na nossa opinião, procurou se definir muito mais como um intelectual – ligado ao mundo da ciência (igualado à verdade, pureza, razão) – e não como um político (ligado ao mundo da fantasia, dos particularismo, fraudes e vícios). Além disso, o autor abre espaço, em seus escritos, para que o intelectual se candidate à elite dirigente. Essas perspectivas foram largamente compartilhadas no Brasil daquelas primeiras décadas do século XX, o que também ajuda a entender a enfática acolhida da obra de Torres nos anos 20 e 30. Abordamos ainda o conceito de intelectual moderno, mostrando como esse se define exatamente por seu engajamento político (geralmente não formal, já que uma de suas propaladas características é a autonomia) e seu posicionamento crítico frente às questões centrais para a nação.

No segundo capítulo, examinamos algumas famosas gerações intelectuais no Brasil: a geração de 1870; os anatolianos ou intelectuais da Belle Époque; e a geração dos anos 1920-30, crítica do modelo constitucional de 1891, fortemente nacionalista, e que elegeu Alberto Torres como “mestre”. Faz-se necessário, desse modo, falar um pouco do conceito de geração. Acreditamos que um panorama dessas três gerações nos permite uma melhor compreensão da geração republicana de 1922, e do porquê dela ter eleito Alberto Torres seu guia intelectual. Além disso, acreditamos que as idéias de Torres foram, de certo modo, influenciadas pelas idéias da geração de 1870, de modo que o autor constitui-se em figura de ligação entre esta e a geração dos anos 20/30. Essa última geração é particularmente examinada por nós, já que constitui o grande foco de nosso trabalho. Para compreendê-la,

discorreremos sobre a crise do liberalismo, no mundo e no Brasil, e seu efeito sobre nossos intelectuais. Buscamos então caracterizar essa geração nacionalista, e falamos sobre como ela reverenciou a obra e a figura de Alberto Torres.

No terceiro capítulo, começamos questionando a imagem de que Torres foi pouco lido e valorizado quando era vivo. Acreditamos que foi construído em torno de Alberto Torres uma imagem de “gênio” injustiçado, que se sacrificou por seu país mas foi incompreendido em seu tempo. Imagem esta cuja construção se iniciou com o próprio Torres, sendo encampada e alimentada por seus “discípulos” das décadas posteriores. Porém, não acreditamos que Alberto Torres foi um “pária”, ignorado e pouco valorizado em seu tempo. A recepção à suas idéias então não é propriamente menor, mas diferente. Em vida, a recepção ao pensamento de Torres centrou-se nos políticos, e focalizou suas idéias ruralistas. Nas décadas de 20 e 30, Torres sofreu um processo de mitificação entre a intelectualidade, que valorizou então sobretudo suas idéias nacionalistas, e sua defesa de uma nação orgânica e harmônica, com um governo técnico e forte.

Dessa forma, a diferença entre esses dois momentos é marcante principalmente dentro da intelectualidade. Para mostrar isso, relatamos o episódio do “Conselheiro Acácio” modo nada elogioso como Torres fora apelidado por alguns intelectuais, no início do século. Em seguida, abordamos mais detidamente algumas leituras que foram feitas da obra de Alberto Torres durante as décadas de 1920 e 1930. Para tanto, selecionamos alguns autores, através de alguns textos: Oliveira Vianna, Plínio Salgado, Cândido Motta Filho e Alceu Amoroso Lima (Tristão de Athaíde). Procuramos mostrar como esses autores fizeram suas próprias leituras de Alberto Torres, convergentes com as suas orientações ideológicas e políticas, com seus projetos para a nação. E, respeitadas as diferenças individuais, valorizaram em Torres principalmente sua defesa de uma nação orgânica, harmoniosa, integrada, funcional, sem espaço para lutas e conflitos, dirigida por um governo forte e centralizado, além de possuidor

de técnicos preparados, detentores de um saber racional, neutro e científico. Além disso, apresentamos uma das hipóteses de nosso trabalho: a de que essa geração realizou um trabalho de construção de memória em torno de Alberto Torres. Essa memória atuava, entre outros, como elemento de ligação e de legitimação daquela intelectualidade. Além disso, ela contou com elementos que foram elaborados pelo próprio Alberto Torres.

No capítulo 4, apresentamos a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, uma organização ativa e relativamente poderosa, fundada no Rio de Janeiro em 1932. A SAAT teve em seus quadros intelectuais, cientistas, diplomatas e políticos diversos, desenvolvendo uma relação bastante próxima com diversos órgãos do governo. Sua tônica principal foi a *ação*, empreendendo iniciativas diversas, e uma *ação ruralista*, sendo essa sua principal diretriz. Como buscamos mostrar, trata-se de uma *terceira* forma de recepção a Torres, nas primeiras décadas do século XX, e que mescla elementos das duas outras. É tanto ruralista e voltada para o meio político – como a primeira –, como também implicou intelectuais (sobretudo cientistas), e envolveu a defesa de uma nação orgânica e harmônica – como a segunda. Isso, é claro, além das suas próprias especificidades, que fizeram sua recepção singular.

Em seguida, comentamos Torres foi valorizado por Edgar Roquette-Pinto sobretudo como um pensador anti-racista, leitura essa que teve continuidades várias durante o século XX. Apresentamos então as idéias sobre a proteção à natureza de Alberto Torres, procurando mostrar como essas estavam intimamente ligadas às suas concepções sobre o mundo social e a seu projeto para a nação. Também falamos sobre como essa abordagem da natureza por Torres fez desse autor referência comum para os cientistas que se envolveram com as atividades relacionadas à proteção da natureza no Brasil, principalmente nos anos 1930 e 1940, quando são institucionalizadas as primeiras grandes iniciativas nesse sentido. Fazemos então uma reflexão sobre a inclusão ou não de Alberto Torres na história do pensamento

ambiental brasileiro, alertando para o tratamento que se tem dado a Torres como um autor precocemente “ecológico” – o que consideramos anacronismo. Também procuramos mostrar como a visão de Alberto Torres do mundo natural se relacionava estreitamente com sua visão do mundo social (ambos harmônicos e sem espaço para conflitos). Essa visão refletia a influência de Haeckel em sua obra. Abordamos então a rejeição ao darwinismo no Brasil naquele período e sua relação com o anti-liberalismo em voga naquele momento. Pretendemos mostrar como esse anti-darwinismo (e anti-liberalismo) nos auxiliam a entender a acolhida da obra de Torres por cientistas brasileiros daquela época. Finalmente, apresentaremos também algumas leituras de Torres feitas pelo ISEB (anos 50), Barbosa Lima Sobrinho (anos 60) e José Nilo Tavares (anos 70).

Capítulo 1: Alberto Torres: Político, Pensador e Reformador da Nação

1.1 Alberto Torres: uma breve biografia¹⁰

O jurista, político, jornalista e escritor Alberto Seixas Martins Torres nasceu em 26 de novembro de 1865, em Porto de Caixas, município de São João de Itaboraí, Rio de Janeiro, área de cafeicultura decadente. Vindo de uma família da burguesia agrária, seu pai, Manuel Martins Torres, era influente magistrado e juiz de direito, tendo militado na política fluminense. Alberto Torres estudou em colégios cariocas e ingressou com menos de 15 anos na Faculdade de Medicina (a precocidade seria uma característica constante em sua vida), tendo que obter para tanto licença especial do Imperador. Logo abandonou a escola, matriculando-se em 1882 na Faculdade de Direito de São Paulo, onde encontrou agitado ambiente abolicionista e republicano, que rapidamente o contagiou. Em 1885, após problemas com o professor de Direito Criminal, transfere-se para a Faculdade de Direito do Recife, juntamente com outros estudantes (Lima Sobrinho, 1968).

Concluído o curso, Alberto Torres retorna ao Rio de Janeiro, exercendo sua profissão apenas episodicamente (embora tenha chegado a filiar-se a um escritório famoso na Corte), dedicando-se principalmente ao jornalismo e à política. Cada vez mais envolvido com a propaganda republicana e abolicionista, vincula-se, em 1888, ao grupo de Silva Jardim, auxiliando na organização do Partido Republicano Fluminense (Marson, 1979). Após a mudança no regime, Alberto Torres inicia sua carreira política, exercendo os cargos de constituinte e deputado estadual no Rio de Janeiro (1892-1893) e em seguida deputado federal (1894-1896), posto a qual renuncia após sua nomeação como Ministro da Justiça e Negócios Interiores, pelo presidente Prudente de Moraes. Porém, com o afastamento deste por motivos de doença e sua substituição pelo vice-presidente Manuel Vitorino, Torres acaba renunciando

¹⁰ Os dados biográficos de Alberto Torres podem ser consultados em diversos textos, como Iglésias (1982), Marson (1979) e Lima (1935). O mais completo é a extensa e detalhada biografia de Lima Sobrinho (1968).

à pasta, após a intervenção do novo governante em questões eleitorais de Campos, nas quais atropela as funções políticas do então Ministro da Justiça (Iglésias, 1982). É eleito então Presidente do Estado do Rio de Janeiro (1897-1900), numa administração cheia de dificuldades – sobretudo políticas, relacionadas às composições dos grupos de apoio – mas ao mesmo tempo “lúcida e operosa”, segundo Iglésias (1982). Nesse período, enfrentou os muitos problemas que afetavam então, particularmente naquele Estado, a grande lavoura de exportação. Entre estes, a desarticulação do trabalho escravo, o esgotamento do solo, o crescente endividamento e falência dos fazendeiros, a crise de superprodução de café e a falta de capitais (Marson, 1979, p.154). Torres “debateu-se junto ao Governo Federal para conseguir empréstimos, abrandamento de impostos sobre a exportação e medidas de proteção direta aos ‘bons produtores’”, como transportes, propaganda do café no exterior e moratórias (ibidem). Também se opôs ao protecionismo industrial, ao favorecimento do comércio e das atividades de crédito, e à imigração de assalariados estrangeiros (ibidem, p.154-155). Assim, procurou resolver o problema da mão-de-obra na agricultura fluminense com medidas opostas à política imigratória oficial, que ao seu ver prejudicava os trabalhadores nacionais, não representavam benefício durável aos proprietários, onerava as despesas públicas e criava um operariado boêmio, flutuante, “que produz sem fixar-se e sem consumir” (Marson, 1979, p.155-159). Para tanto, se envolveu com questões ligadas ao ensino e colonização. Também promoveu o saneamento da Baixada Fluminense, tentou regular a comercialização do café e estimulou a diversificação das lavouras. Teve ainda que enfrentar as práticas imprevidentes dos fazendeiros, depredando solos e outros recursos naturais. Todas essas dificuldades o convenceram da forte decadência que atingia a agricultura brasileira, não apenas no Rio de Janeiro, mas em todo o Brasil, prevendo que atingiria também, inevitavelmente, as férteis terras paulistas (Marson, 1979, p.155). Para Torres, tratava-se sempre de um “ciclo de prosperidade fictícia seguido de decadência, exaustão e formação de proprietários arruinados,

culturas decadentes e populações ociosas” (ibidem). Impressão esta que teve forte impacto em seu pensamento político (sobretudo em suas idéias ruralistas) e em seu projeto de reforma e organização da nação. Aliás, parece ter sido esta experiência direta a grande base de seu ruralismo, ponto fundamental de seu pensamento. Nesse sentido, é importante destacar também que todas essas medidas propostas ou postas em prática por Torres são absolutamente condizentes com as idéias do escritor, detalhadas mais à frente. Trata-se, sem dúvida, de um dos casos – geralmente raros – de uma prática bastante coerente ao discurso.

De modo geral, o contato direto com a administração republicana, obtido durante o exercício de seus diversos cargos e funções públicas, foi fundamental na evolução e consolidação do pensamento político de Alberto Torres. Como notou Marson (1979, p.53), seu entusiasmo e plena identificação legalista, expressos nos anos de consolidação do regime, foram aos poucos “cedendo lugar a uma discreta decepção quanto às virtudes da República, outras vezes suscitando críticas aos costumes políticos, sem que isso significasse abandono dos compromissos formais de sustentar a todo custo e necessariamente a sobrevivência do regime, com apoio irrestrito às autoridades constituídas”. Essa desilusão com o funcionamento das instituições republicanas, especialmente com as atitudes dos grupos dirigentes, torna-se cada vez mais patente e, já em 1895 “o então deputado federal extravasava sua crítica aos costumes políticos e aos métodos broncos, violentos e atrasados dos dirigentes republicanos, através de uma série de crônicas diárias no jornal *A Notícia*” (Marson, 1979, p.57).

Com o tempo, desiludiu-se também com a própria Constituição de 1891, considerada por ele impraticável, na medida em que fora fruto de cópia de modelos estrangeiros e não da observação da realidade nacional. Essa constatação o levaria a redigir um extenso e detalhado projeto de revisão constitucional, defendido e integralmente publicado em seu livro *A Organização Nacional*. No prefácio desta obra, Alberto Torres relata essa decepção. Afirma

que em 15 de setembro de 1899, quando dirigiu à Assembléia Legislativa sua primeira mensagem como presidente do Estado do Rio de Janeiro, “Minha confiança na Constituição de 24 de fevereiro era, então completa”. Mas, ao passar o governo para seu sucessor, em 31 de dezembro de 1900,

já não podia ser tão firme – desiluda, como fora, pelos fatos – a minha confiança no regime político que havíamos adotado; e quando no decurso de alguns anos de magistratura vim a fazer trato mais íntimo com a Constituição da República, fixou-se em meu espírito a convicção da sua absoluta impraticabilidade. (...) a lei máxima não é senão uma roupagem de empréstimo, vestindo instituições prematuras (Torres, 1982b, p. 34-35).

Contudo, é bom lembrar que essa decepção com a República brasileira não foi exclusividade de Torres, sendo extensamente compartilhada por diversos setores e manifestada de forma crescente e mesmo pungente, sobretudo por políticos e intelectuais. Ela começa já no final do século de XIX, tornando-se mais forte nas décadas de 1910, 1920 e 1930, quando ganha como fator adicional a própria crise do liberalismo no mundo. Como veremos mais para frente, será justamente a crise da República liberal no Brasil que permitirá a retomada e a revalorização da obra de Torres, por pensadores os mais diversos.

Em 1901, Torres foi nomeado pelo presidente Campos Salles ministro do Supremo Tribunal Federal, assumindo o cargo com a idade mínima exigida, 35 anos. Dedicou-se bastante à função, na qual permaneceu até 1909, quando, estafado e doente, aposentou-se. A partir daí, com a saúde já bastante frágil, passou a dedicar-se exclusivamente a seus escritos, sobretudo na imprensa, atividade que já havia retomado em 1907. Em 1909, reuniu material escrito para a imprensa – prática que se repetiria em todos os seus livros – para a publicação de seu primeiro livro, *Vers la paix*, sobre política e direito internacional. Essa temática foi retomada em 1913, com *Le problème mondial*, escrito a partir de artigos publicados em jornais e de seu discurso de posse no IHGB, em 1911.

Em 1914 publica seus dois livros principais: *O problema nacional brasileiro*, que tem o subtítulo de “Introdução a um problema de organização nacional”, e *A organização nacional*, ambos novamente pela Imprensa Nacional. Os dois livros, também parcialmente

compostos de artigos divulgados em jornais, reúnem as principais idéias do autor – dedicadas, dessa vez, a pensar o Brasil. No ano seguinte publicará ainda, pelas Oficinas da Papelaria Brasil, *As fontes da vida no Brasil*, um opúsculo de 48 páginas nas quais dedica-se a uma temática já abordada em outros trabalhos: o caráter predatório de nossas atividades, depredando os solos, esgotando as fontes de água, comprometendo a qualidade de vida das gerações futuras e entregando nossas riquezas à exploração estrangeira, ao imperialismo. É a última publicação de Alberto Torres que, bastante doente, acaba por falecer em 29 de março de 1917, aos 52 anos.

1.2 Alberto Torres: principais idéias

Como notado por Iglésias (1982, p.13), para quem Alberto Torres, como escritor “era quase monotemático, insistindo sempre nos mesmos assuntos”, chegando mesmo “a ser monótono, pela fidelidade a si mesmo”, as obras do autor retomam sempre as mesmas temáticas, de modo que parece relativamente fácil – pelo menos aparentemente – discernir os pontos principais de seu pensamento, aquilo que critica, e o que defende e acredita. Até porque, como lembra o mesmo Iglésias (1982, p.13), se “os temas não variavam, é natural o conjunto guarde admirável coerência”.

1.2.1 Principais comentaristas

O mais importante estudo sobre a obra e as idéias de Alberto Torres é o de Adalberto Marson, *A ideologia nacionalista em Alberto Torres*, publicado em 1979 e fruto de tese de doutorado defendida na USP em 1975. Embora marcado pelo tempo – tanto o instrumental teórico e analítico quanto a tese defendida são notadamente marxistas, influência predominante nos estudos de Ciências Humanas naquele momento –, o livro se destaca pela análise minuciosa e cuidadosa da obra de Torres. Partindo do exame dos mais diversos

escritos deixados por este – desde seus livros a seus inúmeros artigos e discursos políticos – Marson realiza uma investigação vigorosa, sistematizando de forma clara e rigorosa o ideário do autor. Foi Marson que detectou aquela que consideramos a mais importante característica da obra de Torres, qual seja, sua concepção orgânica da realidade social. Por tudo isso, somos tributários ao estudo de Marson, que nos serviu de importante referência. Há alguns outros comentaristas¹¹, mas o fato é que Torres tem sido pouco estudado, sobretudo se comparado a outros “interpretadores do Brasil” – políticos e intelectuais que, principalmente nas primeiras décadas do século XX, se dedicaram a “explicar” o país, propondo caminhos e projetos de nação. Tal fato já era reclamado por Marson (1979, p.13), que alertava para os “muitos ângulos a serem explorados na sua produção ideológica, além dos que aqui focalizamos, o que lhe dá importância indiscutível na história das ideologias brasileiras”. Pouco mudou desde então e, na maior parte das vezes, Torres aparece citado/analizado em meio aos chamados “pensadores nacionalistas autoritários”, de modo que a História e as Ciências Humanas ressentem-se de estudos que se detenham especificamente em aspectos de sua obra.

A tese de Marson (1979) é que as idéias de Alberto Torres devem ser analisadas a partir das condições sócio-econômicas internas e externas de então, mais especificamente, a partir da experiência de um país dependente em meio à etapa monopolista do capitalismo¹². A expansão produtiva imperialista resultou, na América Latina, na entrada sem precedentes de capitais externos, na abertura de novas frentes de mercado, em investimentos em infra-

¹¹ Destacamos principalmente o prefácio escrito por Francisco Iglésias para a terceira edição do livro *A Organização Nacional* (1982). Podem ser lembrados ainda o artigo de Kuntz (2002), e os estudos de Fausto (2001) e Beired (1999) sobre o pensamento nacionalista autoritário.

¹² Essa etapa substituiu a etapa livre concorrencial e foi caracterizada pela centralização e concentração em larga escala do capital, levando à criação dos trustes e grandes monopólios empresariais. Com isso, acirrou-se a busca de novos mercados de consumo e de escoamento de bens de capitais e de capitais, correspondendo à necessidade de realização de lucros através de investimentos diretos nas áreas periféricas (Marson, 1979, p.71). Tal competição mobilizou as grandes nações produtoras (dirigidas para o atendimento dos interesses dos grandes grupos capitalistas), minando a livre concorrência e gerando uma disputa desenfreada – e mesmo militarizada – pelas áreas periféricas do sistema. Essas áreas passaram a receber pesados investimentos externos a fim de assegurar o retorno dos lucros e garantir a absorção crescente dos produtos industrializados. Esse “aparelhamento infra-estrutural essencial para a dominação” incluía a implantação de empresas de mineração e agro-exportadoras, a construção de ferrovias, meios de comunicação e empresas de serviços urbanos (Marson, 1979, p.68-81). Envolvia ainda a transferência de contingentes populacionais e aparelhos institucionais capazes de garantir a efetivação dos investimentos (ibidem, p.72-73).

estrutura e no estímulo aos incipientes processos de urbanização e industrialização. É nesse momento que, segundo Marson, surgem ideologias nacionalistas como a de Alberto Torres. Elas têm como base a percepção de um estado de tensão/conflito entre os interesses internos e os externos, constituindo na defesa dos interesses internos (os interesses “nacionais”) contra a ameaça efetiva ou potencial de fatores externos adversos (Marson, 1979, p.65-66). Envolve a descoberta da “identidade nacional”, a tomada de “consciência de seus interesses” e o desejo de assegurar uma nação provida de estatuto jurídico autônomo, controle das decisões econômicas e apropriação de suas fontes de riqueza, supondo assim eliminar a dominação externa (ibidem). Diferem dos movimentos nativistas, ligados à defesa das classes fundiárias prejudicadas pela política colonial da Metrópole (ibidem, p. 67). Na visão de Marson, a ideologia nacionalista possui uma função social, servindo de sustentáculo ideológico para a busca e proposição de soluções para os conflitos inerentes ao sistema capitalista. Para ele, a ideologia de Torres se encaixa no chamado “nacionalismo defensivo”, próprio das condições adversas das sociedades dependentes e caracterizado por propostas assumidas de controlar os efeitos deletérios das transformações pelas quais estas vêm passando (ibidem, p.10-11). Ou ainda “nacionalismo de oposição”, na medida em que Torres desenvolve uma crítica social (ao aparato institucional, às ideologias, às práticas políticas em vigor) e não se identifica com os objetivos do setor de classe economicamente hegemônica (ligados à agro-exportação de café). Desse modo, Marson defende que a ideologia nacionalista de Torres, embora legitime interesses e condições específicas de classe, “constrói um modelo de organização social capaz de incorporar, sob a forma de controle, as práticas sociais de outras classes e setores sociais”.

Ainda segundo Marson (1979), a concentração sem precedentes, característica da etapa monopolista do capitalismo, aliada à rivalidade desenfreada entre as nações, gerou, mesmo nos países dominantes, um desconforto em certos setores liberais, relacionados à percepção de que havia um “desequilíbrio” no sistema, cujo sintoma mais patente era a

ameaça à paz mundial. Tal sensação levou ao surgimento, principalmente nos Estados Unidos, de movimentos reformadores liberais. Estes consideravam a etapa monopolista do capitalismo uma “anomalia”, um “excesso”, que deveria ser corrigida, permitindo a retomada aos princípios de livre concorrência do liberalismo clássico. Para tanto, reivindicavam a ação de um Estado “neutro” que, embora a princípio não interventor, deveria agir para coibir os “abusos”, em nome do bem-estar público e da justiça social. Segundo Marson (1979, p.78), o “apelo ao Estado foi o grande lema da bandeira neo-liberal, transferindo para a órbita de suas funções algo que até então pouco se divisava: o papel de representar a imagem de ‘unidade’ e ‘neutralidade’”. O movimento anti-monopolista de inspiração liberal teve a adesão de vários setores da sociedade, deu legitimação para a criação das leis “anti-trustes” e levou ao surgimento, em vários países, de frentes de opinião pacifista, que criticavam o imperialismo financeiro e suas conseqüências, como a corrida armamentista e o colonialismo. A crítica liberal ao imperialismo gerou ainda interpretações teóricas de peso, elaborando argumentos para sustentar a possibilidade de funcionamento do capitalismo sem imperialismo (Marson, 1979, p.79). Para Marson (ibidem, p.80), a crítica liberal, ao defender a regeneração dos princípios liberais clássicos, cumpria “uma função ideológica essencial: garantir a alternativa da reforma interna e representar a imagem de equilíbrio social e igualdade de direitos”.

O artigo de Bolívar Lamounier, *Formação de um pensamento político autoritário*, não se detém especificamente na obra de Torres, mas nos que ele chama de pensadores autoritários da Primeira República, entre os quais este figuraria. Contudo, trata-se de um texto clássico na história de nosso pensamento político, fundamental para a compreensão da obra desses intelectuais, incluindo Alberto Torres.

Para Lamounier (1977, p. 345), existe uma tradição de pensamento autoritário formada a partir da Primeira República, corporificada em ensaios histórico-sociológicos que criticavam o modelo constitucional de 1891. Tradição formada tendo em vista a ação política,

com a intenção explícita de persuadir as elites políticas e culturais e influir sobre os acontecimentos (ibidem). Tal intenção é patente na estrutura narrativa dos textos, que sempre se iniciam com amplas reflexões histórico-sociológicas sobre nossa formação colonial, passando para o diagnóstico do presente e terminando na proposição de algum modelo alternativo de organização político-institucional (ibidem). Embora sua origem, formas narrativa e preocupações remetam a pensadores do tempo do Império, foi principalmente nas obras de Alberto Torres, Oliveira Vianna, Azevedo Amaral e Francisco Campos “que a tradição de pensamento autoritário adquire uma configuração específica”. Há outros, mas são estes seus representantes mais notáveis. Segundo Lamounier (1977, p.345-348), esses críticos autoritários da Primeira República constituem um importante momento de inflexão na vida intelectual brasileira, já que ao mesmo tempo “que serviam como veículo para assimilação de diversas correntes de pensamento antiliberais por parte das elites culturais”, deram impulso à difusão e institucionalização das ciências sociais. Além disso, tiveram significativo papel político em sua época, e suas obras são a “matéria mais candente” da história do pensamento político no Brasil, sendo continuamente lembradas e reinterpretadas (ibidem).

Na visão de Lamounier (1977, p.345-348), as obras desses autores, apesar de suas diferenças e especificidades, configuraram um modelo ideológico e uma prática institucional nele inspirada: o modelo da “ideologia do Estado”, cujas raízes “se encontram no colapso de certa modalidade de liberalismo vivenciada pelas elites culturais brasileiras da época”¹³. A “ideologia de Estado” pode ser vista “como uma construção intelectual que sintetiza e dá direção prática a um clima de idéias e de aspirações políticas de políticas de grande relevância nas últimas décadas do século XIX e na primeira metade desde” (ibidem, p.356-359). Os intelectuais que a esposavam eram nacionalistas e procuraram munir-se de instrumentos

¹³ Beired (1999, p.37) faz referência à caracterização de Lamounier, mas prefere chamar essa corrente de intelectuais de pólo cientificista dentro do pensamento da direita nacionalista brasileira, o que a difere do pólo católico e do pólo fascista/integralista. O pólo cientificista “congregava os intelectuais que encaravam a realidade social como um fenômeno evolutivo regulado por leis naturais” (ibidem, p.23). Desse modo, “o trabalho intelectual deveria voltar-se para a descoberta das leis naturais que regiam o social” (ibidem).

científico-sociológicos em sua crítica ao constitucionalismo formal. Esse pensamento se opõe ao princípio do modelo liberal clássico, no qual o Mercado era o centro estruturador da sociedade, conferindo ao Estado o papel central. O Estado deve “domesticar” o Mercado, incluindo as leis de mercado atuantes no campo político. Assim, essa ideologia legitimava um Estado amplo, forte e centralizado, que exerceria tutela sobre a sociedade (ibidem). Pregava ainda que esse Estado deveria ser dirigido por uma elite política e intelectualmente esclarecida (ibidem). E entre os principais elementos da “ideologia do Estado” estão: 1) o predomínio do princípio “estatal” sobre o princípio de mercado; 2) a visão orgânico-corporativa da sociedade; 3) o objetivismo tecnocrático; 4) a visão autoritária do conflito social; 5) o princípio da não organização da sociedade civil; 6) a não mobilização política; 7) elitismo e voluntarismo como visão dos processos de mudança política; 8) o Leviatã benevolente.

1.2.2 Alberto Torres e os problemas mundiais

É nesse contexto maior, de “liberais e pacificistas que, numa época de intensa monopolização da economia e aguçamento das rivalidades imperialistas, lutavam pela correção da ‘patologia social’ através da ação centralizada e imparcial do Estado, no plano interno, e dos Tribunais de Arbitragem e Conferências de Paz, no plano das relações internacionais”, que Marson (1979, p.80-81) insere as idéias de Torres. Essas lutas incluíam o alargamento dos “direitos sociais”, no plano interno e, no plano externo, ouvir a representação das nações dominadas pelo imperialismo, com seus mecanismos defensivos ou através de propostas pacificadoras destinadas à “opinião esclarecida da humanidade”, como os apelos de Torres em *Vers la paix* (ibidem). Neste, além de discutir questões como as possibilidades da guerra e da paz, imperialismo, interesses econômicos, partilha colonial, corrida armamentista, desigualdade social, doutrinas racistas e militaristas, inclui propostas para a obtenção e

manutenção da paz mundial, como a criação de uma Corte Internacional de Justiça (Marson, 1979, Iglésias, 1982). Assunto retomado em *Le problème mondial*, no qual desenvolve um esboço sintético da evolução histórica das civilizações, procurando rebater as teorias do expansionismo imperialista-militarista e da superioridade racial, utilizando para tanto estudos filosóficos, sociológicos e etnológicos em voga na época (Marson, 1979, p.59 e 62)¹⁴. Os dois livros, publicados pela Imprensa Nacional, foram escritos em francês¹⁵, pois o alvo de sua pregação pacifista era principalmente o público internacional, acreditando inexistir, entre os brasileiros, o problema da guerra, imperando aqui o temperamento pacifista (Marson, 1979, p.59). Além disso, partem da percepção de que a defesa nacional depende não só da organização interna, mas da reorganização da ordem internacional, o que resulta na adesão à pregação pacifista (ibidem, p.82-83). Constata-se que nossa subordinação econômica não é fato isolado, fazendo parte da conjuntura imperialista-militarista. E “uma vez que a afirmação da soberania da nacionalidade não está isenta de um conflito bélico”, a solução pacifista aparece como a única arma disponível às “nações fracas” (ibidem). Daí a disposição de Torres em colaborar com a diplomacia, a prevenção da guerra, as soluções de arbitramento e a defesa da igualdade entre os Estados-Nações (ibidem).

Na opinião de Marson (1979, p.82), Torres, com esta argumentação liberal reformista, exibia traços característicos da dependência cultural e ideológica, tão comum entre os intelectuais brasileiros: a sensibilização pelos problemas mundiais, a oferta de soluções para a paz, a erudição atualizada, a edição de livros em francês e a tentativa de “medir” as distâncias que separariam os países “novos” dos estágios mais avançados da civilização. Traços do cultivado cosmopolitismo de intelectuais que viviam com os olhos voltados para fora – e que

¹⁴ De acordo com Marson (1979, p.62), *Le problème mondial* é farto de citações, revelando que Alberto Torres era um leitor bastante atualizado. Entre os autores citados, estão Giddings, Lester Ward, Comte, Buckle, Bergson, Hobhouse, Faguet, Réclus, Ratzel e Kropotkine.

¹⁵ Esse aspecto seria posteriormente destacado e criticado, como em Leite (2002, p.337), para quem era estranho que “esse nacionalista, que negava aos europeus competência para falar do Brasil, tivesse escrito dois livros em francês (...) pelos quais pretendia apresentar soluções para os problemas internacionais, na esperança de os estadistas das grandes potências seguissem sua orientação”.

seria tão criticado pelo próprio Alberto Torres. Para Marson (ibidem), o que foi singular em Alberto Torres foi sua proposta de que, para defender a nação, mais ainda, para forjá-la, é necessário primeiro *conhecê-la* – na medida em que não a conhecemos, somos ignorantes em relação a nosso meio, à nossa terra e nossa gente.

A nossa reação deve basear-se nestes dados: confiança inteira em nossa indisputável moralidade, a consciência da causa real da nossa apatia, que está na **ignorância do nosso meio e de nós mesmos**, produzindo, por consequência lógica, a extraordinária leviandade do nosso espírito (Torres, 1982b, p.45, grifo nosso).

Portanto, para formar a **nação** é preciso antes **conhecer** a **anti-nação** (Marson (1979, p.82). Conhecer os elementos que a constituem internamente e os que agem sobre ela externamente. A palavra chave aí é **CONHECER**, e será repetida à exaustão pelos mais diversos intelectuais dos anos 20 e 30.

A preocupação com os problemas mundiais foi uma constante nos escritos de Torres, principalmente até 1910 (Marson, 1979, p.83-84). O autor detectava uma crise na civilização, que atingia particularmente as nações antigas, cheias de tensões e conflitos, ameaçando com sua instabilidade e suas ondas imigratórias os países novos. Estes, ao contrário, eram caracterizados por circunstâncias estáveis, animadoras e ordeiras – caso do continente americano. Perfilando-se entre os pacifistas, Torres também vai buscar a explicação para o fenômeno da guerra, analisando as transformações econômicas e sociais dos países de industrialização avançada (ibidem). De acordo com Torres, a evolução histórica da sociedade consolidou uma série de condições, de direitos e uma organização política, econômica e social incompatíveis com o uso da força para resolver os conflitos entre as nações e os grupos (Marson, 1979, p.85-88). Entre estes “progressos” estariam a extinção dos “privilégios”, a preponderância do indivíduo, a valorização do trabalho, a criação da solidariedade familiar, o fortalecimento do altruísmo, a livre concorrência, a individualização da vida econômica e os intercâmbios internacionais que propiciariam uma luta econômica de caráter pacífico, além de uma solidariedade cosmopolita (ibidem). A guerra deixara, portanto, de ser uma necessidade,

e não era um mais aceitável no mundo contemporâneo. Essa constatação baseia-se numa concepção orgânica da realidade social que, como constata Marson (1979, p.85), é subjacente à toda elaboração teórica de Alberto Torres. Segundo esta, há uma ordem “natural”, pacífica, harmônica e integrada, na qual “funciona uma organização social baseada na conciliação e na harmonia dos possíveis conflitos” (ibidem).

Teorias raciais

Desse modo, o “imperialismo” e o “militarismo” corresponderiam a interesses particulares de certos grupos retrógrados, quase mesmo feudais (Marson, 1979, p.84-88). A tarefa a que Torres se propõe é combater premissas erradas e as mentiras e desses grupos, utilizando para tanto as armas da razão, da moral, da justiça e da própria realidade (ibidem). Entre essas teses falsas estariam as teorias pseudo-científicas que defendiam uma suposta desigualdade e incompatibilidade entre as raças e que constituíam no fundo uma forma de justificar a conquista, a dominação e o uso da força. Assim, é em meio à sua crítica ao imperialismo e à guerra que surge uma das mais famosas idéias de Torres: seu combate às teorias de superioridade racial, ao qual ele dedicará páginas e páginas em todos os seus escritos, até o fim de sua vida.

Desde as últimas décadas do século XIX foi bastante forte, entre as elites intelectuais brasileiras, a assimilação de teorias científicas européias. Positivismo, cientificismo, evolucionismo, naturalismo e outros ismos, foram muitas as idéias que “esvoaçaram” no ar. E que foram não apenas apreendidas como apropriadas, misturadas e adaptadas a nosso meio, aos nossos problemas e às soluções que se pretendia dar – e que dependiam da nação que se queria criar. Entre os objetos “importados” estavam as teorias raciais que nos condenavam como raça inferior e incivilizável e que vão gerar diferentes reações e apropriações – da

negação de Torres, passando pela aceitação pessimista de alguns e chegando à sua apropriação e recombinação original, como naqueles viam o branqueamento como solução.

O debate moderno sobre a diversidade dos homens remonta à época das grandes viagens, quando a percepção da diferença humana torna-se tema constante de reflexão, e se torna central no século XVIII, a partir dos legados da Revolução Francesa e da Ilustração, que estabelecem novas bases filosóficas para se pensar a humanidade (Schwarcz, 2001, p.44-45). Afinal, pressupor a igualdade e a liberdade como naturais levava à determinação da unidade do gênero humano e a certa universalização da igualdade, de modo que a igualdade de princípios era inscrita na constituição das nações modernas (ibidem). Inaugura-se uma tradição igualitária, iluminista, que tendia a considerar os diversos grupos como povos, nações e jamais como raças diferentes (ibidem, p.47). Ao mesmo tempo, as imagens que detratam o Novo Mundo haviam se intensificado a partir da segunda metade do século XVIII, de forma correspondente ao maior conhecimento e colonização desses territórios (ibidem, p.45-46). Havia, portanto, duas posições. A *monogenista*, dominante até meados do século XIX e que acreditava em uma humanidade una, na qual o homem teria se originado de uma fonte comum, o que garantiria um desenvolvimento (mais ou menos retardado), mas de toda forma semelhante (ibidem, p.48). Trata-se da visão humanista, herdeira da Revolução Francesa e que naturalizava a igualdade humana (ibidem, p.46-47). De outro lado, ia se constituindo uma reflexão sobre as diferenças básicas entre os homens, estabelecendo correlações rígidas entre patrimônio genético, aptidões intelectuais e inclinações morais (ibidem). Essa postura, que a partir do século XIX será predominante, constituía uma reação ao Iluminismo, opondo-se aos pressupostos igualitários das revoluções burguesas e tendo como novo suporte intelectual a idéia de raça (ibidem). Defendendo o *poligenismo* (existência de múltiplos centros de criação de espécies, cada uma com suas características próprias), seus adeptos não acreditavam ser possível explicar as diferenças entre os homens como resultado

de processos históricos e/ou condições ambientais (De Luca, p.135). Essa doutrina teve imenso prestígio no século XIX, destruindo o ideal de universalidade que entrelaçava todos os homens (ibidem).

O século XIX assistiu assim à rápida multiplicação dos esforços para avaliar “cientificamente” as diferenças entre os seres humanos (De Luca, 1999, p.137-141). Já no seu início, os trabalhos de anatomia comparada de Cuvier levaram à fundamentação, em bases científicas, da noção de *raça*, entendida como um conjunto de diferenças hereditárias, permanentes, que separariam as várias espécies de homens (ibidem). Foi o período áureo da antropologia física, com a multiplicação de aparelhos e métodos de medida que buscavam provar, de forma objetiva e “científica”, as desigualdades entre as raças (ibidem).

Fora nesse século, com as necessidades e possibilidades criadas pela Revolução Industrial, que o contato do europeu com outras regiões se intensificou, numa experiência direta do outro que só parecia confirmar a auto-imagem que o Ocidente há muito elaborava (De Luca, p.141-142). E o poligenismo encontrou um número crescente de adeptos, organizados em sociedades científicas. Sua abordagem sobre a questão da mestiçagem gerou uma gama de teorias: enquanto vários defendiam a fraqueza moral, física e mental dos mestiços, outros defendiam sua maior fertilidade, mas poucos discordavam de seu caráter ameaçador, capaz de colocar em risco o futuro da humanidade (ibidem). Entre os que condenavam a mestiçagem estavam o zoólogo suíço Louis Agassiz, o aristocrata francês Conde de Gobineau e seus adeptos Taine, Lapouge e Le Bon, avidamente lidos no Brasil (ibidem, p.146-156). A suposição de que haveria uma rígida hierarquia entre os homens seria ainda reforçada pelo darwinismo social, criado por Spencer, Haeckel e Lapouge, que pretendia aplicar à recém-criada sociologia preceitos e métodos da biologia, a fim de desvendar as leis naturais do progresso humano (ibidem). Para Le Bon, a mestiçagem gerava a anarquia política e não havia instituição ou educação amenizasse seus efeitos deletérios

(ibidem). Mas Le Bon é o canto do cisne de uma tradição que começava então a ser questionada, pela genética mendeliana e pela abordagem culturalista (ibidem).

Essas teses raciais tiveram grande sucesso na Europa em meados do oitocentos – associadas à expansão imperialista – e chegaram aqui tardiamente, sendo recebidas com entusiasmo acolhida (Schwarcz, 2001, p.14). Nas últimas décadas de século XIX e nas primeiras décadas do século XX, o Brasil passou por grandes transformações, políticas, econômicas e sociais. São momentos em que antigas instituições estão desaparecendo e novos projetos de nação estão sendo forjados. Uma nação que se quer sobretudo civilizada e *moderna*. Mas pensar em formar uma nação significa também se perguntar: com que povo será formada esta nação? O povo que possuímos é condizente com a nação que queremos construir? Afinal, desde o final do século XIX, o Brasil era apontado, interna e externamente, como um caso singular de extremada miscigenação racial (Schwarcz, 2001, p.11). Assim, a questão da mestiçagem, que já aparecia na agenda da intelectualidade desde o século XIX, se torna crucial nessas décadas.

Dessa maneira, como notou De Luca (1999, p.165), a viabilidade da nação parecia depender da interpretação dada ao problema da mestiçagem. Esperava-se obter como resultado dos cruzamentos um tipo nacional, característico, expressão da alma nacional (ibidem, p.160). É nesse sentido que pode ser compreendida a grande preocupação dos escritores da época com o chamado “caráter nacional brasileiro”. Havia um esforço constante para discernir quais eram as contribuições e as perturbações trazidas por cada elemento no processo de delineamento do caráter nacional, buscando-se antever o brasileiro homogêneo do futuro (ibidem, p.162, p.176). As dificuldades e divergências apareciam na hora de explicar como isso se daria na prática (ibidem, p.161). Nesta caracterização de nossas raças formadoras, nota-se ainda um grande psicologismo dos autores, que vão elencar adjetivos como alegre, festeira, triste, indolente, preguiçosa, vigorosa, sexual, trabalhadeira, retrógrada,

ordeira, passiva, apática, revoltosa, cordial, musical, e muitos outros. De modo geral, havia opiniões diversas sobre a herança portuguesa, enquanto incomodava a presença de índios e negros no cadinho da nação que estava sendo forjada (De Luca, 1999, p.163-165).

Mas porque esses modelos raciais de análise, que nos condenavam como povo e nação, foram aceitos aqui? Para Schwarcz (2001, p.11), num contexto caracterizado pelo final da escravidão e pela realização de um novo projeto político para o país, “as teorias raciais se apresentavam enquanto modelo teórico viável na justificação do complicado jogo de interesses que se montava”. Parecia ser preciso estabelecer critérios diferenciados de cidadania (ibidem, p.18). A tese de Schwarcz (2001), portanto, é que esses modelos foram adotados porque pareciam justificar cientificamente organizações e hierarquias tradicionais que, com o fim da escravidão, pela primeira vez começavam a ser publicamente questionadas. Todavia, por sua interpretação pessimista da mestiçagem, acabavam por inviabilizar um projeto nacional que mal começava a se montar (ibidem, p.18). E é, segundo a autora, na brecha desse paradoxo – na qual reside a contradição entre crença em diferenças humanas inatas e o elogio da mestiçagem – que se acha a saída original encontrada, através da acomodação de modelos com diferentes decorrências teóricas¹⁶. Combinações particulares e criativas que resultarão em propostas diversas, como a que apostava no branqueamento como a solução mágica para nossos problemas. Trata-se de uma forte perspectiva da época, na qual o Brasil era descrito como uma nação composta por raças mestiças, porém em processo de transição. Essas, passando por um processo acelerado de cruzamento e depuradas mediante uma seleção natural, levariam a supor que o Brasil seria, algum dia, branco¹⁷ (ibidem, p.12).

¹⁶ Do darwinismo social, adotou-se o suposto da diferenças entre as raças e sua natural hierarquia, omitindo-se as implicações negativas da miscigenação; e do evolucionismo social, tomou-se a noção de que as raças não permaneciam estacionadas, mas em constante evolução e aperfeiçoamento, deixando de lado a idéia de que a humanidade era uma (Schwarcz, 2001, p.18).

¹⁷ Essa tese partia de dois pressupostos: 1) os caracteres superiores prevaleciam no cruzamento; 2) o branco era superior. O que resultava na tese nova e bastante particular, segundo a qual através da mestiçagem a população brasileira se tornaria, gradativamente, inteiramente branca. Para Schwarcz (2001, p.19), essa recombinação de teorias a fim de gerar uma solução otimista para nossa condenação como nação (dada por essas mesmas teses), demonstra a originalidade do pensamento brasileiro, que adaptava, combinava, apropriava e descartava.

Apostando ou não no branqueamento, no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, pensar a nação implicava necessariamente “enfrentar a tortuosa questão do estatuto étnico dos habitantes” (De Luca, 1999, p.132-133). Segundo essa autora, nas décadas de 1910 e 1920 as doutrinas raciais ainda eram um ponto de partida para a análise das sociedades. Assim, a intelectualidade brasileira foi gerada e nutrida em teorias deterministas, raciais, climáticas ou culturais, que afirmavam a impermeabilidade de uma nação tropical e mestiça à civilização (ibidem, p.156). A atmosfera da época estava impregnada pelas noções de superioridade e inferioridade biológica e os autores racistas estrangeiros foram muito lidos, sendo fontes de referência, inspiração e alvo de elogios (ibidem, p.133 e 157). De acordo com uma leitura mais ortodoxa, a população brasileira era uma aberração e estava irremediavelmente condenada. O mestiço, dominante, era degenerado e incivilizável, enquanto o branco, condenado por vários cruzamentos, definhava (ibidem, p.167). Transitando entre pessimismo e otimismo, os intelectuais movimentaram-se no interior dessa tradição, estabelecendo com ela um complexo relacionamento. Alguns aceitavam inteiramente o determinismo racial, outros o questionavam e muitos fizeram esforços para relativizá-lo¹⁸. Porém, a noção de que havia fatores maiores e anteriores ao indivíduo era apresentada como “científica”, deixando pouco espaço para a ação individual (ibidem, p.161-162).

Essa leitura mais ortodoxa torna-se mais rara nos anos 10 e 20, quando ocorreram deslocamentos importantes no paradigma racial – e Alberto Torres pode ser incluído aí, de forma bastante pioneira. Esses anos assistiram tanto a difusão e consagração de uma leitura

¹⁸ Havia os que questionavam esse determinismo, como Gilberto Amado, em 1924 (De Luca, 1999, p.161-162). Já Oliveira Vianna incorporava, sem qualquer relação com o seu âmbito e sentidos originais, conceitos da recém-fundada genética, reafirmando as máximas deterministas. Defendia que, na marcha das sociedades, o papel da vontade individual era modestíssimo (ibidem). Silvio Romero foi um dos que apostou no clareamento gradativo de nossa população. Segundo ele, a presença (deletéria) dos índios e negros tendia a diminuir – os primeiros pelas guerras e pestes, e os segundos pelo término do tráfico de escravos –, enquanto a imigração européia aumentava (Mota, 2000, p.69-70). Esses fatores, aliados à seleção natural – que faria prevalecer o tipo superior, o branco – fariam com que o futuro do Brasil fosse mestiço, porém branqueado. Para Romero, a mestiçagem era a marca e a afirmação de nossa nacionalidade, mas uma mestiçagem branqueada (ibidem).

mais positiva da mestiçagem, quanto a emergência de uma interpretação apoiada em princípios higiênicos e eugênicos (De Luca, 1999, p.167). Alternativas que, mais uma vez, mostram o trabalho de elaboração e apropriação realizado no país, ao invés da simples absorção passiva de teorias importadas. São os anos do sanitarismo, quando a higiene adentra o cotidiano, e a doença e o abandono passam a ser considerados a verdadeira causa do atraso de nossa população. Os conhecimentos dos médico-higienistas sobre a saúde e as condições sanitárias dos brasileiros, revelados ao público em meados da década de 1910, nos absolviam como povo e encontravam um novo réu (Hochman e Lima, 1996). O Jeca Tatu – famoso personagem de Monteiro Lobato, criado em 1914 e que sintetizou os estigmas do brasileiro mestiço – não *era* indolente, preguiçoso, ignorante, incivilizável: ele apenas *estava* assim, porque doente e abandonado pelas elites políticas (ibidem). Redimir o Brasil seria saneá-lo, higienizá-lo, através da ciência médica e das políticas públicas de saúde e saneamento. Esse novo rol de argumentos trouxe grande alívio para grande parte da intelectualidade, e, se não trouxe a negação completa das teorias raciais, acabaram por relativizar seu significado¹⁹ (De Luca, 1999, p.167-168). Consolida-se a decadência do paradigma do evolucionismo social, substituído cada vez mais pela abordagem culturalista – que será predominante nos anos 30. Essa nova argumentação substitui os fatores raciais por uma perspectiva cultural, no estilo de Franz Boas, construindo um novo paradigma que terá representantes como Roquette-Pinto e, sobretudo, Gilberto Freyre. O que não significa que a questão racial foi deixada de lado, permanecendo ainda longamente não apenas na agenda do pensamento social e político brasileiro, como em nosso imaginário.

¹⁹ Outra alternativa que também interpretou e se apropriou de forma particular de teorias estrangeiras foi o movimento eugênico brasileiro. A eugenia fora criada no final do século XIX, mas teve seu auge nas primeiras décadas do século XX, espalhando-se por vários continentes. Como mostrou Stepan (2005), a América Latina, de modo geral, adotou uma interpretação menos ortodoxa da eugenia, partindo de uma vertente neo-lamarckista, ou seja, que acreditava na transmissão dos caracteres adquiridos. Dessa forma, tornava-se possível “curar” os males raciais, grupais ou individuais, através de medidas de educação, saúde, habitação, esporte, saneamento, entre outras. No Brasil, essa perspectiva aproximou o movimento eugênico do sanitarismo, e muitos cientistas e intelectuais participaram dos dois movimentos (De Luca, 1999). A vertente mendelista, predominante na Europa e nos EUA, negava que qualquer melhoria poderia ser transmitida aos descendentes, condenando as raça, grupos e indivíduos considerados não aptos ou indesejáveis – daí ser a esterilização seu maior instrumento.

Torres combate de forma veemente essas teorias raciais ao longo de seus escritos, assim como seu vaticínio de que o povo brasileiro seria inferior e incivilizável devido à sua grande mestiçagem. Para o autor (1990, p.1), a dúvida sobre o valor das nossas raças resulta do hábito de nossas elites de “tomar por dogmas tudo quanto os livros estrangeiros nos trazem, inclusive as suas sentenças condenatórias” às chamadas raças inferiores. Segundo Torres, estas não passam de artifícios políticos utilizados pelas nações adiantadas para postular, como absoluta, a superioridade eventual e relativa que mostravam então (ibidem). E desse modo, tomam “os nossos homens de saber as causas, todas sociais, do nosso atraso por causas étnicas” (p.1). A referência aos “nossos homens de saber” mostra que a crítica de Torres não se dirige apenas aos políticos, mas também à nossa elite intelectual. Torres procura demonstrar que não existe “um caráter próprio destes ou daqueles grupos humanos, senão caracteres relativos às condições, locais ou ocasionais, da sua origem e passagem” (ibidem). Para Torres, “nossa vida moral é, na sua base pessoal e no seu curso” produto e reflexo do ambiente social, mais especificamente do que ele vai chamar de “*medium* cósmico-social”, sujeito às contingências do meio físico, das correntes histórico-geográficas da evolução da espécie e das forças predominantes em cada época e em cada lugar (p.2-3). O que se pode perceber é que, para Torres, em vez de *raça*, as palavras fundamentais são *meio* e *adaptação*. E é nesse sentido que apresenta uma curiosa versão do mito das três raças formadoras do homem brasileiro, em que o índio representa a etnia mais adaptada ao meio brasileiro, seguido do negro, sendo o branco o elemento mais problemático. Finalmente, de acordo com Torres, essas verdades, aplicadas ao Brasil, decompõem-se em outros conceitos parciais, todos favoráveis à aptidão social de nossas raças, à sua moralidade, ao seu valor econômico.

Há muito quem cogite entre nós da idéia de substituir as nossas raças; e no espírito de mais de um brasileiro ilustre o sonho de uma futura nacionalidade, formada de indivíduos de puro tipo europeu (...). Essa ilusão deve desvanecer-se. (...) Tentá-la, seria (...) gravíssimo erro político. Indígenas, africanos e seus descendentes, formaram, em nosso território, tipos definitivos, admiravelmente apropriados às suas condições físicas, que só poderão, por isso, progredir e aperfeiçoar-se. É a lei, quase intuitiva, da evolução, que os tipos originários e os adaptados tendem a progredir; e, se se não tem, entre nós, verificado esse fenômeno, é que deixamos em

abandono a sorte de índios e de negros, em vida selvagem ou miserável, sem progresso possível. As raças são produtos dos meios físicos; é o meio que lhes determina os caracteres. Nenhum grupo humano trouxe predisposição espontânea, nem adquire nenhuma superioridade ou inferioridade natural, senão a que resulta da modelação do indivíduo e das gerações pelo ambiente em que vem sofrendo o processo da formação orgânica e mental (Torres, 1982b, p.116).

E para rebater as teorias raciais, Torres realiza um interessantíssimo e sagaz ataque à ciência de sua época, mostrando como esta pode servir como instrumento de poder e de dominação. O autor procura demonstrar como muitas afirmações, teorias ditas “científicas”, são construções culturais, intencionalmente forjadas para atender a interesses escusos, sociais, políticos e/ou econômicos. Assim, segundo Torres (1982a, p.57), na história das idéias, ao lado dos descobrimentos verdadeiros e totalmente científicos, há inúmeras “verdades” e meias-verdades que são produtos da influência social, do interesse ou da autoridade, constituindo “perversões do critério racional”. O autor situa a ciência, o argumento científico, como arma, arsenal de combate utilizado pelas aristocracias para legitimar sua dominação, postulando sua alegada superioridade. Uma superioridade que seria racial e por isso irreduzível, não podendo ser questionada ou eliminada. E essas teses raciais ditas científicas aparecerem exatamente no momento em que a superioridade dessas aristocracias parecia ameaçada. Foram fruto de uma reação ao Iluminismo e a Revolução Francesa, quando as faculdades do homem, longamente reprimidas pelas instituições despóticas, desabrocharam numa “primavera de idéias simpáticas, liberais e humanitárias” (Torres, 1982a, p.58). Idéias que resultaram em democracia, individualismo, direitos do homem e, principalmente, o princípio/ideal da igualdade humana – que pressupõe igualdade morfológica e mesmo nível de possibilidades progressivas. E que refluíram sobre os estudos científicos.

Além de terem constituído reação ao Iluminismo, forma de defesa das velhas aristocracias, essas teorias raciais atendiam ainda à outra necessidade histórica das aristocracias, já que surgiam justamente no momento de expansão do imperialismo moderno. Foi então que “a reação vestiu roupagens científicas” (Torres, 1982a, p.58). Que “Chefes

superiores e raças colonizadoras pediram títulos à ciência, para os direitos da hierarquia e da subordinação” (ibidem). Momento também em que a idéia de igualdade humana ia avançando, com a instrução dos trabalhadores e a expansão do proletariado urbano do terreno político para o econômico, exigindo a extinção dos monopólios e das vantagens das classes privilegiadas. E Torres faz toda essa argumentação sem desacreditar da ciência em si, de que há descobertas realmente e totalmente científicas – em suma, sem partir para uma postura de puro relativismo. Acredita na existência de uma “ciência verdadeira” e a utiliza para combater as “pseudociências”. Afirmar que “a curiosidade e o interesse da ciência não se contentaram com a promulgação de tais decretos”, demonstrando que brilhantes civilizações antigas, das quais vêm as fontes de nossa civilização, eram de raças trigueiras (ibidem, p.59). Além disso,

a ciência, prosseguindo em suas indagações, chegou à conclusão de que (...) nada autoriza a afirmação de uma desigualdade radical, na constituição cerebral, em seu funcionamento, em seu poder de desenvolvimento. A relação entre os caracteres físicos e os caracteres psíquicos jamais se conseguiu afirmar com dados definitivos e irrefutáveis. Recentes investigações, do mais ilustre, talvez, dos antropologistas americanos, o sr. Boas, demonstraram que os caracteres somáticos de uma raça alteram-se, notavelmente, de uma geração para a outra, com a simples mudança para um novo meio (Torres, 1982a, p.59).

Antes já de Boas, Ratzel, uma das maiores autoridades contemporâneas em assuntos de etnografia, havia escrito (...): “A raça, como tal, nada tem que ver com a civilização. (...)”. A posição relativa, a hierarquia das raças, nas diversas épocas, é um simples fenômeno da evolução social; não é um fato anatômico, nem fisiológico (...) (Torres, 1982a, p.60).

Torres mostra-se assim bastante atualizado com a antropologia de então, citando Ratzel e Franz Boas, o mestre e grande influenciador de Gilberto Freyre²⁰. Afirmar ainda que dentro da verdadeira ciência, “a cor não foi jamais relacionada com os caracteres psíquicos” (Torres, 1982a, p.58). Alberto Torres procura assim mostrar como a ciência é passível de utilização política, interesseira, como é atravessada por contingências sociais, permeada pelo contexto social, político e econômico.

Dessa forma, escrevendo em uma época na qual as teorias raciais importadas da Europa exerciam aqui fortíssima influência, condenando irremediavelmente nossa população

²⁰ Em *Casa Grande e Senzala*, Freyre (2002, p.497) insere uma nota na qual afirma: “Convém recordar que em 1914 Alberto Torres (O problema nacional brasileiro), já antiweismanniano, considerava demonstrada por Boas ‘a alteração de caracteres somáticos de uma geração para a outra’. Mas falta a algumas de suas afirmações rigoroso espírito científico, prejudicado pela facilidade e pela ênfase nas convicções”.

mestiça (que seria, entre outras coisas, incapaz de progresso mental, incivilizável, degenerada e indolente) e levando nossas preocupadas elites à busca de soluções para este grande “problema” nacional – entre as quais estaria o branqueamento, a ser obtido através da vinda de imigrantes de raça “superior” – Alberto Torres revelaria uma pioneira e singular defesa da miscigenação racial no Brasil. Negando a existência de raças superiores e inferiores e afirmando a importância dos fatores ambientais, mesológicos e sociais na explicação das sociedades, Torres teve, nas palavras de Iglesias (1982b, p.29), “apreciável compreensão do fator étnico”. Esse “anti-racismo” seria ainda muito utilizado pelo autor em sua defesa do trabalhador nacional e do próprio homem brasileiro, considerados aptos, bons e valorosos. É claro que, como notou Fausto (2001, p.40), o autor não escapou inteiramente de uma apreciação biológica do tema. Assim, embora combata as teorias de superioridade racial, as raças estão presentes, o tempo todo, na análise de Torres, como um dado existente, “natural”. Torres pode ser considerado um autor anti-racista, mas seu pensamento é – como o de um homem de seu tempo – racista.

Liberalismo e Capitalismo

Voltando à análise de Torres sobre “o problema mundial”, o que se percebe nessa fase de seus escritos é um autor liberal, confiante na faculdade reguladora da livre concorrência, no capitalismo, no progresso industrial, no indivíduo e na iniciativa individual. Assim,

Se a produção, função da capacidade econômica de cada país, e o consumo, função de suas necessidades e de sua riqueza, apenas estiverem sujeitos à influência da oferta e da procura, não haverá conflitos nem hostilidades que deles decorrem. À exceção dos países novos e ricos (...), a proteção das indústrias nacionais contra a concorrência estrangeira é sempre prejudicial à riqueza geral (Torres, *Vers la paix*, apud Marson, 1979, p.87).

A guerra, portanto, perdeu sua causa e seu objetivo, entre as nações do Ocidente. O movimento de pessoas e de coisas sobre as diversas regiões desta parte da Terra, aberta a todos os homens (...) e facilitado por toda espécie de meio (...) flui naturalmente sem que os governos se vejam na exigência de enviar batalhão ou um navio de guerra. A Europa e a América (...) se acham francamente preparados para a expansão da iniciativa pessoal dentro da livre concorrência (ibidem).

O capital é essencialmente pacífico, pois que só a paz pode assegurar a firmeza das relações econômicas (ibidem).

Banqueiros, capitalistas, comerciantes, agricultores, operários e cultivadores da terra, formam a sociedade ativa, o organismo militante, sobre o qual repousa a vida dos povos modernos (...) (ibidem).

Sua crítica então é dirigida apenas a alguns grupos particulares de capitalistas, retrógrados que não acompanharam a evolução da sociedade ocidental e querem restabelecer, com seu imperialismo e seu militarismo, um tipo de conquista e de dominação quase feudal. Segundo Marson (1979, p.88-89), esse “otimismo irreduzível nos valores da sociedade burguesa”, tão patente nos dois livros em francês, vai diminuindo, sendo contrabalanceado pela necessidade imperativa de um controle supervisor, que inclui o aumento do poder do Estado e o estabelecimento de tribunais mundiais de arbitragem. Essa mudança acontece com a própria evolução da conjuntura mundial, que culmina com a Guerra de 1914, levando Torres a rever sua crença na capacidade auto-regeneradora da livre concorrência e das forças econômicas espontâneas (ibidem). Os interesses imperialistas deixam de ser vistos como idéias retrógradas de certos grupos, para se tornar a política mais comum das grandes potências. Torres passa a enfatizar o aspecto principalmente econômico do imperialismo, a natureza econômica das novas formas de dominação – o que Marson (1979, p.89), como bom marxista, considera um “traço revelador de aprofundamento na análise do imperialismo recente”. Desse modo, em vez da automaticidade, Torres vai apostar cada vez mais na função reguladora do Estado. De acordo com Marson (ibidem), essa admissão de mecanismos controladores por imposição de desajustes traz também uma crítica às democracias representativas, que estariam se transformando em “oligarquias democráticas”.

Entretanto, essa mudança de Torres acompanha, como vimos, o movimento de liberais nos Estados Unidos e na Europa, no sentido de coibir os abusos do capitalismo através da ação corretora do Estado. Movimento que pretendia, em última instância, reformar justamente para proteger os princípios liberais clássicos (como a liberdade do produtor e do consumidor,

ameaçadas pelos monopólios). Também Torres, embora passe a insistir cada vez mais na centralização do poder no Estado, não abandonará certas idéias liberais, como a defesa da livre concorrência, da liberdade de pensamento e de associação, dos direitos civis e da representação política do voto. Tal fato é curioso, na medida em que é principalmente a partir de sua crítica ao liberalismo que será valorizado nos anos 1920 e 1930, anos de crise do liberalismo no mundo e no Brasil. Ao mesmo tempo, é importante ressaltar que a presença de traços liberais em seu pensamento não faz de Torres um liberal *strictu sensu*. Até porque ela não apaga outras características, tão ou mais fortes – e aí nos referimos ao fato de o autor ser um dos precursores do pensamento nacionalista autoritário no Brasil. O próprio Torres parece ter percebido bem essas características de seu pensamento:

Tal, a obra arquitetada em meu projeto de revisão constitucional: – **obra conservadora**, pela orientação orgânica, pela estabilidade e pela energia legal conferida à autoridade, e – **obra liberal**, pelas garantias práticas efetivamente dadas, não só às liberdades individuais propriamente ditas – como as liberdades sociais, sujeitas, à concorrência, e dependentes dos meios, oportunidades e possibilidades” (Alberto Torres – Um retrocesso. *O Imparcial*, 15/10/1916, *apud* Marson, 1979, p.131, grifo nosso).

Todavia, como veremos ao longo desse trabalho, os aspectos liberais de Alberto Torres foram “esquecidos” por seus admiradores das décadas seguintes, que vão enfatizar muito mais o Estado forte e com mecanismos corporativos que aparece *também* no programa torreano. Tal fato também foi notado por Marson (1979, p.186), segundo o qual:

Os poderes delegados ao Estado, as normas de organização da sociedade e o sistema representativo semelhante ao corporativismo haveriam de ser os atrativos mais valorizados de seu legado histórico, em detrimento dos componentes liberais compensadores.

Da crítica ao imperialismo, Torres vai se aproximando dos desajustes internos causados pelas recentes transformações, chegando até a nação e legitimando o programa nacionalista (Marson, 1979, p.90). Assim, um dos pontos mais fortes e conhecidos de seu nacionalismo será a denúncia do imperialismo das grandes potências e dos grandes monopólios internacionais, em relação aos quais o Brasil tinha que se defender e não saudar, como vinha acontecendo. Alertava ainda contra a participação cada vez maior de estrangeiros

em importantes atividades econômicas do país. Na interpretação de Marson, o nacionalismo de Torres pode ser entendido como aplicação das idéias liberais reformistas (em curso nas áreas hegemônicas) em um país dependente. Surge então uma atitude de rejeição ao desenvolvimento do capitalismo, que é qualificado como atividade parasitária, intermediária, especuladora. Nesses escritos, o capitalismo aparece associado a individualismo, egoísmo, à vícios e luxos fúteis. Também à luta, conquista e militarismo.

As palavras crédito, capital, produção, comércio, circulam, assim, na linguagem da imprensa e dos parlamentos, para exprimir, na realidade, transações e negócios de natureza inteiramente artificial, contrários às indústrias sérias e às operações normais. (Alberto Torres, *Capitais Estrangeiros, Jornal do Comércio*, 8/12/1912, *apud* Marson, 1979, p.90).

(...) estas legiões de homens, sem nenhuma solidariedade que não seja a da máxima satisfação das ambições pessoais, lançam-se a exploração e conquista de todos os meios de provento e de riqueza e não se saciarão deste trabalho louco de converter em palácios, em luxo, em vícios e objetos de vaidade, as riquezas da terra (...). (ibidem)

O quadro da vida mundial hodierna ostenta (...) um incessante e vivo combate, não propriamente entre os Estados, nem, ainda menos, entre as sociedades, mas entre as classes que manejam os interesses comerciais, industriais e bancários, das grandes nações; este combate entre os fortes, reflete-se sobre a vida dos países novos com as formas da dominação e da conquista lenta: as pequenas nações dificilmente resistem à opressão de interesses dos mais fortes; e os povos, que ainda se não assimilaram em sociedade e nações constituídas, não poderão salvar-se da dissolução, se confiarem a sua defesa às simples forças sociais individuais (...). (Alberto Torres, *Jornal do Comércio*, 28/04/1915, *apud* Marson, 1979, p.92).

Sobre tudo isto, a opinião dos jornalistas e dos financeiros impõe a ditadura das correntes de idéias, favoráveis aos interesses dominantes. A opinião das massas, manifestada nas expansões populares, ou por seus órgãos de publicidade, reflete o interesse dominante em cada época e o estado dos espíritos em relação a este interesse (Torres, 1982a, p.104).

Esse Alberto Torres “anti-capitalista” certamente dá margem à interpretações e apropriações do autor nesse sentido – o que realmente aconteceu, como veremos mais à frente nesse trabalho. Para um leitor mais empolgado, Torres pode aparecer como um crítico feroz do sistema capitalista e até mesmo um quase “marxista”. Contudo, como destaca Marson (1979, p.205, nota 3), Alberto Torres não conhecia Marx. Além disso, Torres

veicula expressões tais como “imperialismo”, “país capitalista”, “país imperialista”, “capitalismo”, “militarismo”, “argentarismo”, “especulação”, sempre na acepção negativa, pelo que representam de prejudicial à sociedade. Retiradas do quadro conceitual que as informa (...) perdem seu conteúdo original e dão margem a usos indevidos. Todos sabem o teor emotivo que a palavra “imperialismo” tem o dom de criar. Como nacionalista, Alberto Torres não poderia deixar de aplicá-la, e, largamente, o fez numa acepção cabível ao alcance da crítica liberal. Essas expressões: “país capitalista”, “capitalismo” e outras mais, não

designam um sistema social. (...) Não qualificam uma organização social que, atualmente, as Ciências Sociais identificam com o “sistema, sociedade ou modo de produção capitalista”. No sentido de Alberto Torres são empregadas para classificar as atividades do “capital”, sendo este, por sua vez, um termo reduzido a “poupança”, “dinheiro”, valores obtidos ou em circulação (Marson, 1979, p.96).

Portanto, Alberto Torres não é, de modo algum, contra o modo de produção, o sistema capitalista. Como um bom liberal reformador dessa época, ele está criticando os excessos, os abusos do capitalismo. As soluções que apresenta – um Estado mais poderoso e interventor e um órgão mundial de equilíbrio entre as nações, garantindo a livre e pacífica concorrência entre estas – fazem parte, como vimos, do repertório liberal reformista de então. São, poderíamos dizer, “soluções importadas” – algo que seria fortemente criticado pelo nacionalista. E assim como essas correntes liberais, Torres compartilha da crença na regeneração do capitalismo (Marson, 1979, p.96). Para Marson (ibidem), “os teóricos liberais e, por extensão, o nacionalista da área dependente, retiraram dos fundamentos originais autênticos do liberalismo os meios de conhecimento e combate da concentração”, reforçando desse modo esses princípios e preservando a essência do sistema capitalista.

1.2.3 Alberto Torres e a organização da nação brasileira

Realismo X Alienação

As coisas que ocorrem nos teatros e nos hospícios de alienados são fatos, porém não são realidades. A nossa vida política é um cenário de fatos alheios à realidade social (Torres, 1982b, p.57).

A idéia mais recorrente na obra de Torres, também notada por diversos comentaristas, é sua crítica ao artificialismo das soluções historicamente adotadas no Brasil, geralmente copiadas de modelos ou teorias estrangeiras e distanciadas da nossa realidade. Como ressalta Iglesias (1982b, p.12), o sinal mais vivo e característico do quanto escreveu, a idéia na qual mais insistiu “é o sentido da objetividade, a denúncia da alienação, do mimetismo de formas estranhas, da importação indiscriminada de todo um arsenal ideológico elaborado alhures e

sem correspondência com a realidade”. Trata-se da nossa eterna mania de cópia, importando idéias, modelos, instituições, soluções, constituições, sem nenhum critério de adequação à nossa realidade social:

Esta atitude serve, apenas, para mostrar uma das manifestações da **enfermidade nacional** – mal superficial, de educação, mas dominante em toda a extensão dos nossos sentimentos, das nossas idéias e dos nossos atos: **a tendência retórica da nossa mentalidade – decorativa** na arte, **mnemônica** no saber, **farisaica** na aceitação, na **cópia**, na interpretação e na aplicação, de idéias e de sistemas; **bizantina**, no culto material da forma; quase supersticiosa, no amor a conceitos e fórmulas. Textuais, no que sabemos, exegetas e glosadores, no que produzimos, obcecados de idéias **alheias** e de ilusões, vivendo o romance dos nossos devaneios e das nossas imagens literárias, **idólatras** de homens e de nomes próprios, céticos para os ideais concretos, surdos ao otimismo que demanda esforço e ordena o exercício da vontade, crédulos as mais **extravagantes fantasias e artificiosas teorias**; afetando descrença na virtude, na seriedade, no trabalho; confundindo **ouropéis e lantejoulas** com a arte; admiradores dos torneios e das argúcias da política pessoal e partidária; entusiastas de um **progresso de palácios** sem arquitetura e de **idades ostentosas** (...), vamos sacrificando o que já havíamos conquistado (...) em iniciativa, em autonomia e em força produtiva, nos caracteres. O gosto pela música ligeira, por **efeitos vistosos**, por cores e luzes vivas, pelo luxo; um teatro de bambochata; todos os ruídos atordoantes da **vaidade** e do mercantilismo, abafam os impulsos para as formas superiores da civilização e da cultura. (Torres, 1982a, p.125-126, grifo nosso).

É importante perceber aí a crítica feroz de Torres às elites brasileiras (elite política, econômica e intelectual), consideradas superficiais, egoístas e incompetentes, alheias aos graves problemas de nossa realidade e embriagadas nos luxos e ilusões da civilização, do estrangeirismo, importando idéias e costumes e entregando nosso país de bandeja ao imperialismo capitalista internacional. Crítica que será uma constante em toda obra de Alberto Torres, uma de suas características mais marcantes, sempre em um tom veemente:

Tiranía, politiquice, ignorância popular e incompetência dos governantes, abandono da vida econômica em mãos de estrangeiros, fazendo desse belo país um cenário de lutas bárbaras, só igualadas pela memória dos ritos canibais de seus astecas, onde os nacionais não se ocupam senão de manobras astuciosas, na paz, e de guerrilhas, para conquistar o poder, enquanto os estrangeiros procuram defender, à custa o prestígio e da autonomia do país, interesses que lhes foram abandonados: eis o quadro da vida política desse grande país (Torres, 1982b, p.203).

Os descalabros desta terra vêm da agitação dos seus políticos, da predicação dos seus apóstolos, dos preconceitos, ilusões e teorias, dos seus homens de letras, e da cobiça do seu comércio, da sua indústria e da sua finança, colaboradora, com o estrangeiro, da ruína do país. Hoje, tudo isso se agita em torno do governo, que, não sendo nem uma instituição nacional, nem um corpo de dirigentes aptos, é a única força de fato, e tornou-se (...) o eixo em torno do qual se reúnem todos os que não podem ou não querem agir, e, até o momento em que uma agitação violenta convulsionar esta sociedade, para lhe pôr à frente uma força artificial qualquer, surgida das trevas, ou, ao interesse econômico das nações estrangeiras se juntar um interesse político, que sugira aos seus governos uma empresa de conquista, o nosso país irá seguindo a marcha da sua precoce caquexia, extinguindo-se, pelo interior, a flor do seu povo –

porque é a gente que ainda ama o trabalho – e a maioria da sua população, à espera de que um dia a seca e a fome venham bater às portas do Rio, e acordar o interesse dos que, deste lado do oceano, fazem **o papel de parisienses na América, copiando as modas, as idéias, as ilusões e os sentimentalismos**, que lhe remetem os alfaiates do seu corpo e do seu espírito (Torres, 1990, p.14-15, grifo nosso).

Outro ponto que gostaríamos de destacar, visível nos trechos citados acima, é sua retórica, bastante rebuscada, quase dramática, verbalista. Suas frases são sempre longas, recheadas de adjetivos, entrecortadas de travessões. Um estilo que, certamente, contribuirá para sua entusiástica recepção nos anos seguintes, mas que não condiz muito com aquilo que critica – o bacharelismo, o verbalismo, o excesso de citações, de abstrações e de lantejoulas, a ausência de objetividade. E que contribuirá, como veremos, para que o autor seja chamado de Conselheiro Acácio.

O nosso homem do campo, com o seu *facies* enfermiço, a sua estatura dobrada, o seu corpo franzino e recurvado, vale ainda tanto quanto valem, para as duras viagens do interior e para os pesados serviços de tração pelos nossos esburacados caminhos e pelos trilhos das nossas montanhas, o cavaleiro “esquipador” do norte – mais robusto e resistente, com a sua carcaça escaveirada, do que o os mais musculosos normandos e *percherons* –, o “marchador” do centro, o boi crioulo e o boi caracu, dos sertões (Torres, 1990, p.21, grifos no original).

Neste estado de inconsciência mental, com as nossas elegantes fatiotas de figurinos modernos, e de alheamento de sentimentos e de idéias, sob o fulgor das palavras e o brilho decorativo das frases, não admira que o patriotismo evite contemplar a verdadeira situação da Pátria e corra à invocação litúrgica da Bandeira; que esqueça o Cristo e apegue-se à cruz; que abandone a terra e a gente e condene a prole à miséria, delirando de êxtases místicos ao som do Hino Nacional... (Torres, 1982a, p.126).

Retornando ao tema da alienação, esta não é, segundo Torres, mal exclusivo das elites brasileiras, havendo uma crise geral de alienação na civilização ocidental, pois “o homem está, por toda a parte, improvisando artificialmente os órgãos de que seus interesses e necessidades mostram a falta (Torres, 1982b, p.39). Contudo, ela atinge particularmente as nações novas, pois as nações antigas foram ajustando natural e gradativamente suas idéias e suas instituições aos fatos da realidade. Já as novas surgiram do imprevisto e sem organização, e por isso se apegaram “ao preceitos importados dos centros culturais, resultando numa ‘formação mental’ inteiramente alienada do conjunto das coisas e dos fatos da ‘terra’” (Marson, 1979, p.117).

Há alienação sempre que houver dissociação da realidade e artificialismo (Marson, 1979, p.116). Como observa Marson (1979, p.114), é como se houvesse uma essência imanente nas coisas, da qual as idéias deveriam se aproximar ao máximo, como se fossem espelhos refletores. E há estados de alienação, que podem atingir diferentes campos, como as atividades econômicas, regimes, instituições, os métodos de ação política, a vida cultural (Marson, 1979, p.116). Daí, como destaca, “poder admitir-se que uma Nação inteira possa estar alienada de suas próprias bases e de seus próprios fins” (ibidem). Foi essa sistemática alienação da realidade impediu que se formasse no Brasil uma verdadeira consciência nacional, um real sentimento de nacionalidade, uma nação de fato. E, para constituir a nação, para saber o que país realmente precisa, é necessária a observação atenta de sua realidade, o estudo *objetivo* (*empírico*, baseado no concreto, na observação direta) de seus reais problemas, sua gente, sua terra, sua natureza. É preciso afastar-se das abstrações, voltando-se para a realidade e estudando-a objetivamente, em bases empíricas (contando-se aí, com o auxílio da ciência social). A aplicação de fórmulas estrangeiras estava condenada ao fracasso.

Chegamos aí no método de conhecimento que preside a investigação de Torres, chamado por Marson (1979, p.105-106 e p.114) de “método empírico-sensitivo”. Ele se caracteriza por uma forte valorização da experiência, da observação concreta da realidade, sobre as quais deve se basear qualquer processo de conhecimento e reflexão. O próprio Torres se gabava disso, atribuindo suas idéias à sua própria experiência e observação:

Dessa experiência e dessa observação, com elementos tirados do estudo da nossa terra e da nossa gente, resultou o programa que exponho em meus livros (...). (Uma carta do senhor Alberto Torres, *O Imparcial*, 6/08/1916, *apud* Marson, 1979, p.106).

Meu pensamento, sobre este, como sobre os demais problemas sociais e políticos do país, era um **juízo próprio**, formado em consciência, **no estudo concreto dos fatos** (...) (Torres, 1982b, p.34, grifo nosso).

Torres rejeita as construções apriorísticas, as “leis gerais” e soluções abstratas, sem vinculação com a realidade. Critica assim os dogmas científicos e os determinismos biológicos e econômicos, particularmente o evolucionismo mecanicista e o materialismo

histórico²¹ (Marson, 1979, p.109). Este afastamento do universal e do determinado, próprios da racionalidade científica, deve-se, segundo Marson (1979, p.110) à influência de Bergson e seu pensamento relativista. Influência que se somará às duas vertentes formadoras de seu pensamento: o positivismo de Comte e o evolucionismo de Spencer (ibidem). E que introduzirá a dúvida, a variedade, o movimento e a relatividade, contrabalançando as verdades, axiomas e leis positivas que fornecem explicações lógicas e soluções racionais para todos os fatos (ibidem). Contudo, o afastamento não é total, na medida em que poderia levar à irracionalidade, e Torres não abre da razão. Assim, de acordo com Marson (ibidem), o objetivo de Torres é um método que concilie cientificismo e intuição, abstração e experiência.

Por isso, une a observação empírica ao estudo, a prática à reflexão:

Os métodos da política podem ser assim resumidos nestes quatro verbos: ver, estudar, praticar e refletir: critério que, emancipando o espírito de abstrações preconcebidas, aproxima-se da vida (Torres, 1982b, p.80).

O interesse pelo semelhante, em sua realidade objetiva, como base dos métodos de estudo e ação – submetidos os conceitos, acumulados, durante toda a história do espírito humano, ao contraste deste critério positivo – é a única bússola à empresa de solução às crises sociais e políticas (...). Manter tais conceitos, como normas dirigentes da vida, importa submeter a humanidade à perpetração de valores arbitrários (...). Desprezá-los em globo, prejudicialmente, seria obra desassistada de destruição (Torres, 1982b, p.36-37).

Portanto, deveríamos parar de sermos “parisienses na América”, copiando costumes, modelos, soluções, instituições. Urgia olhar para nosso país, nossa terra e nossa gente, observando nossa realidade concreta. Esse olhar, adicionado à reflexão, por pessoas suficientemente preparadas e patriotas, nos orientará na busca de soluções próprias, adequadas à nossa especificidade²², possibilitando-nos organizar e forjar a nação. E entre os

²¹ Todavia, de acordo com Marson (1979, p.106), o tributo de Torres “ao racionalismo científico de Comte fê-lo, em muitos momentos, impor os valores gerais da síntese e das leis universais sobre a compartimentalização”.

²² É importante notar que se o pensamento de Torres tem diversos traços bastante pessoais, essa exigência de “soluções brasileiras para problemas brasileiros” não era exclusividade sua, muito pelo contrário (Kuntz, 2002). Segundo Iglesias (1982b,p.12), nessa orientação Torres segue uma tradição que já contava com nomes como o Visconde do Uruguai, Eusébio de Queirós e o Visconde de Itaboraí. Além disso, ela se tornaria cada vez mais forte à medida em que fosse aumentando a decepção com a Primeira República, sendo seus problemas cada vez mais atribuídos justamente ao artificialismo de suas instituições. Ao mesmo tempo, se Torres repete uma idéia já bastante comum a diversos políticos e escritores de seu tempo, ele o faz de forma contundente, dado que, como dissemos, ela permeia de forma incisiva toda sua obra. Assim, acreditamos que essa característica contribuirá, em grande parte, para a revalorização de sua obra nos anos 1920 e 1930, quando se acirram as críticas ao

elementos copiados, importados por nós sem nenhum critério de adequação à realidade, o mais grave parece ser, sem dúvida, nossa Constituição. Para nosso político-jurista, republicano histórico, nossa Carta de 1891 fora um grande erro, já que copiada e inadequada às nossas condições reais. Por isso, Torres elabora um detalhado projeto de revisão constitucional, ponto central de seu projeto de reforma e organização da nação.

No quadro incongruente das nossas instituições – sistema forasteiro, inadequado à nossa índole e ao nosso caráter, e que por isso não se executa (...) (Torres, 1982b, p.158).

Está exuberantemente demonstrado que a nossa Constituição é uma lei teórica (Torres, 1982b, p.151).

A revisão da Constituição da República é a pedra angular dessa política. A Constituição vigente não é uma lei nossa e para nós; carta de princípios, só tem servido para alhear os espíritos (Torres, 1982b, p.209).

Outra forte característica desse discurso de Torres é seu pragmatismo, sua ênfase constate na necessidade de *ação*. O Brasil precisa urgentemente de medidas que o defendam e o *organizem*, e a inércia e a apatia dos governantes só piora a situação. Um pragmatismo que se combina com um forte sentido de urgência e que casa perfeitamente com o método empírico, fugindo das abstrações.

A restauração das forças da vida, nas terras e na gente do Brasil, impõe-se-nos como um problema imediato e urgente (Torres, 1990, p.XV).

Tudo quanto o homem é, sente e pensa, destina-se a transformar em atos. (Alberto Torres, Perplexidade, *O Imparcial*, 25/12/1912, *apud* Marson, 1979, p.109).

Esse é o imenso mal do nosso país, onde as inteligências não sabem manter (...) senão a atitude crítica e a de diletantismo literário, quando o que se nos está impondo é a coragem da iniciativa e da responsabilidade de solver. (...) Tenha paciência, meu caro Lessa, leia e medite esses meus trabalhos: é o apelo que faz ao seu alto espírito e ao seu reto caráter um brasileiro que está estudando as coisas do seu tempo e de sua terra com a atenção e o cuidado prático de um capitão de navio **em ação e para a ação** (Torres, 1982a, p.7, grifo nosso).

Enquanto nossas elites diletantes estão inertes, Torres chama para a ação, em atitudes concretas e urgentes. Responsabilidade da qual Torres não se furta. O último trecho faz parte de carta enviada a Pedro Lessa, em fevereiro de 1915, na qual Torres pedia-lhe que lesse seus

artificialismo das instituições republicanas brasileiras e a exigência de “soluções brasileiras para problemas brasileiros” torna-se quase uma palavra de ordem.

livros, também enviados. Trata-se de outra característica de Torres: o grande desejo e esforço colaborar para o destino da nação – e mesmo do mundo. Segundo o autor, foi esse afinal o grande objetivo de seus escritos e mesmo de sua vida. De fato, é patente no autor o seu caráter pregador, sua forte crença em suas idéias e no poder transformador dessas. Elemento que se intensificou após sua aposentadoria, quando passou a se dedicar à “pregação de suas idéias, em verdadeiro apostolado pela fé no que pensa” (Iglesias, 1982a, p.VII). Será então sua fase de maior colaboração para jornais, onde encontra meios de divulgar seu pensamento, organizado em corpo de doutrina que deseja chegue a todos (ibidem). Assim, como notado por Iglesias (ibidem), Torres, “Crendo profundamente em suas idéias, prega-as em artigos de jornal e em livros, convoca o público para o debate. Acha que conseguiu indicações e soluções e quer ter seguidores”. E, é forçoso dizer, terá seguidores.

Insubmisso ao despotismo mental da autoridade, **formar consciência própria** sobre os problemas que me interessavam, como homem e como brasileiro, foi a ardente aspiração que me dominou; e, **abandonando sistemas, categorias e divisões de conhecimentos**; despreocupado em ser filósofo, sociólogo, economista, ou cultor de qualquer outra ciência, abri caminhos às minhas pesquisas políticas e sociais, **tomando por guias os primeiros ideais de minha vida e a ambição de cooperar praticamente por sua realização**, através de ciências e de sistemas, mas principalmente **através das realidades e dos fatos**, à proporção que as interrogações iam se formulando em meu espírito. Esclarecendo a inteligência, e resolvendo as dúvidas, eu ia chegando assim, a **formar juízo meu** e a educar o critério, **para solver com os dados correntes da vida os problemas da prática**. (Torres, 1982a, p.11, grifo nosso).

Em estudo que fui publicando, **procurei mostrar aos que dirigem** a opinião e aos que nos governam os sinais da crise próxima, **advertindo-os** da necessidade de prevenir perigos (...), de reparar erros e descuidos que temos cometido, resultantes de estranhável **despreocupação dos nossos problemas práticos** e dos da política mundial (Torres, 1982b, p.84, grifo nosso).

é força **implorar aos que têm** qualquer parcela de **prestígio** na sociedade brasileira, **que atentem** para esta observação, capital no estudo do nosso desenvolvimento (...). Tenho procurado, em meus estudos, chamar a atenção de meus patrícios e, particularmente, dos que nos governam, para este fato, comum às nacionalidades modernas de origem colonial, mas, no Brasil, excepcionalmente notável: **a ausência de espírito nacional “prático”**, da solidariedade patriótica fundada na consciência dos interesses comuns (...) (Torres, 1982b, p.85, grifo nosso).

Uma ação que, como dissemos, reúne saber e prática, e que está consubstanciada na arte da Política. Não a politicalha, dos conchavos e fraudes, voltada apenas para a satisfação dos interesses particulares – tão praticada na Primeira República. E que, por enquanto, é a

única que temos conhecido. Mas uma política *orgânica, nacional*, orientada a partir de nossa realidade, terra e povo. E cujo objetivo é a satisfação dos interesses gerais da nação.

Coordenar, por ação consciente, esses movimentos da sociedade, é o grande encargo da Política; eis porque não será jamais ocioso repetir: um país não é realmente uma nação se não tem uma política, *a sua política*, a política de sua terra, de sua raça ou de suas raças, de sua índole, de seus destinos; esta política, superior às práticas doutrinárias, e sempre falazes, dos partidos (...). Nós não conhecemos senão *as políticas* das teorias partidárias. (Torres, 1982b, p.158, grifos no original).

E a “verdadeira” Política, para Torres, não é uma ciência e sim uma arte, que requer ao mesmo tempo saber, experiência, observação, adaptação, preparação, patriotismo, dedicação e vocação. Assim, à política “recai a incumbência de atrair os ramos especializados do saber para a síntese, materializar a abstração, substituir o reinado quiçá desfrutado pela Filosofia ou pela Teologia” (Marson, 1979, p.113). E que deverá ser praticada por indivíduos especialmente capazes, “iluminados”, aptos a observar a realidade nacional e saber o que é melhor e mais adequado para ela. Trata-se, portanto, de uma ação urgente e necessária, mas uma ação de poucos.

À Política, arte inicial e global da vida do homem na sociedade e da sociedade no meio físico, caberá, daqui por diante, enfeixar todas as outras artes práticas, de modo a indicar-lhes as oportunidades e os meios de ação (...) (Torres, 1982b, p.157-158).

A “política” é o conjunto dos meios e processos de ação, material e social, destinados a promover o progresso e realizar a civilização (Torres, 1982b, p.181).

Concepção orgânica da realidade social

O conhecimento objetivo e nacionalista da realidade social, preconizado por Torres supõe, segundo Marson (1979, p.121), a revelação de uma essência contida nas diferentes esferas da realidade concreta. Uma realidade composta de elementos integrados, interdependentes, que não podem ser apreendidos isoladamente. E que

não é outra coisa senão a reprodução do esquema de funcionamento dos “organismos” vivos, e também não é outra senão a própria sociedade, no conjunto de atividades, de indivíduos, de relações sociais e instituições, de costumes, idéias, e doutrinas. É o que intitulamos “*concepção orgânica da realidade social*”, onde se afirmam os princípios de: integração, unidade, centralização, relações funcionais, funções necessárias, duração conservação, equilíbrio, dinamismo, evolução, processo, sincronismo, impulsos coletivos, características psicológicas, voluntarismo (Marson, 1979, p.121-122, grifo no original).

Essa concepção orgânica da realidade social permeia toda a obra de Torres, seu vocabulário, suas análises, suas soluções e propostas. O vocabulário biológico está sempre presente, assim como as analogias entre corpo físico e corpo social, fenômenos naturais e físicos e fenômenos sociais, órgãos fisiológicos e órgãos políticos, estágios evolutivos biológicos e desenvolvimento histórico da sociedade, enfim, organismos vivos e sociedade.

A política de uma nação é uma política orgânica, o que vale dizer: uma política de conjunto, de harmonia, de equilíbrio (Torres, 1982b, p.158).

É mister restabelecer a nutrição e a circulação no organismo deste país; e o meio de o conseguir está na adoção do regime aqui proposto, vazado no estudo de sua terra e de sua gente, de sua índole e de seus interesses (Torres, 1982b, p.56).

Não são os requisitos da prosperidade e do progresso (...) que falecem, mas os próprios órgãos e vísceras de uma associação humana com assento topográfico em um território (...) (Torres, 1982a, p.43).

Para Marson (1979, p.122), esse organicismo de Torres é fruto sobretudo da aplicação da sociologia de Spencer, adicionada de elementos da teoria evolucionista de Bergson. Isso o situaria, como sociólogo, em uma fase da sociologia que, superando o receituário positivista, trouxe importante contribuição para a investigação dos fatos sociais, buscando as relações estruturais e funcionais dadas pelas necessidades da existência social (ibidem)²³. Notamos ainda a forte influência, em Torres, do evolucionismo de Haeckel. Como dissemos, desde as últimas décadas do século XIX foi bastante forte, entre as elites intelectuais brasileiras, a assimilação de teorias científicas européias. Essas teorias continuarão a exercer grande influência nas primeiras décadas do século XX. Provavelmente por isso, o vocabulário e as metáforas biológicas permanecerão, “contaminando” as análises sociais e políticas dos intelectuais dos anos 20 e 30. Tal fato mostra ainda a importância do modelo orgânico de

²³ Segundo Marson (1979, 129-130, nota 43), citando Florestan Fernandes, trata-se do período organicista que existiu dentro da orientação funcionalista da sociologia. Um de seus maiores expoentes foi justamente Spencer “que, assimilando a sociedade ao organismo, estabeleceu as conexões entre estrutura e função, diferenciação e função, e enfatizou um método de investigação baseado nas analogias e nas comparações” (ibidem). Para Marson (ibidem), na prática, “a aplicação deste conceito de função social, calcado nos princípios biológicos, limitava a eficácia da análise a um grau muito superficial”.

compreensão da realidade social nessas décadas, e também contribui para entender a grande e positiva recepção de Torres então.

O modelo orgânico de Torres é válido para todas as sociedades, o que resulta no pressuposto de uma identidade e homogeneidade na espécie. A consequência é a já referida igualdade entre os homens, sendo as diferenças e desigualdades frutos de processos distintos de adaptação ao meio, tendendo a diminuir com os intercâmbios (Marson, 1979, p.125). São diferenças atuais, passíveis de mudança e que não impedem a evolução.

Na concepção orgânica de Alberto Torres, o organismo/sociedade tem necessidades vitais, que devem ser atendidas adequadamente para seu bom desenvolvimento. Assim, “a estrutura dos organismos sociais passa a constituir-se de um conjunto de órgãos dotados de funções especiais e inter-relacionadas”, que atende àquelas necessidades (Marson, 1979, p.123). Como ressalta Marson (ibidem), as relações entre as necessidades e funções dependem das condições de adaptação, ou seja, dependem do próprio meio e do estágio de evolução do organismo. As possibilidades de duração e permanência (fim da evolução) dependem da harmonia destas relações Além disso, a tendência do organismo é sempre se aperfeiçoar, melhorando o desempenho das funções e aumentando a diferenciação (ibidem). Mas mantendo o equilíbrio, combinando sempre progresso com conservação. Afinal, o “fim da civilização e o da cultura é desenvolver e aperfeiçoar o homem, conservar e melhorar a Terra” (Torres, 1917, apud Marson, 1979, p.136). Portanto, para Torres, a finalidade maior da civilização é conservar e aperfeiçoar o homem e a natureza.

A base da prosperidade de um país novo está nesse princípio, (...) a primeira lei orgânica das sociedades contemporâneas: assegurar a todos os homens a posse dos elementos necessários à vida sã, do corpo e do espírito, provendo-lhes os meios indispensáveis ao exercício de suas aptidões, segundo a direção de suas capacidades (Torres, 1982b, p.130).

A primeira e maior necessidade do homem é a alimentação, sendo em torno desta que deve se organizar toda a economia de uma sociedade. O trabalho na terra e a produção de gêneros alimentícios são o eixo central da economia. Existem ainda algumas outras

necessidades básicas, que uma sociedade organizada deve prover: moradia, saúde, conforto, educação e propriedade (Marson, 1979, p.135). A prioridade é, portanto, a produção para o consumo interno. Essa tende a gerar excedente, o que é normal, desde que respeitando os princípios de harmonia e conservação, incluindo aí conservação da natureza. Mas gerar excedentes, extrair riquezas, trocar, vender, transportar, assim como a indústria e as finanças, são atividades secundárias, complementares, subordinadas à produção para subsistência (Marson, 1979, p.137). São instrumentos do trinômio produção-trabalho-consumo (objetivo da política econômica inspirada nos princípios biológicos), e não um fim em si mesmo. Comporta-se a produção voltada para o lucro, os juros, desde que respeitando o equilíbrio do organismo econômico, a satisfação de suas necessidades básicas. A indústria, o comércio, o capital, não são um mal, e o que é combatido são os excessos: a especulação, a mercancia, o ócio, o gozo, a indústria artificial, o protecionismo (Marson, 1979, p.140). Quanto à exportação, também é permitida, desde que os diversos países concorram entre si em regime de livre concorrência e colaboração, de acordo com as necessidades recíprocas (Marson, 1979, p.139). Mas antes de se abrir às trocas externas, a nação deve consolidar sua estrutura interna, respeitando seu ciclo natural de evolução.

É que o homem é, antes de tudo, um animal ativo, um produtor de coisas e de idéias (...). A necessidade que o impele é de gerar e de produzir; o estímulo que o conduz – o imperativo do movimento, da ação, da novidade, da conquista. O objetivo da vida é a produção, não a aquisição (...) (Torres, 1982b, p.129).

Todos os aspectos citados acima fazem parte do chamado **ruralismo** de Torres, uma das características mais conhecidas de seu pensamento. Ruralismo que, como estamos vendo, está diretamente relacionado a seu organicismo. E que está expresso em sua crença de que a terra é a base da riqueza, assim como na defesa da vocação essencialmente agrícola do Brasil, cultivando o sonho de uma sociedade de pequenos produtores, vivendo de forma integrada e harmônica à terra.

Nosso país tem de ser, em primeiro lugar, um país agrícola. Fora ridículo contestar-lhe esse destino, diante de seu vasto território. Deve manter, depois, o cultivo dos produtos necessários

à vida e dos que empregam matéria-prima nacional. É isso que nos impõe à área do nosso território, a falta de hulha, industrialmente explorável, e o isolamento geográfico de quase todo o país. (...) O Brasil, exatamente porque é um país tropical e equatorial, pobre em muitas regiões, e onde a terra e o clima carecem (...) de elementos necessários às culturas européias, deve ser um país agrícola, não no sentido ianque, de país de vastas propriedades (...), mas no de nação de pequenos proprietários remediados, vivendo na infinidade de produtos da nossa terra (...) confiados o suprimento de outros produtos, absolutamente inaclimáveis, assim como o dos produtos industriais que não tem aqui matéria-prima, às trocas com o estrangeiro (Torres, 1982b, p.207).

É no trabalho na terra que o homem encontra sua realização, se torna ativo e alegre – a *vocação* encontra a *necessidade*. Há, dessa maneira, em Torres, uma apologia do trabalho – especialmente o trabalho agrícola – que torna o homem não apenas útil, mas também feliz e ordeiro.

O imperativo do trabalho e da produção é o móvel da vida psíquica, a fonte verdadeira da alegria. O homem feliz é o que caminha, na existência, sentindo *viver* as fibras íntimas e profundas de seu ser fisiológico e moral. E porque o trabalho e a produção são o destino imperioso do homem (...). Simplesmente, há uma lógica necessária entre a tendência produtiva do homem e sua produção (Torres, 1982b, p.129-130, grifo no original).

Dentro da concepção orgânica de Torres, uma nação saudável é uma nação organizada, estruturada em torno dos princípios de integração, harmonia e equilíbrio. De acordo com Marson (1979, p.140), esses princípios se juntam à vitalidade em torno de eixos centrais: a produção, o trabalho, a propriedade, o Estado, as instituições adequadas, os costumes práticos, etc. A integração e a coesão são essenciais para a Nação, na medida em que estão diretamente ligadas à unidade nacional e à solidariedade social. Nas sociedades contemporâneas, a solidariedade social é fundamental porque vem repor a ausência de homogeneidade tradicional, causada pela diferenciação e especialização social (ibidem, p.143). Assim, as associações de interesses, as solidariedades sociais, garantem uma nova homogeneidade, condição determinante da nacionalidade (ibidem).

Dessa forma, as sociedades organizadas são “aquelas em que as atividades econômicas, as relações sociais e as condutas individuais se enfeixam num corpo dinâmico, diferenciado e ordeiro, baseado nas relações funcionais de integração e equilíbrio” (Marson, 1979, p.141). Sendo obtida de modo espontâneo nas nações antigas e de forma artificial nos

países novos, essa integração nacional depende de um elemento fundamental: a relação/adequação/adaptação ao meio. Além disso, para que haja uma integração social entre os indivíduos e a adequação das instituições às necessidades coletivas é necessário ainda uma solidariedade instintiva, baseada em relações afetivas, não definidas racionalmente (ibidem, p.143). Desse modo, embora Torres se mostre sempre materialista e não religioso, é possível perceber a presença de elemento não racional, “espiritual”, afetivo, na constituição da Nação:

A nacionalidade é o fenômeno intrínseco da existência real de um povo, é o seu fluido vital – é a soma fecundante das forças genéticas, das forças somáticas e das forças morais, que consubstanciam e que personalizam uma população – sobre uma terra. (...) só a Nação, fruto de elementos sociais de corpo e de espírito imprime a vida (...). (Torres, A nação, *A Tribuna*, 04/09/1916, apud Marson, 1979, p. 143).

Contudo, o processo evolutivo não traz apenas vitalidade social ao organismo, como inclui também efeitos prejudiciais, dissolventes da nacionalidade, relacionados principalmente com os processos de urbanização e industrialização. A urbanização, a concentração da vida na cidade trouxe “práticas econômicas, condutas e relações sociais negativas e dissolutas, sinais já de decadência e desagregação da sadia e pacata vida agrária” (Marson, 1979, p.144). Aqui aparece outro elemento central do ruralismo de Torres: sua crítica à cidade que, acompanhada do sempre presente elogio ao campo, configura uma constante oposição campo x cidade. Oposição que retoma uma clássica fórmula de análise social, muito presente no século XIX e em vários momentos do século XX, significando principalmente uma crítica à civilização e aos excessos da modernidade. E que remete também a uma forma dicotômica de analisar a formação social brasileira, muito presente nas primeiras décadas do século XX e com traços permanentes até os dias de hoje: aquela que opõe sertão X litoral, Brasil real x Brasil legal.

As atividades urbanas são em sua maioria parasitárias, artificiais, ligadas ao individualismo. O comércio (que por si só não gera riqueza) passou, de atividade acessória, a comandar a produção. Com isso, os objetivos primeiros desta – satisfação das necessidades básicas, conservação biológica – foram desviados para a busca de máxima produtividade, ao preço do esgotamento das fontes produtivas (Marson, 1979, p.145). E entre os efeitos mais

graves do processo de urbanização e industrialização estão a desorganização da produção e o êxodo das populações rurais seduzidas pelos atrativos artificiais da cidade (ibidem, p.146). Entre essas populações rurais estão aquelas que emigraram da Europa para a América, trazendo instabilidade e desequilíbrio para o novo continente. Finalmente, é a cidade o lugar por excelência da alienação de que falamos acima, enquanto o campo abrigaria o “realismo”. Em sua descrição da nação brasileira, é na cidade que Torres sempre localiza o artificialismo, a falácia, os luxos fúteis, as “lantejoulas”, as ficções da política e das instituições, os defensores dos interesses estrangeiros, alheios às verdadeiras necessidades da nação.

Para Torres, no Brasil, não houve a integração do organismo nacional. Nossa fase colonial foi marcada pelo desencontro, desordem, alienação, instabilidade. Não houve produção para o consumo, nem criação de um mercado interno. Só a extração, produção e comercialização de bens exportáveis, conjugando a pilhagem de nossa natureza com a drenagem de nossas riquezas para o exterior. Torres compara nossa formação colonial com a dos EUA, buscando explicar porque lá houve a formação de uma nação próspera, enquanto aqui houve apenas uma forma de colonização depredatória. Para tanto, recusa as explicações raciais, argumentando com as condições naturais, propícias ao estabelecimento de contingentes europeus, à composição social dos colonizadores, à transferência de costumes e instituições já constituídos (Marson, 1979, p.149). Já no Brasil, pode-se dizer que não houve nem mesmo uma “colonização” verdadeira, mas apenas “imigração”, com a simples transferência de populações, “sem nenhuma organização, hordas passageiras de exploradores do solo” (ibidem, p.150). Portugal, preocupado apenas em explorar e enriquecer, não nos colonizou, não deixou aqui nenhuma instituição real. Não constituímos economia, nem sociedade, nem povo, nem nacionalidade; apenas formações passageiras, constituídas de improviso e ao acaso. A sociedade colonial baseava-se em relações artificiais, instáveis, sem harmonia, coesão, integração.

Éramos uma nacionalidade dispersa, amorfa, em estado quase líquido, sem elementos de condensação (...); um composto de admiráveis caracteres individuais, moralmente unidos, sem caráter social; um conjunto de raças e tipos, sem modelo nacional; *uma nação, sem nacionalidade* (Torres, 1982a, p.127, grifos no original).

Para Torres, a única coisa com alguma organização, no período colonial brasileiro, foi a grande lavoura escravista. Na visão de Marson (1979, p.153), o elogio à sociedade escravista resulta, em parte, de certa nostalgia de bons tempos, ‘lembrando as imagens e experiências vividas, ou contadas por outrem’. Daí sua dedicatória, em *A Organização Nacional*, à bisavó materna e aos escravos mortos e vivos de sua fazenda:

A memória de minha bisavó materna D. MARIA JOAQUINA DA COSTA CORDEIRO, tipo da energia, da virtude e da coragem da matrona brasileira, falecida, aos noventa e cinco anos, após uma existência de contínuos trabalhos, só abandonados nos últimos dias da vida. *E à memória dos escravos mortos, bem como aos ainda vivos de sua fazenda, que me deram, no convívio íntimo da infância, lições de bondade e pureza de costumes e exemplos de amor ao trabalho e de veneração, dedico este apelo aos meus patrícios, em prol da reorganização da nossa vida política e social sob a inspiração das nossas tradições de honra e de bom senso, e com os progressos sólidos e humanos próprios da nossa índole* (Torres, 1982b, p.7, grifos no original).

Como se pode perceber, o elogio resulta também da valorização do eixo trabalho – e, mais ainda, do trabalho agrário – em torno do qual era organizada a lavoura escravista. Aquele trabalho vivo, desenvolvimento da energia vital, impunha-se a todos, tanto ao senhor como ao escravo, “consagrando as vocações, as adaptações ao meio”, realizando as funções necessárias às atividades de manutenção e reprodução do organismo (Marson, 1979, p.153). Entretanto, por mais que estivesse ligado às lembranças infantis e à valorização do trabalho agrícola, pode sugerir, em certa medida, uma forma de “elogio” de Torres ao modo de trabalho escravo. Este é considerado pelo autor como o único regime de trabalho organizado – e voltado predominantemente para o campo – que o Brasil teve efetivamente²⁴. Fato que

²⁴ Caio Prado Júnior, em *Formação do Brasil Contemporâneo*, de 1942, recorda essa idéia de Torres, para então concordar com ela. Segundo Prado Júnior (2002, p.1430-1431), a vida social da colônia foi caracterizada por um aglomerado heterogêneo de raças, “arrebanhadas pela força e incorporadas pela violência”. A população assim constituída não gerou um todo coeso, apenas grupos incoerentes, cujos laços mais fortes foram entre senhor e escravo. Para esse autor (ibidem), é “neste sentido que não faltaria razão a Alberto Torres, quando num aparente paradoxo que escandalizaria seus contemporâneos, ele levanta voz para fazer apologia, não como escravocrata, mas pela primeira vez como sociólogo, do regime servil”. E para “constatar o acerto dessa observação, basta-nos comparar os setores da vida colonial em que respectivamente domina uma e outra forma de trabalho, escravo ou livre” (ibidem). Reproduzindo o trecho de Torres (1982a, p.32) citado acima, Prado Júnior declara ainda que:

chama atenção se contrastado ao passado abolicionista de Torres. Em nossa opinião, não se trata propriamente de um paradoxo, mas apenas uma ambigüidade natural, já que Torres era um homem de seu tempo, tendo convivido com escravos na fazenda de sua avó.

A escravidão foi, entretanto, umas das poucas coisas com visos de organização, que este país jamais possuiu. (...) Social e economicamente, a escravidão deu-nos, por longos anos, todo esforço e toda a ordem que então possuímos, e fundou toda a produção material que ainda temos. A moral dos seus costumes foi superior à das relações, despiudadamente cruas, dos anglo-saxônicos com os pretos e indígenas, nos Estados Unidos (Torres, 1982a, p.32).

O Brasil não tem trabalhadores nacionais porque, a não ser pela escravidão, nunca houve no país, regime social de trabalho (Torres, 1990, p.20).

(...) a não ser com o escravo, nunca fundamos no país coisa nenhuma própria a criar o interesse pelo trabalho e o amor pelo trabalho, entre os homens do povo. Na produção brasileira, só trabalhavam o dono da fazenda e o escravo (Torres, 1990, p.17).

Na dedicatória citada acima é possível destacar ainda o já referido “apelo” que Torres costumava fazer, para que fosse lido e ouvido, influenciando na reorganização da nação. Também a referência à nossa índole, demonstrando que ele acreditava na existência de uma “índole” brasileira, que era, em sua opinião, extremamente positiva. Esse psicologismo, essa crença em um “caráter nacional brasileiro”, é bem freqüente nos escritos de Torres. Trata-se, aliás, de uma característica comum entre os intelectuais das primeiras décadas do século XX.

Nós somos um povo sensato, de espírito claro e prático, de afeições reais, de sentimento profundo, íntimo e natural – sentimento direto e espontâneo, que vai imediatamente às pessoas, ao lar (...) sem liga de sugestões alheias aos impulsos do coração (...) (Torres, 1982a, p.126).

Somos um dos povos mais sensatos e inteligentes do mundo. Nenhum brasileiro (...) deixou de sentir-se alegre ao confrontar o espírito e o caráter do nosso homem do povo com o (...) de outros países. Sensível, generoso, nobre, hospitaleiro, probo, trabalhador, o homem genuinamente brasileiro (...) que não deturpou o caráter na confusão cosmopolita das grandes cidades (...) mostra (...) no sorriso aberto e na palavra mansa e serena, onde a ociosidade a que foi habituado põe uns laivos de desânimo – a inteligência viva e aguda, um raro senso da realidade, um engenho curioso e hábil (Torres, 1982a,p.55-56).

o nosso país (...) possuindo o povo de coração mais brando e de mais sensato espírito, talvez, no mundo inteiro; só não o governa quem o não sabe, ou não o quer (...) (Torres, 1982b, p.57).

A idéia vulgar de que o brasileiro é, de natureza, preguiçoso, pertence ao número dos prejuízos que a observação superficial da nossa índole e dos nossos costumes inspirou (...). O brasileiro é trabalhador e ativo (...) (Torres, 1982a, p.55, nota 6).

“Fica-se em suma na tentação de generalizar ainda mais o conceito de Alberto Torres, e não ver na servidão senão o *único* elemento real e sólido de organização que a colônia possui” (ibidem, grifo no original).

Propostas para a organização da nação

A questão do trabalho escravo nos leva também a outro ponto fundamental do pensamento nacionalista de Torres. Trata-se da sua defesa incontestada do trabalhador nacional, considerado apto e eficiente – ao contrário do que as várias teorias de então alardeavam – porém sistematicamente ignorado e preterido pelas elites dirigentes, que preferiam dirigir seus cuidados e recursos aos imigrantes, política frontalmente combatida por Torres. Assim, para o autor, o problema do trabalhador brasileiro é “o mais grave exemplo da nossa incúria, do nosso imoralíssimo alienismo” (Torres, 1990, p.20). O brasileiro foi abandonado à própria sorte por nossos governantes, “por efeito da nossa adoração quase idílica pelo estrangeiro” (ibidem, p.17-18). Torres afirma que, mais do que respeito, “temos superstição pelo valor do estrangeiro e submissão à sua autoridade; e nisto tem estado o maior obstáculo à formação da consciência nacional, à educação da nossa iniciativa, à consolidação do nosso senso de responsabilidade (...) pública e social” (ibidem, p.18). Dessa forma, na sua opinião, o Brasil não tem trabalhadores rurais “porque as classes superiores, por seu egoísmo, nunca tiveram interesse pelo seu patricio proletário, preferindo explorá-lo a educá-lo, e abandoná-lo, por fim”, preterido pelo imigrante (ibidem).

Assume proporções de escândalo (...) o ardor com que os nossos governos se têm empenhado por estabelecer e instalar colonos estrangeiros, dando-lhes propriedades e instrumentos de trabalho, ao passo que abandonam à ociosidade não poucos milhões de nossos compatriotas (Torres, 1982b, p.230-231).

Na visão de Torres, são a sociedade e a experiência que fazem a melhor das escolas, e enquanto a Europa produz trabalhadores por necessidade, costume e disciplina, nós produzimos ociosos, já que nunca fundamos aqui coisa nenhuma a criar interesse e amor pelo trabalho (Torres, 1990, p.17). O resultado é uma “multidão de ‘forçados’ da vagabundagem – discípulos fidelíssimos da única escola e da única prática que se lhes indicou”, “gravemente inveterada na indolência, profundamente abatida na reatividade do caráter e do espírito”, mas

que não está, contudo, degenerada (ibidem, p.21). Pelo contrário, o Brasil pode confiar, para restaurar a atividade na sua vida, no nosso homem do campo, adaptado às rudezas de nossa geografia. O mesmo não é possível dizer do estrangeiro, que não apenas é menos adaptado ao nosso clima e território, como será sempre, “por índole, por força do espírito, dominante na vida mundial e intensíssimo entre nós, de avidez de ganho, um instrumento de exploração da nossa terra e da nossa gente, indiferente ou hostil a tudo quanto nos interessa” (ibidem, p.22). Por isso, constitui “um atentado contra a Nação e a Humanidade atrair ou tolerar para o nosso país migrações em massa, que alterem os processos da formação natural das populações, em equilíbrio com os meios físicos e com as condições sociais” (ibidem). O imigrante será sim bem-vindo, desde que esteja bem protegido o trabalhador nacional, impedindo assim uma concorrência desleal (da mesma forma que nos negócios).

Assim, para “proteger” o trabalhador nacional, Torres propõe uma série de medidas (todas bem detalhadas em seu projeto de revisão constitucional), a fim de prover assistência, bem-estar, saúde, instrução, moradia e acesso à propriedade ao trabalhador agrícola brasileiro. São medidas que envolvem a regulamentação e organização das atividades no campo, configurando um conjunto com o qual Torres espera atrair e fixar o trabalhador nesse local, num verdadeiro programa de “retorno ao campo”. Conjunto condizente com o acalentado sonho do autor, de uma nação de pequenos produtores agrícolas, um país com uma vasta camada de cidadãos-proprietários. É importante notar que para Torres, essa “república agrícola”, que envolve ainda a “modernização” das cidades rurais e promove assistência e bem-estar a seus cidadãos-trabalhadores-proprietários, garantirá automaticamente a manutenção da ordem social (Marson, 1979, p.175). Para o autor (que muitas vezes manifestou-se contrário a qualquer tipo de revolução), o melhoramento das condições de vida

do campo atrairia as populações aglomeradas na cidade e contribuiria significativamente para a paz social²⁵.

O Brasil tem de ser uma república social, por força de seu destino (...) e tem de ser, intuitivamente, uma república agrícola. É preciso que seja, porém, uma república social, previdente e conservadora, para que o povo não sinta um dia a necessidade de arrancar à força o que os governos lhe podem dar dentro da ordem, sem prejuízo de terceiros (Torres, 1982b, p.132).

Alberto Torres receitará então, entre outros: a criação de núcleos de colonização e organização de comunidades agrárias; ensino e profissionalização do trabalhador rural; a regulação das relações entre lavradores e trabalhadores, “para garantia recíproca”; além do combate “sem tréguas ao álcool, levado até as mais rigorosas medidas de repressão comercial” (Torres, 1990, p.19-30). Sugere também – sempre respeitando os direitos adquiridos, incluindo o da propriedade privada – medidas graduais que falam no parcelamento de propriedades incultas e terras devolutas, e distribuição de lotes (Marson, 1979, p.174). Também “medidas de política, de segurança, de higiene e de conservação”, capazes de “reanimar os bons estímulos e abater as más seduções”, trazendo para o trabalho produtivo e remunerado populações que estão na ociosidade e no vício (Torres, 1990, p.19-30). E para trazer “garantias de estabilidade e prosperidade à gente do campo”, sugere também a moratória e um sistema de compensações aos produtores rurais, a fim de criar novas bases para sua vida; a organização do sistema de crédito rural; a reorganização do comércio dos produtos nacionais de consumo e exportação; e uma política de reflorestamento e de restauração da produtividade do solo (ibidem, p.19-30). Esta última medida está relacionada à sua crítica à exploração predatória de nossa natureza, que é vista por ele como um importante patrimônio nacional. Este tema será abordado por nós de forma detida mais à frente em nosso trabalho. Esse descaso com nossos recursos naturais, assim como com nossos

²⁵ Para Torres, o cidadão-proprietário é também o cidadão-patriota, mantenedor não apenas da ordem como da própria defesa nacional (Marson, 1979, p.176-177). Nesse sentido, ele é também cidadão-soldado, literalmente, na medida em que Torres se opunha à montagem de exércitos numerosos, pregando a organização de corpos voluntários de guerrilheiros em caso de ameaça à nação (ibidem).

habitantes – “nossa terra e nossa gente” – são características de nossa total “desorganização”, contribuindo para com que não constituíssemos uma verdadeira nação.

Contudo, o autor alerta que o regime político vigente não dispõe das leis, dos meios jurídicos e da polícia necessária à essa empresa, sendo incapaz de implementá-la (Torres, 1990, p.19). Por isso, afirma que o país “está exigindo, neste instante, um tratamento legislativo e administrativo intensíssimo, um esforço múltiplo, variado, caloroso, de socorro social e econômico (ibidem, p.18-19). Para Torres, o Brasil sofria de um estado geral de desorganização²⁶, sendo caracterizado, internamente, por uma grande “anarquia”: ausência de ordem, desintegração (Marson, 1979, p.162-164). Essa anarquia marcava de cima a baixo a organização social brasileira, “com a exportação das riquezas e dos capitais, até o artificialismo e a incompetência dos dirigentes intelectuais e políticos” (ibidem). A anarquia representava também a inexistência de um povo, de um sociedade e de uma nação. E nesse corpo desintegrado chamado Brasil, as forças externas do imperialismo não apenas agiam livremente, como recebiam a colaboração de nossas elites alienadas – situação essa que piorou na República, com sua política de atração de investimentos estrangeiros (ibidem).

Portanto, Alberto Torres diagnostica o Brasil como um país desorganizado, marcado pela ausência de solidariedade e consciência nacional. Para resolver esses e outros “males” nacionais, como o excesso de autonomia regional, Torres propõe um governo forte e centralizado, bem equipado e atuante, capaz de conhecer verdadeiramente os problemas e interesses da nação e intervir para a sua solução. Para tanto, era necessária uma revisão constitucional, que incluía, entre outras coisas: o fortalecimento do governo central; a criação de um poder coordenador e introdução da representação mista, individual e por categorias, no

²⁶ Para Kuntz (2002, p.262), este conceito, assim como seu correlato – a organização – é especialmente complexo no pensamento de Torres, ultrapassando em muito as noções de administração e sistema de normas. Assim, “organização” incluiria uma concepção política, uma definição de interesse nacional e um trabalho de conformação de um povo (ibidem). Em nossa opinião, tal explicação é correta, mas o conceito de (des) organização vai bem além dela, estando diretamente ligado à concepção orgânica da realidade social de Torres. Desse modo, um país desorganizado é como um corpo doente, com problemas funcionais e de conjunto, necessitando de um tratamento que o harmonize, que satisfaça suas necessidades, que regule suas partes e funções. Enfim, que restaure seu equilíbrio, garantido sua permanência e desenvolvimento.

Senado. Chegamos aqui a um ponto central do projeto de reforma de Torres: a revisão constitucional, para a qual escreve longo e detalhado projeto.

Assim, as críticas, sugestões e soluções propostas de Alberto Torres convergem para uma reforma jurídica-política, da qual a revisão constitucional é ponto de partida (Marson, 1979, p.170). Dessa maneira, como notou Marson, Torres institucionaliza seus princípios e opiniões, através da negação de tudo quanto criticara. O alcance do projeto é amplo, como ampla é a desorganização do país, abrangendo quase todas as relações sociais, atividades econômicas, organização do poder, critérios de participação política, regime administrativo, organização da produção, a formação educacional, e mais. Entre as soluções estão a organização da produção e do trabalho, a formação de comunidades agrícolas, o programa de regresso ao campo, a nacionalização de atividades econômicas, a preparação das elites intelectuais e, ponto essencial, a organização do poder, através da ação centralizadora do Estado (ibidem).

O país essencialmente agrícola, com harmonia e “soberania orgânica”, desejado por Torres, “se alicerça numa economia baseada na produção para o consumo, secundariamente para exportação, com uma disciplinada e beneficente organização do trabalho” (Marson, 1979, p.170-171). A nação agrária deve conciliar atividades urbano-industriais – desde que “produtivas” –, a grande lavoura de exportação e a policultura voltada para o mercado interno (ibidem, p.170). Ao lado das grandes propriedades, haverá a aglutinação de trabalhadores rurais em cooperativas, além da formação de pequenos proprietários. A grande monocultura de exportação, assim como as atividades de extração, são importantes como fonte de divisas, devendo ser beneficiadas com medidas que garantam a melhor reprodução do capital, diminuindo as despesas e facilitando o crédito (ibidem, p.171). O Estado deve intervir na defesa desses produtos, garantindo, desse modo, a permanência do capital no país (ibidem). A policultura também deverá ser estimulada, devendo produzir gêneros alimentícios adaptados

às condições do país, substituindo os produtos importados ou cultivados artificialmente (ibidem, p.172). A indústria é permitida, desde aproveitando matérias-primas nacionais (ibidem, p.172-173). Torres prevê também a supressão de empecilhos fiscais e comerciais que oneravam produtor e consumidor, garantindo a circulação interna. Tudo isso resultaria numa economia na qual produção e consumo estariam totalmente equilibrados (ibidem, p.173). Para tanto, seriam necessárias ainda uma série de medidas envolvendo a nacionalização (no caso de ramos de interesse vital para a nação, como estradas de ferro e viação), fiscalização, controle e restrição do capital estrangeiro no país. Não se tratava de extinguir o capital estrangeiro, mas de corrigir seus abusos e concorrência desleal (ibidem).

Além das medidas relatadas mais acima, visando o trabalho rural, Torres propõe também a regulamentação dos direitos do trabalho, incluindo jornada de trabalho (oito horas para atividades de força física, seis horas para atividades de esforço intelectual e dez horas para atividade física ou intelectual não fatigante), férias (60 dias por ano) e liberdade de associação legal, com manifestação do pensamento dentro dos limites permitidos (Marson, 1979, p.177). O trabalho impunha-se a todos, como um direito e principalmente como um dever, já que não teria cidadania quem não exercesse uma profissão. E com os direitos do trabalho, da propriedade, do ensino, e com a representação política do voto, o povo passava a ter existência real (ibidem). A produção se harmonizaria com o consumo e todos os recursos naturais, humanos e econômicos seriam aproveitados. E isso em um regime de harmonia, ordem, liberdade de circulação e equilíbrio, a partir do qual a grande nação agrária podia enfrentar sem receios os concorrentes externos (o imperialismo e a imigração) (ibidem).

Finalmente, um ponto central na reforma proposta por Torres refere-se ao fortalecimento significativo do papel do Estado, acompanhando o aumento efetivo de seu campo de ação. Dentro da concepção orgânica, trata-se não de uma imposição, mas de uma *necessidade*, tal qual o corpo humano precisa do cérebro para que “centralize, dirija e

comande a fisiologia social” (Marson, 1979, p.178). Além disso, a ampliação do Estado viria combater duas alternativas extremamente prejudiciais daquele momento, dadas pelo liberalismo individualista-competitivo e o socialismo. Tanto o primeiro (marcado pelo abuso da iniciativa individual) como o segundo, (caracterizado pelo exagero da “questão social” e pela subversão da ordem social) constituíam, para Torres, tendências inevitáveis à tirania e ao despotismo (ibidem). Assim como queria corrigir os abusos do capitalismo internacional, Torres apontava para a necessidade de frear os excessos individualistas do liberalismo:

O espírito liberal enganou-se, reduzindo a ação dos governos: a autoridade, isto é, o império, a majestade, o arbítrio, devem ser combatidos; mas o governo forte em seu papel de apoiar e desenvolver o indivíduo e de coordenar a sociedade, num regime de inteira e ilimitada publicidade e de ampla e inequívoca discussão, deve ser revigorado com outras atribuições (Torres, 1982b, p.172).

O Estado, através de um governo forte, amplo e centralizado, pode e deve corrigir as anomalias do liberalismo, substituindo a mão invisível e estabelecendo a “justiça social” (Marson, 1979, p.179). Mas um Estado muito diferente do que aqui existia e que era caracterizado pelo uso da violência, pela desintegração em poderes locais, pela caudilhagem, ineficiência e ficção da democracia representativa (ibidem). Segundo Torres (1982b, p.165), em nosso país era uma ilusão supor “que os Estados têm prosperado e progredido, graças ao regime federativo”. Ao contrário, nossa “insuficiência e desordem” generalizadas eram “mais que o bastante para nos convencer da necessidade de um governo fortíssimo” (ibidem, p.173). Por isso, o projeto de reforma constitucional de Torres previa algumas inovações em relação à organização do poder. Entre as principais estavam a introdução do Poder Coordenador, a ampliação da intervenção federal, a representação sócio-profissional e um critério de eleição indireta aos cargos de alta direção (Marson, 1979, p.179-180). Ao Poder Coordenador competiria assegurar toda a estrutura do programa nacionalista, cabendo-lhe por isso um minucioso conjunto de atribuições (ibidem). Ele teria um órgão principal, o Conselho Nacional, composto de no máximo vinte membros e que supervisionaria e promoveria as principais medidas econômicas, administrativas e assistencialistas, além de ter o poder de

afastar os chefes do executivo estadual (ibidem, p.180). A eleição dos integrantes do Conselho Nacional, assim como de outros cargos de direção (como o senado e o executivo federal) se daria através de eleição indireta por um seletivo corpo de eleitores, que combinaria capacidade (altos dirigentes de instituições educacionais, estatais, judiciárias, religiosas, representantes políticos) com representação sócio-profissional (através de associações diversas, educacionais, sindicais, profissionais, acadêmicas). Para Marson (ibidem), numa sociedade “desorganizada”, sem classes e sem povo, o projeto de Torres fundava a legitimidade do poder sobre entidades variadas, dissolvendo a sociedade em núcleos de associação imediata e impedindo a formação de pressões sociais generalizadas. Na opinião desse autor (ibidem), no projeto de Torres, o “cidadão-proprietário, o trabalhador ativo e o profissional competente e honesto devem sustentar a sociedade”, enquanto aos mais capazes cabe dirigir e zelar pelos interesses e bem estar da comunidade de seres ativos, solidários e confiantes na imparcialidade de seus delegados e dirigentes. O equilíbrio e a prosperidade dependem da colaboração de todos, no trabalho, na parcimônia e na produção. E Estado atua como harmonizador e mediador dos conflitos e interesses.

1.3 Os intelectuais e a nova elite dirigente

Este trabalho tem de ser feito hoje ou daqui a vinte anos, quando nos dispusermos a preparar uma nação; enquanto não o fizermos, estaremos sacrificando, com a geração contemporânea, a **geração** de vinte anos depois (...). Ora (...) vinte anos de desídia, na política de um país, decidem de sua sorte, podendo anulá-la ou, pelo menos, submetê-lo, definitivamente, senão ao domínio político estrangeiro, à posição subalterna de um simples logradouro comercial e industrial (Torres, 1982b, p.199, grifo nosso).

Como dissemos, a política para Alberto Torres é uma arte, que pressupõe homens criteriosamente escolhidos, especialmente capazes. É uma “arte centralizadora, executada por homens selecionados, e que supõe, necessariamente, a existência de um Estado capaz de atender a estes requisitos” (Marson, 1979, p.113). Torres não especifica exatamente quem são esses “selecionados” responsáveis por reformar a nação. A nação será (re)criada pelo Estado,

mas nossas classes dirigentes atuais são corrompidas, despreparadas e ineficientes. Em seu projeto de reforma da Constituição está previsto a criação de instituições voltadas especificamente para o estudo dos problemas brasileiros e para a preparação daqueles que ocuparão cargos importantes em nosso governo. Mas, antes disso, quem fará a organização da nação? Afinal, como deixa claro muitas vezes, essa é uma tarefa urgente, imediata, e não para ser realizada a longo prazo – sob o risco de invasão imperialista e/ou desintegração total da nação. Deve ser executada naquele presente, das primeiras décadas do século XX:

O nosso problema vital é o problema da nossa organização; e a primeira coragem de que nos cumpre dar provas, é a de longa, máscula e paciente tenacidade, necessária para empreender e sustentar, com vigor e inteligência, o esforço múltiplo e vagaroso da construção da nossa sociedade. É uma obra de arquitetura política, mas de uma arquitetura destinada **a edificar um colossal e singular edifício**, que deve viver, mover-se, crescer e progredir – **a que incumbe à nossa geração** (Torres, 1982a, p.23).

Mas quem compõe essa *geração*, a qual cabe tarefa tão importante (além, é claro, do próprio Alberto Torres, o que fica bem claro na utilização do artigo “nossa” antes de *geração*)? Como notou Marson (1979), essa questão não está abertamente respondida. Entretanto, a resposta está em certo sentido indicada, nas virtudes que essa elite dirigente deve ter: preparação, saber teórico e prático, aptidão, patriotismo, abnegação, pragmatismo – qualidades, enfim, encontradas no próprio Torres, como ele por vezes declara ou insinua. Assim, acreditamos que Alberto Torres “dava lugar” àquela geração posterior à sua, conferia-lhe a chance / missão de ser “a” nova elite dirigente do país. Tudo isso dará margem para aqueles intelectuais que, nos anos 20 e 30, chamam Torres de mestre, se candidatem a compor essa elite dirigente e redentora do Brasil.

A ação deliberada das inteligências (...) é que distingue as sociedades que avançam das sociedades estacionárias (...). Se as inteligências se abstêm, se os estudiosos e refletidos abandonam a atividade, os práticos, os políticos de ação, os eficientes por energia e por iniciativa, apossam-se do presente; e, sem conduzir os acontecimentos, deturpam e atrasam as soluções ... (Alberto Torres, Discurso inaugural no IHGB, 1911, *apud* Marson, 1979, p.184).

Há ainda outro elemento importante, que corrobora esse argumento. Descrevendo a realidade, Torres se torna, como destaca Marson (1979, p.122) um *sociólogo*, no sentido que

se dava então aos pensadores que se valiam de estudos da sociedade. Em sua concepção orgânica, o social pode ser redutível, medido e analisado e *corrigido*. A sociedade/organismo é dinâmica, plástica, passível de transformação e aperfeiçoamento. Cabe então ao sociólogo apontar quais são suas anomalias e quais as soluções para remediá-las – afinal, é ele que diz o que é “normal”, “natural”. A sociologia é transformada em “medicina social” (Marson, 1979, p.128), cabendo ao sociólogo “curar” a sociedade. Nas palavras de Marson (1979, p.133), o “sociólogo” vem munido dos instrumentos de investigação “para detectar e ‘dissecar’ o organismo nacional e, simultaneamente, está apto a mover e até criar mecanismos necessários ao funcionamento desse organismo”. E é “inútil tentar encontrar as fronteiras que demarcam precisamente até onde o investigador deixa de intervir no campo observado” (ibidem).

Tal fenômeno confere um sentido fortemente político ao sociólogo em especial e ao intelectual de modo geral, a quem cabe não apenas observar, analisar e opinar, mas intervir diretamente na sociedade. *Ação* reivindicada por Torres em seu modelo teórico-pragmático. Essa concepção, presente em Alberto Torres, legitima não apenas sua própria relevância e interferência na esfera pública, como a dos intelectuais de modo em geral. Relevância e interferência que, como veremos a seguir, fazem parte do próprio conceito/papel do intelectual moderno. E que é, portanto, reafirmada por Torres. Mais um motivo, acreditamos, para que ele seja escolhido como mestre pelos intelectuais dos anos 20 e 30. Pelo importante papel político que confere à esta categoria, a aqueles que se dizem “pensadores” da nação.

Conceito de Intelectual

Os sujeitos de nosso trabalho são intelectuais. Mas afinal, o que significa, ou melhor, o que significava, no início do século XX, ser um intelectual? Qual o sentido de se dizer, de se definir como um intelectual naquela época? Havia um sentido político inserido aí? Qual era o papel do intelectual, e quão político era esse papel?

De acordo com Margato & Gomes (2004, p.8), o adjetivo latino “intelectual” teve sua primeira forma substantiva na Rússia, na metade do século XIX e, difundido nas línguas européias, o termo se generalizou para designar a classe culta. Será que podemos considerar então a antiga distinção entre trabalho manual e intelectual? Não parece ser esse o caso. Essa definição não só é ampla demais como há tempos já se tornou obsoleta (Coelho, 2004, p.15). O intelectual moderno – cuja cena matricial encontra-se no caso Dreyfus²⁷ –, se caracteriza principalmente pela intervenção cívica e política, pela “coragem de dizer não” (ibidem, p.16). É claro que houve e há intelectuais que aceitam o existente. Mas a figura tradicional do intelectual questiona o existente e por isso é habitualmente associada à esquerda (embora haja, sobretudo hoje, intelectuais de direita)²⁸. As características principais do intelectual moderno seriam, dessa forma, a sua propalada liberdade e a autonomia de pensamento, princípios a partir dos quais ele pode intervir na vida pública. Ele é diferente “intelectual” da Idade Média do qual fala Le Goff, do “filósofo” do século XVIII, ou do “homem de letras” do século XIX. E é da Universidade que fala o intelectual moderno, é ela que lhe dá a plataforma de autoridade na qual se apóia (Coelho, 2004, p.16).

Esse intelectual é, como dissemos, uma figura tipicamente moderna, que foi muito presente e importante no século XIX e em boa parte do século XX. A modernidade pode ser

²⁷ Dreyfus era um capitão francês de origem judaica que, em 1894, foi condenado injustamente por espionagem a serviço da Alemanha. Sua condenação foi acompanhada por gritos de “morte aos judeus” (Coelho, 2004, p.16). Em nome dos valores republicanos e universalistas, defendendo os direitos do homem, uma fração de “pensadores” composta por escritores, professores e artistas, exigiu a revisão do processo (Silva, 2003, p.17). Eles enfrentaram a oposição de outro grupo de “pensadores”, que colocavam a pátria acima de tudo e desejavam asfixiar o caso (Coelho, 2004, p.16). Os membros do primeiro grupo eram mais jovens, cursavam certas disciplinas na Sorbonne (História, Filosofia e Ciências Sociais) e pertenciam à minorias (judaísmo e protestantismo) (Silva, 2003, p.17). Já os anti-dreyfusard eram mais velhos, formados em disciplinas ligadas à Antigüidade Clássica e em sua maioria católicos (ibidem). Então, o escritor Émile Zola, pertencente ao grupo dreyfusard, publicou, em 1898, um texto intitulado *J'accuse* no jornal *L'Aurore*. Clemenceau, responsável pelo jornal, chamou o texto de “Manifesto dos Intelectuais”. Nesse momento o substantivo intelectual é definitivamente introduzido na língua francesa, mas com uma conotação negativa, sendo utilizado pelos anti-dreyfusard como insulto.

²⁸ O problema é que, às vezes, a esquerda toma o poder e aí ele é confrontado com seu maior dilema: a traição – tema recorrente da história dos intelectuais. Afinal, o intelectual está sempre “dividido entre a pura dedicação ao objeto de suas indagações e a necessidade de se posicionar e participar dos problemas do seu tempo” (Margato & Gomes, 2004, p.8). Nesse caso em particular, ele irá, inevitavelmente, trair: ou trairá sua missão de dizer não, de se opor ao status quo; ou trairá seus antigos companheiros de luta e que agora estão no poder.

rapidamente expressa através de algumas palavras chaves como: verdade, razão, progresso, linearidade, continuidade, luzes, certeza, caminho, processo, desenvolvimento, redenção, liberdade, emancipação. A história moderna é racional, progressiva, evolutiva, finalista, teleológica. Não é casual, contingente, aleatória. São termos que tiveram e ainda têm profundo significado no mundo ocidental e que nos mostram que, pós-modernos ou não, ainda somos bastante modernos²⁹. O intelectual moderno acredita nessas palavras. Além disso, considera-se um privilegiado, já que portador dos saberes, da verdade, da razão, dos valores universais³⁰.

Pierre Bourdieu (1996) procura explicar historicamente como surgiu essa figura através da análise do processo de formação do campo cultural na França, na segunda metade do século XIX. É a partir do estabelecimento desse campo cultural como um campo social autônomo que o intelectual moderno sente-se autorizado a intervir civicamente, “aplicando ao espaço público os valores do campo cultural” (Silva, 2004, p.39). O campo cultural se constitui “definindo a sua autonomia, defendendo a especificidade dos valores e das regras que aprecia, face ao campo do poder e à ortodoxia” (ibidem). Desse modo, o campo cultural se estabelece como autônomo, na medida em que ele mesmo elabora e protege os seus princípios de funcionamento e hierarquização; o que se faz e o que se remunera nesse mundo se refere à sua própria estrutura, mais do que à qualquer ordem exógena (ibidem, p.39-40). Ao mesmo tempo, “a força dinâmica da criação faz-se pela ruptura, o desafio ao estabelecido e a produção do novo”, pela tensão entre continuidade e mudança, que caracteriza o

²⁹ Sobre modernidade, pós-modernidade e a escrita da história nessas “conjunturas”, ver, entre outros, Hutcheon (1991), Jameson (1993), Rouanet (1987), Burke (1992), White (1994a,1994b), Reis (2003) e Chartier (2002).

³⁰ É por isso que Foucault (1979, p.8) chama essa personagem de ‘intelectual universal’ – em oposição ao ‘intelectual específico’, que surgirá mais tarde. O intelectual universal era aquele que tomava a palavra e tinha “reconhecido seu direito de falar enquanto dono de verdade e de justiça”. Ele se via e era visto como o representante do universal, a consciência de todos, e teve “sua expressão mais completa no escritor, portador de significações e de valores em que todos podem se reconhecer” (ibidem, p.11). Segundo Foucault (ibidem, p.10), ele derivou do homem da justiça, “aquele que opõe a universidade da justiça e a equidade de uma lei ideal ao poder, ao despotismo, ao abuso, à arrogância da riqueza”.

desenvolvimento do campo cultural (ibidem, p.40). E é essa configuração que o intelectual transporta para a esfera pública³¹.

Assim, no final do século XIX, o intelectual encarna a pressuposta supremacia ética do campo cultural face ao político (Silva, 2004, p.43). O intelectual moderno, alicerçado nos pilares da diferença, independência e crítica³², gozou de enorme poder ao longo do século XX, exercendo grande influência na conformação das idéias e dos projetos sociais e políticos (ibidem, p.41). Ele é perito e legislador, já que não apenas se pronuncia sistematicamente sobre o mundo, dizendo como ele é, mas também aponta como ele deve ser (Silvia, 2004, p.46-47). Porém, para Silva (2004, p.49-58), essa pressuposição de supremacia ética gerou também a arrogância dos intelectuais, que acreditaram poder intervir indiscriminadamente, como se fossem iluminados da razão, com poder de legislação sobre o mundo por estarem acima dele. Arrogância que os fez se isentar da reflexão e da crítica que dirigiam aos outros, e que os conduziram à cegueiras diversas e à cumplicidades criminosas.

Essa caracterização do intelectual moderno é importante em nosso trabalho, pois é mais ou menos dessa forma que, acreditamos, os nossos intelectuais se caracterizam, portando-se como se fossem portadores da verdade, da razão, da luz. Como se seu saber fosse o único válido, o único legítimo. Como se fossem os únicos autorizados a ditarem os destinos

³¹ Segundo Bourdieu (1996), “é a autonomia do campo intelectual que torna possível o ato inaugural de um escritor que, em nome das normas próprias do campo literário, intervém no campo político, constituindo-se desse modo como intelectual. O “J’accuse” é o auge e a consumação de um processo coletivo de emancipação que progressivamente se foi cumprindo no campo de produção cultural: enquanto ruptura profética com a ordem estabelecida, reafirma (...) a irredutibilidade dos valores de verdade e de justiça, e, no mesmo ato, a independência dos guardiões desses valores em relação às normas da política (...) e às imposições da vida econômica. (...). Encerrado na sua ordem própria, apoiando-se nos valores próprios de liberdade, de desinteresse, de justiça, que excluem quem possa abdicar da sua autoridade e da sua responsabilidade (...) em troca de ganhos ou poderes temporais (...), o intelectual afirma-se, contra as leis específicas da política (...) como defensor de princípios universais que não são mais do que o produto da universalização dos produtos específicos do seu universo próprio”.

³² Trata-se da *diferença* que o campo cultural pretende fazer com os campos do poder, já que reclama para si os valores universais da liberdade e do desprendimento (Silva, 2004, p.41). É “como voz diferente que intervém no espaço público, em nome de causas ou valores que supõe extravasarem os limites estritos da esfera política” (ibidem). Em seguida, há a *independência* da autonomia conquistada pelo campo e que liberta dos constrangimentos a que estão submetidos os agentes políticos. E há a *crítica*, que é “a colocação em crise, em nome da razão científica, da razão ética ou da emoção, das evidências aparentes, das crenças estabelecidas, da opinião corrente” (ibidem).

da nação, a dizer o que é ser “brasileiro”, qual é o nosso “caráter nacional”, que caminhos devemos seguir, onde devemos chegar, o que é melhor para nosso “povo”. Um papel que é eminentemente político. É claro que, como já dissemos, as soluções e caminhos propostos por eles variaram bastante. Mas essa postura moderna, ao mesmo tempo iluminista, paternalista e autoritária, foi uma constante.

Essa intervenção na arena pública, essa relevância social e política que os intelectuais modernos se auto-proclamam é, em nossa opinião, muito comum nos intelectuais brasileiros do final do século XIX, assim como das primeiras décadas do século XX. Constitui exceção aí, como veremos à frente, os chamados “assimilados”, intelectuais da *belle époque* que vão se abster da participação na esfera pública. Já os intelectuais das décadas de 1920 e 1930 vão reivindicar esse papel político, retomando assim a tradição dos intelectuais da Geração de 1870. E, também por isso, terão como “mestres” autores como Alberto Torres que, como vimos acima, dá espaço, em seus textos, para a interferência política do intelectual na sociedade. O que acaba funcionando como uma legitimação desta participação.

Finalmente, acreditamos que Alberto Torres também contribuiu para a afirmação do papel do intelectual na sociedade na medida em que procurou se definir, em seus escritos, sobretudo como um intelectual, um pensador, cuja trajetória fora interrompida pelos chamados da política, aos quais atendeu por ser, acima de tudo, um patriota. Fora quase um sacrifício, no qual comprometeu parte de sua vida e carreira – e mesmo sua saúde – e ao qual não ambicionou, pois não era verdadeiramente um político, mas um estudioso. Por isso, relata que “não foi sem contentamento” que aceitou sua aposentadoria para “repor minha carreira no ponto em que a deixara”, significando seus estudos “o reatamento de uma vida intelectual e moral, nascida com as primeiras inspirações da mocidade, que os azares da existência e, principalmente, os da política, haviam perturbado” (Torres, 1982a, p.10-11).

Capítulo 2: Gerações intelectuais no Brasil e Alberto Torres

O prazer não é senão o brado vitorioso do corpo e da alma ao sentir forças e faculdades aplicadas, espontânea e naturalmente, na obra da geração. (Alberto Torres, 1982b, p.129).

Tanto Sevckenko (2003) como Oliveira (1997, partindo de Sevckenko), utilizam uma interessante tipologia, baseada em *gerações*, para o estudo dos intelectuais nas primeiras décadas do século XX, que será aqui adotada por nós. Tal tipologia geracional parte e se inspira, claramente, na famosa Geração de 1870, formada por importantes intelectuais que, combativos e polemistas, renovaram com suas idéias laicas, materialistas e cientificistas o cenário intelectual e político das últimas décadas do século XIX. A Geração de 1870 – que ficou conhecida através dessa denominação após o estudo de Roque Spencer Maciel de Barros, *A ilustração brasileira e a idéia de universidade*, de 1959 – é bastante notória e festejada na historiografia de modo em geral. Afinal, como bem lembrou De Luca (1999, p.19-20), os nomes de José do Patrocínio, Alberto Sales, Miguel Lemos, Silva Jardim, Clóvis Beliváqua, entre outros, estão intimamente ligados à derrocada da ordem monárquico-escravista, enquanto os de Tobias Barreto, Silvio Romero, Rui Barbosa, José Veríssimo e Araripe Júnior, são relacionados à importantes transformações culturais do período. Combateram o catolicismo, a monarquia, a escravidão, os direitos tradicionais dos grandes proprietários e contribuíram, cada um a sua maneira, para o legado da geração. Além disso, a Geração de 1870 “talvez tenha sido a que realizou de forma mais acabada os projetos de que se considerava imbuída” (ibidem).

À famosa e bem-sucedida Geração de 1870, seguem-se então, na tipologia de Sevckenko e Oliveira, os intelectuais da Primeira República, chamados de os intelectuais da *Belle Époque*. Esses intelectuais foram estudados por Miceli (2001b), que os intitulou *anatolianos* (em referência a Anatole France, modelo intelectual para grande parte desses), e é assim que nós o chamaremos aqui. Nem tão bem-sucedidos, muitos decepcionados, a maioria

não engajada politicamente (ao contrário da geração precedente), os intelectuais da *Belle Époque* foram divididos por Sevcenko em *vencedores* (ou assimilados, já que assim o foram em relação ao contexto que experimentavam) ou *derrotados* (não assimilados). Os *derrotados*, por sua vez, dividem-se em *resignados* ou *inconformados*. Aos anatólios, segue-se então a geração nacionalista das décadas de 1920 e 1930, que retomará o engajamento político da Geração de 1870, assim como seu interesse pelo tema da *nação*, mas agora abordados em outras bases. Temos portanto três gerações intelectuais:

1) Geração de 1870

2) Anatólios: 2.1. Vencedores

2.2. Derrotados (Resignados e Inconformados)

3) Geração nacionalista dos anos 20 e 30

Adotaremos e exploraremos mais detalhadamente essa tipologia, na medida em que a consideramos bastante apropriada para nosso trabalho. Primeiramente, porque é a geração de intelectuais dos anos 20 e 30 que elegeu Alberto Torres como *mestre* – e, dado importante, se auto-definia como *geração*, e como *a* geração que cultuava Alberto Torres. Assim, acreditamos que fazer um panorama dessas três gerações nos permitirá uma melhor compreensão desta geração e do porquê dela ter eleito Alberto Torres seu guia intelectual.

Em segundo lugar, porque Alberto Torres, cronologicamente, se insere entre os anatólios (nós o incluiríamos entre os *inconformados*), embora tenha sido, em nossa opinião, influenciado pelas idéias da geração de 1870. Um dos fatores que provavelmente contribuiu para isso foi a passagem de Torres pela Faculdade de Direito do Recife, em 1885, além do fato de Torres ter sido um dos “republicanos históricos”. Assim, colocaríamos Alberto Torres como uma figura de ligação entre os intelectuais dos anos 20 e 30 e a geração de 1870. Finalmente, acreditamos que essa tipologia é uma forma de se compreender a história das idéias, dos intelectuais e do cenário intelectual e político do final do século XIX e

início do século XX no Brasil. Antes, contudo, de entrarmos no exame mais pormenorizado dessas gerações, consideramos importante nos determos mais um pouco nesse termo, sobretudo em sua utilização no estudo de intelectuais.

2.1 O conceito de geração

A vida dos homens que atravessam crises revolucionárias é toda feita, igualmente, de revoluções pessoais. Só quem haja acompanhado, dos primeiros movimentos a seus últimos reflexos, os torvelinhos de uma época crítica, poderá conhecer e avaliar os abalos que a desordem geral vem produzindo em nossos destinos (Alberto Torres, 1982, p.10).

Um conceito importante em nosso trabalho é o de geração, bastante utilizado na área de história intelectual. Contudo, embora tenha se revelado “instrumento eficaz no estudo dos itinerários e dos movimentos intelectuais”, trata-se de um conceito complicado, já que se predispõe a múltiplas aplicações, cobrindo “um campo semântico extenso e impreciso, podendo ser empregado tanto em sentido puramente bio-sociológico (de faixas etárias), como em sentido político-ideológico (por exemplo, de engajamento político e de militância)”, como em acepção cultural (por exemplo, a *nouvelle-vague*) (Silva, 2003, p.22-23).

Spitzer (1973, p.1353-1385) apresenta uma boa síntese da história do conceito que, como ele nota, embora importante e útil, é escorregadio e polissêmico. Segundo esse autor, a maioria dos estudos sobre gerações segue as indicações de autores pioneiros como Ortega y Gasset e principalmente Karl Mannheim. Esses autores distinguem entre gerações identificadas através de sucessões familiares (cadeia biológica) e gerações concebidas como grupos de contemporâneos, de idades semelhantes, cuja experiência compartilhada os distingue significativamente dos outros grupos de idade da mesma época. Os historiadores costumam ainda adicionar um adjetivo ao grupo, qualificando-o como geração intelectual, literária, política, operária, etc., o que aumenta o foco na aplicação do conceito. Essa

especificação corresponde ao conceito de “unidade geracional”³³ de Mannheim, referindo-se a grupos que, dentro de uma mesma geração, trabalham de formas diferenciadas as experiências coletivas compartilhadas. Todavia, segundo Spitzer, vários autores têm colocado sérias objeções à utilização desse conceito. O problema central apontado está na sua definição, particularmente nos limites que diferenciam uma geração da outra, já que “pessoas nascem a cada segundo”. Spitzer responde à essa objeção lembrando que se trata de uma questão existente para qualquer tentativa de estabelecer categorias dentro de um contínuo. Para ele, sempre que se desconfie que existam diferenças significativas relacionadas a grupos etários, não há o menor problema em recortar esses grupos e verificar se seu comportamento coletivo e sua relação com outros grupos contribuem para o entendimento e a análise histórica. Portanto, em sua opinião, muito mais produtivo do que perguntar quanto tempo dura uma geração, ou quantas gerações normalmente coexistem, é perguntar se, e em que aspectos, diferenças etárias importam em uma dada situação histórica. É por isso que, segundo esse autor, a maioria dos estudiosos se baseia em Mannheim e sua clássica formulação, segundo a qual o fenômeno social da geração representa um tipo particular de identidade de local, que abrange grupos etários inseridos em um dado processo histórico social. Para Bomeny (2001, p.12), é “a dimensão de compartilhar socialmente experiências o que confere significado especial à formulação mannheimiana”.

Assim, Silva (2003, p.22-23), nota que “quando uma faixa etária intelectual se depara com determinados acontecimentos marcantes”, como golpes de Estado, revoltas e guerras, esses imprimem geralmente “uma marca comum, inevitável, nas sensibilidades, provocando uma mesma percepção e aspiração em relação a esses acontecimentos”. Porém, para partilhar experiências de vida e formas de pensamento semelhantes não é suficiente viver em um mesmo espaço de tempo, daí a importância do “critério sociológico disposicional”

³³ Tradução livre, nossa. O termo é “generation unit”.

acrescentado por Mannheim. É o que esse autor chama de “laço geracional”, que “depende de um conjunto de afinidades, de sensibilidades comuns, herdadas e vivenciadas, capazes de condicionar o sentimento de partilha de um mesmo destino” (ibidem). Dessa forma, “pertencem, então, a uma ‘mesma geração’ todos aqueles que, tendo vivido, simultaneamente, as mesmas experiências coletivas, tendo sofrido o efeito direto dos acontecimentos, tendo tido o sentimento de serem contemporâneos a esses mesmos acontecimentos”, adquiriram uma sensibilidade comum, uma visão de mundo parecida, com semelhanças (ibidem). Um último aspecto do conceito de geração é ainda destacado por Silva (ibidem): é que, em sua dimensão histórica, ele privilegia e reforça a idéia de mudança, de ruptura. Nesse caso, seu emprego tem função comparativa, ou seja, “ele é o elemento que introduz o contraste temporal”.

E é a partir dessa perspectiva que entendemos e utilizamos, em nosso trabalho, o conceito de geração: relacionado principalmente ao sentido de **uma vivência coletiva comum**. No sentido de grupos de pessoas, de idades mais ou menos próximas que, em determinado local, compartilham certas experiências e sensibilidades comuns, que os diferenciam dos outros grupos, anteriores ou posteriores. Isso não significa, de modo algum, ignorar a diversidade e a pluralidade presente em uma mesma geração. Quando falamos que dentro das histórias das idéias no Brasil é possível distinguir uma geração de 1870 ou a geração nacionalista dos anos 20, não queremos apagar as diferenças reais e significativas existentes entre Joaquim Nabuco, Silvio Romero e José Veríssimo, por um lado, e Roquette-Pinto, Alceu Amoroso Lima e Oliveira Vianna, por outro. O que queremos dizer é que essas gerações partilham uma experiência espaço-temporal comum, gerando sensibilidades e aspirações semelhantes em relação a determinados aspectos e temas. O que percebemos, no caso da geração republicana das décadas de 20 e 30, por exemplo, é que, mesmo que seus *diagnósticos e terapias* variem, ela possui uma agenda comum, uma mesma gramática (que inclui a utilização de termos biológicos, como *diagnósticos, terapias, cura, vícios*, em seus

escritos sociais e políticos). Uma gramática que é **essencialmente política**, pois tem como pano de fundo projetos concretos de nação e a vontade e a intenção desses homens de intervirem efetivamente nos destinos desta. Essa questão será explicitada mais à frente.

2.2 A geração de 1870

As últimas décadas do século XIX no Brasil foram de grande transformação, social, política e econômica. Momento de grande dinamismo econômico, urbanização e industrialização, enquanto o sistema escravista agonizava e emergiam novos setores urbanos, expressando novos interesses e perspectivas (Mota, 2000, p.23). Ao mesmo tempo, as transformações esbarravam, no campo político-institucional, “no edifício imperial inabalável, posto que carcomido, gasto, obsoleto” (ibidem, p.27). Uma das conseqüências desse quadro será um processo de diversificação dos intelectuais brasileiros, que até então possuíam um perfil bastante homogêneo em termos de formação e carreira, vinculando-se de forma mais ou menos direta às elites econômicas (Schwarcz, 2001, p.24). Ocorre então uma progressiva diferenciação regional, profissional, de formação e mesmo sócio-econômica. Ao mesmo tempo, há uma grande dinamização das atividades intelectuais no país, incluindo crescimento na edição de livros e periódicos e o aumento dos espaços próprios, como academias literárias, faculdades, institutos e museus. Para Mota (2000, p.24), essa efervescência indicava os esforços da inteligência para compreender as novas direções que a sociedade parecia trilhar. A década de 1870 constituem um marco na renovação intelectual brasileira, consagrado pelos diferentes estudiosos, todos vendo “nela uma década de inovações, o começo de uma nova era” (Schwarcz, 2001, p.27). Movimento que está associado a um quadro maior de renovação científica e cultural que atingia o mundo ocidental, relacionado à expansão do capitalismo e ao grande desenvolvimento da ciência e da técnica (Mota, 2000, p.25-26). Trata-se de um tempo de certezas científicas e crença no progresso, no qual “ciência” significava poder e

progresso. A nova mentalidade era o cientificismo e acreditava-se possível aplicar a todos os ramos do conhecimento o princípio de identificação das regularidades, de modo que o mesmo determinismo que regia os movimentos dos astros governaria os fenômenos sociais (ibidem).

Assim, no Brasil, a partir dos anos 1870, um conjunto diversificado de escritores, conhecidos como a Geração de 70, promoveu uma grande renovação no nosso cenário intelectual. Foram influenciados por aquilo que foi chamado então de “um bando de idéias novas que se esvoaçam no ar” – como positivismo, liberalismo, darwinismo, evolucionismo, crítica religiosa, naturalismo, cientificismo, folclore. Autores como Comte, Darwin, Buckle, Haeckel, Spencer, Littré, Noiré, Taine e Renan se tornaram referências obrigatórias, substituindo Cousin, Maine de Biran e Jouffroy (De Luca, 1999, p.21). Novas doutrinas que, “baseadas em uma cosmovisão laicizada, forneciam as chaves para a compreensão do mundo material e social” (ibidem). A filosofia oficial, conhecida como filosofia eclética ou “ecletismo espiritualista” – que combinava uma filosofia secular com elementos religiosos –, predominante até então, passa a sofrer ataques de todas as partes (Paim, 1967, p.125-127). De acordo com Paim (ibidem), já havia, desde bem antes dos anos 70, manifestações isoladas de inconformismo com a doutrina eclética e de conhecimento de autores como Comte, Renan e outros. Todavia, “o toque de alarme havia que partir da arena política”, na medida em que o sistema de idéias que se passou a combater se enfeixava nas mãos da monarquia e nos instrumentos que lhe serviam de suporte (ibidem).

Desse modo, segundo Paim (1967, p.126-127), “a mocidade acadêmica e os círculos intelectuais, por todo o país, adotam o que se poderia denominar de espírito crítico”, através do qual propagam-se autores e idéias que se tornam simpáticos desde de que pudessem nutrir o inconformismo. Manifestações do novo estado de espírito são registradas na Bahia, no Ceará, em São Paulo, no Rio Janeiro e sobretudo em Recife, onde Tobias Barreto e Silvio Romero se destacam. Denunciavam o imobilismo do Império, a ausência de democracia e de

partidos, a escravidão, o atraso econômico e o analfabetismo, enquanto abolição, república, federalismo e democracia tornavam-se palavras de ordem que condensavam programas, idéias, desafios e aspirações capazes de amalgamar diferenças individuais (De Luca, 1999, p.21). Nas palavras de Paim (1967,p.125), “nos anos 70, revelara-se de pronto a instabilidade de todas as coisas e tudo se põe em discussão”. Coube à geração de 70 a introdução do Brasil na “modernidade cultural”, pois rompia com o pensamento religioso em prol de uma visão laica do mundo, levando ainda à contestação da teoria do direito natural, na qual a ordem social era vista como rígida e imutável (Schwarcz, 2001, p.150). Tratava-se da entrada de um discurso secular e temporal que, no contexto brasileiro, transformava-se em instrumento de combate à várias instituições assentadas (ibidem).

Alonso (2002), destaca o caráter sobretudo político dessa geração de pensadores, atuando principalmente no sentido do engajamento, da crítica, da contestação e do reformismo. De acordo com essa autora (2002, p.45), eles não estavam voltados “para um debate doutrinário alheado da realidade brasileira”, nem visavam formular teorias universais, sendo a unidade do movimento essencialmente política, “fruto de uma experiência compartilhada de marginalização em relação aos postos de mando do Segundo Reinado”. Para tanto, recorreram a elementos do “repertório da política científica e à tradição nacional em busca de instrumentos de crítica intelectual e de formas de ação política para combater as instituições, práticas e valores” da ordem imperial (ibidem). Por isso, para Alonso, a produção intelectual da geração de 1870 pode ser lida como uma forma de contestação política, e é esse sentido que confere unidade ao movimento, sendo essencial ressaltar sua dimensão de revolta político-intelectual coletiva (ibidem).

De acordo com Paim (1967, 127-129), apesar da grande difusão do positivismo, não havia uma unidade doutrinária definida nesse novo surto de idéias³⁴; havia, “talvez, unidade

³⁴ De acordo com Mota (2000, p.30), havia muitas nuances no pensamento progressista. Segundo essa autora (ibidem), Roque Spencer Maciel de Barros distingue os liberais clássicos, os liberais cientificistas, os liberais

de objetivos: a crítica ao pensamento e às instituições vigentes”. Não obstante, é a partir desse movimento profundo, mas informe, que terá lugar a delimitação posterior dos campos, resultando principalmente em dois movimentos complexos: o positivismo e a Escola do Recife (ibidem). Além do positivismo³⁵, as teorias cujos conteúdos filiavam-se ao darwinismo, especialmente a do alemão Haeckel e a do inglês Spencer, encontraram grande aceitação (Mota, 2000, p.30). Segundo Mota (ibidem), a intelectualidade brasileira se empolgou “com os esquemas biologizantes que, aplicados à sociedade, lhes conferiam a certeza da marcha inexorável da humanidade em direção à perfeição”. E ao mesmo tempo em que absorviam e se apropriavam das teorias estrangeiras, relendo-as de acordo com as nossas especificidades, esses intelectuais procuravam entender o Brasil, estudando suas origens e identificando seus problemas (ibidem, p.25). Os grandes temas nacionais, tais como escravidão, imigração e regime político foram colocados à luz das novas teorias, criando “uma atmosfera de efervescência intelectual permeada pela crença na transformação do país pela força das idéias” (ibidem, p.31). Além da forte confiança na ciência, havia a consciência da necessidade de adequar o país à modernidade ocidental, e para isso era preciso buscar as causas do atraso e propor soluções (ibidem). Tomados por um sentimento de urgência que demandava ação, esses homens se consideram não apenas agentes dessa transformação, mas sua própria condição primeira de desencadeamento (De Luca, 1999, p.21).

Pensar o Brasil supunha também defini-lo, de modo que modernização e identidade nacional foram termos chaves para essa intelectualidade. Experimentavam uma tensão constante, divididos entre o pessimismo e o otimismo, já que frente a uma realidade

semi-indecisos entre essas duas direções, e os cientificistas antiliberais (isto é, os positivistas de todos os matizes). Barros reconhece, todavia, a dificuldade em encontrar “tipos puros” para exemplificá-los, devido à permeabilidade das doutrinas e ao trânsito dos intelectuais por elas. Um exemplo é Silvio Romero que, de adepto da filosofia de Comte passou a opositor, adotando a de Spencer (ibidem).

³⁵ Se num primeiro momento há uma adesão geral ao positivismo, em um segundo momento esse passa a ser alvos de crítica. Segundo Mota (2000, p.30), a despeito das críticas, esses intelectuais acabaram revelando em suas obras e em suas práticas uma espécie de “positivismo independente”. Assim, a inteligência brasileira guardaria mais uma atitude intelectual, “o espírito positivo”, do que fidelidade à palavra de Comte (ibidem).

complexa, colocaram-se a serviço de uma difícil tarefa: “adequar a construção teórica da idéia de uma nação brasileira a um país, o Brasil, percebido por eles como o lugar mesmo da ausência dessa idéia” (Mota, 2000, p.29). Procuravam encontrar a expressão genuína de uma possível cultura brasileira, além de apontar os obstáculos que impediam a realização do país como nação (ibidem, p.28). Para De Luca (1999, p.21-22), a maioria dos que se bateram por essas reformas teve a satisfação de vê-las realizadas. É certo que logo veio a decepção e muitos perceberam que não houve a redenção imaginada, gerando lamentos do tipo “essa não é a República dos meus sonhos”. Mas essa decepção não apagou o brilho dos feitos dessa geração, que tem sido devidamente festejada pela historiografia (ibidem).

Acreditamos que Alberto Torres foi bastante influenciado pela geração de 1870. O ideário da geração de Silvio Romero apresenta grandes semelhanças com aquele esposado por Torres, como em seu cientificismo, laicismo, evolucionismo, a presença de Haeckel, o seu engajamento político, sua busca de pensar a nação e sua ênfase na necessidade de ação.

2.3 Os Anatolianos ou geração da *Belle Époque*

2.3.1 A *Belle Époque* brasileira

Entre fins do século XIX e meados do século XX, o Brasil viveu intensas mudanças, estimuladas por um novo dinamismo da economia mundial e que afetaram desde a ordem e as hierarquias sociais até as noções de tempo e espaço (Sevcenko, 1999, p.7). As bases de inspiração das novas elites eram correntes científicas, enquanto sua base de apoio econômico e político era dada pela recente riqueza da cafeicultura do Sudeste. Daí o apoio dos cafeicultores ao federalismo, que deveria assegurar-lhes o controle local e a possibilidade de influir na ordem nacional (ibidem, p.14-16). Após a proclamação da República (que reuniu cafeicultores paulistas, militares radicais e políticos republicanos), tomou-se uma série de

medidas liberalizantes, como a abertura da economia e a criação de um moderno mercado de ações, com o objetivo de industrializar e modernizar o país a todo custo. Como resultado, houve grande entrada de capitais estrangeiros e escandalosos movimentos especulativos, o que arruinou membros da elite econômica monarquista, levando à ascensão uma nova camada de arrivistas, enriquecidos em negociatas e no jogo especulativo (ibidem). Ao mesmo tempo, a abolição, a imigração e a consolidação do trabalho assalariado completavam um conjunto de transformações que desestabilizavam a sociedade tradicional (ibidem). O sintoma mais nítido do desejo das elites de promover a modernização “a qualquer custo” foi a Revolta de Canudos (1893-1897)³⁶. Situações semelhantes se sucederam, reiterando a permanência desse impasse, como a Revolta da Vacina em 1904 (ibidem, p.20).

Após os primeiros anos de instabilidade econômica e política, a estabilidade da República foi garantida pela chamada República dos Conselheiros, abrangendo os três governos civis entre 1894 e 1906³⁷. Foram lançadas então as bases do novo regime, através da “política dos governadores” (apenas os candidatos aliados à bancada situacionista no Congresso tinham seus diplomas validados) e do Convênio de Taubaté – que, ao criar um favorecimento cambial arbitrário à cafeicultura, fundou as bases da “política do café-com-

³⁶ Após três tentativas fracassadas de invadir o povoado, a única maneira de justificar a catástrofe foi atribuir aos revoltosos a imagem de conspiradores monarquistas decididos a derrubar o novo regime, mantidos a partir do exterior por líderes expatriados. Aniquilá-los era assim uma questão de vida ou morte para a jovem República (Sevcenko, 1999, p.16-17). Euclides da Cunha, que participou da quarta expedição como correspondente de “O Estado de SP”, foi acreditando na versão oficial, mas lá chegando viu que eram apenas trabalhadores rurais pobres, sem educação formal, com um profundo sentimento de religiosidade e atordoados por inesperadas mudanças de grande impacto simbólico, como a deposição do Imperador e a separação da Igreja do Estado (ibidem, p.19). Além de tentar manter em seu meio isolado o respeito por esses princípios, procuravam se defender dos desmandos das autoridades e potentes locais, das formas tradicionais de exploração a que as populações pobres eram submetidas nos sertões brasileiros, tanto pelo poder público quanto por agentes privados (ibidem). Com *Os sertões*, publicado em 1902, Euclides explicitou as deficiências e ignorância do exército e das elites litorâneas – sempre voltadas para a Europa –, em relação às terras, gentes, hábitos e à cultura popular brasileira (Sevcenko, 1999, p.20). Mostrou que havia um outro Brasil, totalmente desconhecido, e por isso é peça chave para entender as tensões que assinalam a cultura brasileira no século 20 (Sevcenko, 1999, p.18-20).

³⁷ Governos Prudente de Moraes (1894-1898), Campos Sales (1898-1902) e Rodrigues Alves (1902-1906). Foi assim chamada devido à destacada participação de monarquistas e membros da elite ilustrada do Império, como Rodrigues Alves, Rui Barbosa e o Barão do Rio Branco. Apesar dessa origem, a atuação desse grupo se efetivava por meio do discurso cientificista e da competência técnica da geração dos republicanos positivistas (Sevcenko, 1999, p.33-34). Procurando forjar um Estado-Nação moderno, articularam a tradição do Império, os interesses da cafeicultura de São Paulo e a finança internacional. Desse modo, segundo Sevcenko (2003, p.64), a República dos Conselheiros foi resultado de dois conjuntos de ações: a adesão dos monarquistas e a reversão de republicanos militantes ao conservadorismo.

leite”, por meio da qual São Paulo e Minas Gerais imporiam sua hegemonia até 1930 (Sevcenko, 1999, p.33). Promoveu-se o saneamento da crise financeira interna e externamente, recuperando a credibilidade e os nexos com a rede cosmopolita (Sevcenko, 2003, p.64). Mas os vínculos com o crédito internacional assentavam-se na garantia de uma economia liberal (instituições estáveis, segurança de expectativas, capital consolidado), notando-se então o prestígio quase fetichista das instituições liberais, principalmente pela elite republicana paulista (ibidem, p.67). De acordo com Sevcenko (2003, p.64), foi aliás o predomínio paulista – defensor dos postulados do liberalismo clássico – que trouxe a República dos Conselheiros. Seria essa República que articularia o processo de *Regeneração*, em 1904, a fim de adequar a nação ao espírito moderno e civilizado da *belle époque*.

No início do século XX o Rio de Janeiro, capital e vitrine da República, era ainda uma cidade de feições coloniais, com ruas estreitas, um porto obsoleto, sendo ainda foco de várias endemias (Sevcenko, 1999, p.21-23). O presidente Rodrigues Alves ordenou então três reformas simultâneas, naquilo que ficou conhecido como a *Regeneração*: a modernização do porto (chefiada pelo engenheiro Lauro Muller); a reforma urbana (pelo engenheiro Pereira Passos, nomeado prefeito); e o saneamento da cidade (pelo médico sanitário Oswaldo Cruz), sendo dados aos três foram poderes ilimitados, criando uma situação de tripla ditadura (ibidem). As brigadas sanitárias invadiam as casas, sobretudo as mais pobres, desinfetando, limpando, interditando, exigindo reformas, removendo doentes, e muitas vezes mandando evacuar ou mesmo demolir o local (Sevcenko, 2003). Na reforma urbana, os casarões do centro eram demolidos, sem indenização nem realocação da multidão pobre, levando à disseminação dos cortiços e favelas (Sevcenko, 1999, p.23). O marco da Regeneração foi a inauguração da Avenida Central, decorada em estilo *art nouveau* com muitos mármore, além de modos, modas e festas francesas (ibidem, p.26). Eram hegemônicos então os discursos técnicos confiantes em representar a vitória do progresso, dispostos a fazer a modernização a

todo custo, desencadeando ações de forte opressão às populações menos favorecidas³⁸ (ibidem, p.27). Mas, apesar da pulsação difusa de violência, que revelava tanto a intensidade das transformações quanto as resistências à elas, a consolidação do novo regime se deu numa atmosfera de euforia e ostentação (ibidem, p.32).

2.3.2 Decepção inicial com a República e marginalização social do intelectual

Alguns anos após a proclamação da República, o cenário político, social e intelectual no país estava muito distante daquele sonhado pelos mosqueteiros intelectuais da geração de 70. Em vez da nação moderna e liberal acalentada pelos republicanos históricos, ancorada na razão e na ciência, o país dos conchavos, arrivismos, oligarquias, dos coronéis. Das fraudes eleitorais, das especulações financeiras, dos “sertões” miseráveis de Canudos e Contestado. Dos bacharéis, dos acácios, dos “bota-abaixo”, dos políticos profissionais, das lantejoulas. País tão bem retratado nos escritos cheios de ironia de Lima Barreto e nas críticas mordazes de Alberto Torres. E que não reservara um espaço significativo para os intelectuais, que ficaram longe de ser os condutores da nação.

Os homens da geração de 1870, além de fortemente engajados politicamente, conseguiram, de modo geral, espaço e voz no cenário político. Mas algumas décadas depois, a situação mudara radicalmente. Na virada do século XIX para o XX, os intelectuais já não contavam com o apoio irrestrito das forças de oposição, como acontecera na época das

³⁸ Nicolau Sevcenko (1999 e 2003) relaciona diretamente a Revolta da Vacina, de 1904, aos abusos cometidos pelas autoridades durante as reformas urbana e sanitária da *Regeneração*. Segundo ele, a população pobre, despejada e humilhada, num surto espontâneo, se voltou contra os batalhões de visitantes e a força policial, dirigindo-se para o centro onde se entrincheiram nas valas abertas pela reforma. Já José Murilo de Carvalho (2002, p.91-139), não acredita que a revolta estivesse ligada diretamente nem à reforma urbana nem a fatores econômicos. Sua tese é de que foi uma revolta fragmentada, de uma sociedade fragmentada. Diferentes parcelas da população participaram por diferentes motivos, fazendo desabrochar várias revoltas dentro da revolta. E os cidadãos desrespeitados acertaram as contas com o governo. Entretanto, acreditamos que tanto Carvalho quanto Sevcenko apontam para um mesmo fato: que se tratou principalmente de uma revolta contra o abuso de poder das autoridades públicas. Para mostrar que a população não era “carneiro” (Carvalho, 2002, p.139). Segundo Carvalho (2002), apesar da exclusão da maioria da população do processo político formal, havia uma espécie de entendimento implícito sobre o que constituía legítima interferência do governo na vida das pessoas. Quando esses limites eram ultrapassados, ela reagia por via de ação direta, tendo havido vários outros levantes antes.

grandes campanhas públicas do ocaso do Império (Sevcenko, 2003, p.114). E, não obstante a vitória de sua cruzada modernizadora, acabaram marginalizados pelo novo regime, pela nova ordem essencialmente burguesa e oligárquica (ibidem, p.107). Receberam o esquecimento e o desprezo das oligarquias e dos novos políticos oportunistas (ibidem, p.117). Ironicamente, no momento do triunfo de seu ideal, com o advento da Abolição e Proclamação, vêem-se transformados em personagens socialmente inúteis e são deixados de fora do poder (ibidem).

Além desse afastamento do qual são alvos, há por parte dos intelectuais uma grande decepção com a República maculada, corrompida pelos acordos oligárquicos, pelas disputas por poder e por cargos rendosos. Os políticos e partidos que se assenhoravam da situação passaram a receber violentas críticas por parte dos grupos intelectuais, que censuravam-lhes o vazio ideológico, a corrupção e a incapacidade técnica e administrativa (Sevcenko, 2003, p.108). Afinal, não havia praticamente partidos políticos no sentido clássico do conceito, pois não se mantinham interesses rigorosamente conflituosos nos meios políticos e entre os grupos dominantes, e foi esse um dos traços mais marcantes da Primeira República (ibidem). A oposição foi varrida da vida pública e dos meios oficiais, sob o estigma de anti-social e pernicioso (ibidem). Assim, a imensa transformação social, econômica e cultural que eles ajudaram a realizar tomou um rumo inesperado e contrário às suas expectativas (ibidem, p.115). Em vez de um mundo fundado nos valores da razão e do conhecimento, que premiasse a inteligência e a competência com prestígio e posições de comando, viram, horrorizados, tudo reduzido ao mais volúvel dos valores: o valor de mercado (ibidem). A República, contraditoriamente, viera consagrar a vitória da irracionalidade e da incompetência, e os homens de talento sentiam-se postos de lado em favor de arrivistas sem escrúpulos (ibidem, p.108-110). Nas palavras de Euclides da Cunha, o momento era o da “imbecilidade triunfante”, tendo então ampla circulação o neologismo “mediocracia”, que significava o regime das mediocridades (ibidem). Além dos problemas políticos, a atividade intelectual e

cultural enfrentava ainda problemas relacionados à própria estrutura social do país, como o altíssimo índice de analfabetismo e baixa vendagem de livros (ibidem).

Portanto, há nesse momento um divórcio entre as elites políticas, econômicas e sociais do país, e os grupos de intelectuais, impulsionado por ambos os lados. Enquanto as elites deixam os intelectuais de fora do poder, estes criticam os rumos tomados, a corrupção do sonho republicano. E prezam uma independência que era ao mesmo tempo buscada e compulsória, fruto do desprezo social e do analfabetismo (Sevcenko, 2003, p.113). Independência contraditória, pois se libertadora de um lado, mantendo íntegro o campo ético, de outro lado era esterilizante porque negava o campo da ação. E que implicava ainda uma situação socialmente marginalizada e que em termos materiais seria frugal, não raro miserável (ibidem). Afinal, os escritores, mesmos os mais respeitados, dificilmente viviam apenas das letras, tirando seu sustento do exercício de outros ofícios (ibidem, p.114-115). Por isso, estando afastados do mundo político e das esferas de prestígio social, ficavam em uma situação difícil, já que também não possuíam uma base material segura na qual pudessem sustentar essa pretendida independência (ibidem). Assim, de acordo com esse autor (ibidem, p.116-117), o triplo sentimento de derrota, humilhação e inutilidade a que ficaram reduzidos sob a atmosfera da indiferença e da desconsideração geral, produziu um impulso auto-destrutivo, uma das características mais marcantes da literatura desse período, sintoma de personalidades dilaceradas. Afinal, como frisou, o pior destino que se pode legar a um mosqueteiro é não incumbi-lo de nenhuma missão.

2.3.3 Anatolianos

Vencedores

Havia escritores que foram assimilados aos novos tempos, tornando-se bem-sucedidos autores da moda, na medida em que assumiam o estilo impessoal, frívolo e fútil da *belle*

époque. Eram os *vencedores*, “o filão letrado que se solda aos grupos arrivistas da sociedade e da política, desfrutando a partir de então de enorme sucesso e prestígio pessoal, elevados a posições de proeminência no regime e de guias incondicionais do público urbano” (Sevcenko, 2003, p.131). Assim, na *belle époque* carioca, jornalistas, poetas, escritores, passam a realizar conferências públicas sobre assuntos em moda. Assimilados à nova sociedade, eram *habitués* das conferências elegantes e dos salões burgueses, favorecidos com as pequenas e grandes sinecuras, além de conseguir uma produção copiosa e bem remunerada (ibidem).

Esses escritores viam a literatura não como arte perturbadora e inquisitória, mas como a manifestação do bem-estar social, numa época de paz, estando eles próprios contentes com sua sorte (Oliveira, 1990, p.113). Pertencentes à classe dominante, escrevem livros que retratam o cotidiano sem expressar grandes dúvidas, feitos para se distrair e distrair os leitores (ibidem). Para esses autores, a literatura era concebida como o “sorriso da sociedade”, de modo que uma palavra os explica: diletantismo (ibidem). Esse tipo de produção buscava um espírito cosmopolita, desinteressado das questões nacionais, no qual a Europa, especialmente Paris, era o centro de atração maior. O tema e a forma da obra, assim como a inserção do intelectual na vida do país, diferiam do cientificismo humanista da geração anterior (ibidem).

Além de uma produção volumosa e indiscriminada, com consumidores cativos para seus livros, conseguiram um prestígio imenso, nunca visto antes (Sevcenko, 2003, p.124 e p.131-132). Para Sevcenko (2003, p.132), o segredo de seu sucesso estava no ajustamento aos gostos e anseios do público, com temáticas mundanas e linguagem aparatosa, representando nos atos e nas palavras, as aspirações da última moda da burguesia carioca. Assim, o anatoliano ou o dândi era aquele escritor cujas obras e vida expressavam a importação dos modelos parisienses de produzir literatura e viver (Oliveira, 1990, p.115). A preocupação com o trajar, a valorização do esporte e a importância das crônicas literárias-sociais fazem parte do cotidiano da vida desses escritores – a qual, por sua vez, passa a ser tema das colunas (ibidem,

p.113). De acordo com Oliveira (ibidem, p.115), encontravam-se tão fundidos criador e obra que o sucesso da segunda era maior quanto maior o mundanismo do primeiro.

Na visão de Sevcenko (2003, p.124-125), houve uma descaracterização do intelectual e do literato tradicionais, que se dissolveram em meio à sociedade. Para esse autor, a assimilação do artista no mundo burguês e oficial reduziram em muito seu potencial crítico e criativo, e o chavão, o lugar-comum e a mania de citações tornaram-se sua grande marca. Ao mesmo tempo, essa imagem difusa do intelectual se tornou uma fachada, requisito para se conseguir as cavações e os empregos públicos, além de acesso para a política e a diplomacia (ibidem). Não obstante, essa época foi importante, pois representou o desenvolvimento das condições de profissionalização do trabalho intelectual – profissionalização esta que estava relacionada à essa popularidade dos literatos, conseguida através dos folhetins e colunas dos jornais (Oliveira, 1990, p.114-115). Eles transformaram o que até então era passatempo em uma profissão, embora continuassem a combinar a literatura com outras atividades, como o emprego público, o magistério e, sobretudo, o jornalismo (ibidem). A grande imprensa dominava a vida intelectual e era ela que oferecia empregos, de modo que o jornalismo se tornou a atividade central desse novo tipo de intelectual profissional, o “anatoliano”³⁹ (ibidem). Entretanto, essa literatura diletante será profundamente abalada com a Primeira Guerra, quando uma nova era – a da incerteza – tomará lugar da Belle Époque, e a preocupação com as questões nacionais voltará à ordem do dia (Oliveira, 1990, p.118-119).

Derrotados

Outros intelectuais, derrotados na nova ordem pelo mundanismo da vida literária, assumiam uma posição marginal, periférica. E marginalizados, optaram por duas formas de reação, podendo ser divididos em *resignados* e *inconformados*.

³⁹ Entre os intelectuais desse grupo, Coelho Neto aparece como o maior exemplo, constituindo-se em uma das personalidades mais eminentes desse período (Sevcenko, 2003, p.130). Também são citados Olgário Mariano, Arthur Azevedo, Afrânio Peixoto, Mário de Alencar e Medeiros e Albuquerque (Oliveira, 1990).

Segundo Sevcenko (2003, p.133-134), os *resignados* são os boêmios, simbolistas, que acatavam seu abandono com resignação, embora incomodassem os inimigos pela exibição dura e continuada de sua própria dor. São genericamente referidos como boêmios, embora essa caracterização seja inadequada. Entre os resignados estavam principalmente os simbolistas, nefelibatas, decadentistas e remanescentes do romantismo. Eles assistem com horror e náusea à “vitória do materialismo e do individualismo”, vendo reduzirem-se os valores tradicionais a padrões de mercado, e não contêm seus lamentos de repúdio à nova realidade. Fechados, cultivando suas noções puras e altruístas de solidariedade, são candidatos certos à tuberculose e à miséria, mas não abrem mão jamais de seus princípios. Entregam-se assim a uma resistência surda contra o mundo que os desagradava, manifestada através de uma sensibilidade etérea e sutil, cujo ponto máximo é o lamento de Cruz e Souza.

Havia ainda os *inconformados* com a nova ordem, que reagiam pela combatividade permanente e pela pregação reformista (Sevcenko, 2003, p.133-134). São, por isso, os mantenedores da tradição da geração de 1870, herdeiros da luta, que acontece através de suas obras, destinadas a ser um instrumento de ação pública e transformação – daí a “literatura como missão”. Os inconformados acusavam a República de ser o “paraíso dos medíocres” e combatiam tanto as oligarquias quanto os movimentos jacobinistas, mas não tinham lugar no espaço público (Oliveira, 1990, p.116). E dispendo do manancial científico e cultural europeu, estavam dispostos a conhecer a fundo a realidade nacional, a fim de poder dirigir conscientemente sua transformação (Sevcenko, 2003, p.134-135). Contudo, sem condições materiais estáveis de sustentação, vão se bater continuamente na luta pela sobrevivência, oscilando entre o anseio de fruir mecenato e o desejo de exercer tutela (ibidem). Restava ainda a esperança de fazer seguidores graças aos “novo jornalismo”, ou de influir nas decisões do governo por meio das associações cívicas de pressão, como as ligas nacionalistas (ibidem).

Para Sevcenko, os grandes representantes dos inconformados, foram, cada um à sua maneira, Euclides da Cunha e Lima Barreto. Ambos herdeiros da geração de 1870, alijados da política e comprometidos com as questões do seu tempo, mas com leituras antagônicas em pontos cruciais. Por sua crítica feroz às elites dirigentes, sua vontade de conhecer à fundo a realidade nacional e seu desejo de transformá-la, sua crítica à frivolidade da *belle époque* e seus bacharéis, seu profundo sentido de engajamento e de missão política e social exercida através de seus escritos, incluiríamos Alberto Torres entre os intelectuais inconformados, muito embora ele não tenha sido marginal ao mundo da política. Além disso, o situaríamos como herdeiro da geração de 1870, figura fundamental de ligação entre esta e a geração dos anos 20 e 30.

2.4 A Geração nacionalista e “torreana” dos anos 20 e 30

Ao que tudo indica, a obra de Alberto Torres teve uma repercussão relativamente pequena durante a vida deste, tendo sido pouco lido, embora fosse respeitado como homem público e pensador. Esse dado será mais examinado por nós no próximo capítulo. Todavia, se já em vida Alberto Torres tivera seus discípulos, um pequeno grupo que freqüentava suas casa e que incluía, entre outros, Alcides Gentil, Sabóia Lima, Carlos Pontes e Oliveira Vianna – conforme o próprio relato desse último, no prefácio do livro de Gentil (1938) – depois de sua morte esse grupo cresceria admiravelmente, marcando sua “presença” no debate político e intelectual e nas obras dos mais diversos autores. E se esta retomada de seu pensamento foi mais forte na década de 1930, quando foi apropriado principalmente por pensadores e grupos ligados à correntes autoritárias, ela pode ser claramente sentida já na década de 1920 quando, como afirma Skidmore (1989, p. 141), “Alberto Torres emergiu como um farol para os pensadores nacionalistas, que mais e mais se louvavam em suas intuições pioneiras”.

Para entender como isso aconteceu, é preciso lembrar um pouco o contexto da época. Alberto Torres, como vimos, expressou em seus escritos toda a sua decepção com a República, com suas formas e instituições “copiadas” e alienadas da realidade brasileira, incapazes de formar uma verdadeira consciência nacional. Contudo, se Torres foi um dos primeiros a expressá-la de forma enfática – sendo, segundo Chacon (1977, p.30), “o primeiro republicano histórico a racionalizar sua desilusão” – não foi o único a senti-la. Aquela decepção inicial com a república será ampliada, diversificada, problematizada e consolidada nos anos 20 e 30. Trata-se da crise da República liberal na Brasil – acompanhada, e em grande parte provocada pela crise do liberalismo no mundo – que surge já nos primeiros anos do século XX, mas que caracterizará principalmente as décadas de 1920 e 1930, e que permitirá a retomada da obra de Torres.

Crise da República, ocaso do regime liberal e volta à *nação*

Como lembra Skidmore (1998, p.147), do final do século XIX até a Primeira Guerra Mundial, o Brasil havia vivido sua própria versão da *Belle Époque*. A atmosfera era de confiança no século e no novo regime republicano, que permitiria ao país romper com a letargia do passado e finalmente entrar no concerto das nações modernas (Sevcenko, 1999). A palavra de ordem era modernização e, de acordo com Sevcenko (1999, p.34), “essa euforia do progresso era ainda confirmada pelas realidades visíveis da urbanização, do crescimento econômico, da industrialização e do grande fluxo de imigrantes estrangeiros, reconfigurando o padrão demográfico e cultural do país”. Ao mesmo tempo, os olhos estavam sempre voltados para fora, para a Europa, vista como um modelo cosmopolita e politicamente estável (Skidmore, 1998, p.138), e de onde se importava a filosofia, a literatura, a moda e os modos. Contudo, logo essa euforia será abalada por uma série de fatores externos e internos, naquilo que foi chamado por muitos de o “ocaso do regime liberal” (Borges, 1996).

Para começar, a Primeira Guerra Mundial foi recebida como um choque para a elite brasileira (Skidmore, 1998, p.137), trazendo à tona a consciência de nossa própria fraqueza e “fomentando um sentimento de inquietação e de urgência” (Oliveira, 1980, p.39). Subitamente, a paz de um século foi destruída e as tão civilizadas potências européias mergulharam numa sangrenta guerra de trincheiras (Skidmore, 1998, p.138). O impacto da tragédia fez o intelectual ‘cair na realidade’, e o espírito de ironia, de displicência, de cosmopolitismo cedeu lugar ao idealismo, ao nacionalismo, à volta às “raízes” (Oliveira, 1980, p.39). A guerra forneceu um catalisador para o movimento nacionalista⁴⁰, e cada vez mais, se acreditava que o Brasil só poderia sobreviver e prosperar reconhecendo e aproveitando o caráter específico de sua identidade (Skidmore, 1998, p.137). O conflito imperialista espalhava ainda a percepção de que o país precisava urgentemente assenhorar-se de seu território e explorar suas riquezas (De Luca, 1999, p.111). O desconhecimento real do território e das fronteiras contribuía para tornar verossímil a possibilidade de perda de um patrimônio cujo valor nem mesmo sabíamos estimar (ibidem, p112).

Vinha da Europa o sopro quente da grande guerra, de uma guerra monstruosa, que não podia esconder seus instintos de cúbica econômica. E, enquanto uma mocidade se estraçalhava na violência das metralhas, - outra, fora, sentia-se também ferida por esse hecatombe (Cândido Motta Filho, *Alberto Torres e o thema da nossa geração*, 1931, introdução).

Ao mesmo tempo, era crescente o descontentamento com a política interna e cada vez mais a República brasileira era associada às práticas eleitorais fraudulentas, às oligarquias, à politicalha, à doença e ao analfabetismo, às desigualdades regionais, à alienação, ao bacharelismo, à pouca diversificação da economia brasileira (ainda dependente do café) e ao fracasso do regime liberal. Este era visto como uma cópia, alienada e inadaptada a nossa realidade, constituindo-se um dos elementos causadores de nossa crise. A falência do

⁴⁰ Exemplo disso é a formação, já na década de 1910, das Ligas Nacionalistas, associações cívicas que argumentavam que o Brasil devia seguir seu próprio caminho no mundo: a Liga da Defesa Nacional, fundada em 1912, tendo o poeta Olavo Bilac como patrono, possuía vínculos estreitos com o Exército e se dedicava a conquistar o apoio civil para os militares, em questões como o serviço militar obrigatório e dotações orçamentárias crescentes; a Liga Nacionalista, fundada em 1917 em São Paulo, menos restrita aos interesses militares (Skidmore, 1998, p.139).

liberalismo no mundo confirmaria essa impressão, fazendo com que, para a grande maioria dos intelectuais, “agora se tratava de apontar não a existência de condições adversas à vigência do modelo de Estado liberal mas a sua real impossibilidade e indesejabilidade de adaptação ao Brasil” (Gomes, 1998, p.504). Borges (1996, p.26) fala do “fim da utopia liberal” no Brasil, que marcou os anos 20 e 30, propiciando um período de incertezas, no qual surgiram variadas propostas políticas e outras utopias.

Desse modo, no final da década de 1920, o sistema republicano tinha mais críticos que defensores entre os intelectuais, embora muitos fossem vagos e genéricos quanto às alternativas, vagueando por uma fala de “soluções nacionais para problemas nacionais e necessidade de melhor representação do povo” (Skidmore, 1998, p.151). Segundo Skidmore (ibidem,p.147), havia uma “percepção generalizada de que o Brasil fracassara em sua luta pela modernidade”. Para Pécaut (1990, p.59), havia um sentimento geral de crise e aquela “jovem república parecia a todos precocemente envelhecida”⁴¹. Ao mesmo tempo, era preciso compreender esse fracasso, explicar a crise, entender as origens de nosso “atraso” e buscar soluções para resolvê-lo. Entretanto, essas soluções não podiam ser importadas, tinham que ser próprias, nacionais, específicas para nossa realidade “nacional”. Afinal, elas não podiam mais se referir apenas ao Brasil legal; tinham que se basear no Brasil real, profundo, descrito por Euclides da Cunha no início do século e por tanto tempo ignorado por nossas elites. Segundo Pécaut (1990, p.46), “revelar a realidade, desvendar sua coesão oculta, mostrar as solidariedades que a irrigam: todos, depois de Alberto Torres, embarcaram nessa aventura”.

No plano internacional, a Revolução Russa, ascensão dos regimes autoritários na Europa e, posteriormente, a Grande Depressão, aumentavam a certeza da falência do liberalismo, ao mesmo tempo em que aumentavam o sentimento de incerteza e indefinição quanto ao futuro, quanto aonde ir. Como destaca Gomes (1998, p.491), as crenças políticas

⁴¹ Cândido Motta Filho afirmaria que em “24 de outubro, a velha republica se desfez diante de um movimento militar” (1931, p.6). Chama atenção que um regime inaugurado em 1889 fosse chamado de “velho” em 1931.

estavam abaladas, os nacionalismos na ordem do dia, as greves e agitações anunciavam o crescimento das demandas por direitos políticos e sociais, de modo que ninguém “duvidava que o mundo havia mudado radicalmente e que nunca mais seria o mesmo”. Os tempos eram de crise e, em “momentos como esse, uma imperiosa necessidade de reorganização de idéias se impõe, seja para se compreender melhor o que aconteceu, seja para se poder planejar o futuro, que se anuncia perceptível e inevitavelmente como ‘novo’.” (Gomes, 1998, p.491). O Brasil não ficaria imune a tudo isso e também aqui o clima de incerteza e inquietação estimularia o debate, a busca de interpretações e de soluções.

Somava-se a tudo isso a celebração do Centenário da Independência em 1922, época propícia à realização de balanços que permitissem a compreensão da realidade brasileira⁴² (Gomes, 1998, p.492). De acordo com Motta (1992a, p.1), o Centenário e suas comemorações mobilizaram a população em geral e a intelectualidade em particular das duas principais cidades brasileiras, Rio de Janeiro e São Paulo. Jornalistas, ensaístas, literatos e intelectuais de várias correntes deixavam claro que enfim era chegado o momento de “criar uma nação”, de construir um Brasil moderno (Motta, 1992b, p.3-5). O momento era oportuno, afirmava-se, para estudar os tesouros de nossa nacionalidade, nosso folclore, indagar as origens, para marcar rompimentos, para nos tornamos enfim um povo civilizado (ibidem). Assim, a preocupação em conhecer e em formar a nação, já presente na geração de 1870, retorna e se exacerba, sendo então formuladas novas interpretações e renovadas as anteriores (ibidem).

Salta aos olhos a intensidade, densidade e diversidade dos debates ocorridos nesse período. Os anos 20 e 30 são de fervilhamento e de entrecruzamento de idéias e bandeiras de luta, num cenário agitado em que novos sujeitos se faziam presentes, com diferenciadas posições (Herschmann & Pereira, 1994, p.31). Como lembram Ferreira & Gomes (1989, p.23), os mais variados temas e as mais variadas posições estão presentes no campo

⁴² O ano de 1922 é, aliás, uma data de grande peso simbólico: Centenário da Independência brasileira, fundação do Partido Comunista e do Centro Dom Vital, ano da Semana de Arte Moderna e da Revolta Tenentista do Forte de Copacabana. Há uma forte associação entre 1922 e a idéia de ruptura, de novo.

intelectual, na medida em que “tratava-se de enfrentar temas concretos como os de saúde, educação, agricultura, imigração, organização do trabalho, serviço militar, arte, etc.”. Literatos, médicos, engenheiros, educadores, militares⁴³ e letrados os mais diversos discutiam apaixonadamente o tema da identidade nacional (Herschmann & Pereira, 1994, p.33).

Portanto, as décadas de 1920 e 1930 (pelo menos até 1937) serão de grande efervescência no país, sobretudo no plano das idéias; a elite intelectual se debruçará sobre o país, procurando lê-lo, entendê-lo, redescobri-lo, em um esforço que, como lembra Borges (1996, p.26), remete necessariamente a uma tríplice perspectiva temporal: é preciso voltar ao passado, para explicar e diagnosticar o presente, e então propor caminhos para o futuro. Gostaríamos de ressaltar que estamos incluindo os anos 30 nessa caracterização pois, sem entrar no do debate sobre se a Revolução de 1930 foi uma ruptura ou não, percebe-se que, pelo menos no plano da História da Idéias, muitas foram as continuidades (Oliveira, 1980, p.36; Borges, 1996, p.27). Além disso, como afirma Gomes (1998, p.514-515), os anos que decorreram entre outubro de 1930 e novembro de 1937 foram marcados por “conflitos e negociações, violentos e delicados, conformadores de uma ‘incerteza’ que só cessou” com o Estado Novo. Foi um período de “muitos e acirrados confrontos entre idéias e armas, quando o ritmo da história pareceu se acelerar e os atores adquiriram maior visibilidade no cenário político”, o que mostra a inverdade da afirmação de que a Revolução de 1930 foi só o primeiro passo para o Estado Novo, defendida pelos ideólogos do regime. Também Borges (p.27) ressalta que se vivia um momento de grande indefinição, “em que a negação da idéia e da perspectiva liberal e sua substituição pelo que é hoje chamado de pensamento autoritário era somente uma das possibilidades”. Essa indefinição, plena de potencialidades, transparece

⁴³ Os militares, sobretudo os mais jovens, também participaram ativamente das discussões desse período. Seu descontentamento era grande no início dos anos 20, mas ao contrário do fim do Império, quando estavam sob forte influência das novas doutrinas republicanas e positivistas, agora não havia uma orientação ideológica clara. Sua insatisfação assumia mais a forma de ataque ao liberalismo como uma imitação inadequada, refletindo assim a posição de muitos outros da sociedade civil. Eles haviam sido contaminados pela crescente desilusão com a República e queriam um governo central forte que unificasse o país e pusesse fim aos políticos profissionais corruptos, além de uma legislação social mais progressiva (Skidmore, 1998, p.144-146).

nas declarações de Plínio Salgado, em 1931, e de Alceu Amoroso Lima, em 1932, que também participam do debate e oferecem seus projetos de nação:

Derrubada a velha Republica, com o movimento revolucionario de 1930, sentimo-nos, mais do que nunca, no escuro, naquelle “luso-fusco das horas cambiantes povoadas de phantamas exquisitos”... (Salgado, 1931, p.IX).

Eis ahi resumidas algumas medidas de acção pratica que me parecem dever orientar uma política econômica sadia e humana, no nosso Brasil em disponibilidade destes dias revolucionários (Lima, 1932, p.239).

Essa efervescência do debate político e de idéias no Brasil pode ser sentida pela imensa produção editorial do período, rica não apenas quantitativamente, mas também qualitativamente. Como lembra Gomes (1998, p.508), não é casual “que entre 1920 e 1940 tenham sido produzidos ensaios tão significativos para a compreensão do país e que suas interpretações povoem ainda de forma vigorosa nosso imaginário político. Esse foi um tempo de descoberta e valorização do homem e da realidade nacionais, embora tenha dividido os intelectuais quanto à crença na possibilidade de se alcançar, no país, a modernidade nos marcos da democracia liberal”. Contribuiu para isso o desenvolvimento da indústria editorial, o aumento da liberdade dos indivíduos se tornarem autores e, sobretudo, o fato de que a criação intelectual pareceu “passar a ser a ser uma tarefa à qual a elite não se deveria furtar” (Oliveira, 1980, p.33). Afinal, tratava-se, de uma geração da elite intelectual brasileira que, como ressalta Oliveira (ibidem), “além de estar preocupada em ordenar o mundo no plano das idéias, que agir sobre a prática política”. Dessa forma, ao elaborar seus projetos nacionais, preocupava-se também em definir seu papel no processo político.

Falamos propositalmente em projetos nacionais, no plural, para lembrar que, embora estejamos falando do clima geral da época e nas características gerais de uma geração da elite intelectual que procurou explicar e propor soluções para o Brasil, temos consciência que as diferenças e divergências dentro dessa eram inúmeras, tanto nos diagnósticos quanto nas terapias sugeridas. É preciso lembrar que, como nota Oliveira (1980), embora o tema do

nacionalismo seja intensamente recolocado nesse período, não há consenso sobre o seu conteúdo, sobre onde e como buscar o “nacional”. Constitui assim um tema que une, mas que também separa os diversos autores e correntes intelectuais. Segundo Borges (1996, p.28), “os que participavam intensamente desse debate, no caso, as elites intelectuais e políticas, viam as instituições como abaladas, periclitantes, falidas”. Por isso, se o momento era visto como de crise e rupturas, era sentido também como pleno de potencialidades (ibidem). Assim, era grande a diversidade de idéias, gerando diferentes alternativas, diversos futuros possíveis. Nas palavras de Gomes (1998, p.27), “muitos eram os projetos existentes, pois muitas eram as modernidades consideradas possíveis e desejáveis”.

Para essa elite intelectual que agitará o debate político nos anos 1920 e 1930, o Brasil sofre de dois males principais, relacionados entre si: a ausência de contato com a realidade nacional e a cópia de modelos estrangeiros (Oliveira, 1980, p.41). O grande lema é combater o “idealismo”, substituindo-o pelo “realismo”, termo sempre presente. Cândido Motta Filho (1931, p.14), por exemplo, elogiava o que ele chamava de “a inteligência realista de Alberto Torres”. Já o pensador católico Alceu Amoroso Lima (1932, p.181), declarou que a filosofia política católica, que adotava, era “uma philosophia amplamente realista”. E Plínio Salgado (1955, p.111, nota 1, texto de 1931) definia o integralismo “como política de realidade”. Ao mesmo tempo, Pécaut (1990, p.42 e 46), observa que, embora a palavra chave entre os intelectuais dos anos 1920-40 fosse “realismo”, o horror à realidade ressurgia sem cessar, expresso, por exemplo, na crença no poder miraculoso das idéias, no retorno às origens tupi e na nostalgia de uma organização técnica da sociedade. Outro elemento muito presente entre os intelectuais desse período era a idéia de que não havia aqui uma nacionalidade formada, nem uma consciência nacional, de forma que o povo não adquiriu consciência de sua comunidade de interesses e necessidades. Finalmente, esses intelectuais se identificavam

como uma “geração”, a geração que nasceu com a República, que tinha uma *missão* a cumprir – (re)construir a nação – e que lia e cultuava Alberto Torres.

A negativização da política e a missão “científica” de criar a nação

Como mencionamos, para a grande maioria dos intelectuais preocupados em pensar o país nos anos 20 e 30, o Brasil sofreria de dois males principais, relacionados entre si: a cópia de modelos estrangeiros e a ausência de contato com a realidade nacional. E para que esses males sejam sanados, para que se adquira verdadeiro conhecimento da realidade nacional e se saiba o que é melhor para ela, é fundamental a utilização da ciência, que aparece nesse momento como um saber essencial, que autoriza e legitima, servindo de referência aos mais variados discursos. É preciso lembrar que o cenário intelectual da época foi marcado pela forte presença de ideologias científicas – em uma mescla na qual se encontravam várias correntes, como o evolucionismo, o darwinismo social, e as mais diversas vertentes do positivismo, sempre em versões locais adaptadas e modificadas – que foram utilizadas para pensar, argumentar e intervir diretamente nos campos social, político e econômico. Configurou-se, desse modo, uma reconstrução “científica” da nação, na qual “o argumento a favor da mudança foi desenvolvido com base na suposição de que se pode saber, *cientificamente*, por que o passado foi o que foi, por que o presente é o que é, e como o futuro inevitavelmente será” (Santos, 1978, p.89). Assim, como notou Lima (1999, p.49), “o que boa parte da intelligentsia do período advogava era a afirmação de um conhecimento da realidade social em bases científicas que orientasse o processo de consolidação do Estado nacional e seu papel pedagógico de construtor da nação”. Também Pécaut (1990, p.34), para quem “o avanço dos intelectuais operou-se, em larga escala, sob o signo da ciência”, afirma que:

Nos anos 20, eles reivindicavam uma ciência do social: poderia tratar-se de uma artimanha para serem ouvidos pelos governantes, mas uma grande parte das elites achava-se obsedada pela crença de que esta ciência poderia fundamentar uma administração científica dos homens e da natureza. Daí o fato de que as estratégias dos intelectuais só podiam ser entendidas em relação ao papel atribuído por outros setores ao conhecimento científico do real (ibidem, p.21).

Os intelectuais dessa época vão criticar fortemente a elite republicana dirigente, acusada, entre outras coisas, de indiferença, ineficiência e despreparo, devendo ser substituída por “homens de cultura e ciência, capazes de exercer um domínio ‘natural’ sobre a massa”, também essa despreparada, e dotados do “conhecimento da realidade e preparo científico para conhecê-la e agir sobre ela” (Oliveira, 1980, p.39-42). E, como apenas esses intelectuais possuiriam essa formação científica, além da sua “vocação nacional”, eles teriam um papel fundamental na (re)construção nacional, referindo-se a si próprios como uma “‘geração de sacrificados’ e geração capaz de propor nova perspectiva de análise através da ‘objetividade científica’” (ibidem). Proclamando “em alto e bom som, a sua vocação para elite dirigente” (Pécaut, 1990, p.22), eles atenderam ao apelo de Alberto Torres para que cumprissem sua *missão* e ocupassem a posição que lhes competia na sociedade, forjando a consciência nacional e promovendo a organização da nação. E essa postura elitista implicou, segundo Pécaut (1990, p.30), “a teorização da política como competência: a arte de governar relaciona-se com o saber científico”. Portanto, seja a biologia (cujo vocabulário invade todos os discursos, levando a “diagnósticos” e busca de “terapias” para os “males” nacionais), a sociologia (que surge como a “ciência capaz de orientar a ação do Estado e a ação organizadora da sociedade, mostrando-se ainda apta a despertar as forças vivas adormecidas” (Oliveira, 1980, p.41)), a higiene, que alcançou imensa importância então, ou mesmo a engenharia, o que sobressai é força do conhecimento considerado “científico”, identificado à razão e à “verdade” e utilizado para balizar os mais variados discursos.

É por isso que, ao falar de intelectuais, focalizando o debate de idéias nessa época, estamos incluindo nessa categoria os cientistas. Afinal, não apenas os intelectuais em um sentido geral, os chamados “homens de letras”, procuravam dotar cientificamente suas argumentações, como os cientistas propriamente ditos também se sentiam imbuídos da missão

de pensar e forjar a nação⁴⁴. Trata-se de uma corrente de cientistas que, como assinalou Schwartzman (2001,p.ix), “acreditavam que, com seus métodos, suas tecnologias e sua eficiência, estavam destinados a tirar o mundo do atraso e da ignorância e a instaurar o reino da razão, onde os próprios cientistas, naturalmente, exerceriam o poder, para o benefício de todos”. Dessa forma, como destaca Oliveira (1980, p.34), “independente de sua formação acadêmica”, “o certo é que os brasileiros pertencentes à elite letrada contribuíram para o esforço de reconstrução nacional, através da crítica e da apresentação de projetos”.

Acreditamos que esse recurso ao argumento “científico”, constantemente evocado, expressa a visão da ciência, naquele momento, como um saber técnico, neutro, que se opõe à política, “contaminada” pelos conflitos, jogos e interesses privados. Cria-se, assim, em nossa opinião, uma oposição entre o mundo da ciência (neutro, objetivo, desinteressado, harmônico, campo da razão e da verdade e a qual pertenceriam os intelectuais) e o mundo da política (identificado à politicalha, ao engano, ao disfarce, campo da superficialidade, dominado pelas aparências, vícios, lutas e fraudes, e no qual estariam as velhas oligarquias republicanas). Há, desse modo, uma desqualificação e mesmo negação do campo tradicional da política, realizada em prol de um saber “científico”, único capaz de forjar e organizar a nação. Entretanto, esse discurso é claramente político, e esses intelectuais estão, mais do que nunca, dispostos a pensar e a intervir no ordenamento social e político do país.

O que era a política? A filha da moral e da razão? Surgia-nos como um cambalacho, como um compadrismo, a miséria das farças mal dissimuladas, – tudo isso explorando um povo de imigrantes e de semi-analfabetos. A política, essa mulher devassa... (Cândido Motta Filho, *Alberto Torres e o thema da nossa geração*, 1931, introdução).

Pécaut (1990, p.6-7) também notou essa anulação da política pelos intelectuais dos anos 1920-1940, atribuindo-a ao que chamou de pensamento “realista” do político, no qual a “realidade nacional” era constantemente invocada, supondo-se a existência de uma identidade

Talvez por isso, Lima (1999, p.67 e 92) fale, em seu trabalho, dos “intelectuais-cientistas” desse período, afirmando ver “os cientistas como intelectuais, no sentido definido por Mannheim, Schills e Coser” e adotando a concepção mannheimiana de intelligentsia: “grupo social cuja tarefa específica consiste em dotar uma dada sociedade de uma interpretação do mundo” (ibidem, p.19 e 20).

nacional latente, embora o povo brasileiro não fosse politicamente constituído. Para promover a organização política da nação era necessário eliminar as instituições copiadas do estrangeiro e construir instituições adaptadas à realidade, que deveriam “traduzir em termos políticos a unidade pré-política desta” (ibidem, p.49). Trata-se, segundo Pécaut (1990, p.56-57), de uma visão ambivalente da política, que levava a uma “contradança perpétua entre ‘realismo’ e voluntarismo construtivista”: “contra a política apelavam para a realidade e sua unidade subjacente; contra a realidade e sua fragmentação amorfa, apelavam para a formação de uma organização social sob a égide do Estado”. Uma “organização” institucional que continha nas entrelinhas “a intenção de anular a dimensão do político” e que cabia às elites, que deviam agir de cima e dar forma à sociedade (ibidem, p.15 e 33). Mas a ambivalência é apenas teórica, já que “os intelectuais brasileiros se entregam à ação política sem nenhuma hesitação e como se tivessem qualificação especial para fazê-lo” (ibidem, p.7). Para Pécaut (ibidem, p.57), raramente “haverá intelectuais empenhados com tamanha tenacidade e convicção na elaboração de receitas para ordenação do social”.

Diferenças em relação à Geração de 1870

Os intelectuais da geração dos anos 20-30 apresentam várias semelhanças com os da geração de 1870: engajamento político, sentido de iluminista de missão, de homens que querem, através de seu saber, colocar o país no caminho do progresso, vocação para elite dirigente. Desse modo, como frisou Mota (2000, p.108), nas duas gerações há uma dimensão autoritária, expressa na idéia de que às elites intelectuais caberia o dever de tutela sobre o povo ignorante. Trata-se, segundo Herschmann & Pereira (1994, p.31), do mesmo pressuposto iluminista de uma vanguarda que se queria “fundadora” e “reveladora” da nacionalidade Também seu ideário apresenta vários pontos em comum: temática da nação,

(re)descoberta do Brasil, atualização intelectual, valorização da ciência, modernização social, incorporação dos elementos populares e folclóricos, crítica às oligarquias.

Não obstante, possuem também muitas diferenças. Como bem notaram Ferreira & Gomes (1989, p.23), a República fora, antes de tudo uma “idéia”, um projeto de ação abraçado por uma geração de políticos e intelectuais que lutaram por ele na virada do século. Então, “décadas depois, outros intelectuais, de uma nova geração que não vira a escravidão nem o imperador, quer ‘construir a República’, uma vez que em seu diagnóstico, muito se destruíra e pouco se edificara” (ibidem). O projeto continuava a ser o da República e a “vanguarda” continuava a ser a dos intelectuais, “apenas os intelectuais não eram mais os mesmos, e a República também não” (ibidem). Os tempos eram outros, e os homens também.

A maior diferença reside no fato de que, enquanto nas décadas finais do século XIX a palavra de ordem era modernizar o país, a qualquer custo, nos anos 1920-30 a questão passa a ser *ajustar* as idéias modernas à realidade específica do país. Para Herschmann & Pereira (1994, p.29), ao contrário do período anterior, marcado por um forte desejo de identificação com a “civilizada” Europa, os anos 20-30 são principalmente de busca de uma identidade nacional, de forte nacionalismo, à esquerda e à direita, de ênfase na especificidade brasileira, naquilo que nos diferenciava do Velho Mundo. Assim, haveria nessas décadas uma dimensão “libertária” e antropofágica, que valorizava a ambigüidade como constitutiva da “identidade nacional”, o que permitia articular elementos díspares, de difícil aproximação (ibidem, p.31).

Sarmiento (1998, p.2) traduziu bem essa diferença, lembrando que a geração de 70 possuía um programa inclemente de renovação científica e modernização da sociedade, através do qual negava a possibilidade de compreensão de tudo aquilo que era tido como “atrasado” e “arcaico”. Porém, ao longo do tempo, a febre de submissão do arcaico ia se confrontar com suas contradições de forma cruenta, em Canudos (1897) e Contestado (1912-1916) (ibidem). Era necessário a formulação de um novo estatuto para aquilo que não pudesse

mais ser enquadrado tão-somente como “bárbaro”: necessitava-se reconhecer e compreender a alteridade (ibidem). Parece ser unanimidade que *Os sertões* marca essa inflexão no pensamento social brasileiro. Utilizando toda a argumentação científicista, que embasava o discurso da vitória das luzes sobre o barbarismo, o livro “explicita as contradições internas deste ideário, evidenciando os limites de sua universal aplicabilidade” (ibidem). Afinal, como destaca Sarmiento (ibidem), como entender os métodos brutais utilizados pelas forças republicanas, portadoras dos estandartes da modernidade? E ainda,

Onde localizar (...) o barbarismo? Em meio ao tom geral de desencanto, (...) Euclides altera o foco de sua análise e lança-se (...) à investigação do outro civilizacional. Não mais traça-se a ode à República e ao progresso (...), mas emerge um retrato seco, duro e árido do processo (...) de exclusão no interior do sertão nordestino. (...) Fixa-se então a representação de uma contradição a qual não se poderia de forma alguma escapar (Sarmiento, 1998, p.2-3).

Inaugura-se, desse modo, uma nova matriz interpretativa. Nesta, embora “não se abandone inteiramente a crença na perspectiva evolucionista e em um *telos* civilizatório a ser atingido”, passa-se a ir além do reducionismo do spencerismo e sua “luta pela vida” (ibidem, p.3). Busca-se agora caracterizar a especificidade das populações não urbanas, indicando sua importância para a nacionalidade. Surge um novo objeto de investigação: o sertão (ibidem). E, como destacou esse autor (ibidem, p.3-4), esse cânone euclidiano seria consolidado na “redescoberta” do Brasil realizada pelos intelectuais dos anos 20 e 30.

Nísia Trindade Lima (1999) mostra como o livro de Euclides inaugurou uma forma dicotômica de pensar e representar o Brasil, através de uma metáfora geográfica. O Brasil é constituído por Sertão e Litoral, ou pelo Brasil Real e Brasil Legal. No sertão estão o atraso, a barbárie, o arcaísmo, enquanto o litoral abrigaria a civilização, a razão, o progresso, a modernidade. Entretanto, o litoral é também o lugar do mimetismo, do estrangeirismo, da inautenticidade, da superficialidade, do parasitismo, da futilidade, das aparências, dos vícios. E no sertão está a verdadeira essência da nação, a brasilidade, a pureza, a autenticidade, a realidade, a tradição. É importante notar que o sertão não se localiza num espaço geográfico preciso, podendo significar norte, interior de São Paulo, interior do Brasil, ou outros. É como

espaço simbólico que ele foi pensado, podendo estar em todo o lugar onde se anuncie o desconhecido, o espaço social a conquistar, a civilizar (Lima, 1999, p.44). E como os dois lados têm características positivas e negativas, não é possível e nem desejável simplesmente “civilizar” o sertão. Trata-se de uma fronteira que, como mostrou Gomes (1998), não deve ser simplesmente apagada, mas sim reelaborada. Uma dicotomia, uma ambigüidade constitutiva que está fortemente presente nas representações sobre a nação brasileira realizadas naquelas primeiras décadas do século 20 – e mesmo durante muito tempo depois. E que é patente em Alberto Torres, assim como nos intelectuais dos anos 20-30.

A revalorização da obra de Alberto Torres

E a geração intelectual dos anos 20 e 30 elegerá Alberto Torres como um de seus guias, elo de ligação entre os diferentes autores, não importando as diferenças ideológicas entre eles, nem as divergências de seu pensamento com a obra do “Mestre”. Como bem notou Maria Tereza Sadeck (1978, p.84), “Conhecer o desconhecido, substituindo o idealismo pelo realismo, fez da obra de Alberto Torres um ponto de partida obrigatória e deste autor um mestre apto a apadrinhar a nova geração”, a geração crítica do modelo constitucional de 1891. Ao mesmo tempo, “Não importa quão fiéis as leituras hajam sido à obra. O que se deve ressaltar é que os diagnósticos e soluções apontados por Alberto Torres são levados em conta, mesmo quando reinterpretados, distorcidos ou até negados” (Sadeck, 1978, p.84). É por isso que Barbosa Lima Sobrinho fala em *presença* e não em influência de Alberto Torres.

E ele se tornará presente no debate e nos livros escritos nas décadas de 1920 e 1930, não há dúvida. Nessa época, seus admiradores irão se concentrar principalmente “nos argumentos que serviam aos seus propósitos – em particular sua crítica à estrutura política republicana e a necessidade de encontrar soluções brasileiras para problemas brasileiros”, ignorando ou amenizando, muitas vezes, as divergências que pudessem ter em relação ao

Mestre (Skidmore, 1998, p.150). Alberto Torres se tornará, assim, “um dos apóstolos do realismo social no Brasil”, segundo as palavras de Cândido Mota Filho, autor de um livro com o sugestivo título *Alberto Torres e o thema da nossa geração*, publicado em 1931, com prefácio de Plínio Salgado. Desse modo, segundo Mota Filho:

todas as épocas tiveram suas crenças e seus mythos. Nós ficamos sem mythos e sem crenças. Tivemos então a grande ansia pela realidade e, num trabalho de revisão de factos e de homens, fizemos um esforço para procurar alguma coisa. Nessa consagração de valores surgiu Alberto Torres, que foi coroado como um dos apóstolos do realismo social no Brasil. A sua obra não vale em seus aspectos, em seus detalhes, como vale muito em seu conjunto, pelo processo de exame que usa e pela sobria coragem com que encara o complexo brasileiro. Alberto Torres viu muita coisa. Marcou com admirável perspicácia os perigos que envolviam a vida do Estado republicano no Brasil. E assim veio a ser um dos guias de uma geração exigente e soffrida por desenganos da incultura democrática (Motta Filho, 1931, p.12-13).

Sadeck (1978, p.85) procura refletir sobre os motivos dessa valorização de Alberto Torres pelos intelectuais dos anos 20 e 30. Para a autora, um exame mais detido permite perceber que “apenas num alto nível de generalização poderíamos situar a intelectualidade republicana como discípula de Alberto Torres”. Um exemplo das divergências de Torres em relação ao quadro geral da época é seu modelo econômico, anticosmopolita e centrado numa sociedade de pequenos produtores. Contudo, ao mesmo tempo, como percebe Sadeck (ibidem), diversas características do pensamento de Torres são encontradas nessa geração: sua sensação de urgência, de que não há tempo há perder; a necessidade de substituir a elite republicana – idealista, superficial, vacilante, presa a modelos estrangeiros, e em grande parte responsável pela existência de uma sociedade sem direção e sem vontade; sua crença na viabilidade de consecução de um projeto imediato de organização, capaz de resolver os problemas decorrentes da falta de “direção política” e de forjar a nacionalidade; e, finalmente, o tom de urgência e a ênfase dada à questão nacional. Talvez por isso, Ronald de Carvalho afirmaria ser a sua geração aquela que Alberto Torres sonhou (ibidem).

Grande parte do que viemos falando, das características dessa geração republicana e de como ela elegeu Alberto Torres como um guia comum pode ser percebido através do famoso livro *À margem da História da Republica*, reunindo artigos de Vicente Licínio

Cardoso (que é também o organizador do volume), A. Carneiro Leão, Celso Vieira, Gilberto Amado, Jonathas Serrano, José Antônio Nogueira, Nuno Pinheiro, Oliveira Vianna, Pontes de Miranda, Ronald de Carvalho, Tasso da Silveira e Tristão de Athayde. Livro que reuniu a jovem intelectualidade dos anos 20, com o objetivo de fazer um balanço da experiência republicana no ano do Centenário da Independência de 1922, sendo publicado com recursos próprios do grupo, em 1924. Para Gomes & Ferreira (1989, p.2), esse texto constitui, sem dúvida, a mais importante tradução do clima de reflexão crítica daquele período.

É a geração de 20, que não viveu a Abolição e a Proclamação, que se definia com base em um posicionamento crítico e que reconhecia como figura de referência para sua formação Alberto Torres (Gomes 1998, p.493). No prefácio, Vicente Licínio Cardoso (1990, p.11-14) define o livro como “um depoimento”, “uma afirmação coletiva de idéias, de crenças e de almejos”. Representa também “um compromisso sem compromissos, um juramento cívico tornado público sem juramento, um julgamento, em suma, levado a efeito por homens da geração nascida com a República”. Homens que,

Agrupados, apresentam todos uma característica comum: não estão presos a nenhuma escola européia, ou filiados a nenhum sistema importado. Leram Spencer, Comte, Le Play, Karl Marx e outros, mas, contrariamente aos predecessores da geração passada, não são ortodoxos. Leram e admiram, por outro lado, o nosso Alberto Torres, mas nenhum se intitula seu discípulo. Descobriram-no de per si, isoladamente, cada um a seu tempo. E quando se encontraram na vida, verificaram todos que tinham um ascendente espiritual comum. Meditaram em suma sobre a obra daquele nosso pensador político que não havia sido nem mesmo lida com atenção pela geração que os precedera. São brasileiros: pensam pois como brasileiros, americanos, latinos e tropicais.

É interessante perceber a semelhança desse trecho com a seguinte passagem de Torres:

Os sistemas, que arrimam, com o rigor de suas deduções coerentes e inflexíveis, espíritos ortodoxos, são amparos salutaros para consciências isoladas entre regras e muros monásticos, ou sob a sugestão mística, própria do início de apostolados: não são, porém, roteiros de ação política; e traduzem-se por sentenças de esterilidade, na vida ativa (Torres, 1982b, p.35).

Voltando ao prefácio de *À margem...*, esses homens:

Compreendem (...) a gravidade de nosso momento histórico presente e procuram reagir. Mas reagir pelo progresso dentro da ordem, por isso que todos eles sabem que em Sociologia o caminho seguro para andar mais ligeiro é aquele que evita os desatinos das correrias

revolucionárias perigosas e intempestivas. A serenidade das atitudes tomadas evidencia em suma a consciência da força que julgam possuir reunidos, o respeito com que estudaram o Brasil passado e o amor com que pensam agora projetar para o Brasil futuro. As responsabilidades acumuladas sobre os ombros dos homens da geração nascida com a República são simplesmente formidáveis.

Dessa forma, as responsabilidades postas sobre os ombros dessa geração são enormes.

Aqui, gostaríamos de chamar atenção para dois pontos. Primeiro, o uso do termo geração, assim como a identificação por parte desses intelectuais, no sentido de pertencerem a uma geração. Geração esta que compartilha uma certa vivência em comum, relacionada ao contexto específico que viviam (marcada, portanto pela Primeira Grande Guerra; pela crise do liberalismo no mundo; pelas críticas à nossa República, liberal, federalista, descentralizada e corrompida; pelo nacionalismo, entre outros pontos já sublinhados por nós). Em nossas leituras, pudemos perceber que o termo geração, assim como essa identificação, estão presentes amplamente, de forma constante, largamente utilizados. Em segundo lugar, trata-se de uma geração que possui responsabilidades imensas junto ao país. Tem, como dissemos, uma missão a cumprir – pensar e (re)construir a nação. Trata-se, portanto, de uma geração sacrificada. “Uma geração sacrificada” é, aliás, o título do primeiro capítulo do livro de Motta Filho, *Alberto Torres e o thema da nossa geração*, no qual afirma que:

Porém, a nossa geração passa por uma situação unica na historia do pais e que a torna, sem duvida, uma geração sacrificada (Motta Filho, 1931, p.10).

Somos uma geração de sacrificados, a geração inaugural que vae abrindo os olhos para um mundo espantoso, uma geração que não compreende o passado, não acceita a sua autoridade e sente (...) a dificuldade enorme para vencer ou protelar os problemas plantados pela vida (ibidem, p.12).

Também Plínio Salgado, no início dos anos 20, proclamava que:

A nossa geração precisa convencer-se de que será uma sacrificada. Não realizará o definitivo. Não verá o advento do Poeta, do Chefe, do Iniciado. Sem se criar a consciência da Nacionalidade, é impossível criar o Novo Pensamento (Salgado, 1955, p.14-15).

É interessante notar, ainda, que esse tom de sacrificio, de uma patriota que se entrega à difícil tarefa de buscar contribui para sua nação, é presente também em Alberto Torres. Acreditamos que é possível notar um forte núcleo comum na geração de intelectuais

brasileiros das décadas de 1920 e 1930, independentemente de suas **diferenças** – que existiam de fato, relacionadas às diversas correntes ideológicas em quais participavam, aos diferentes “diagnósticos” que faziam da nação e às diferentes “terapias” e projetos de nação que eram sugeridos. Há uma agenda comum de temas, preocupações, crenças, percepções, expressões, análises, fórmulas e mesmo “clichês” no discurso desses homens. Há uma forma determinada de perceber a realidade, uma seleção das questões que devem ser pensadas e quais não devem, e uma maneira de se postar frente a essas questões.

Trata-se assim, da *gramática* desta geração, mencionada mais acima. Gramática que, como dissemos, tem um sentido **essencialmente político**, pois abriga projetos de nação e a intenção desses homens de concretizarem esses projetos, de intervirem nos destinos do país. É essa **intenção fundamentalmente política**, essa vocação para elite dirigente, que atua como pano de fundo dessas idéias, que sustenta, em última instância, a elaboração, consolidação e a força dessa gramática. Que explica a recuperação e valorização de Alberto Torres, de suas demandas estatistas, pragmáticas, centralizadoras e organicistas, de seu projeto de nação. Portanto, tanto as idéias e “clichês” repetidas nesse momento, como a valorização da obra de Torres por esses homens, devem ser vistas e compreendidas através de uma ótica que reúne: 1) o fato de que esses homens possuíam ou se articulavam em torno de projetos de nação; 2) sua pretensão patente e política de intervir na nação; 3) a compreensão das demandas políticas, econômicas e sociais do momento; 4) a compreensão do projeto de nação de Torres, uma nação estatista, centralista, orgânica e harmônica.

Enfim, entre os temas desse núcleo comum podemos perceber:

- A idéia de que é preciso modernizar o Brasil, colocá-lo nos trilhos do progresso, incluí-lo no rol das nações modernas.

- Crítica ao liberalismo econômico e político, e busca por um modelo *nacional*, adequado aos problemas e à especificidade do país. Tentativa de caracterizar qual seria essa especificidade.
- A centralidade absoluta da chamada questão nacional que, como notou De Luca (1999, p.33), “a todos absorvia e apaixonava”. Assim, os intelectuais e cientistas brasileiros das primeiras décadas do século XX entregaram-se à tarefa de pensar a nação.
- A idéia de que é preciso encontrar soluções brasileiras para problemas brasileiros.
- A ênfase na necessidade de conhecer e assenhorar-se efetivamente do nosso território e de suas riquezas naturais, sob o risco de perdê-los.
- A idéia de que o Brasil ainda não é uma nação, apenas uma região. De que não possuímos uma nacionalidade verdadeira, um povo (apenas uma população) e uma consciência nacional.
- Discussões e reflexões sobre a “qualidade” de nosso povo mestiço, e sua permeabilidade à civilização, ao progresso. Investigação sobre quais seriam as características próprias de cada um dos tipos étnicos formadores da nação, com grande psicologização. Busca de qual seria o “caráter nacional brasileiro”. Discussões sobre a imigração.
- A idéia de que existem dois Brasil: o Brasil do litoral e o Brasil real, profundo, do sertão. E de que para construir uma nação verdadeira é essencial unir esses dois Brasis.
- A temática do sertão, entendido não um espaço geográfico delimitado, mas sim como um espaço simbólico, portador de uma inerente contradição: lugar do não-civilizado, daquilo que deve ser incorporado à nação, modernizado; e ao mesmo tempo, origem da brasilidade, repositório da essência do nacional, daquilo que ainda não foi corrompido pelos excessos da civilização do litoral.
- O discurso de que é preciso trabalhar para solucionar esses problemas, urgentemente. Criar um povo, uma consciência nacional, uma verdadeira e moderna nação. É preciso, desse

modo, conhecer o Brasil (não só o Brasil do litoral, mas o Brasil real, profundo, do sertão), difundir o amor à pátria e o espírito cívico, inventar tradições, compartilhar símbolos.

- A ênfase constante, em todos os textos, na *ação*; é preciso partir para a ação, conhecendo verdadeiramente a nação, trabalhando para (re)construí-la, para cultivar o sentimento nacional, para formar a nacionalidade. Afinal, afirma esse discurso, entre as causas dos males do Brasil estavam o excesso de bacharelismo e a ineficácia e despreparo técnico da elite dirigente. Os intelectuais e cientistas da geração republicana possuíam a preparação técnica, o patriotismo e a iniciativa para corrigir essas falhas⁴⁵.
- A centralidade do papel que a “inteligência” brasileira se atribuía. Ela era a portadora da luz do saber, não importando o paradigma de definição deste saber (Ferreira & Gomes, 1989, p.23).
- Forte cientificismo. Fé na ciência, vista como saber que possibilitaria o conhecimento objetivo da realidade nacional, a administração racional da nação, suas riquezas, sua gente, e a inclusão definitiva do país na modernidade. Analogias do mundo social com o mundo natural e utilização de vocabulário e conceitos das ciências naturais para análises sociais.
- O tema da *geração*, “nascida na República ou pouco antes”, e que possui uma “missão histórica”, de (re)construir a nação. Geração com a qual esses intelectuais se identificavam e que reconhecia como mestre e figura de referência para sua formação Alberto Torres.

Na década de 1930, o culto às idéias de Torres não só continuaria como se tornaria ainda mais forte. Segundo Barbosa Lima Sobrinho (1968, p.506), a “fase de 1932 a 1935 marca a fase de maior interesse pela leitura dos livros de Torres”. Prova disso foi a reedição,

⁴⁵ É nesse sentido, acreditamos, que podemos entender a forte admiração dessa geração pelo marechal Cândido Rondon, homem que pôs em prática várias idéias desse estilo de pensamento nacionalista. Foi ao mesmo tempo um patriota, grande nacionalista, e um homem de ação. Como mostrou Diacon (2004), conectar os dois Brasis seria o desafio da vida de Rondon. Queria incorporar as populações indígenas e sertanejas à nação, torná-los efetivamente brasileiros, além de levar o progresso para o Norte, para o “sertão”. Ele aderiu inteiramente à tentativa de criar um povo brasileiro e uma nação brasileira. Para tanto, Rondon utilizou intensamente instrumentos do nation-building (discursos cívicos, conferências, bandeiras, celebrações cívicas, hinos), dedicando tanto tempo e energia nesses esforços quanto aos trabalhos de construção de infra-estrutura das redes telegráficas (que deveriam, literalmente, ligar o Brasil do litoral ao do sertão). Para mais informações sobre Rondon, ver De Luca (1999), Lima (1999) e principalmente Diacon (2004).

em 1933, de seus dois principais trabalhos, *O problema nacional brasileiro* e *A organização nacional*, pela Companhia Editora Nacional, integrando a conhecida Coleção Brasileira, dirigida por Fernando de Azevedo. Essa coleção publicou ainda duas obras dedicadas ao autor: *As idéias de Alberto Torres*, seleção de trechos de diversos escritos de Torres, organizada por um de seus discípulos, Alcides Gentil e publicada em 1932; e a já citada biografia *Alberto Torres e sua obra*, escrita em 1918 (editora desconhecida), pelo seu também discípulo A. Sabóia Lima e reeditada como o volume 43 da coleção, em 1935.

Inúmeros são os testemunhos que mostram a valorização de Alberto Torres nessa época. Plínio Salgado (1955, p.156), em texto escrito entre 1931 e 1932 – e dedicado principalmente à obra de Torres – declara que “Esse interesse, que se observa hoje em dia pelo notável pensador brasileiro, é um bom sintoma”. Afirma também Celso Vieira que, “se a República velha foi o cyclo da idéias liberaes de Ruy Barbosa em declínio solar, a Republica nova é o cyclo das idéias sociaes de Alberto Torres em desordenada elaboração” (apud Lima, 1935, p.312). Oliveira Vianna escreve, em 1932, sobre Alberto Torres:

Embora imperfeitamente conhecido, o seu pensamento, entretanto, está trabalhando lentamente a mentalidade das nossas elites, e sente-se que os espíritos com inclinações inovadoras, – e são todas as intelligencias moças do presente, – estão tendendo sensivelmente para elle, como attrahidos para um centro de gravitação ideal (Vianna, prefácio ao livro de Gentil, 1938).

Em 1935, Sabóia Lima relata que:

De facto, augmenta a corrente dos estudiosos da sua obra, toda de pensamento; ás vezes, complexa e rude, mas riquissima de visões geniaes.

Cumpre-nos ensinar ao povo o seu nome, divulgar o seu pensamento, principalmente no espirito da actual geração que assiste a ‘gestação da nossa nacionalidade’, dessa mocidade, que em parte, vive a confinar entre o bolchevismo russo e o fascismo italiano, ambos tão estranhos á nossa mentalidade e ás nossas tradições e sentimentos (Lima, 1935, p.311).

Ainda Alceu de Amoroso Lima (Tristão de Athayde), afirmaria, em sua obra *Política*, publicada em 1932, em relação a Alberto Torres que:

Nenhum sociologo patrio goza hoje de maior prestigio do que elle. Póde-se mesmo accrescentar que, neste momento em que o Brasil se encontra em plena disponibilidade, á espera dos esculptores que venham modelar a sua matéria plástica, para a figura da nacionalidade que vai renascer da confusão do momento politico-social que atravessamos – póde-se dizer que Alberto Torres é de todos os estudiosos de nossos problemas sociaes, o mais

meditado, o mais compulsado, o mais inquerido como o solucionador da nossa crise e como escultor posthumo, se é licito dizer, do nosso futuro (Lima, 1932, p.179, grifo nosso).

O próprio livro em questão de Alceu Amoroso Lima, é forte testemunho da importância de Alberto Torres para os intelectuais de então. Lima, muito embora não se intitule discípulo de Torres e apresente várias discordâncias em relação ao pensamento deste, dedica vários itens de seu livro ao exame e confronto direto com as idéias do autor (serão examinados por nós no próximo capítulo). Assim, o capítulo VI é intitulado “O Problema Político no Brasil (Alberto Torres e a realidade brasileira)”, possuindo os itens “Confronto com Alberto Torres”, “A Filosofia Social de Alberto Torres”, “Naturalismo Político de Alberto Torres” e “Deficiência Política de Alberto Torres”. Já no capítulo VII, intitulado “O Problema Econômico no Brasil”, constam os itens “A economia na obra de Alberto Torres” e “O problema da pequena propriedade em Alberto Torres”. O fato de um intelectual já então de peso como Alceu Amoroso Lima, dedicar partes inteiras de seu livro ao exame da obra de Torres, mesmo que em alguns momentos para contrapor-se a ela, é clara demonstração da importância que o autor alcançara entre a intelectualidade de então.

E o exemplo maior da “presença” de Alberto Torres nesse período foi a fundação no Rio de Janeiro, em 1932, da *Sociedade dos Amigos de Alberto Torres*, uma associação civil bastante ativa, que será examinada no capítulo 4. Notamos ainda que, em muitos momentos, Torres é citado, sem maior aprofundamento e pouco importando se a obra do autor realmente condizia com o argumento em questão; como se apenas para legitimar, dar autoridade ao discurso. Segundo Hélio Silva (1969, p.83):

Alberto Torres teve uma influência marcante na Constituinte de 34. Citado freqüentemente, mais em seu nome do que em sua obra; mais lido do que compreendido; não deixou a marca de sua orientação na nova Carta, mas ficou a expressão de seu pensamento, pela primeira vez consagrado numa assembléia política, como um das linhas mestras da nacionalidade.

Ao mesmo tempo, é importante lembrar que os anos 30 não apenas viram a permanência e mesmo acirramento do debate político e de idéias, como foram marcados por uma grande radicalização e polarização ideológica, à esquerda e à direita (Skidmore, 1998,

p.158). Como notou Tavares (1979, p.52), na década de 30 “o autoritarismo conservador encontrava-se em plena ascensão”, de modo que no Brasil, “se a década de 20 constituiu campo de ensaio para a consolidação do autoritarismo político, a de 30 representou a sua escalada e consolidação”. O maior exemplo/conseqüência disso foi a implementação do regime autoritário do Estado Novo (ibidem). Para esse autor,

Com que fúria, no Brasil de Jackson de Figueiredo e Plínio Salgado, e em todo o mundo, o pensamento autoritário conservador fustigava a democracia liberal, decretando a falência do sistema do sistema representativo e procurando ressuscitar “novas” formas de organização política, como o corporativismo medieval! (Tavares, 1979, p.52).

Desse modo, em meio ao crescimento da adesão às chamadas idéias e soluções autoritárias – com grande diversidade e variedade entre si, num quadro bastante múltiplo de correntes, ideologias, propostas – o pensamento de Torres será apropriado sobretudo por grupos e pensadores ligados às essas idéias, entre os quais integralistas e outros grupos de direita. E entre os pensadores autoritários está aquele que se tornou o discípulo mais famoso de Alberto Torres: Oliveira Vianna, que acompanhava Torres desde a época em que este era vivo, tendo freqüentado “os serões semanais da sua casa de Copacabana, e, depois, das Laranjeiras”, conforme relata no prefácio do livro de Gentil (1938). Mesmo sendo, nessas ocasiões, o “menos freqüente e o mais esquivo de todos, e talvez o que tivesse maiores pontos de dissidência como o pensamento de Torres”, Oliveira Vianna expressaria sempre, durante sua vida, a admiração por Alberto Torres, muitas vezes citado e comentado em suas obras. No mesmo prefácio, escrito em 1932, afirma que:

Do seu convívio eu não recebi apenas a impressão de uma das mais poderosas e surprehendedentes organizações intellectuaes da nossa raça; mas, principalmente, a impressão de uma das mais nobres consciências cívicas que tenho até agora conhecido. Ninguém poderá imaginar, a não ser nós, que viviamos dentro da sua affeição (...) o que havia de sinceridade, de devoção, de abnegação, de patriotismo exaltado e puro nesse typo perfeito de cidadão, que era Torres.

Quanto as suas obras:

estão mal conhecidas; entanto, precisam ser lidas; mais: devem ser lidas. O presente ahi está confirmando todos os seus julgamentos; o futuro irá confirmá-los naquillo que constitue as suas chamadas utopias. Como todo homem de gênio, Torres ultrapassou o seu tempo (...).

Também os integralistas fizeram sua própria leitura de Alberto Torres, e procuraram apropriar-se dele. Nas palavras de Iglesias (1982, p.15), eles pretenderam vê-lo com um dos seus, um precursor. Na capa do segundo número do periódico integralista *Panorama.- Colletctanea Mensal do Pensamento Novo*, de fevereiro de 1936, há um sumário onde se lê, ao lado do anúncio de artigos de Gustavo Barrosa, Miguel Reale, Plínio Salgado, Azevedo Amaral, Menotti Del Picchia e outros, além do manifesto-programa da A.I.B., a frase: “mentores da nacionalidade, Farias Brito, Alberto Torres”. Porém, como bem frisou Iglesias (1982, p.15), “Apesar do tom autoritário do fluminense, seu apego à ordem, à hierarquia, o nacionalismo, o combate à revolução, por certo Alberto Torres não pode ser visto como integralista”. Já Martins (1978b, p.5) acha bastante natural sua apropriação pelos integralistas, na medida em que “a sua concepção do governo que nos convinha era, como já foi dito, ‘autoritária’, isto, é, elitista, o que explica o entusiasmo que ia despertar, anos mais tarde, entre os integralistas e os ideólogos do Estado Novo (...)”. Para este autor (1978a, p.565), “Surpreende pouco, por consequência, que Farias Brito e Alberto Torres tenham sido os grandes mestres espirituais da Direita brasileira nos anos 20 e 30, assim como, pela intersecção nacionalista, o segundo fosse, ao mesmo tempo, o mestre da Esquerda militante, em particular durante a exacerbação jacobina da década de 60”.

Entretanto, nem todos concordam que essa apropriação fosse tão óbvia assim. Para Kuntz (2002, p.262), “Seria um estranho autoritarismo, se a qualificação coubesse a Alberto Torres”, já que como juiz do Supremo Tribunal Federal, duas de suas preocupações principais foram a defesa da soberania da União e a interpretação ampliada do conceito de habeas corpus, para defesa dos direitos individuais. Na opinião desse autor – posição com a qual concordamos – “Melhor do que rotular é tentar entender o empenho reformista de Alberto Torres e de outros de sua geração”, lembrando, para tanto, a paisagem política, social e econômica do Brasil no começo do século.

Acreditamos que o principal fator que tornou a obra de Torres tão valorizada nos anos 20 e 30 foi a crise aguda do liberalismo, no Brasil e no mundo. Afinal, foi ele um dos primeiros a fazer aqui, de forma contundente, a crítica da República liberal e a apontar reformas e caminhos alternativos (mesmo que não muito definidos, indicando uma nova concepção de nação, mais ligada à noção rousseauiana de pátria, associada à idéias como harmonia e organicidade e a um Estado mais forte e presente). Torres, assim como os intelectuais e políticos dos anos 20 e 30, buscava novos modelos de nação, de república e de organização política do Estado. Para tanto, esses homens vão procurar olhar tanto para o mundo (num período marcado pela ascensão de regimes autoritários na Europa, pela criação da socialista – e totalitária – URSS, assim como por movimentos radicais de esquerdas) como para a “realidade nacional”, em busca de nossas especificidades, daquilo que nos caracterizasse. E, nesse momento de busca, ser autoritário era ser MODERNO. Em nossa opinião, esse é um ponto fundamental. Não se trata de “desculpar” ou isentar de responsabilidade os pensadores autoritários nesse período – que, é preciso lembrar, não apenas foram muitos como imaginaram e defenderam os mais diferentes modelos de autoritarismo, com os mais diferentes graus de restrição das liberdades. Nem mesmo de esquecer o regime autoritário que se instalaria aqui anos depois – e que, em seu período áureo, o Estado Novo, produziu perseguições, mortes, exílio, além da supressão das liberdades políticas e de imprensa, aliada a uma forte manipulação do imaginário social. Só queríamos destacar que o liberalismo, tal qual vinha sendo praticado no mundo ocidental, não era mais, de modo geral, uma opção no horizonte desses autores, enquanto a via autoritária estava na ordem do dia.

Capítulo 3: Alberto Torres e o tema de uma geração

O Estado é, no Brasil, um fator de dissolução. A influência deletéria dos interesses anti-sociais, criados e alimentados em torno do poder público, desde os municípios até a União, sobre a vida brasileira, é um fato cujo alcance não foi ainda atingido pelos observadores das nossas coisas públicas. Este regime deve ser substituído por outro, capaz de levar a termo **o encargo da geração presente** para com o futuro do Brasil (Torres, 1982a, p.23, grifo nosso).

Neste capítulo, iremos, primeiramente, questionar a imagem de que Torres foi pouco lido e valorizado quando era vivo. Em seguida, vamos abordar mais detidamente algumas leituras que foram feitas da obra de Alberto Torres durante as décadas de 1920 e 1930. Nesse caso, é fundamental perceber o lugar de quem fala. Afinal, como lembrou Chartier (1990, p.17), embora as representações do mundo social “aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupos que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza”. Finalmente, vamos mostrar como foi construída uma memória em torno de Alberto Torres.

3.1 Alberto Torres: gênio injustiçado e incompreendido?

Ao que tudo indica, a obra de Alberto Torres teve uma repercussão relativamente pequena durante a vida deste, tendo sido pouco lido, embora fosse respeitado como homem público e pensador. Assim, nas décadas de 20 e 30, Torres teria sido “descoberto”. Essa informação é repetida por vários intelectuais em textos das décadas de 1920 e 1930, que muitas vezes retratam Torres como um “injustiçado”, um incompreendido. É o caso de Vicente Licínio Cardoso, que em seu artigo no livro coletivo *À margem da História da República*, de 1924, declara que:

O ambiente republicano nacional não permitiu a eclosão ampla do gênio político de Alberto Torres, a tal ponto que ficou a sua obra notável sem nenhuma repercussão no ambiente de seu meio e de seu tempo, prejudicados os políticos de então, como os de hoje, com problemas secundários, questões partidárias, regionalismos deletérios e comentários constitucionais esdrúxulos ou fetichistas (Cardoso, 1990, p.296).

Cândido Motta Filho, em *Alberto Torres e o thema da nossa geração*, de 1931, afirma

Foi Alberto Torres quase que um isolado. Incompreendido e desprezado pelos homens publicos de sua geração (...). Não teve estímulo. Não teve ambiente propício (Motta Filho, 1931, p.106).

Dahi, o brado de Alberto Torres, que ninguém queria ouvir e que nós agora o reproduzimos, com consciência e bravura (Motta Filho, 1931, p.38).

Dessa forma, a geração de Motta Filho finalmente “descobria” Torres, fazendo-lhe justiça. Também o discípulo Sabóia Lima, na apresentação da edição de 1933 de *O problema nacional brasileiro* (escrita, segundo ele, a pedido da família de Torres) afirma que:

Infelizmente toda a obra magnífica e autenticamente grande de Alberto Torres não teve repercussão em vida do seu autor. Edificante sarcasmo este da indiferença patricia para com o máximo exegeta do seu caráter, e das suas ídoles histórico-sociais! (*In Torres*, 1982a, p.7).

Oliveira Vianna, em *Instituições Políticas Brasileiras*, relata que:

De início, eu – que mantinha, como todo rapazola da minha geração, um certo desdém irônico pelos chamados “republicanos históricos” e sabia que Torres era um “histórico” – não levei muito a sério, quero dizer, não li com muita atenção (...) julgando-o dominado pela mesma vacuidade palavrosa da ideologia dos “históricos”. (...) Esta prevenção inicial, cedo verifiquei, insubsistente e acabei reconhecendo que as conclusões de Torres coincidiam em grande parte – ou se aproximavam muito – das conclusões a que eu havia chegado sobre a organização social e política de nosso povo (Vianna, 1987, p.64).

Com seus belos livros, tão ricos na sua substância doutrinária e tão poderosos na sua estruturação e embasamento, Torres trouxe para o mundo intelectual do Brasil um admirável e harmonioso sistema de idéias sociais e políticas, cuja originalidade e alcance não foram entretanto, bem compreendidos pelas gerações do seu tempo (Vianna, 1987, p.66-67).

Em outro trecho, Vianna procura explicar a diferença entre a (pouca) recepção de Alberto Torres, ao contrário da fama alcançada por Rui Barbosa. Segundo ele, tal fato devia-se ao nosso estrangeirismo, nossa mania de valorizar autores estrangeiros. Rui compreendeu isso, citando-os sempre, enquanto Torres não cedeu a esse “recurso”.

O que realmente contribuiu para que Torres não conseguisse, no seu tempo, uma ascendência comparável à que tinha Rui foi (...) o fato de que, na sua doutrinação e nas suas obras, Torres nunca se apoiava em ninguém, nunca citava autores estrangeiros, limitando suas leituras a uma biblioteca reduzidíssima, que só nós, seus amigos de intimidade, conhecíamos, mas que (...) não aparecia nos seus livros. Rui, que era (...) tão criador e original quanto Torres, tomou, mais conhecedor da psicologia do seu meio, outro caminho: – e procurou na erudição enciclopédica, que nos assombrava a todos, (...) este amparo do “autor estrangeiro” que Torres, no seu orgulho justificado, evitou e desdenhava. Resultado: Rui venceu; Torres fracassou. Se Torres alicerçasse as suas afirmações com uma sólida subestrutura erudita, à maneira de Rui, outra seria a sua influência na sociedade de seu tempo (Vianna, 1987, p.33).

Relatório da *Sociedade dos Amigos de Alberto Torres*, de 1935, afirma que seu primeiro trabalho foi a “ressurreição de Alberto Torres”, já que o seu nome “tinha ficado apenas num estreito círculo de amigos, pois ele chocou o seu ambiente pela antecipação de suas idéias”⁴⁶. Já naquele momento, em 1935, sua era “lida em todos os estados e constitui o maior patrimônio intelectual do nosso país”.

Entretanto, essa informação de que Alberto Torres fora pouco lido e valorizado em vida torna-se confusa e bastante questionável na leitura dos trabalhos de seus principais biógrafos, Sabóia Lima e Barbosa Lima Sobrinho. Ambos, se por um lado insistem na “injustíssima” e indiferente recepção que Torres recebeu, por outro são pródigos nos exemplos das inúmeras manifestações de apreço que ele teve em vida. Além disso, a detalhada biografia de Lima Sobrinho mostra como Torres foi um hábil e influente político, com grande articulação e destaque na política fluminense. De toda forma, os dois autores concordam que não há como comparar a “pequena” repercussão de seus escritos na época de sua publicação com a imensa revalorização que sofreu posteriormente, particularmente nas décadas de 1920 e 1930.

A afirmação de que Torres foi pouco lido e valorizado em vida, assim como a imagem de “gênio incompreendido”, continuou a ser repetida décadas depois, por diferentes estudiosos. Hélgio Trindade (1974, p.29), em seu clássico livro sobre o integralismo, publicado em 1974, afirma que: “Pouco lido antes da guerra, Alberto Torres será redescoberto pela geração intelectual e política dos anos 30, tornando-se aliás, um dos autores mais admirados pelos integralistas”. José Nilo Tavares, em *Autoritarismo e dependência: Oliveira Vianna e Alberto Torres* (livro que é especificamente examinado no capítulo 4), afirma – em trecho que preserva o tom dramático que parece acompanhar a construção dessa imagem – que Torres:

Com os recursos que lhe ofereciam as limitações de um conservadorismo liberal, vivendo em um país dependente, soube, no entanto, **em páginas reduzidas e de pouca circulação**, dar um **exemplo de perseverança e fé** no povo que marcou sulcos e constitui, hoje, para os que

⁴⁶ Relatório integrante do acervo de Alberto Sampaio, depositado no Museu Nacional / RJ.

nasceram depois de sua morte, um convite à perseverança e à fé. De propagandista republicano a ministro de Estado, de bacharel frustrado a governador de sua terra, **terminou seu dias tal qual os começara: como propagandista e lutador** (Tavares, 1979, p.10, grifo nosso).

Assim, suas páginas tiveram “pouca circulação”. Mas como um autor que escreveu em tantos jornais pode ter tido pouca circulação? Torres publicou inúmeros artigos em importantes jornais de sua época, como *Jornal do Comércio*, *Jornal do Brasil*, *Gazeta de Notícias*, *O Estado de São Paulo*, *O Imparcial*, *A Noite*, *A Notícia*, *O Paiz*, *O Povo* e *A Tribuna* (Marson, 1979, p.207). Em outro momento, Tavares reafirma essa imagem de autor injustiçado dizendo que atrás da figura delicada de Alberto Torres havia um lutador. E um lutador frustrado e incompreendido.

E, na prática, apesar de toda a simpatia que desperta o lutador oculto por detrás da figura delicada de Alberto Torres, até que ponto as suas frustrações políticas e administrativas, levando-o a um absenteísmo em relação ao poder (...), não teriam sido determinadas por seu “idealismo orgânico”? (Tavares, 1979, p.19-20).

Mas, afinal, que absenteísmo em relação ao poder? Realmente, ao eleger-se ministro do Supremo Tribunal Federal, Torres interrompeu sua carreira política propriamente dita. Mas isso, depois de ter tido importante atuação como político, e em prol da posse de um cargo público bastante relevante. Além disso, continuou, através de seus livros e de seus artigos nos principais jornais do país, a participar de forma bastante ativa – embora não formal – da vida política brasileira.

Também Antônio Paim (1987, p.176), declara que em “seu momento histórico, as idéias de Alberto Torres não suscitaram maior interesse”, enquanto “nos anos trinta, entretanto, passaram a ser estudadas com grande entusiasmo”. Heloísa Cardoso (1989, p.130) afirma que “embora a classe política o ignorasse, intelectuais descompromissados politicamente refletiam sobre suas idéias e se tornavam paulatinamente cômicos do papel por ele desempenhado no cenário cultural de nosso país”. Já comentamos que esses intelectuais não eram nada “descompromissados politicamente”, muito pelo contrário. Ainda para essa

mesma autora (1989, p.129), “Grande e significativa foi a influência de Torres, que, qual Hegel tropical, teve seus seguidores, de esquerda e de direita”. E Wilson Martins relata:

Recebido com indiferença (para o que certamente concorreu, pelo menos em parte, o fato de serem trabalhos já em sua maior parte conhecidos), o livro de Alberto Torres não tardaria em ser recuperado pelos nacionalistas do período modernista, tanto os da Direita quanto os da Esquerda (Martins, 1996a, p.565).

A popularidade de Torres é cíclica e acompanha os surtos de ascensão direitista: sem ter tido em vida ou na década seguinte à sua morte nenhuma repercussão ou influência ponderável na formulação das nossas idéias políticas, o clímax de sua presença ocorreria nos anos 30, com a vitória da Revolução e o fastígio do Integralismo (Martins, 1996a, p.566).

Não concordamos com as críticas mordazes que esse autor (tanto em 1996a como em 1996b) constantemente faz a Alberto Torres, tomando-o como o “mais caracteristicamente direitista” pensador brasileiro, e apontando várias vezes suas afinidades como o integralismo – de tal modo que este movimento teria sido “a formulação talvez mais concretamente política do programa por ele proposto” (Martins, 1996a, p.565-568). Entretanto, em certos trechos Martins faz indicações interessantes, como na passagem reproduzida a seguir, na qual destaca que Lima Sobrinho, em *Presença de Alberto Torres: sua vida e pensamento*, procurou conservar a imagem que o próprio Torres

repetidamente propôs de um pensador solitário e incompreendido (...). E, embora ele mesmo, num momento de distração, afirmasse que tinha sido “privilegiado como poucos pela fortuna política”, insiste Barbosa Lima Sobrinho em apresentá-lo como um homem à beira da miséria, vivendo de magra aposentadoria (que ele não esclarece ser a magra aposentadoria dos Ministros do Supremo Tribunal Federal), afastado da circulação política e excluído das rodas sociais, para não mencionar o fato de ser mal visto por todos os oficialismos, desde o da autoridade até o das letras. São, contudo, os oficialismos que o levam, mal saído da adolescência, à Câmara dos Deputados, à Presidência do Estado do Rio, ao Supremo Tribunal Federal; são ainda os oficialismos que ordenam a impressão dos seus livros, à custa do Governo, na Imprensa Nacional. Todos os grandes intelectuais do momento (...) escreveram páginas entusiásticas a respeito de Alberto Torres, tudo isso configurando uma carreira que o próprio Barbosa Lima Sobrinho qualifica de notável, afinal coroada por um enterro triunfal, em que prefeitos e ministros, altas autoridades e figurões da sociedade se revezavam nas alças do caixão e nas orações fúnebres. Não seria tampouco o seu elogio mortuário, proferido por Ramiz Galvão em sessão do Instituto Histórico (...) que poderia configurá-lo como um proscrito da política brasileira (Martins, 1996a, p.568).

Concordamos com a afirmação de que o próprio Torres procurou construir uma imagem, em seus escritos, de pensador incompreendido e injustiçado, abandonado e isolado, tanto nos meios políticos quanto intelectuais. Era um abnegado, que escrevia “verdades”

sobre a nação para alertar nossos dirigentes da gravidade de nossa situação, mas não era ouvido. É assim que, em carta a Pedro Lessa, em fevereiro de 1915, fazia-lhe um apelo para que lesse seus livros, também enviados, e dizia-se um homem abandonado e isolado:

Leia atentamente meus trabalhos (...) e se tiver dúvidas e objeções, dê-me a honra de vir conversar comigo. Desculpe a forma deste apelo, do **homem modesto e isolado – o mais fraco e o mais esquecido dos seus patrícios, o mais abandonado dos trabalhadores mentais desta terra, que cumpre deveres de consciência**, e não deveres de cargo, e não conta, para compensação da alma, do sangue e dos nervos, que põe em seus trabalhos, senão com a consoladora animação, puramente moral, da sua divisa: In posterum (Torres, 1982a, p.7, grifo nosso).

Essa imagem, acreditamos, foi encampada e consolidada, sendo fortemente reafirmada por seus “discípulos” dos anos 20-30. E recebeu um forte investimento e atualização no livro de Lima Sobrinho, em 1968. Com isso, permaneceu e ainda permanece no imaginário do pensamento social brasileiro. Além disso, como já dissemos, Martins tem razão quando afirma que o livro de Barbosa Lima Sobrinho acaba por provar o contrário: que Torres foi uma figura notável em vida. Sem dúvida, o que se desprende dessa detalhada biografia, é o político extremamente hábil e ativo, bastante considerado e respeitado nos círculos da elite dirigente. Aliás, não foi por acaso que ele se tornou Ministro da Justiça como menos de 30 anos, e que com essa idade fosse eleito Presidente do Estado do Rio de Janeiro, tendo assumido como Ministro do Supremo Tribunal Federal com a idade mínima permitida, de 35 anos. Outro trecho de Martins dá uma boa indicação desvendar para essa questão:

Na verdade, há dois Alberto Torres, tão distintos entre si que custa a admitir tenham sido a mesma pessoa: o político militante da I República, e o doutrinário político de extraordinária influência, reconstruído depois da redescoberta de “O Problema Nacional Brasileiro” (1914), na década de 20. Em 1900, ele era apenas um dentre os muitos políticos protegidos pelas boas fadas republicanas, certamente mais em evidência por militar no Estado do Rio e por ostentar ambições intelectuais (Martins, 1996a, p.136).

Não concordamos com a frase final, segundo a qual Torres era apenas mais um dos políticos protegidos pelas “boas fadas republicanas”, em evidência apenas por atuar e no Rio de Janeiro e por ostentar ambições intelectuais. Como dissemos, Torres foi um político importante e, acreditamos, também um pensador de relevo nesse período, tendo suas idéias

ruralistas ocupado um papel significativo na política fluminense da Primeira República. Todavia, concordamos com Martins quando ele diz que há dois Alberto Torres, pelo menos quanto à recepção de suas idéias e à sua imagem. Assim, pensamos que há duas recepções a Alberto Torres, não menores ou maiores, mas sobretudo **diferentes**.

Acreditamos que a recepção a Torres – embora as fontes assim o digam – **não é menor** antes de sua morte. **É diferente**. Primeiro, foi mais focalizada entre os políticos, destacando- aí o campo da política fluminense. Afinal, foi para e a partir da sua experiência na política fluminense que Torres escreveu sua obra. Como ele frisou muitas vezes, sua experiência concreta política-administrativa, particularmente sua atuação como Presidente do Estado do Rio de Janeiro, foi fundamental no desenvolvimento de suas idéias. E, em segundo lugar, diretamente ligado ao primeiro ponto, essa primeira recepção centrou-se em suas idéias ruralistas, voltadas para as soluções dos problemas agrícolas – que, para Torres, eram os problemas primeiros, centrais da nação. É preciso lembrar que o principal problema do Estado do Rio de Janeiro no final do século XIX e início do século XX era a decadência de sua grande lavoura. Problema que trazia fortes conseqüências, tanto econômicas como políticas. E com o qual Torres teve de lidar diretamente, como deputado estadual e principalmente como Presidente do Estado. É na busca para a solução daquela crise que o pensamento ruralista em voga então, incluindo o de Alberto Torres, deve ser visualizado. Aliás, parece ter sido esta experiência direta a grande base do ruralismo de Torres (ponto fundamental de seu pensamento). Como bem notou Marson,

A defesa da grande lavoura em crise fixou-se em toda a carreira do político e do pregador nacionalista. O nexu ruralista de seu nacionalismo encontra-se nessas experiências vividas concretamente, para as quais não pôde encontrar soluções adequadas (Marson, 1979, p.155).

Mendonça (1995) mostra como as idéias ruralistas – veiculadas e postas em práticas principalmente pela Sociedade Nacional de Agricultura (SNA)⁴⁷ – foram importantes nesse período, sendo centrais na política fluminense. É nesse sentido que essa autora percebe o ruralismo brasileiro da Primeira República como “um movimento político integrado por agências e agentes dotados de uma inserção determinada na estrutura social agrária e sustentado por canais específicos de organização, expressão e difusão de demandas” (Mendonça, 1995, p.13). Mendonça se insere em uma corrente de estudiosos que recusa a imagem reducionista da política na Primeira República como sendo totalmente dominada pelas oligarquias mineiras e paulistas, que se revezariam no poder. Mostrando a existência de um quadro bem mais complexo e diversificado, tais autores apontam para as lutas e articulações promovidas pelos grupos políticos de outros estados da federação, os chamados “estados de segunda grandeza”. Como destacou Ferreira (1994, p.7), há uma supervalorização do papel político de Minas Gerais e São Paulo, acompanhada de um silêncio sobre o papel, a atuação e a trajetória dos estados considerados de segunda grandeza, como Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Sul. A insatisfação desses estados com as deformações do federalismo, causadas pelo esquema de dominação Minas-São Paulo, levou ao surgimento de conflitos na classe dominante e “deu origem à iniciativas de contestação que não podem ser ignoradas” (Ferreira, 1994, p.7). Iniciativas que se estenderam ao longo de todo o primeiro período republicano e que incluíram tentativas de construção de um eixo alternativo de poder. Ainda segundo essa autora, especificamente no que tange à política fluminense, sua ação durante a Primeira República

desdobrou-se em duas direções: na tentativa de administração dos conflitos internos e na busca de alianças com outros grupos oligárquicos regionais, de modo a garantir a autonomia estadual e fazer valer o federalismo recém-implantado frente às incursões intervencionistas do governo central, afinado com os interesses do eixo Minas-São Paulo (Ferreira, 1994, p.15).

⁴⁷ É importante destacar que foi a partir da SNA que surgiu, nos anos 30, a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres. Como veremos, essa organização voltou-se principalmente para atividades e questões ligadas à agricultura.

De acordo com Ferreira (1994, p.8-16), embora tenha se fragmentado em função de disputas diversas, a elite econômica fluminense tinha um projeto comum, orientado para a recuperação do status político e econômico experimentado no Império, quando o estado constituía o principal pólo econômico do país e a mais forte base de apoio político da monarquia. As representações produzidas por essa elite mostram que ela se via como portadora de um passado de grandeza vivido no Império, uma “idade do ouro”, a qual era premente resgatar (ibidem, p.16). E era a partir desse diagnóstico, dessa percepção, que trilhavam seus caminhos e delineavam seus projetos (ibidem). É dentro desse quadro que deve ser considerado o pensamento/movimento ruralista da Primeira República, incluindo-se aí tanto a atuação quanto as idéias de Alberto Torres. Idéias que, acreditamos, tiveram grande recepção e influência entre os políticos fluminenses de então idéias”⁴⁸. Mendonça (1995, p.13-14) mostra que o ruralismo foi “um dos fios condutores da reordenação política intraclasse dominante agrária”. Desse modo,

O movimento/pensamento ruralista adquire assim, o caráter de espaço sócio-político da expressão de conflitos e posições diferenciadas acerca das modalidades de intervenção sobre a agricultura na Primeira República, abrigando, sob a aparência de uma fala monócórdia, a luta pela institucionalização de interesses outros que não os da fração hegemônica, quer a nível da sociedade civil quer, sobretudo, a nível da sociedade política ou Estado no sentido estrito. Sob este último aspecto o ruralismo também constituiu-se, a meu ver, enquanto tradução institucional, em termos do aparelho de Estado, de demandas específicas e previamente organizadas (Mendonça, 1995, p.15).

Já nas décadas de 1920 e 1930 a recepção a Alberto Torres centrou-se principalmente nos intelectuais – embora com pendores e com intenções eminentemente políticas. E foi voltada para as idéias de Torres sobre o Estado e sua organização jurídica e administrativa, mais especificamente a sua defesa de um Estado mais forte, centralizado e interventor, e sua concepção orgânica da realidade social. Portanto, pode-se dizer que a recepção de Torres foi sim menor em vida, **entre a intelectualidade. Dentro desse grupo**, realmente, há uma diferença, na medida em que Torres sofre um processo de veneração e mesmo mitificação nos

⁴⁸ Entre as lideranças políticas do ruralismo estavam Nilo Peçanha e Carlos Botelho. Para mais informações, ver Mendonça (1995).

anos 20 e 30. Mas isso **não significa**, de modo algum, que Alberto Torres foi pouco lido, valorizado e mesmo incompreendido e injustiçado quando ainda era vivo.

E há uma **terceira** recepção a Torres, que ocorre na década de 30, através da *Sociedade dos Amigos de Alberto Torres*, que será examinada no próximo capítulo. Esta terceira recepção mescla as outras duas, apresentando traços de ambas: valoriza o nacionalismo e a defesa de uma nação orgânica e ordenada por parte de Torres, mas tem no ruralismo sua diretriz principal para essa mesma nação. Além disso, embora haja intelectuais na SAAT, seus principais membros são políticos, e ela tem uma franca atuação política. É claro que, como já dissemos, a intelectualidade dos anos 20/30 também estava imbuída de um forte sentido político. Mas a forma de atuação é diferente. A SAAT não tem nas letras seu principalmente instrumento de luta, centrando-se na ação propriamente dita. Muitas vezes, há uma mistura, no sentido de que diversos de nossos intelectuais pertenceram à SAAT. Mas isso não retira a especificidade desta, e só confirma o que dissemos antes: que ela abrange e mescla elementos das duas outras recepções.

3.2 O conselheiro Acácio

Há um episódio que confirma a diferença entre a recepção, **entre os intelectuais**, de Alberto Torres em vida, e anos depois de sua morte. Ele é relatado por Rodrigo Octávio, velho companheiro de Torres desde a Faculdade de Direito de São Paulo. Para Octávio (1936, p.286), a vida de publicista de Torres podia ser dividida em dois períodos, sendo que no primeiro ele não se destacara nem pelo pensamento, nem pela linguagem. Assim,

Embora sempre escrevesse com correção e fôsse ponderado em suas considerações, certa forma dogmática, certas expressões comuns, de que usava com freqüência, ligado isso a atitude sempre grave, circunspécta da pessoa, o fizéram apelidar, na lingua dos que tudo pensam levar para o ridiculo, de Conselheiro Acácio. O remoque se generalizou e nêle se encarnou o verboso e banal personagem de Eça. Entre nós, quem se referisse a Conselheiro Acácio visava Alberto Torres. Houve mesmo gente de talento que se dêsse ao luxo de explorar literariamente essa maldosa corrente de desrespeito. Começaram a aparecer uns sonetos sob o título de *Lyra Acaciana*, que foram, depois, com outros versos e um prologo retumbante, reunidos em folheto, hoje muito ráro, editado por Ângelo Bitu (Rio de Janeiro, 1900, 90

páginas). Correu no tempo que o prólogo é de Pedro Tavares, famoso advogado e violento polemista, e os sonetos, sabe-se que eram nada menos que de Olavo, Alberto de Oliveira e Guimarães Passos... Alberto Torres resistiu impávido a essa onda de agressividade malsã (...).

O Olavo referido é o poeta Olavo Bilac. Quanto ao conselheiro Acácio, é personagem de *O Primo Basílio*, romance de Eça de Queirós. Trata-se de um senhor muito cheio de formalidade, gravidade e cerimônia, que gosta de discursar, de exhibir pompa e erudição. É, no fundo, um homem de cultura vazia – já que inútil –, totalmente desligado da realidade em que vive. No irônico romance de Eça, que traça um retrato mordaz da burguesia lisboense do fim do século XIX, o Conselheiro Acácio é, sobretudo, um personagem ridículo, que não se dá conta de sua própria condição, assim como não percebe o mundo ao seu redor. O conselheiro Acácio é solene, pedante e extremamente vaidoso de seu alto “conhecimento” – embora procure sempre se mostrar “modesto”. Também gosta muito de mostrar suas altas relações, assim como de exhibir os elogios que recebe. Vamos a descrição do próprio Eça:

Fôra, outr’ora, director geral do ministerio do reino, e sempre que dizia – El-Rei! – erguia-se um pouco na cadeira. Os gestos eram medidos, mesmo a tomar rapé. Nunca usava palavras triviaes, não dizia *vomitar*, fazia um gesto indicativo e empregava *restituir*. Dizia sempre “o nosso Garrett, o nosso Herculano”. Citava muito. Era auctor. E sem família, n’um terceiro andar da rua do Ferregial, amancebado com a criada, occupava-se d’economia política: tinha composto os ELEMENTOS GENERICOS DA SCIENCIA DA RIQUEZA E SUA DISTRIBUIÇÃO segundo os melhores auctores, e como sub-titulo: *Leituras do serão!* Havia apenas mezes publicára a RELAÇÃO DE TODOS OS MINISTROS D’ESTADO DESDE O GRANDE MARQUEZ DE POMBAL ATÉ NOSSOS DIAS, COM DATAS CUIDADOSAMENTE AVERIGUADAS DE SEUS NASCIMENTOS E OBITOS. (grifos no original) (Eça de Queirós, 1944, p.39-40).

Pois é como a nova encarnação do conselheiro Acácio que o prólogo da *Lira Acaciana* apresentava Alberto Torres, afirmando ainda que ele devia sua extraordinária carreira política ao seu “enorme bom senso” (Martins, 1996a, p.137). “Bom senso” é, aliás, o nome de um dos sonetos “dedicados” a Torres, reproduzido a seguir:

Quando, saindo do recolhimento,
Ele solta a palavra alta e segura:
“Oh! Que bom senso!” a multidão murmura;
E o pai diz assombrado: “que talento!”

Farmacêutico Homais na compostura,
Simão de Nântua no merecimento,
Esse moço precoce é o ornamento,

É a honra e a glória da magistratura...

Não houve nunca no vetusto Lácio
Bom senso assim... Oh! que juízo imenso,
Não é um homem: é um cartapácio!

E, ouvindo-o e vendo-o, deslumbrado penso:
“Este assombroso Conselheiro Acácio
Morre um dia de excesso de bom senso! (*apud* Martins, 1996a, p.137).

Assim, os dois temas principais da sátira são o “bom senso” de Torres e sua fulminante carreira política (Martins, 1996a, p.137). E Ângelo Bitu lhe atribui frases feitas, do tipo “Os homens de governo são uma grande necessidade política” (*ibidem*). Já o poema “Ele!” brinca com sua famosa precocidade e inclui, sem meandros, o sobrenome de Torres:

Este, que espanta o mundo e assombra a gente,
Que entrou na vida bacharel formado,
E ganhou tudo tão precocemente
Que, em antes de nascer, já era nado;

Este que, inda menino inconsciente,
Eleito foi governador de Estado,
E tanta coisa obrou que eternamente
Será nas eras apoteosado;

Este que, com o bom senso sobre-humano,
Desbanca e mata, ao levantar a voz,
Ruis, Varelas, Quesadas e Latorres,

Este infante mais fundo do que o Oceano,
Não é o Acácio do Eça de Queirós,
Mas o Acácio de Seixas Martins Torres (*apud* Martins, 1996a, p.137).

Em outro soneto, Olavo Bilac, “parodiando Bocage”, escreve (Pontes, 1944, p.459):

Sério, lindo donzel, carão moreno,
Bem servido de olhar, meão na altura,
Grave no andar, o mesmo na figura,
Bom senso singular, e não pequeno;

Incapaz de assistir num só terreno,
Mais propenso ao perjúrio que a ternura,
Bebendo em várias mãos, por taça escura,
De ambições infernais, letal veneno...

Devoto incensador de nulidades,
(Digo de votos máos) num só momento
Dizendo cinco mil futilidades;

Eis Acácio, em que luz algum talento,
Sairam dele mesmo estas verdades,

Num dia em que se achou... no Parlamento...(apud Pontes, 1944, p.459)

Para Rodrigo Octávio (1936, p.290-291), entretanto, com a publicação em 1914 dos livros *A organização Nacional* e *O problema nacional brasileiro*, Alberto Torres realizou sua “grande fase de publicista, com que o Conselheiro Acácio se vingou da estulta filaucia dos que pretendiam vê-lo afundar no ridículo”. Na visão de Octávio (1936, p.291), que escreve em 1936 (período de valorização do “mestre” Alberto Torres), a obra desse autor “fixou-lhe o nome na história e no panorama de nossa vida nacional”. Segundo ele, do nome de Torres, “seus amigos, que são legião, fizeram um labaro”.

Eloy Pontes (1944, p.459), atribui a campanha contra Alberto Torres ao fato de este, quando tornou-se governador do Rio de Janeiro, “por inadvertência lamentável”, ter substituído Alberto de Oliveira no cargo de Diretor da Instrução. Tal

ato impressionou mal e Alberto de Oliveira, unindo-se a Pedro Tavares, político fluminense, jornalista, homem de grande talento, gostando das lutas partidárias, provoca uma campanha terrível contra o governador. Olavo Bilac e Guimarães Passos, solidários, auxiliam a campanha. Daí a *Lira Acaciana*, coletânea de versos cáusticos, com prefácio feroz. Os poetas da *Lira Acaciana* molham a pena no vitriolo... As críticas tomam caráter espantoso e visam ao governador, diretamente, fazendo dele um personagem de entremez. Os quatro poetas não se intimidam, nem recuam (...).

Para Wilson Martins (1996a, p.138), é possível que o episódio haja provocado a represália de Oliveira, assim como de seu amigo Bilac, porém os dois “apenas tiraram proveito de uma reputação que já se havia solidamente ligado, a essa altura, ao nome de Alberto Torres”. O próprio Martins (1996a, p.136), décadas depois, demonstra ainda partilhar dessa visão sobre Torres. Afirma que, Campos Sales, que instituiu “uma república acaciana, veemente na afirmação do óbvio, palavrosa, verbalista e inoperante”, na qual “debatem-se poucas idéias e debatem-se poucos as idéias”. E, na sua opinião, o “símbolo perfeito dessa república acaciana – que, apresentando-se sistematicamente como um perseguido e um maldito na política, chegou entretanto, à culminância das posições, no Legislativo, no Executivo e no Judiciário – foi, sem dúvida, Alberto Torres (1865-1917), futuro mestre do

nacionalismo político de Direita, com os integralistas, e de Esquerda, com os socialistas de definição goulartiana” (Martins, 1996a, p.136).

Barbosa Lima Sobrinho, em sua apologética e detalhada biografia de Torres, dá outra versão para o episódio. Para Lima Sobrinho (1968, p.219-227), a *Lira Acaciana* fora sim represália daqueles escritores, mas não em relação à saída de Alberto de Oliveira do cargo de Diretor de Instrução, já que teria sido este mesmo que pedira exoneração quando Torres assumiu como Presidente do Estado do Rio de Janeiro. Segundo o relato do autor, um grupo de intelectuais – formado por Olavo Bilac, Alberto de Oliveira, Coelho Neto, Luís Murat, Aluísio Azevedo e Pardall Mallet –, embora desfrutasse de prestígio na capital da República, não contava com a segurança de emprego regulares, tendo que viver de expedientes. Tal situação mudou em 1889, quando Francisco Portela tornou-se presidente do Rio de Janeiro e resolveu contratar o grupo. Portela era aliado de Deodoro e, quando Floriano Peixoto assume a Presidência da República, é pressionado a deixar o cargo, sendo substituído por Carlos Baltasar da Silveira. O grupo de intelectuais acaba também demitido e escreve “contra Baltasar e Floriano, rimas satíricas e páginas contundentes”. Anos depois, quando Torres rompe relações com José Tomás da Porciúncula (então chefe do Partido Republicano), muitos, ignorantes dos bastidores da política, consideram o ato uma traição. Desencadeia-se então, “nas fôlhas favoráveis a Porciúncula”, uma violenta campanha contra Alberto Torres. O grupo de intelectuais, amigo de Portela e de Porciúncula, capitaneado por Pedro Tavares, advogado e político famoso pela combatividade e truculência, adere à campanha. Pedro Tavares, de acordo com Lima Sobrinho, tomara posição contra Nilo Peçanha no caso da intervenção federal, na época de Manuel Vitorino⁴⁹. Assim, Pedro Tavares se transforma em Ângelo Bitu, editando e prefaciando a *Lira Acaciana*.

⁴⁹ Em 1896, Alberto Torres deixou o cargo de deputado federal (1894-1896) por ter sido nomeado ministro da Justiça e Negócios Interiores, pelo presidente Prudente de Moraes. Porém, com o afastamento do presidente por motivos de doença e sua substituição pelo vice-presidente Manuel Vitorino, Torres acaba renunciando à

Barbosa Lima Sobrinho, que faz uma biografia altamente elogiosa e mesmo mitificante de Alberto Torres, procura relativizar o incidente. Não apenas lembra que os poetas já haviam caçoado de Floriano Peixoto e Baltazar da Silveira, como destaca que não poupavam ninguém, ridicularizando também vários outros políticos na *Lira Acaciana*, incluindo o então Presidente da República, Campos Sales e Rui Barbosa. O primeiro, quando aparece num passeio com Torres e uma voz brada: “Qual de vocês é o Conselheiro Acácio?” (Lima Sobrinho, 1968, p.225). O segundo é satirizado num episódio no qual defendeu Torres. Não podemos deixar de notar que os dois aparecem como figurantes, enquanto Alberto Torres é o protagonista do folheto, composto por trinta e oito poemas. Lima Sobrinho (1968, p.224-227) afirma ainda que, embora as sátiras fossem literariamente excelentes,

O libelo não chegava a impressionar ninguém, pela inanidade de seu articulado. Um homem público, de quem só se pudesse dizer o que os autores da *Lira Acaciana* diziam de Alberto Torres, bem poderia candidatar-se à famosa galeria dos “Varões de Plutarco”. Nem havia consistência nas alegações. Comparar à figura de Eça de Queirós um homem que se expusera pregando a Abolição e a República, ou um jornalista conceituoso, como Alberto Torres, era (...) abusar do paralelo e dar mais importância à literatura do que à política.

O autor afirma ainda que a própria caracterização do acacianismo na *Lira* estaria equivocada, já que esse se caracterizaria muito mais pelo silêncio “dos que se calam para a simulação de inteligência” (ibidem, p.226-227). Para o autor, querer equiparar Acácio à “combatividade, o destemor, a bravura, a nitidez das posições” de Torres, era deturpar o personagem de Eça. É por tudo isso, afirma Lima Sobrinho (ibidem), que não haveria que estranhar que alguns anos depois a casa de Torres recebesse a visita freqüente de Alberto de Oliveira, que Luís Murat acabasse se tornando um defensor ardoroso da candidatura de Torres à Academia Brasileira de Letras, e que com “Olavo Bilac as relações pessoais vieram a restaurar-se, sem deixar agravos: como se nunca houvesse existido a *Lira Acaciana*”.

De toda forma, tendo sido represália ou não, o fato é que Torres, em 1900, foi ridicularizado por jovens intelectuais. Situação frontalmente oposta àquela que seria

pastas, após a intervenção do novo governante em questões eleitorais de Campos, nas quais atropela as funções políticas do então ministro da Justiça (Iglésias, 1982).

observada nas décadas de 20 e 30, quando justamente os jovens intelectuais irão chamá-lo de “mestre”. Finalmente, há uma questão curiosa – ou será essencial? – nisso tudo. O conselheiro Acácio reproduz muito bem o bacharelismo, justamente uma das coisas que Torres e seus admiradores posteriores mais combatiam. O bacharelismo era para eles o símbolo da Primeira República e tudo o que ela tinha de aparente, falso, superficial. O bacharel é aquele que ostenta o título – quase sempre acompanhado de um belo anel exibido com orgulho –, que cita belas frases decoradas, que tece “boas” relações com o poder e que com tudo isso galga altos cargos públicos. Ele é elegante e vaidoso, e tem seus olhos voltados para fora, sobretudo para a França, de onde copia modas, frases, hábitos, leis – é “parisiense” na América. Os bacharéis gostam de exibir ilustração, de mostrarem-se “cultos”, mas de fato nada sabem, nem dos livros, muito menos do país no qual vivem. Não são patriotas, nacionalistas, não conhecem sua nação, pois só lhe interessam os privilégios, os benefícios pessoais.

Como vimos no capítulo inicial, Torres condena veementemente essa República de bacharéis e lantejoulas, marcada pela alienação, pela cópia, pela inércia, culpada, em grande parte, pelo estado de anarquia e desorganização em que se encontra a nação. Ele exige o fim dessa cultura inútil, clama pelo conhecimento de fato do Brasil, do Brasil real, e está sempre chamando à realidade concreta e à ação. Um conhecimento que permita uma ação direta, uma intervenção forte e decidida do Estado naquilo que realmente interessa à nação. Sem dúvida, esse discurso contribuiu para que fosse valorizado pela geração intelectual dos anos 20 e 30, que elegeu o bacharelismo como um de seus alvos principais.

Ao mesmo tempo, como já apontamos, a escrita de Torres tem um estilo que, se é muito envolvente, é também bastante dramático, verbalista, rebuscado, prolixo. Características que certamente contribuíram para que fosse chamado de Conselheiro Acácio. Tal aspecto também foi notado por Marson (1979, p.117), para quem Torres soube “de cor e salteado, descrever em figuras de linguagem, mais do que no crivo da análise, o

comportamento de seus patrícios intelectuais, ele mesmo atingido pela bola de neve do verbalismo, da linguagem sonora e pleonástica”.

Entre cada um de nós e os objetos da nossa estima, do nosso amor, da nossa veneração, o eflúvio que nos vem das almas não se esbate na imagem cultural da religião, nem o empana a névoa de um conceito convencional, de uma sensibilidade de empréstimo: estende-se e penetra com a limpidez do sol nas manhãs claras. Um povo que assim sente, não pode bizantinizar-se na idolatria dos símbolos, corromper o espírito na adoração das fórmulas, quitar-se do dever, com a absolvição de contrições e de homilias, de penitências e de holocaustos sacrificiais (Torres, 1982a, p.126-127).

Outro traço que aproxima Torres do Conselheiro Acácio é, em nossa opinião, sua acalentada “modéstia”. Assim como Acácio, Torres procura sempre se mostrar “modesto”, embora acabe se revelando vaidoso. Aliás, como já dissemos, ele era bastante orgulhoso de suas idéias, tinha fé em seu próprio pensamento, sendo abertamente confiante no poder transformador deste. Pretende, com seus escritos, contribuir não apenas para a “organização nacional”, mas para a solução dos problemas mundiais. Como já mencionamos, essas intenções eram explicitadas por ele e não é outro o motivo de ter escritos seus dois primeiros livros em francês. Assim o fez para “repercutirem no mundo”, o que para Iglesias (1982a, p.VII), configura “crença ingênua e generosa de pregador da paz, desejoso de influir no quadro internacional”. Em *As fontes da vida no Brasil*, Torres declara:

Eis a síntese que aqui procuro fazer passar à vista dos brasileiros que estão de posse da direção e da força política, como a própria imagem cinematográfica do mal íntimo e profundo deste país (Torres, 1990, p.XV).

Sua análise, feita para alertar nossos dirigentes, era como a “imagem cinematográfica” dos males do país. Ao mesmo tempo, essa combinação de “modéstia”, auto-confiança e vaidade faz parte do mito de “gênio incompreendido”, iniciado pelo próprio Torres e continuado por seus discípulos. Finalmente, outro traço de Torres que o aproxima do bacharel são as soluções apresentadas por ele, na medida em que estas são essencialmente jurídicas e administrativas. Afinal, sua maior proposta encontra-se no seu projeto de reforma constitucional. Confia, desse modo, que alterações na lei podem mudar substancialmente a

realidade – o que não deixa de ser um paradoxo para quem tem um discurso tão *pragmático*, tão centrado no empírico e na *ação*.

Com essas observações não queremos dizer que Torres foi um “bacharel”. Não o foi, e demonstram isso sua vigorosa carreira de político e de publicista, seu vigor inabalável em contribuir para o mundo e para a nação, suas críticas ferozes e destemidas que não poupavam ninguém, e a seu fervor nacionalista que a tantos inspirou. O que fizemos foi constatar que Torres carregava traços de sua época, daquele pequeno mundo de políticos e intelectuais no qual vivia e circulava, de seus pares – independentemente do fato de os criticar. Ambigüidade comum a qualquer indivíduo, de qualquer tempo.

3.3 Alberto Torres e Oliveira Vianna

Oliveira Vianna, com sua obra notadamente autoritária e conservadora, foi um dos intelectuais mais importantes e influentes de seu tempo⁵⁰. Nas décadas de 1920 e 1930, tinha grande respeito e admiração por parte tanto dos políticos como da intelectualidade. Para Gomes (1998, p.507), Oliveira Vianna, produziu uma das mais sólidas e duradouras interpretações sobre as causas do “atraso” político de nosso país, além de uma também sólida e duradoura proposta de solução através da intervenção de um Estado autoritário e

⁵⁰ Francisco José de Oliveira Viana (1883-1951) nasceu em Saquarema (RJ), em uma família tradicional de fazendeiros. Aos 12 anos mudou-se para Niterói, onde viveu toda a sua vida. Formou-se jurista em 1905 e em 1916 tornou-se professor da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Desde jovem colaborou intensamente nos jornais e publicou diversos livros, tornando-se presença destacada no agitado debate político-intelectual do país. Com a Revolução de 1930 tornou-se assessor de Ari Parreiras, interventor do Rio de Janeiro. Em 1931, foi nomeado consultor jurídico do recém-criado Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, permanecendo aí até 1940. Nesse cargo desempenhou importante papel na montagem do ministério e na elaboração da legislação trabalhista brasileira, especialmente das leis que definiram a organização sindical corporativista e a Justiça do Trabalho. Também participou da Comissão Especial encarregada da revisão da Constituição (1933) e da Comissão Revisora das Leis do Ministério da Justiça (1939). Em 1940, foi nomeado por Getúlio Vargas como ministro do Tribunal de Contas da União. Foi também membro da ABL e do IHGB, constituindo-se em um dos intelectuais de maior destaque e influência de sua época. Na década de 40, com a saída do Ministério, pôde voltar aos trabalhos sociológicos, mas já não tinha o prestígio de antes. É que Vianna ficara marcado pela participação no governo Vargas, surgindo nos meios intelectuais de esquerda uma reação à sua obra, que só aumentou após sua morte. O regime militar agravou essa reação, pois, para muitos, este fundava sua ideologia na visão do Brasil e na proposta política de Oliveira Viana. Os rótulos passaram a se acumular (racista, elitista, estatista, corporativista, colonizado, reacionário), de modo que, de acordo com José Murilo de Carvalho (1999b), Oliveira Viana foi mandado “aos infernos”. Para mais informações ver Fausto (2001) e Carvalho (1999a).

corporativo. Tendo sido, como Torres, crítico do artificialismo e alheamento da realidade que caracterizaria nos elites dirigentes, procurou estudar as singularidades de nossa terra e população. Seu livro primeiro livro, *Populações meridionais do Brasil*, de 1918, é fruto desse esforço, alcançando então imensa repercussão.

Segundo Gomes (1998, p.508), Vianna é o “tradutor, por excelência, da interpretação que consagra o ‘insolidarismo’ como marca da sociedade brasileira”. Nossas relações sociais haviam se desenvolvido com base no latifúndio, que isola o homem, resultando num padrão de sociabilidade centrado na família e na autoridade pessoal do grande proprietário (ibidem). Assim, Vianna elaborou o conceito de “função simplificadora do grande domínio rural”, indicando a independência e auto-suficiência dos senhores de terra e escravos, que “simplificavam” toda a nossa estrutura social, dificultando o desenvolvimento de atividades comerciais e industriais e de outras formas de associação que não a família. Havia ainda o “espírito de clã”, que ligava o homem do campo a seu núcleo imediato – o “clã”, concentrado na família e no latifúndio. Esse laço primário, embora protegesse o homem rural da ausência de outra autoridade efetiva (incluindo o Estado), impedia o “espírito corporativo”, que só poderia se afirmar no ambiente urbano (ibidem, p.509).

Desse modo, era a vida na grande família rural a base e a origem do “caudilhismo”, um tipo de autoridade que abarcava vínculos políticos e sociais e que recorria à fidelidade e à afetividade (Gomes, 1998, p.509). E que constituía sempre uma ameaça à desintegração territorial e social. Para enfrentá-lo, o único caminho era o estabelecimento de um poder centralizador forte, que promovesse a paz e protegesse os cidadãos (ibidem). De acordo com Gomes (ibidem), há assim uma inversão e o poder central, de autoridade absolutista e opressora das liberdades passa a ser visto como o único meio de construção de um Estado moderno, com procedimentos racionais-burocráticos e conhecedor e próximo da realidade nacional. Só esse Estado poderia, ao mesmo tempo, neutralizar o “caudilhismo” dos

localismos e personalismos, e o artificialismo jurídico. Ainda segundo Gomes (1998, p.510), em *Populações*, embora as características da nossa formação sócio-política não sejam desqualificadas – pois se trata de entender suas origens para nelas buscar orientação –, elas não são propícias à modernidade, sendo responsáveis pela produção de uma multiplicidade de poderes que ameaçam o espaço público. Por isso são necessários instrumentos capazes de estimular a integração social e criar a nação conforme a nossa realidade – tarefa só realizável por um Estado forte, centralizado e com autoridade incontestável (ibidem).

Como relatamos, Oliveira Vianna conhecia e admirava Alberto Torres desde que este era vivo, tendo freqüentado sua os serões em sua casa. Dada a projeção e importância que adquiriu nos anos seguintes, como intelectual, teórico e estrategista político, sobretudo no Estado Novo, Vianna acabou se tornando o discípulo mais famoso de Alberto Torres. Em seus livros, abordará muitas vezes as idéias do mestre. Em *Problemas de Política Objetiva*, publicado em 1930, a partir de artigos para jornais escritos entre 1918 e 1928, a obra de Torres é longamente abordada. Também em *Instituições Políticas Brasileiras*, publicada em 1949, o pensamento de Torres é o tema do capítulo 3, “Alberto Torres e a metodologia objetiva ou realista (O nacionalismo político)”. Segundo Paim (1987, p.168-176), do pensamento de Torres, Vianna apreendeu sobretudo sua crítica à tradição liberal, que teria minimizado o papel do Estado em virtude do desconhecimento das condições reais do país.

Segundo Oliveira Vianna (1987, p.67), no Brasil das primeiras décadas do século, nossas elites políticas não acreditavam na capacidade do povo brasileiro e pediam tudo aos estrangeiros: trabalhadores, colonos, capitais, escolas literárias, métodos educacionais, sistemas jurídicos, tipos de governo, programas de partido, regimes políticos. Até nossa Constituição havia sido copiada da norte-americana, e ela dividiu o “vasto corpo do Brasil em vinte pequenas pátrias” enquanto nós permanecíamos “insensíveis a este grande crime

irremissível”. Assim, “tendo de escolher entre os estados e a Nação – havíamos preferido, impatrioticamente, o sacrificio da Nação e da sua unidade”. Foi então que Torres apareceu e,

com sua lucidez, o seu senso de observação, a sua intuição profunda de nossas realidades – e mostrou o absurdo de tudo isso. Mostrou que os problemas políticos, constitucionais, sociais, educacionais e econômicos deviam ser considerados tomando como ponto de partida a *Nação* – e não as suas *unidades* componentes. Torres, portanto, reacordou o sentido nacionalista da nossa existência e, com a sua doutrina, restaurou (...) a consciência da nacionalidade, o sentimento dominante da pátria comum. Eis porque ele é um dos grandes mestres do pensamento nacionalista do Brasil. (...) Tamanho é o *substratum* da verdade que o seu pensamento social contém. Tamanha a capacidade expansiva das suas idéias. Tamanhas as forças e a fascinação da sua inteligência e do seu gênio (Vianna, 1987, p.67-68, grifos no original).

Oliveira Vianna, em seus escritos, procura ressaltar os pontos em comum e as divergências em relação ao pensamento de Torres. Quanto aos pontos em comum, seriam principalmente dois (segundo o depoimento de Vianna): o realismo (o estudo de ambos tem como objeto central a *realidade* brasileira); e a metodologia objetiva e científica utilizada nesse exame de nossa realidade. Segundo o autor (1987, p.60-61), o método de estudo social predominante no Brasil das primeiras décadas do século XX seguia o seguinte padrão: lia-se autores estrangeiros que descreviam as estruturas e instituições de seus povos e, sob a sugestão de seus comentários e descrições, “via-se” aqui as mesmas coisas, chegando-se a conclusões falsas e artificiais sobre o nosso país. Tal padrão foi rompido principalmente por Torres, após as obras pioneiras de Silvio Romero e de Euclides da Cunha. Caminho que foi continuado e “aperfeiçoado” pelo próprio Viana (*ibidem*). Assim,

Torres e eu, o que um e outro fizemos – em relação ao conhecimento *científico* da nossa evolução e formação social (...) consistiu, aqui, nesta novidade metodológica: considerar os problemas do Estado ou, melhor, os problemas políticos e constitucionais do Brasil, não simples problemas de especulação doutrinária ou filosófica – como então se fazia e como era o método de Rui; mas como problemas objetivos, *vinculados à realidade cultural do povo* e, conseqüentemente, como problemas de *comportamento* do homem *brasileiro* na sociedade *brasileira* (...) (Vianna, 1987, p.61). (grifos no original)

Desse modo, o que Oliveira Vianna destaca de positivo e de comum a ambos são, em primeiro lugar, seu realismo, distanciado de abstrações e adequando as suas investigações e propostas às nossas especificidades (traços do iberismo, que ambos esposavam). Associados a isso, aparecem também seu comum nacionalismo e patriotismo, assim como sua semelhante

valorização da agricultura e do campo, como bases de onde deveríamos (re)construir a nação, em oposição à grande cidade (associada à abstrações importadas e inadequadas). Em segundo lugar, Vianna destaca a valorização dada por ambos à ciência, a um método científico, sistematizado e objetivo que os orientasse em sua investigação do mundo social. De acordo com Vianna (1987, p.66), ele e Torres estariam de acordo em ver a sociologia “como uma base de orientação pragmática, como um processo de coleta de dados concretos, sobre os quais se deveria apoiar a solução objetiva e realística dos nossos problemas nacionais”. Aliás, em vários momentos, Vianna se gaba do “estudo sistemático e rigorosamente científico” que realiza em seus livros (ibidem, p.61).

E é justamente nesse ponto que surge a primeira grande diferença entre os dois. Vianna teria, segundo seu depoimento, “avançado” mais na investigação científica, propriamente sociológica, do que Alberto Torres. Segundo Vianna (1987, p.63), Torres, como sociólogo, apesar da “objetividade e modernidade da sua cultura sociológica”, não pode libertar-se totalmente das influências de sociólogos europeus. Estes, ao contrário dos norte-americanos, “nunca conseguiram discriminar lucidamente, no campo da sociologia, o que pertence à *filosofia social* e o que pertence à *ciência social*” (ibidem, grifos no original). Torres contaminou-se dessa “velha confusão européia”, “mesmo porque tinha antes a bossa do *filósofo* do que a do *investigador*, à americana” (ibidem, grifos no original). E, apesar disso, “como ele compreendeu à maravilha, ou melhor, *intuiu* – sem investigação de nenhuma espécie (...) – a *nossa* realidade sociológica e as condições íntimas da *nossa* estrutura de povo e de nação!” (ibidem, p.64, grifos no original). Por tudo isso, para Vianna:

Torres era antes de tudo um *pensador* e não propriamente um *sociólogo*, no sentido estrito que a moderna sociologia dá à esta expressão. Como estudioso de sociedades humanas, filiava-se ao grande grupo dos que fazem da sociologia antes uma *filosofia social* do que propriamente uma *ciência socia*. (Vianna, 1987, p.64, grifos no original).

A segunda grande divergência apontada por Vianna em relação à obra de Torres é bastante evidente. Trata-se da abordagem da questão racial. Enquanto Alberto Torres rejeitava

as teorias raciais vindas da Europa, negando a existência de raças superiores e inferiores e enfatizando a importância do meio na formação dos indivíduos, Oliveira Vianna não só acolheu aquelas teorias como fez da raça um elemento fundamental de suas análises. Vianna reconhecia essa diferença, mas procurava de certa forma relativizá-la, como no livro *Problemas de Política Objetiva*, de 1930, no qual, após afirmar que “Torres considera a apregoada superioridade dos germanos ‘uma pretensão infundada e injusta’”, introduz uma nota de rodapé, na qual afirma:

Era este um dos pontos da minha divergência com Torres. Discutíamos frequentemente – e vivamente – este tema. Pensava ele que eu defendia a teoria da superioridade das raças. Esta minha crença na superioridade de certas raças era muito relativa e condicionada – o que não me impediu de ser considerado aqui o arianista nº1, partidário da superioridade dos dolicolouros, defendida por Woltman, Ammon, Gobineau e Lapouge. Em boa verdade, nunca defendi esta tese (...). O que afirmei na *Evolução do Povo Brasileiro* foi não propriamente a superioridade, mas a maior *migratoriedade* dos tipos de raça germânica, em contraposição aos tipos de raça céltica: - e devo confessar que não tenho ainda hoje motivos para considerar esta afirmação errada. (...) Quanto às demais raças, eu já esbocei o meu modo de pensar em *Raça e Assimilação* (...) e nos futuros volumes em preparo (...) completarei esta minha concepção” (Vianna, 1974, p.174). (grifos no original)

Anos depois, em *Instituições Políticas Brasileiras*, publicado em 1949, Vianna reafirmaria a divergência, lembrando que Torres negava com decisão o fator racial. Já ele, Vianna, nunca teria visto – e continuava a não ver, “apesar de tudo” – razão para deixar de reconhecer o papel do fator “raça” em nossa civilização e nossa história (Vianna, 1987, p.66).

Uma outra diferença apontada por Vianna (1987, p.65) em relação a Torres refere-se “às crenças filosóficas que animam um e outro”. Para esse autor, Torres era no fundo “um filho espiritual da Revolução Francesa e mantinha a crença dos Enciclopedistas na ‘bondade natural’ do homem; ao passo que eu sempre considerei esta bondade como um dom excepcional e raro” (ibidem). Daí a sua “preocupação dos controles” e “desconfiança do egoísmo dos homens, preocupação que não era tão dominante no espírito de Torres” (ibidem).

A par da citada valorização da ciência, também aparece em Vianna – assim como em Torres e em grande parte da intelectualidade dos anos 20/30 – aquilo que caracterizamos como negativização da política, identificada à politicalha e particularismos, em contraposição

ao mundo neutro e racional da ciência/dos intelectuais. Assim, no programa de reforma de Vianna, constam os seguintes itens:

3. eliminar a influência excessiva dos políticos, desde que uma nova ordem solidarista e orgânica, dirigida pela oligarquia esclarecida, prescindisse sua intromissão;
4. conseqüentemente, diminuir a crença no parlamento, ou a chamada parlamentolatria;
5. eliminar o partidarismo e despartidarizar o Executivo (*apud* Tavares, p.64).

É possível perceber, dessa maneira, uma “cientifização” do Estado, do governo, que desse modo é “purificado” dos vícios, corrupções e interesses particulares, tornando-se eficiente e buscando o interesse comum. Este Estado científico torna-se assim um verdadeiro representante da nação, acima das classes, grupos e divisões partidárias. Proposta em alta naquelas décadas e que ajuda a entender a configuração corporativista e tecnocrática do Estado Novo – do qual Vianna foi um dos principais artífices. Esta concepção negativa da política pode ser vista na própria trajetória de Vianna, que assim como Torres sempre procurou se definir como um intelectual, um pensador e nunca como político. Vianna foi mais além ainda de Torres, negando a participação formal no campo político, recusando convites para diversos cargos. Contudo, como bem notou Tavares (1979, p.37), “a política constituiu-se na permanente preocupação deste homem que, durante a vida inteira, manteve-se avesso à militância política-partidária, demonstrando clara aversão à “classe política”. Não obstante, a política, formal ou não, foi um elemento central tanto na vida de Vianna como na de Torres.

3.4 Alberto Torres e Plínio Salgado

O integralismo foi, nas palavras de Beired (1999, p.41), “a mais radical agrupação política de direita dos anos 30”, sendo formado por muitos intelectuais e políticos vindos dos partidos tradicionais da Primeira República. A AIB (Ação Integralista Brasileira), criada em 1932 e tendo como líder máximo Plínio Salgado, foi o principal movimento fascista⁵¹ da

⁵¹ A identificação do movimento integralista como uma versão brasileira do fascismo tem gerado controvérsias. Segundo Fausto (2001), nos escritos de Plínio Salgado e Miguel Reale há uma clara intenção de distinguir sua doutrina do fascismo italiano. Contudo, para Fausto (2001), há sim um caráter fascista no integralismo, embora

América Latina, com filiais em todo o país e chegando a ter cerca de 200 mil membros (ibidem, p.42). De acordo com esse autor, os princípios básicos do integralismo incluíam o anti-liberalismo; a crítica à democracia, ao comunismo e ao capitalismo, que representariam o avanço do materialismo; e a afirmação de posturas nacionalistas nos campos político, econômico e cultural. Também adotavam uma concepção espiritualista da vida, a partir da qual visavam a realização: do indivíduo integral (espiritual, moral, político e econômico); da sociabilidade natural e sagrada da família; e da harmonia social através da organização das classes em corporações (ibidem). Tal concepção supunha uma hierarquia natural, na qual o pai era a autoridade natural sobre a família, o Estado a autoridade natural sobre a sociedade, e Deus a autoridade natural sobre tudo. Supunha ainda a organicidade social e política, defendendo a integração das partes no todo e a visão do Estado nacional como a expressão jurídica, política e moral da nação (ibidem, p.42-43). Plínio Salgado defendia um Estado forte, centralizado, com uma estrutura corporativa e unipartidária (Trindade, 1974, p.95). Salgado foi um crítico radical do liberalismo, opondo-se ao Estado liberal em suas formas monárquica ou republicana, e aos princípios ou mecanismos básicos do sistema: a liberdade política, o sufrágio universal e o sistema multipartidário (ibidem, p.98).

Como dissemos, a figura de Alberto Torres, tão reverenciada nos anos 20 e 30, foi apropriada pelos integralistas, que pretenderam vê-lo como um dos seus, um precursor. Livros de e sobre Torres estão entre as leituras recomendadas aos integralistas pelos jornais do movimento, em 1933 e 1934. Na *Bibliografia Integralista* de 1933⁵², entre os 27 livros listados, constam *O problema nacional brasileiro* e *A organização nacional*, além de *As idéias de Alberto Torres*, de Alcides Gentil. Eles figuram ao lado de livros de líderes e membros integralistas (incluindo 5 livros de Plínio Salgado, um de Gustavo Barroso e um de

com marcas nacionais específicas. O integralismo, em seus objetivos e atuação, a exemplo do fascismo, representou um movimento de massas, um dos maiores do país, ainda que efêmero. E criaram milícias, cuja forma organizatória tinha muita semelhança com as milícias fascistas de Mussolini (ibidem). Para Trindade (1974, p.103), a posição de Plínio Salgado, apesar de várias nuances, “enquadra-se na corrente fascista”.

⁵² Transcrita do jornal *Monitor Integralista* (RJ, ano I, n.1, 1933) para o livro de Cavalari (1999, p.110).

Miguel Reale), e de intelectuais nacionalistas, como Oliveira Vianna (3 títulos) e Tristão de Ataíde (2 obras). A *Bibliografia Integralista* de 1934⁵³ traz uma mudança, sendo dividida em duas seções: “Livros recomendados aos integralistas” (11 títulos, de autores integralistas) e “Principais subsídios no Brasil” (24 títulos). É nessa última seção que as duas obras de Torres, assim como o livro de Gentil, voltam a constar, ao lado de textos de Oliveira Vianna, Tristão de Ataíde, Farias de Brito, entre outros. A *Bibliografia Integralista* de 1935, demonstrando a consolidação do movimento, passa a publicar obras apenas de militantes do movimento, deixando de contar com obras “sobre sociologia, política brasileira, nacionalismo, espiritualidade, de autores conservadores, mas não integralistas” (Cavalari, 1999, p.112).

Torres é muitas vezes citado pelo criador e grande líder do Integralismo no Brasil, Plínio Salgado⁵⁴, aparecendo sempre como importante mestre intelectual, um guia nacionalista. Em texto escrito em 1935, Salgado (1955; p.9-27) relata a transformação por qual passou durante a década de 1920, quando suas preocupações ampliaram-se para além do campo artístico e literário, voltando-se para as questões políticas, sobretudo aquelas ligadas ao tema da “nacionalidade”. Foi nessa época que começou a estudar a língua tupi e,

Em conseqüência do estudo do índio, o mistério da Unidade Nacional absorveu-me. Minhas leituras eram, nesses dias, Alberto Tôrres, Euclides, Oliveira Viana. O político despertava no escritor. Lembro-me de que li a obra de Tôrres, viajando, de canoa e de navio ‘gaiola’ pela Ribeira de Iguape (Salgado, 1955, p.16).

⁵³ Transcrita do jornal *Monitor Integralista* (RJ, ano II, n.5, fev.1934, p.5) para o livro de Cavalari (1999, p.113).

⁵⁴ Plínio Salgado (1895-1975) nasceu em São Bento do Sapucaí (SP), oriundo de uma família católica de raízes políticas conservadoras. Tendo que interromper os estudos com a morte do pai, terminou sua formação como autodidata. Mudando-se para São Paulo, trabalhou como jornalista e publicou crônicas, poesias e romances. Ao lado de Cassiano Ricardo, Motta Filho e Menotti del Picchia, foi um dos ideólogos da tendência nacionalista do modernismo, lançada em 1926, o movimento verde-amarelo. Em 1927, publicou seus primeiros artigos políticos, orientação que passou a seguir de forma crescente. Foi eleito deputado estadual pelo PRP e, em 1930, fez uma longa viagem à Europa, voltando impressionado com a experiência fascista italiana. Em 1932, criou a Sociedade de Estudos Políticos (SEP), congregando intelectuais e políticos identificados com as idéias fascistas. Esta deu origem, pouco depois, à AIB. Em 1939, um ano após a fracassada tentativa de golpe da AIB, Salgado exilou-se em Portugal, onde permaneceu até 1945. Em seu retorno, fundou o PRP (Partido de Representação Popular), retomando sua carreira política. Apoiou o regime militar e só saiu da política em 1974. Publicou mais de 70 obras. Para mais informações, ver Abreu... [et al.] 2001.

Entre 1931 e 1932, Plínio Salgado escreve um texto, intitulado *Roteiros de gente nova*, cujo tema é especificamente Alberto Torres e o interesse – benéfico – que sua obra vinha despertando então. Nesse, afirma que:

O interesse que a obra de Alberto Torres está despertando entre os estudiosos, neste instante de tão graves responsabilidades, é um sintoma feliz de bom senso. As realidades entrevistadas pelo pensador fluminense quando todos viviam a ilusão da democracia perfeita e quando os espíritos se embriagavam na contemplação da terra maravilhosa, resplandeceram repentinamente aos olhos dos moços brasileiros (...). O erro do federalismo, levado às suas extremas conseqüências, produziu o quadro deprimente do enfraquecimento do Poder Central e da sua substituição por um arbitrário preposto de governadores. O erro da nossa organização econômica (...) redundou na angustiada situação financeira em que nos debatemos e que foi (...) agravada pelos acontecimentos mundiais (...). O erro da indiferença pelos problemas religiosos e pelas questões culturais teve como conseqüência criar fora da órbita da Nação as forças morais e as forças intelectuais que, agindo fora do ritmo do Estado, se foram tornando elementos, quando não dissonantes, pelo menos sem harmonia com o sentido das instituições (Salgado, 1955, p.150-151).

Dessa forma, segundo Salgado, entre as realidades entrevistadas por Alberto Torres estariam: o erro do federalismo, o erro de nossa organização econômica e o erro da indiferença pelos problemas religiosos e pelas questões culturais. Quanto ao erro do federalismo da Primeira República, assim como a crítica ao liberalismo e a demanda por um governo centralizado e forte, são pontos sempre destacados e elogiados por Salgado no pensamento de Torres. Desse modo,

Esse interesse, que se observa hoje em dia pelo notável pensador brasileiro, é um bom sintoma. Parece que o Brasil está despertando do letargo liberal (...) (Salgado, 1955, p.156).

Já quanto ao erro religioso, é preciso lembrar que a obra de Alberto Torres é marcadamente laica, não religiosa. Em outro trecho, Salgado deixa explícito, contudo, sua intenção de apropriar-se da obra de Torres, limpando-a, perdoando-a, retificando-a, atualizando-a enfim:

Alberto Torres é nosso contemporâneo. Precisamos rever e anotar a sua obra. Escoimá-la do que já hoje perdeu oportunidade; limpá-la do pecado da unilateralidade com que ele considera certos aspectos dos problemas nacionais; perdoar-lhe algum excesso; retificá-la no que a experiência rude do mundo contemporâneo o está exigindo; po-la, enfim, em dia com o problema universal (...). Os trabalhos do autor (...) valem, sobretudo, como processo, como orientação geral, como método. É a antecipação do conceito integral de Nacionalidade que serve hoje de base ao nacionalismo alemão, ao italiano, ao português. É a profecia sobre o drama pelo qual passa a autoridade do Estado democrático, entre os dois perigos iminentes: o do estatismo absoluto e o do liberalismo (...) aniquilador (Salgado, 1955, p.155-156).

Assim, a obra de Torres, mesmo escoimada de pecados, excessos e equívocos, serve principalmente como uma “orientação geral”, um método. Desprende-se daí que não devemos segui-la literalmente, mas apenas tê-la como pano de fundo. Devemos seguir sim a versão que dela nos dá Salgado, *corrigida e atualizada*. E, como orientação geral, ela trouxe, segundo Salgado, a antecipação do mesmo conceito de nacionalidade que servia naquele momento de base aos nacionalismos alemão, italiano, e português!! Também declarara no jornal *A Razão*, em 1931, que Torres, “muitos antes da concepção fascista do Estado” havia preconizado para o Brasil “uma forma de governo republicano, que condicionava a doutrina agora consagrada pelos Roccas e Gentiles” (*apud* Trindade, 1974, p.103). Como dissemos, embora Alberto Torres possa ser considerado um pensador conservador e autoritário, ele está muito longe de ser um integralista, e mais distante ainda um de ser um fascista.

No pequeno ensaio, Plínio Salgado deixa claro sua forte crítica à Primeira República, com seu artificialismo e sua política aventureira, de particularismos e cambalachos. Em Salgado, essa crítica é particularmente dirigida aos partidos, que servem apenas a satisfação de interesses pessoais.

A República de 1889 deu os frutos que poderia dar um regime que se afastou das realidades profundas do país. (...) E os partidos, sem competência para o estudo das questões fundamentais, foram, dia a dia, se tornando tão-somente os empreiteiros de eleições e os agentes de cargos públicos. É que a função política no Brasil perdeu o seu sentido e significação nacional. (...) os partidos escolhiam os candidatos sem preocupações de idéias e programas (Salgado, 1955, p.153).

Assim, o candidato escolhido em cada partido representava “os interesses das correntes que o haviam indicado”, e por isso defendia “programas pessoais”, “pontos de vista individuais”, completamente despreocupados do bem comum, dos verdadeiros interesses nacionais. Com isso,

A política era um divertimento de quatro em quatro anos, um jogo, como o futebol ou as corridas de cavalos, em que as massas populares vibram, no entusiasmo pelas coisas supérfluas (...). A política, dizem (...) “é uma cachaça”. Nesse rifão da sabedoria popular está toda a definição da vida da República. Porque entre nós, tão viciados na luta em torno de

peçoas, de facções e de Estados, sem consciência dos interesses e das necessidades reais da Nação, a política não pode ser levada a sério (...) (Salgado, 1955, p.154-155).

Desse modo, tudo que vínhamos falando sobre a identificação da política da Primeira República à politicalha, sem nenhuma decência e seriedade, atinge um ponto máximo em Salgado. Para ele, ela era um apenas jogo fútil, tal qual uma corrida de cavalos, alheia às necessidades da Nação. “É a porfia, o jogo, a torcida, mas não é a firmeza das convicções e o culto de idéias e de programas”. Parte da responsabilidade estava na constituição de 91:

A República de 89, com a sua Carta Constitucional, não nos poderia oferecer outros quadros, outra expressão de política. E só agora, aos poucos estudiosos, à margem dos partidos, se vão juntando homens de boa vontade (Salgado, 1955, p.154-155).

Esses estudiosos são, é claro, os intelectuais. Aliás, esse foi outro grande erro do regime, como “sua indiferença pelos estudos das nossas realidades, sob um critério científico, o descaso absoluto pelas observações dos técnicos” (Salgado, 1955, p.152).

Plínio Salgado escreve também, em 1931, o prefácio ao livro do amigo Cândido Motta Filho, *Alberto Torres e o thema da nossa geração*, obra que será examinada a seguir. Utilizando o tempo todo o termo “geração”, começa louvando o livro - “um ato público” – e o autor, um “dos de maior relevo na geração nova do Brasil” (Salgado, 1931, p.I). Salgado se inclui nessa geração, e a situa e caracteriza:

A nossa geração de Após Guerra começou a exercer a sua crítica sobre a República com uma visão nova dos acontecimentos. Nós sentíamos todos os erros do Regime e denunciávamos um mal-estar que provinha, por certo, do contraste entre as realidades da Nação e (...) sua Constituição e as suas leis (Salgado, 1931, p.II).

Trata-se, assim, da geração que viu a Primeira Guerra Mundial e que criticou a Primeira República e sua carta constitucional, com seu artificialismo, seu alheamento da realidade. Também nesse texto, Salgado fala do “instinto de aventura” que regulava vida dos partidos, os “cambalachos” e “chicanas” que caracterizavam nossa política. Em seguida, Salgado continua a falar de sua geração, mas numa caracterização que a restringe ao grupo paulista que o cercava. Grupo que, como ele, participou do modernismo e escreveu nas páginas do *Correio Paulistano*:

Tal a situação brasileira quando a nossa geração começou a actuar, primeiro na literatura, derrubando todas as convenções (...) e procurando uma afirmação integral de brasilidade. Esse movimento partiu de São Paulo, foi sustentado por nós nas columnas do “Correio Paulistano” e representou a centelha que incendiou todo o paiz. Mas, passamos logo para o terreno político (...) (Salgado, 1931, p.IV).

Foi nessa época, situada por ele como sendo o início da década de 1920, que “descobriram” a obra de Alberto Torres:

Desde aquellos dias, começamos a dedicar todo o nosso esforço ao estudo das questões do nosso paiz. A grande obra de Oliveira Vianna trazia á nossa geração novas luzes para o conhecimento integral das populações brasileiras. (...) E foi por esses dias que a obra de Alberto Torres avultou aos nossos olhos, como um grande monumento (Salgado, 1931, p.VI).

Segundo Salgado (1931, p.VI), foi nesse período também que Motta Filho iniciou seu trabalho de crítica e comentário sobre a obra de Torres. Desde então, “Alberto Torres resiste” (ibidem). O autor define ainda o momento por que passavam, naquele outubro de 1931, afirmando que o “instante que estamos vivendo (...) é possivelmente o mais dramático da historia brasileira” (ibidem, p.VIII). E nesse momento decisivo, “a nossa geração, precursora e sacrificada, tem ainda uma missão a cumprir” (ibidem, p.XI). E é “esse o sentido da nossa campanha, de todo o nosso trabalho, ao qual V.” – Motta Filho – “vem trazer a contribuição de mais um livro notável”. Portanto, é como parte de uma “campanha”, de uma missão política frente à nação, que deve ser visto o livro de Motta Filho, *Alberto Torres e o thema da nossa geração*. E, como se trata de um livro sobre a valorização de Torres por aquela geração, acreditamos ser possível afirmar que também essa valorização fazia parte daquela campanha, daquela missão. Tinha, desse modo, um sentido claramente político.

3.5 Alberto Torres e Cândido Motta Filho

Como vimos, Cândido Motta Filho⁵⁵ publicou, em 1931, um livro intitulado *Alberto Torres e o thema da nossa geração*. Motta Filho “segue” o mestre já na introdução, quando

⁵⁵ O paulistano Cândido Motta Filho (1897-1977) foi advogado, político, professor, jornalista e ensaísta. Desse modo, seguiu os passos de seu pai, Cândido Nogueira da Motta, também advogado, político e professor da Faculdade de Direito de São Paulo. Trabalhou na imprensa desde jovem, escrevendo artigos, crônicas, crítica literária e assumindo cargos de direção em vários periódicos. Dirigiu, com outros escritores, as revistas Klaxon e

afirma que seu livro é uma contribuição que pretende oferecer para sua geração. Nesse trecho, transparece toda a incerteza que se vivia no pós-1930 e a forte inquietação que caracterizava aqueles homens, dispostos a contribuírem nos novos destinos a serem traçados para a nação.

Em 24 de outubro, a velha republica se desfez deante de um movimento militar (...). O que veio depois? O que virá? No meio das afflicções dos desesperados e das maguas dos desilludidos, no meio dessa inquietação geral, que ameaça (...) a unidade secular da pátria, eu me lembrei de entregar ao publico este pequeno ensaio, contribuição de esforço, appello de minha intelligencia para o que resta de optimismo e de fé em nossa geração.

O texto é recheado de elogios a Torres, sempre apresentado como o mestre e guia da geração a qual Motta Filho pertenceria.

A nossa geração viu em Alberto Torres um mestre para a reorganização moderna do Brasil, capaz de sugerir uma nova vida mais ampla e mais confortadora (Motta Filho, 1931, p.17).

Há, sem dúvida, um processo de mitificação de Torres, que aparece como um homem superior e bem à frente de seu tempo.

Alberto Torres (...) Viu os avanços e os recuos, as crises financeiras, as crises políticas, as crises moraes e religiosas. Observou a grande anarchia do mundo contemporaneo. E procurou semear o seu pensamento como o bom sementeiro da Bíblia (Motta Filho, 1931, p.25).

Alberto Torres presentiu a compressão dos acontecimentos e denunciou essa política como errada (ibidem, p.29).

Alberto Torres é um despertar de consciência (ibidem, p.131).

Ao longo do livro, são apresentadas algumas idéias de Torres, com muitas citações, e essas idéias são então reafirmadas por Motta Filho. A principal idéia destacada de Torres é o *artificialismo* que tem marcado nosso país, desde a Independência. Nosso estrangeirismo, nossa mania de copiar. Motta Filho reafirma que nossas instituições, leis, preocupações, modas, costumes, são sempre copiados do estrangeiro, não sendo próprios à nossa especificidade. Não conhecemos nossa terra, nossa gente e somos estrangeiros em nosso

Política. Participou do movimento modernista, integrando a corrente do “verde-amarelismo”, junto com Cassiano Ricardo, Menotti Del Picchia e Plínio Salgado, de quem foi companheiro próximo. Embora tenha participado da SEP, onde gozou de muito prestígio, nunca aderiu à AIB (Trindade, 1974, p.127-128 e p.152). Participou do PRP e ocupou diversos cargos públicos. Participou da Revolução Constitucionalista, no gabinete do Governador Pedro de Toledo, juntamente com Cassiano Ricardo e Menotti del Picchia. No Estado Novo, substituiu Cassiano Ricardo no DIP. Foi ministro do trabalho do governo Dutra e ministro da educação e cultura do governo Café Filho Paralelamente, continuou a exercer a advocacia e o magistério, em várias universidades, tendo sido professor catedrático da Faculdade de Direito de São Paulo. Foi também membro da ABL e do IHGB, ministro e vice-presidente do Supremo Tribunal Federal, e presidente do Tribunal Superior Eleitoral.

próprio país. A esse alheamento da realidade, combinado com o artificialismo de nossas instituições, o autor chama de nosso excesso de “imaginação”.

Sempre a falta de tradição, procurando apoio na tradição alheia; sempre a imaginação substituindo a visão da realidade. Assim, o brasileiro, para viver, precisa do estrangeiro, mas por sua vez, é ameaçado de morte por elle! (Motta Filho, 1931, p.32).

Não temos assim cultura, mas a falsa cultura, o Larousse, a Encyclopedia Britannica, o estilo Luis XV (...), as meninas que tocam piano pelo methodo Schmall, (...) os romances de Pierre Loti para a gente rica e Michel Zevaco para a gente pobre⁵⁶ (ibidem, p.33).

Ver o Brasil com os olhos de brasileiros é realizar o sonho de Alberto Torres, é desprezar o dogmatismo farfalhado dos nossos falsos doutores e dos nossos falsos problemas (ibidem, p.40).

Também é sublinhado o tratamento de Torres da questão racial, que recebe uma abordagem bem “progressista” de Motta Filho. É claro que já estávamos então em 1931, enquanto o auge da moda das teorias raciais importadas em nosso país foi no início do século. Todavia, os escritos examinados por nós de Alceu Amoroso Lima e Oliveira Vianna são desse mesmo período, e apresentam uma visão bastante diferente.

O nosso problema racial, para ser resolvido (...) tem que ser orientado da mesma maneira. Sem discutir raças puras e outros bysantinismos de civilizações extenuadas. (...) Torres já pensava assim. Seu espirito sempre combateu esses preconceitos (...) (Motta Filho, 1931, p.68).

É um excesso o encarar-se a raça como (...) uma entidade em si (ibidem, p,70).

Porém, Motta Filho nem sempre concorda com Alberto Torres.

Eu bem compreendo que a obra de Alberto Torres tem, para muitos, como tem para mim, pontos de discordâncias. Nem tudo o que elle escreveu está certo. (...) Foi Alberto Torres quase que um isolado. Incompreendido e desprezado pelos homens publicos de sua geração, não podia, é bem certo, fixar o seu constructivismo, apanhando com rigorosa exactidão, todas as verdades nacionaes. Não teve estímulo. Não teve ambiente propicio. Não foi um genio. De modo que em sua lucta bellissima e heroica, no sentido mais elevado desta palavra, foi excessivo algumas vezes (Motta Filho, 1931, p.106).

Assim, Alberto Torres não era um gênio! Contudo, mesmo os erros de Torres são imputados ao ambiente inóspito em viveu, que não o valorizou, não o estimulou. Por isso, em sua luta heróica e bela, ele cometeu alguns “excessos”. Motta Filho não especifica quais seriam essas deficiências, esses excessos de Torres. Afirma apenas que o “largo trabalho que

⁵⁶ Vale à pena observar que não só os ricos como também os pobres são acusados do pecado do estrangeirismo.

elle executou sobre o problema da economia nacional tem muitos pontos que me parecem exagerados” (Mota Filho, 1931, p.107). E logo em seguida a esses “poréns”, seguem-se derramados elogios e a explicação de que a obra de Torres não vale por seus detalhes, mas por seu conjunto, seu espírito *realista* e sua demanda de um Estado harmônico.

Mas o que destaco em Alberto Torres (aliás o que predomina vantajosamente em sua obra) é o seu constructivismo, o seu aguçado senso de realidade. (...) Elle é consagrado pela nossa geração. Elle se impoz deante de nós. (Motta Filho, 1931, p.107).

Vale muito mais, no entanto, a sua obra no seu conjunto, no seu aspecto geral, na totalidade que abrange, no plano que offerece para as conquistas da verdade brasileira e para o reerguimento de um Estado harmônico com a Nação (ibidem, p.161).

Outras idéias de Torres, destacadas e reafirmadas por Motta Filho no livro são: a crítica ao bacharelismo, a constatação de que não há uma nacionalidade formada, a crítica à nossa desorganização política e econômica, a crítica à Primeira República, com sua descentralização dissolvente e seu reduzido grau de governo, suas fraudes e conchavos, e a necessidade de um governo mais forte.

Esse “governo fortíssimo” que reclamava Alberto Torres, e que nós todos hoje reclamamos, e que a própria Europa reclama, no que chamei “a inquietação da autoridade”, resultava como uma necessidade da nossa política pilherica e perversa. Essa política de camaradagens, de compadres, de coroneladas, de explorações continuadas, devorava toda força governativa (...). Essa governava por violências e solicitações. Ou agradava ou feria (Motta Filho, 1931, p.142).

Um ponto do pensamento de Torres também muito sublinhado por Motta Filho é a defesa da importância fundamental do meio na formação das sociedades. Temos que conhecer bem nossa terra, nossas condições climáticas, nosso solo, a fim de nos adaptarmos bem em nosso “habitat”. Daí a importância fundamental da geografia. Como Torres, Motta Filho também sublinha a necessidade de haver adaptação e harmonia entre a terra e a gente, e entre estas e suas instituições. É possível notar em Motta Filho sua grande admiração pela concepção orgânica e harmônica da realidade social por parte de Torres. Para Motta Filho, esse é um ponto que deve constar, seguramente, no projeto da nação a ser construída. Segundo ele “deve-se, primordialmente, averiguar si povo está em harmonia com a terra em que vive” (1931, p.47). Quanto a nosso país, “soffriamos de um desequilíbrio organico

profundo” (ibidem, p.11). Mas Alberto Torres “viu no nacionalismo a conjugação orgânica das forças dispersas do país” (ibidem, p.20). Dessa forma,

Nós precisamos criar esse quadro organico de vida. Sermos identicos com a nossa geographia. Estabelecermos um estilo. Sem discrepâncias. (...) Precisamos criar esse espírito de integração, essa “marca de fabrica”, esse privilegio de uma nacionalidade (ibidem, p.59).

Por isso deduzia, amparando-me em Alberto Torres, que o Brasil, em harmonia com a terra, poderia offerecer para a historia uma civilização marcada pela solidez e pelo espirito creador (ibidem, p.66).

Uma nação harmônica não só em relação à adaptação das gentes e suas instituições ao meio, mas que consagra a harmonia entre seus habitantes. Uma nação sem conflitos, onde todos colaboram para o interesse maior do país.

O homem typo racial não é o que nos interessa. (...) O que nos interessa é exclusivamente o typo nacional, o homem que se forma e vive no ambiente brasileiro. O homem-contribuição para a unidade do corpo social (Motta Filho, 1931, p.87).

Para corroborar seu argumento, o autor cita Simmel, segundo o qual dentro de um círculo ligado pela comunhão de fins e interesses, cada membro se vê no outro, não de um modo empírico, mas porque esse círculo impõe essa obrigação a todos que dele participam (ibidem, p.88). Para Motta Filho (ibidem), “é essa grande e espontânea collaboração commum, é esse espírito idêntico, que animam a Alberto Torres e a todos nós a affirmar a vitalidade brasileira”. Em sua opinião é esse, definitivamente, o caminho a ser seguido:

A concepção de uma politica orgânica estudada por Alberto Torres, deante dos factos brasileiros, é uma das concepções mais expressivas que conheço. Os beneficios della são immensos. E é para elles que pensamos caminhar (ibidem, p.135).

Finalmente, outra questão ressaltada no livro, e que dá um tom bastante particular (já que não aparece em Alberto Torres), específico de Motta Filho, é o elogio ao paulista e, daí, ao bandeirante⁵⁷. Assim, segundo esse autor, quanto mais civilizada é uma sociedade, menos “imaginação” e artificialismo ela produz. Desse modo,

⁵⁷ Como mostrou De Luca (1999), essa identificação automática entre bandeirante = paulista é uma construção das primeiras décadas do século XX. Há um processo de mitificação da figura do bandeirante, heróica e na qual residiria a origem da nação. As bandeiras seriam o acontecimento fundante, a partir do qual se inicia a narração de como a nação começou a existir (ibidem, p.102). Paralelo a isso, o bandeirante vai se tornando sinônimo de paulista. Essa identificação transferia toda a carga simbólica do termo aos paulistas, que nele se reconheciam como herdeiros e continuadores dos feitos gloriosos de seus antepassados (ibidem, p.103). Uma construção

São Paulo que é um dos Estados mais progressistas do Brasil, onde a cultura é mais sólida, onde o nacionalismo é mais coordenado, – a imaginação é mais enxuta. Há, em São Paulo, uma inclinação natural para repellar a rhetorica, a literatura adjectivosa e brilhante, as divagações bysantinas, que observamos (...) em certos núcleos brasileiros, mais pobres e mais politiqueros. São Paulo é um Estado onde (...) os seus filhos cuidam de sua terra (Motta Filho, 1931, p.42).

O bandeirante (...) conhece o território palmo a palmo. (...) É elle uma força impetuosa (...) o autor da primeira e commovedora tragédia da formação brasileira e que, semeando a nacionalidade por todos os recantos (...) (ibidem, p.53).

Alberto Torres: intelectual e pensador

Falamos sobre a negativização da política que ocorre nas primeiras décadas do século XX, identificada à politicalha, vícios, corrupção e ineficiência, enquanto há uma valorização do mundo da ciência, dos intelectuais, dos técnicos, identificado à razão, pureza, neutralidade, eficiência. Também comentamos que Torres procurou construir, através de seus textos, a imagem de que era sobretudo um pensador, um intelectual, e não um político. É claro que os dois fatos estão absolutamente ligados. Na medida em que há uma forte negativização do campo tradicional política, da forma como esta vinha sendo praticada na Primeira República, expressa nas críticas ferozes dos intelectuais (das quais Torres não apenas compartilha como reforça fortemente), enquanto há uma valorização do mundo das idéias, da técnica, da razão, é como intelectual que Torres procura se identificar. Como intelectual, pensador e sociólogo. Nas décadas seguintes, essa dicotomia política X ciência ainda permanece. Com isso, os “discípulos” de Alberto Torres vão então reafirmar a imagem criada pelo “mestre” (tanto nesse como em outros aspectos). Além disso, é preciso lembrar que tal dicotomia abre espaço, como já comentamos, para a justificação da intervenção do intelectual na arena pública.

No livro de Motta Filho, é como pensador que Torres é identificado, e não como político. Para provar isso, o autor chegou a criticar a atuação de Alberto Torres em seus cargos políticos, incluindo a presidência do Estado do Rio de Janeiro.

histórica com claras implicações políticas, contribuindo para explicar e justificar a supremacia econômica de São Paulo e para legitimar as pretensões da elite local de conduzir politicamente o país (ibidem, p.106).

Cuidando, como elle cuidou, do problema político brasileiro, com tanta superioridade, (...) sabedoria, **não era**, com tudo isso, **um homem político... Exerceu a política**, discretamente, **mediocrementemente**. Foi presidente do Estado do Rio de Janeiro, foi parlamentar, ministro (...) mas, em todas as funções políticas em que esteve, não deixou um traço que o distinguisse da mediania dos políticos brasileiros. No governo do Estado escreveu magníficas mensagens; isto quer dizer que elle só se destacou na política, quando pôde apresentar-se como pensador. Há homens que se bastam a si mesmos, pensando. (...) Alberto Torres podia ficar muito bem entre esses (Motta Filho, 1931, p.17-18, grifo nosso).

Alberto Torres (...) Tem mesmo outro campo de acção. É um homem que pensa (...) sua obra é um primoroso surto de intelligencia. É uma elaboração methodisada e constante. (...) Não pedanteia. (...) Não procura adornar. (...) Não he nelle a violencia do batalhador, a aspereza do homem de luta, mas aquella tranquillidade emotiva do homem de estudo, do homem que sente a necessidade de dizer o que pensa. De modo que, participando directamente da vida política do país, dava a essa participação um character de estudo experimental (ibidem, p.19).

Alberto Torres foi medíocre como político! É interessante que tal crítica aparece em livro apologético, recheado de elogios ao “mestre” Alberto Torres. Sua carreira política teve assim, muito mais um caráter “experimental”! Esse esforço nítido de colocar Torres como pensador e não como político se justifica, como dissemos, pela negativização da política que ocorria então, e valorização da ciência. Além disso, é como grande guia intelectual, ideólogo e inspirador que Motta Filho toma Torres nesse livro. Não como um político, que negocia, que contemporiza, que possui a “aspereza” da luta. Afinal, para o espírito de Torres, “não havia interesses partidários possíveis” (Mota Filho, 1931, p.20). Torres deve ser visto como um mentor de doutrinas e idéias – idéias como crítica ao liberalismo, fortalecimento do Estado, centralismo, nação orgânica e harmônica, dirigida por ilustrados – dele, Motta Filho, e de toda uma geração.

Não sendo assim um político militante, nem um poeta, mas um eminente sociólogo (...). Como o que elle diz é simples e sensato, (...) em sua maioria, baseado em material brasileiro –, a nossa geração, tão agitada e inquieta, desilludida pelas velhas idéia e confundida pelas novas, socorre-se delle ou, senão, prega doutrinas inspiradas nas suas (Motta Filho, 1931, p.20-21, grifo nosso).

3.6 Alberto Torres e Alceu Amoroso Lima

Alceu Amoroso Lima, em sua obra *Política*, de 1932, dedica várias partes de seu livro ao exame e confronto de suas idéias com as de Torres. Tal fato, como dissemos, confirma por si só a importância de Torres entre os intelectuais do período, várias vezes reafirmada por

Lima em seu livro. Segundo Lima (1932, p.179), foi a necessidade de resumir em algumas páginas “um problema vastíssimo e complexo, como seja o da estrutura política do Brasil”, que o levou a escolher “confrontar nossa posição com a do maior dos pensadores políticos brasileiros: Alberto Torres”. Assim, não deseja “fazer aqui nenhum estudo directo da obra de Alberto Torres”, mas apenas tomá-lo como alvo de referencia, “para melhor ressaltar os nossos pontos de contacto e os de dissidio” (ibidem, p.180). Ainda de acordo com esse autor,

Se me estendi em apontar os pontos mais perigosos da philosophia política de Alberto Torres é que me parecem essenciaes para comprehendermos o que nos separa radicalmente do pensamento do maior pensador político brasileiro e tambem para termos toda a liberdade de louvar opportunamente tudo o que há de excellente em sua obra (Lima, 1932, p.195).

Quanto aos “pontos perigosos” do pensamento de Torres apontados em *Política*, estes referem-se sempre àquela que era a grande base do ideário de Lima, sua bandeira de luta durante muitos e muitos anos: a fé católica, a teologia cristã. Afinal, Alceu Amoroso Lima era então – e continuou a ser, por décadas – a mais importante figura da intelectualidade católica, além de chefe do Centro Dom Vital⁵⁸. A obra de Torres é nitidamente laica, orientada pelo

⁵⁸ O carioca Alceu Amoroso Lima (1893-1983), também conhecido pelo pseudônimo Tristão de Ataíde, formou-se em Direito, trabalhando durante brevemente como advogado e diplomata, assumindo em seguida a diretoria jurídica da fábrica de tecidos de seu pai. Em 1919 começou a escrever crítica literária para *O Jornal*, com a coluna “Bibliografia”. Foi aí que surgiu seu pseudônimo, já que havia preconceitos que incompatibilizavam a prática intelectual com as atividades industriais. Adepto de idéias liberais, não se envolvia com preocupações de ordem política, social ou religiosa, encarando a vida como “expressão estética”. Porém, em 1924, insatisfeito com sua postura existencial, iniciou estreito contato com o líder católico Jackson Figueiredo. Este havia criado, em 1922, o Centro Dom Vital, associação civil vinculada à Igreja Católica e voltada para o estudo, discussão e apostolado. Lima passou então a se dedicar à leitura de pensadores católicos e, em 1928, se converteu ao catolicismo. Nesse mesmo ano, com a morte de Figueiredo, assumiu a direção do Centro Dom Vital, passando a editar sua revista, “A Ordem”. Nos anos seguintes, Lima se destacou como uma das mais expressivas lideranças do laicato católico, escrevendo inúmeros artigos e livros sobre questões religiosas, filosóficas, sociológicas, econômicas, políticas e pedagógicas. Foi ainda secretário-geral da LEC (Liga Eleitoral Católica), organização eleitoral apartidária criada como grupo de pressão sobre o governo e a Assembléia Constituinte de 1934. Defendendo o ensino religioso obrigatório, a LEC, assim como Lima, se opuseram frontalmente ao movimento da Escola Nova e sua luta pelo ensino leigo. Em 1935, moveu intensa campanha contra a Aliança Nacional Libertadora e contra a fundação da UDF (Universidade do Distrito Federal), organizada pelo grupo escolanovista, liderando a campanha contra Anísio Teixeira, que acabou sendo demitido dessa universidade. Foi também professor universitário, membro da ABL e do Conselho Nacional de Educação. Durante muitos anos, manteve uma postura bastante conservadora, que incluiu a manifestação favorável às forças franquistas na Guerra Civil Espanhola e a colaboração com o Estado Novo – embora fizesse restrições ao seu excessivo autoritarismo. Na década de 1940, começou a rever seus princípios, retomando aos poucos suas idéias liberais, permanecendo contudo sua fé católica. Acreditando que o fato de crer na liberdade acima da autoridade não entrava em oposição com seu catolicismo, propôs então uma nova plataforma para o Centro Dom Vital. Na década de 1960, influenciado pela abertura da Igreja Católica, adotou uma postura ainda mais liberal, apoiando, por exemplo, as reformas de base propostas pelo presidente João Goulart. E, apesar de discordar da radicalização política dos últimos meses do governo deste, manifestou-se, desde início, contrário ao golpe civil-militar de

racionalismo e pelo materialismo. E é justamente esta característica que constitui para Alceu Amoroso Lima o ponto fraco de Alberto Torres, sua maior deficiência, sua incompreensão da realidade. Desse modo, em *Política*, o grande problema da obra de Torres, detectado por Lima, é o fato de seu pensamento ser ainda liberal, “apenas” racional. É por isso que o Estado, na obra de Torres,

Deixa de ser catholico, como toda a sua formação histórica o exprimia, para ser racionalista e scientificista, como queria o século XIX, ou materialista e anti-christão, como quer o século XX (Lima, 1932, p.189).

Segundo Lima (1932, p.181-183), entre os equívocos de Torres estão considerar a nação um simples contrato social, influenciado pelas “desastrosas teorias de Rousseau e de Hobbes”. Também, sua influência do evolucionismo naturalismo de Spencer, pecado terrível que o faz dizer que “a lei que preside ao desenvolvimento e á sorte do vegetal, dirige também o destino da actividade humana” (ibidem, p.184). Com isso, no pensamento de Torres, o homem se torna menos que um animal, um vegetal, resultando num “conceito materialista da felicidade”, no qual esta se torna apenas uma das mais baixas satisfações do instinto (ibidem).

Suprimindo radicalmente toda a concepção moral e espiritual do homem, e concebendo-o apenas como um animal que procura a felicidade dos sentidos, commete Alberto Torres um dos erros mais graves de sociologia pragmatística (Lima, 1932, p.185).

Porém, não “é esse o homem como o concebe a política integral do christianismo” (Lima, 1932, p.185). Na visão desta, o homem é um ser “a um tempo activo e contemplativo, participando pelos sentidos da natureza e pela razão de Deus, amando ao mesmo tempo as coisas visiveis de as invisiveis”, “um ser mortal pelo corpo mas immortal pela alma” (ibidem, p.185-186). Assim, de acordo com Lima, o pensamento de Torres seria caracterizado por “pragmatismo naturalista”, um “agnosticismo sociológico”, por uma “concepção meramente

1964. Desenvolveu oposição sistemática ao novo regime, denunciando a repressão à liberdade de pensamento e o desrespeito aos direitos humanos. Por sua enorme respeitabilidade, conseguia furar a censura e publicar as críticas em suas colunas jornalísticas. Durante todo esse período e até o final de sua vida, continuou a dar aulas e a escrever em jornais, atuando como importante expoente intelectual e líder católico, tendo publicado inúmeros livros. Essas informações foram colhidas em Abreu... [et al.] 2001.

utilitária da nacionalidade”, que o leva a desconsiderar valores essenciais da sociedade e da vida humana (Lima, 1932, p.182 e 187).

Tanto a “tradição”, portanto, como a “raça”, como os “costumes” e sobretudo a “religião”, todos os elementos que o naturalismo utilitário de Alberto Torres repudia, são fundamentais à nacionalidade brasileira, para aqueles que se guiam por uma concepção integral da política (Lima, 1932, p.183).

Além desses, Torres ignora outro valor fundamental: a família, de modo que “no correr de sua obra não haja uma simples referência à família, como grupo fundamental da sociedade”, e chegando “a pregar explicitamente o divórcio”! (Lima, 1932, p.183). Repudiando esses elementos como formadores da nacionalidade brasileira “está Alberto Torres trabalhando em benefício dos nossos piores inimigos” (ibidem, p.184). Por tudo isso, “Alberto Torres é cúmplice de todo o scepticismo, o utilitarismo, o argentarismo que a cada passo combate” (ibidem, p.184). Quanto ao conceito de raça “desdenhado por Alberto Torres, depois de perder a preponderância que lhe atribuíram os sociólogos deterministas do século passado, volta à ordem do dia, como vemos com os racistas alemães e com o movimento eugenista no Estado” (ibidem, p.198). Para provar isso, o autor (ibidem, nota 1) cita trecho de Oliveira Vianna no qual este afirma que “a raça é em última analyse, um factor determinante” dos destinos de um grupo”.

Na opinião de Lima, é o laicismo de Torres, seu materialismo, sua incompreensão da concepção integral e cristã da vida que fez com que esse autor desse um valor exagerado à política, que aparece em sua teoria nacionalista como a ciência matriz que governa a sociedade. Para Lima, o pensamento de Alberto Torres expressa a filosofia e os valores das sociedades democrático-liberais.

Nas sociedades democrático-liberaes, organizadas sob a direcção da philophia burguesa da vida, são os valores políticos que predominam e regem todos os demais. Vimol-o muito claramente na theoria social de Alberto Torres que considera a política como sendo a *scientia reatrix* da ordem pratica, independente da Moral (Lima, 1932, p.248, grifos no original).

O *nacionalismo* esse não é mais afinal do que uma hypertrophia do conceito de pátria ou de nacionalidade, tão desenvolvido pelos regimes liberaes emandados da Revolução Francesa. (...) A política passa a figurar, nessa concepção, como a *scientia* por excellencia, aquella a que

se devem ordenar todas as demais, como entre nós o queria Alberto Torres, pois a máxima pagã resurge de modo completo (...). (ibidem, p.145, grifo no original).

É interessante perceber que essa hipertrofia da política, colocada como valor central da sociedade, é, para Lima, um equívoco não apenas de Torres, mas do nacionalismo de modo geral. Já no materialismo histórico, filosofia das sociedades socialistas, a diretriz maior seria a economia.

Nas sociedades socialistas, organizadas pela *philosophia materialista* da história, são os valores econômicos que governam os demais e a *scientia reatrix* da sociedade, se torna a Economia, entendida à luz do materialismo histórico (Lima, 1932, p.248, grifos no original).

Enquanto isso, a filosofia *integral* da vida, esposada por Lima e defendida durante todo o livro em questão – e que seria a expressão das sociedades cristãs –, não ignora e não exclui a política e a economia. Ela as engloba e as supera, indo muito além delas, na medida em que é centrada nos valores *espirituais*:

Na civilização cristã e especialmente nas sociedades que se organizem à luz de uma filosofia integral da vida, tal como possui a Igreja Católica, a política é uma *scientia practica* subordinada à *Ethica*. E nesta a moral racional se completa com os princípios morais recebidos pela revelação cristã e estudados por um *sciencia superior e moral* – a *theologia* (Lima, 1932, p.248).

os factores espirituais não só são *incluídos* no governo do Estado, não só *superam* os valores econômicos e políticos mas ainda *governam* demais factores, sem nem por isso exorbitar de sua natureza nem deixar de reconhecer o campo respectivo de acção perfeitamente autônomo da política e da economia (ibidem).

E Lima não deixa dúvidas sobre qual seja o fator espiritual, que deve ser o grande centro orientador das sociedades humanas:

O factor espiritual, por excellencia, é o factor religioso, pois é único que realmente exorbita da ordem natural e coloca o homem em contacto com o seu destino final e com a realidade perfeita (Lima, 1932, p.248).

A não compreensão, por parte de Torres, dessa característica da política, compromete o seu programa de reforma, e mesmo elementos tão caros a ele, como a unidade e a harmonia.

O resultado desse desconhecimento *systematico* da realidade espiritual da nação e das exigências de uma *sciencia política* informada pelos princípios da moral racional e da fé cristã, seria a negação dessa mesma unidade e harmonia que Alberto Torres tanto desejava para sua pátria, que tão estremecidamente amou (Lima, 1932, p.195).

Falamos no capítulo anterior sobre a grande importância da ciência para essa geração de intelectuais. Tal se dá mesmo em Alceu de Amoroso Lima, pensador católico. Aliás, para Lima, não apenas não há nenhuma incompatibilidade entre religião e ciência, como somente a filosofia cristã e sua concepção integral da vida podem oferecer à sociedade a *verdadeira* ciência. Só através dela teríamos então uma *política verdadeiramente científica*:

Longe de contrariar as ciencias especulativas ou experimentaes é a fé que as estimula, pois todo conhecimento de uma face da verdade é um degrau para chegarmos á sciencia do todo, ao conhecimento de Deus (Lima, 1932, p.153).

E se considerarmos a nacionalidade brasileira, não mais em sua estrutura política ou em sua organização econômica, e sim no elemento espiritual que a ambos completa, teremos uma visão de conjunto do que seja uma política verdadeiramente científica em sua aplicação ao Brasil (ibidem, p.249).

É interessante perceber que o mesmo princípio é aplicado à escrita da História, que só poderia ser realmente científica se orientada pela teologia católica. Afinal, só assim ela poderia relatar as verdades como ela são:

Ainda está por escrever a historia religiosa da nossa terra. (...) É de esperar que venha em breve e nos permita então contemplar a formação da nacionalidade brasileira em suas correntes fundamentaes. Não é uma apologia religiosa a que queremos. (...) O que precisamos é da grande, da corajosa objectividade histórica, que não tenha medo de clamar as coisas pelos seus nomes, de dizer as verdades como ellas são. Nada mais anti-catholico do que a historia tendenciosa, do que a sciencia subjectivista (...) (Lima, 1932, p.249).

Não perceber tudo isso, acreditando que a ciência é independente da fé, da moral religiosa, foi, para Lima, um dos grandes erros de Alberto Torres:

Não falta quem diga que o mesmo succede com a política e em geral com todas as ciencias sociaes, considerando-as como ciencias naturaes ou como ciencias technicas, que são por natureza independentes da moral e da fé, em sua regulação objetiva. Foi entre nós a posição de Alberto Torres. Há, porém, um erro considerável nesse modo de pensar (Lima, 1932, p.249).

Alberto Torres: economista

Todavia, na visão de Lima, a obra de Torres não tem apenas defeitos. Reafirmando a importância do autor, relata que:

Considera-se hoje Alberto Torres como um grande pensador político, cujas directivas devem mesmo servir de base para a reconstrução política de nossa pátria (...). E no entanto silenciase, ou quasi, sobre a sua obra econômica. Penso, porém, que a verdade é muito outra. Se a philosophia política de Alberto Torres, como tive occasião de mostrar (...) está, quasi sempre,

em radical desacordo (...) com os princípios fundamentaes da philophia do Evangelho, – o contrario succede com a sua philosophia econômica (Lima, 1932, p.218).

Portanto, para Lima, o erro está na teoria política de Torres, ao contrário de sua teoria econômica. Esta, por sua vez, está em acordo com os princípios cristãos do Evangelho – ou, melhor dizendo, converge com os princípios que Lima esposa, em seu próprio projeto de nação.

Desconhecendo embora nossa posição (...) chegou Alberto Torres a todo um programma de acção econômica, que coincide rigosamente com a política econômica que devemos seguir. Alberto Torres, portanto, creio que deve ser considerado como um máo philosopho, como um pensador político cujas verdades devem ser cuidadosamente seleccionadas do erro, mas como um grande economista (Lima, 1932, p.218).

Desse modo, na visão de Alceu Amoroso Lima, não é como um pensador político que Alberto Torres deve ser considerado, mas sim como um grande economista. Mas afinal, quais são os pontos defendidos por Torres em sua “filosofia econômica” que coincidem tão perfeitamente com o programa de Lima? São eles, de acordo com Lima: o combate aos excessos do progresso e da super-produção; a descentralização das atividades econômicas, da cidades para o campo, incluindo aí a defesa da vocação agrícola do Brasil e o programa de “retorno ao campo”; o amparo das pequenas cidades; a ênfase na produção para o consumo, em vez da produção voltada primordialmente para a exportação, como vinha se praticando no país; a multiplicação da pequena propriedade agrícola, ao lado da proteção ao pequeno comércio e à pequena indústria; o estímulo à policultura, em vez da ênfase na monocultura; a proteção do trabalhador nacional; a construção de estradas que liguem os pequenos núcleos de população; a colonização das terras devolutas do interior, para os trabalhadores nacionais; a nacionalização de certas empresas estratégicas, como as de energia elétrica; organização do trabalho nacional através de leis sociais, promovendo a justiça social. Quanto à descentralização industrial nas cidades e o programa de volta ao campo, estes estariam, segundo Lima (1932, p238), não apenas condizentes com a “índole do brasileiro”, como

cumpririam o papel de “impedir o crescimento, quanto possível, das aglomerações operárias urbanas”. Nesse ponto, o autor demonstra estar bastante afinado com Alberto Torres.

Como diz muito bem Alberto Torres é preciso que a vida se torne agradável nos centros agrários, para que a eles cheguem todas as vantagens dos centros urbanos, sem os seus perigos. Ora, a economia christã tem muito maiores probabilidades de propagar-se com essa descentralização industrial, do que nos grandes meios trabalhados por vezes irremediavelmente pelo materialismo revolucionário (Lima, 1932, p.223).

Todos os pontos listados acima fazem parte de “uma política econômica racional, brasileira e christã” e são especificamente examinados por Lima (Lima, 1932, p.238). Contudo, embora afirme tratar-se apenas da *parte econômica*, tanto sua como de Torres, acreditamos que vão muito além disso. Fazem parte, como vimos no primeiro capítulo, do programa de reforma de Alberto Torres e de seu projeto de nação. Da mesma forma, fazem parte do programa de Alceu Amoroso Lima, de seu projeto de nação. Projeto este que inclui, além destes, e de uma orientação fundamentalmente religiosa – ocupando aí a Igreja Católica um papel central –, os seguintes requisitos, relacionados por Lima:

- a) formação de uma população brasileira homogênea de físico e de traços psíquicos (...);
- b) manutenção da unidade nacional em todas as suas faces, étnica, psíquica, social, política, econômica, espiritual (...);
- c) defesa da Autoridade forte que organiza o Estado (...);
- d) finalmente, promoção intensiva do bem comum (...), que não subordine o homem brasileiro a uma sociedade formada por imitação de formas estranhas de civilização, mas, ao contrário, esteja de acordo com a índole do nosso povo e do nosso homem, leve sempre em conta ao contrário do que pretendia Alberto Torres, os elementos de “religião”, de “tradição”, de “família”, de “raça”, de “costumes”, debaixo da subordinação necessária dos bens temporais aos bens espirituais (Lima, 1932, p.203-204).

Assim, a nação desejada por Lima é uniforme, homogênea, harmônica, sem conflitos, nacionalista e governada por um Estado Forte – tal qual a nação desejada por Torres. Mas, diferenciando-se deste, Lima projeta uma nação católica, centrada nos valores da religião, da família, da tradição e da raça. Finalmente, queríamos destacar que Lima expressa também, em *Política*, assim como outros intelectuais da época, sua crítica ao liberalismo e àquela que aparece sempre como a característica correlata e marcante deste: o individualismo.

O *liberalismo*, que por muito tempo constituiu o nervo das sociedades burguesas, foi pouco a pouco sendo vencido pelo veneno do seu próprio individualismo e o estado de crise do

occidente moderno é um fruto patente dessa desagregação individualista (Lima, 1932, p.144-145, grifo no original).

Nos escritos desses intelectuais, incluindo Alberto Torres, o individualismo aparece sempre como o mal maior do liberalismo. Associado a egoísmo e particularismo, ele se opõe frontalmente a qualquer modelo de política que priorize o bem comum, os interesses da Nação. Em vários trechos, Lima expressa ainda a negativização da política que ocorreu em sua geração, fruto da decepção com a República que atingiu a geração anterior a sua, do alheamento dos intelectuais em relação ao campo político e da identificação da política à politicalha.

Filho de uma geração como foi a de nossos Paes **que se desilludira da República** depois de a ter sonhado immacula e salvadora; **crescido em um ambiente alheio ás actividades da vida pública e desconfiado dellas**; formado intellectualmente em uma era de medriocridade social e de preocupações materiaes de progresso; membro enfim de uma geração apolitica, que considerava a literatura ou a arte como as únicas actividades dignas (...) - sempre tive pelas preocupações politicas aquelle alheamento com que nos desinteressamos das actividades inferiores da intelligencia. Foi esse um dos estigmas com que se maculou a nossa adolescência. Foi esse um dos obstáculos mais consideráveis com que tiveram de lutar, comsigo mesmo, aquelles que passaram do malabarismo das idéias e das formas á consideração grave da realidade e ao serviço de uma causa. Não é, portanto, sem alguma difficuldade (...) que ousou vencer preconceitos (...) pela necessidade de encarar o problema de nossa civilização e de nossa nacionalidade por uma de suas faces capitais, o prysma político (Lima, 1932, p.11, grifo nosso).

Portanto, em sua adolescência, nos anos 10, Lima presenciou o distanciamento entre a política e os intelectuais, os anatolianos. Mas, como um bom membro da geração dos anos 20/30, ele vence obstáculos pela “necessidade de encarar o problema de nossa nacionalidade por uma de suas faces capitais”, que é o prisma político. Como Torres, ele mergulha na questão política por necessidade, porque é um dever de cidadão e patriota ao qual não poderia se furtar. Porque é uma tarefa, uma missão. Os autores de sua geração também expressariam esse sentido de dever, de uma missão para com a nação. Nos escritos de Lima também está presente a crítica à política tal como era praticada na Primeira República, vazia de qualquer corpo doutrinário, voltada apenas para a satisfação dos interesses individuais.

E a decadencia da política entre nós, bem como o seu desprestigio em toda a nossa civilização, provém, em grande parte, desse abandono das preocupações doutrinárias (Lima, 1932, p.12).

E, a partir daí, Lima traça seu objetivo, seu projeto de nação, pautado por uma concepção e uma filosofia *integral* de vida, na qual o catolicismo ocupa papel fundamental.

Para restituirmos, portanto, á política um pouco ao menos de todo o prestígio que perdeu, precisamos voltar a considerá-la, não apenas como jogo de posições ou como um aproveitamento geitoso de oportunidades (...) mas como uma actividade ao mesmo tempo doutrinaria e pratica (...). Parece-me, portanto, que o problema político exige primordialmente, uma reposição em suas bases doutrinarias, para que as attitudes praticas não sejam meramente utilitárias e sim ditadas por considerações philosophicas (...) (Lima, 1932, p.13-14).

A politica christã visa crear o homem brasileiro integrado numa civilização baseada no predomínio dos valores moraes sobre os valores utilitários (...) (ibidem, p.186).

3.7 Alberto Torres e a construção da memória de uma geração

Memória, um fenômeno construído

Desde os trabalhos de Maurice Halbwachs, nos anos 1920 e 1930, a memória deixou de ser vista apenas como um fenômeno individual, passando a ser vista também como um importante fenômeno coletivo e social, socialmente construído e submetidos a intervenções e transformações constantes (Pollak, 1992, p.2). De acordo com Halbwachs, há diversos pontos de referências – como os monumentos, as datas, as personagens históricas, as tradições e costumes – que estruturam nossa memória e a inserem na memória da coletividade (Pollak, 1989, p.1). Esses pontos de referência definem o que é comum a um grupo e aquilo que o diferencia dos outros, fundamentando e reforçando os sentimentos de pertencimento e as fronteiras sócio-culturais. Halbwachs mostrou ainda a seletividade de toda memória, além da existência de um processo de negociação na conciliação da memória coletiva com as inúmeras memórias individuais (ibidem).

Halbwachs enfatizou principalmente as funções positivas da memória coletiva, vendo-a não como uma forma de dominação, mas como uma importante fonte de coesão social, que agiria não pela coerção, mas pela adesão afetiva ao grupo (Pollak, 1989, p.1) Nesse sentido, a nação seria a forma mais acabada de um grupo e a memória nacional a forma mais completa

de memória coletiva. O que se privilegiava nos estudos, então, era a força da memória coletiva, sua duração, estabilidade. Contudo, nos últimos anos houve uma mudança na forma de abordar o fenômeno da memória, passando-se a questionar como e por quem os fatos sociais se tornaram coisas; como, por quem, por que e para que são construídas as memórias (Pollak, 1989, p.2). A ênfase recaiu sobre o caráter opressor e uniformizador da memória coletiva oficial, buscando trazer à tona as memórias subterrâneas dos grupos dominados e mostrando a existência de verdadeiras “batalhas” entre memórias concorrentes (ibidem). Ao mesmo tempo, a constatação de que havia uma conjuntura favorável para a emergência e para o estudo dessas lembranças marginais⁵⁹ tornava patente a relação entre presente e memória (Pollak, 1989, p.6). De acordo com Pollak (1992, p.4), a memória é em grande parte herdada e transmitida pela coletividade, mas também “sofre flutuações que são função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa”. Assim, nas palavras desse autor (1989, p.6-7), a lembrança “remete sempre ao presente, deformando e reinterpretando o passado”, de modo que “há uma permanente interação entre o vivido e o aprendido, o vivido e o transmitido”. Essas constatações “se aplicam a toda forma de memória, individual e coletiva, familiar, nacional e de pequenos grupos” (ibidem). Por tudo isso, Pollak (1989, p.7) prefere o termo memória enquadrada ao de memória coletiva, na medida em que aponta para um “trabalho de enquadramento”. Enfatiza-se, dessa forma, que a memória é um fenômeno construído, social e individualmente (Pollak, 1992, p.4-5). Construção que envolve esforços tanto conscientes como inconscientes e que inclui organização, negociação e lutas⁶⁰.

⁵⁹ Segundo Pollak (1989, p.2-3), essa mudança de abordagem analítica estava diretamente relacionada às batalhas da memória que vieram à tona a partir das décadas de 70 e 80, relacionadas às alterações na cena política, como por exemplo a destalinização. Lembranças dissidentes haviam sido transmitidas nas redes familiares e de amizades, esperando um cenário que finalmente permitisse sua irrupção. Uma série de memórias “proibidas” começou então a invadir o espaço público, ocupando a cena cultural, o setor editorial, o cinema, comprovando “o fosso que separa de fato a sociedade civil e a ideologia oficial de um partido e de um Estado que pretende a dominação hegemônica” (ibidem).

⁶⁰ Sempre há grupos lutando entre si para que a sua memória (seja em relação a um fato histórico, seja ligada à experiência direta desse grupo, ou às lembranças herdadas de antecessores) se torne a memória hegemônica. A memória nacional, a memória organizadíssima, é objeto de acirrada luta política (Pollak, 1992, p.4).

Consideramos que essas reflexões podem ser aplicadas ao nosso estudo, na medida em que acreditamos que a memória de Alberto Torres foi construída, trabalhada, num processo que foi iniciado pelo próprio Torres e continuado – pelo mesmo caminho – por seus discípulos dos anos 1920 e 1930. A imagem de Torres construída por ele mesmo o coloca como um intelectual patriota e abnegado, que se sacrificou por seu país, mas foi incompreendido e injustiçado em seu tempo. Além disso, ele aparece como um grande pensador, que entrevê a realidade profunda da nação, ignorada por nossas elites. Um pensador cujas propostas levariam à tão sonhada organização nacional.

Acreditamos que essas indicações de Torres sobre sua própria imagem – a imagem que ele desejava que os outros tivessem dele – foram seguidas e hiperbolizadas por seus discípulos. Mas, por que isso aconteceu? Por que esses intelectuais resolveram investir, coletivamente, na memória de Alberto Torres? Entendemos que esse esforço coletivo relacionava-se, em primeiro lugar, com a construção de uma memória e uma identidade coletiva para aquele grupo⁶¹ de intelectuais. Pollak (1989 e 1992) chama a atenção para a importante ligação entre memória e identidade social. Na construção da identidade – a imagem de si, para si e para os outros –, tanto individual como coletiva, há três elementos básicos: a unidade física (o sentimento de ter fronteiras físicas, seja o corpo do indivíduo, sejam fronteiras de pertencimento ao grupo); a continuidade dentro do tempo (tanto no sentido físico como moral e psicológico); e o sentimento de coerência, de que os vários elementos que formam um indivíduo ou grupo são unificados (Pollak, 1992, p.5). Desse modo, “*a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade*, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si” (ibidem, grifos no original).

⁶¹ Utilizamos o termo “grupo” em um sentido amplo, querendo indicar não apenas os discípulos strictu senso de Torres (como Sabóia Lima ou Oliveira Vianna), mas os intelectuais que identificavam-se a uma geração, “pensavam a nação” e citavam Alberto Torres.

Assim, tanto a identidade como a memória não devem ser compreendidas como essências, mas como fenômenos construídos, tanto individual como coletivamente (Pollak, 1992, p.5). De acordo com Pollak (1989, p.8), todo grupo veicula seu próprio passado e a imagem que forjou para si mesmo (não podendo alterá-los abruptamente sob o risco de criar tensões ou mesmo de os participantes não mais se identificarem). Como já destacamos, o “que está em jogo na memória é também o sentido de identidade individual e do grupo” (ibidem). E a construção da memória implica um trabalho de enquadramento, negociação, conflito. Isso se aplica também à construção da identidade, na medida em que se trata de um “fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com os outros” (ibidem). Em suas reflexões sobre identidade e memória, Pollak (1989, p.7) afirma ainda que:

A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra (...) em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações, etc. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos (...), para definir seu lugar (...), as oposições irredutíveis.

Portanto, as duas funções essenciais da memória são: manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum (Pollak, 1989, p.7). De acordo com o autor, isso significa ainda fornecer um quadro de referências, dentro do trabalho de “enquadramento” da memória. O que queremos destacar é, sobretudo, a importância da memória para a identidade de um grupo. Nossos intelectuais constroem para si uma identidade de grupo, processo que se torna patente na escolha e no intenso uso do termo geração. Possuem grandes diferenças entre si, mas possuem inúmeros elementos em comum, que os une, que os faz pertencer àquela geração. O termo geração tem uma função essencial aí, pois é o que os define, o que demonstra seu sentimento de pertencimento, e o que lhes dá força política e identidade social. E nesse processo de construção de identidade coletiva, construirão para si uma memória que tem Alberto Torres como um de seus pontos de

referência – utilizando aqui um dos termos de Pollak. Por identidade coletiva estamos nos referindo a “todos os investimentos que um grupo deve fazer ao longo do tempo, todo o trabalho necessário para dar a cada membro do grupo – que se trate de família ou nação – o sentimento de unidade, de continuidade e de coerência” (Pollak, 1992, p.7). Nessa identidade e nessa memória coletiva, a figura de Alberto Torres tem portanto um função fundamental, constituindo um dos principais elementos que dá “liga” a esse grupo tão heterogêneo.

Acreditamos que citar Alberto Torres naquele período significava dar legitimidade ao discurso, mostrando que aquele que falava era nacionalista, patriota e realista, apoiado no conhecimento objetivo da realidade nacional e disposto a contribuir para aperfeiçoá-la. E significa também a posse de um saber desinteressado e socialmente reconhecido, que autoriza o intelectual a opinar e intervir na sociedade. Assim, há um sentido eminentemente político na citação de Alberto Torres. Aquele que o cita se sente autorizado a falar, a intervir, a traçar um projeto de nação. Citar Alberto Torres significa pertencer a essa geração de intelectuais, que quer intervir na realidade política, que atribui a si própria um papel fundamental na nova nação a ser (re)construída.

Também ressaltamos acima a importante relação entre memória e presente. E essa memória de nossos intelectuais foi estruturada de acordo com as preocupações do presente daquela geração – marcado, como vimos, pela crise do liberalismo no mundo, pela crítica à Primeira República e pelo nacionalismo. Daí a escolha de um autor que escreveu enfaticamente sobre esses temas.

Memória de Alberto Torres

E qual é, então, a memória que é construída em torno da figura de Alberto Torres. Acreditamos que essa se forma em torno de quatro pontos principais. O primeiro refere-se à imagem de “**gênio injustiçado**”: Alberto Torres, esse abnegado e “iluminado” patriota e

nacionalista, precursor de tantas idéias e ideais, foi pouco lido e valorizado em seu tempo. Como vimos, há certo fundamento nessa afirmação⁶², desde de que se for considerada em comparação ao processo de culto e mitificação que a imagem e a obra de Alberto Torres sofrerão poucos anos depois de sua morte, e entre a intelectualidade. Como dissemos, Torres fora respeitado como homem público, mas não foi reverenciado e valorizado como seria posteriormente pela intelectualidade dos anos 20/30. Teve uma recepção, diríamos, proporcional ao tamanho do papel que teve em tempo – papel este não pequeno. Torres foi um político sagaz, articulado, e teve uma carreira de destaque, circulando entre os principais grupos políticos e intelectuais fluminenses. Trata-se de um político importante e que, como escritor, teve grande acesso e espaço nos principais jornais de então. Conseguiu expor publicamente suas idéias e, provavelmente, foi consideravelmente lido. Conseguiu inclusive, publicar em livro parte de sua produção jornalística.

Como relatamos, a recepção às idéias de Torres não foi propriamente menor, mas sobretudo *diferente*, alcançando um público diferente, que filtrou outras idéias de seu pensamento, e com objetivos diferentes. Nessa época, as idéias de Torres tiveram repercussão principalmente entre os políticos fluminenses, e entre aqueles preocupados com as questões agrícolas – questão fundamental para o Estado, que vivia a decadência da grande lavoura, problema enfrentado diretamente por Torres em sua gestão na presidência do Rio de Janeiro. Assim, nesse primeiro momento a recepção às idéias de Torres concentrou-se sobretudo em suas idéias ruralistas, suas análises e propostas relacionadas à decadência da grande lavoura e aos problemas enfrentados pelo campo. Nas décadas de 20 e 30, a recepção às idéias será feita principalmente por intelectuais e cientistas, por “homens de pensamento”, e se concentrará em sua crítica à República liberal e federalista, e em seu apelo a um Estado reformado, mais forte, centralizado, poderoso, técnico e nacionalista. E, conjugado a isso, enfatizará

⁶²Como destaca Pollak (1989, p.7), todo trabalho de enquadramento de uma memória de um grupo tem limites, devendo satisfazer a certas exigências de justificação. Uma memória imposta sem imperativos de justificação coloca em cheque, de imediato, suas condições de possibilidade e de duração.

sobremaneira seu modelo organicista, com a defesa de uma nação harmônica e sem espaço para o conflito.

Alberto Torres não foi, em nossa opinião, um “injustiçado”. Questionamos assim, parte do pressuposto do qual partimos em nosso trabalho – o de que Torres teria passado relativamente anônimo em sua vida, sendo finalmente “redescoberto” nos anos de 20 e 30. Essa afirmação faz parte, em nossa opinião, da memória que foi construída em torno de Torres. Construção que, como dissemos, começa com o próprio autor, é encampada e alimentada por intelectuais dos anos 20 e 30, e é “herdada” e confirmada em décadas posteriores por autores como Barbosa Lima Sobrinho. Torres foi, sim, recuperado, supervalorizado, lido e apropriado nos anos 20 e 30. Mas não se tratava, de modo algum, de um autor esquecido ou desconhecido. Tratava-se de um político e escritor de relevo.

O segundo elemento sobre o qual se estrutura a memória de Torres está diretamente ligado ao primeiro: refere-se à imagem de **pensador, sociólogo, intelectual**, e não político, que é atribuída a Torres. De novo, imagem que se inicia em Torres e é continuada por seus discípulos. A grande maioria das referências a Torres, feitas nos anos 20 e 30, vem sempre com o adjetivo “pensador”. Nos discursos e palestras realizadas na *Sociedade dos Amigos de Alberto Torres*, transcritas no *Jornal do Commercio*, isto está absolutamente presente, sempre⁶³. É sempre como “o grande pensador”, “o eminente sociólogo”, que Torres é tratado. Como já falamos, tal fato está associado, em nossa opinião, à duas ordens de fatores, relacionadas entre si. Primeiro, a negativização do campo tradicional da política, que passa a

⁶³ A esse respeito, gostaríamos de lembrar que o trabalho de construção da memória, para que tenha credibilidade, implica a escolha de testemunhos sóbrios e confiáveis, testemunhos “autorizados” (Pollak, 1989, p.8). Nas organizações mais formais esse controle é efetuado pelo acesso dos pesquisadores aos arquivos e pelo emprego de “historiadores da casa”. Esse esforço legitimador é patente no caso da construção da memória de Alberto Torres. As pessoas que são convidadas a falar sobre ele nas conferências da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres são, em sua maioria, torreanos fiéis, como aqueles que freqüentavam sua casa – seus discípulos ainda em vida – ou membros de sua família. Caso de Alberto Torres Filho, Sabóia Lima e Alcides Gentil. São os livros escritos por esses dois últimos – grandes propagandistas de Torres – sobre o “Mestre” os escolhidos para figurar na Coleção Brasileira. O livro de Gentil ganha ainda prefácio de Oliveira Vianna – o mais famoso discípulo de Torres, e por isso mesmo sempre citado quando o assunto é Alberto Torres. Escolhas que, sem dúvida, legitimam a memória construída em torno de Torres.

ser associado à politicalha, interesses particularistas, conchavos. E que se contrapõe ao mundo da ciência, associado à verdade, à razão, ao bem comum, à eficiência, aos intelectuais. Em segundo lugar, frente à essa negativização da política, os intelectuais surgem como a única categoria capaz de substituir nossa falida elite dirigente. Afinal, possuem o conhecimento técnico adequado, o objetivismo, a autonomia e a retidão de valores desejada. E – sobretudo se citam Alberto Torres – possuem patriotismo e vocação para elite dirigente.

Chegamos aqui ao terceiro elemento da memória construída em torno de Alberto Torres. Este é colocado como símbolo de nacionalismo, de patriotismo, de abnegação. Mestre perfeito para uma geração nacionalista, que se diz sacrificada e que se declara portadora de uma missão – qual seja, organizar e (re)construir a nação. O quarto elemento da memória de Torres já foi muitas vezes comentado por nós nesse trabalho: trata-se do fato de que o próprio autor foi um dos artífices dessa construção. Como mencionamos, acreditamos que o próprio Alberto Torres contribuiu significativamente para sua imagem e memória, através de seus escritos. Nesse sentido, gostaríamos de lembrar que as reflexões feitas acima sobre o fenômeno da memória – assim como da identidade – referem-se tanto à memória coletiva como à memória individual. Torres trabalhou vigorosamente sua auto-imagem, a imagem que ele gostaria que tivessem dele, a imagem que ele desejava que “ficasse” dele. Ele foi, portanto, artífice de sua memória. Tal fato não é raro entre políticos, intelectuais e artistas, sendo que o instrumento principal utilizado para tanto é, usualmente, a *autobiografia*. No caso de Torres, não há autobiografia formal, mas há inúmeras indicações nesse sentido. Torres fala constantemente de si, como político e como pensador, de suas crenças, valores, aspirações, decepções e esperanças. Alberto Torres não precisou de uma autobiografia, fazendo uso de sua obra política. Na construção de sua própria memória, Torres foi particularmente bem sucedido; foi, sem dúvida, um hábil político.

Capítulo 4: Alberto Torres, uma obra, várias leituras

4.1 Sociedade dos Amigos de Alberto Torres

Como dissemos, o maior exemplo maior da “presença” de Alberto Torres nos anos 30 foi a *Sociedade dos Amigos de Alberto Torres*, fundada no Rio de Janeiro em 1932, tendo funcionado até 1945. A SAAT foi uma associação civil bastante ativa, organizada e, ao que tudo indica, poderosa, cujo objetivo era tanto divulgar as idéias do Mestre, como realizar ações diversas que contribuíssem para a nação. Para tanto, promoviam reuniões, palestras e debates sobre questões como educação rural, agricultura, imigração, nacionalidade, trabalho, conservação da natureza e problemas da seca no Nordeste. Indo além do plano do discurso, mobilizavam-se em várias direções, envolvendo-se principalmente em atividades relacionadas ao ensino rural, grande tônica da organização. Também marcaram presença em iniciativas relacionadas à proteção da natureza e realizaram pesados ataques à imigração estrangeira, sobretudo de alguns grupos étnicos, como japoneses e árabes.

Fundação

A SAAT foi fundada em 10 de novembro de 1932, sendo seus sócios fundadores: Edgar Teixeira Leite, Alde Sampaio, Fernandes Távora, Juarez Távora, Sabóia Lima, Ildefonso Simões Lopes, Lourenço Baeta Neves, Alcides Gentil, Heloísa Alberto Torres, Edgar Roquette-Pinto, José Savaresi, Paulo Filho, Humberto de Campos, Felix Pacheco, Barreto Campello, Barbosa Lima Sobrinho, Oliveira Vianna, Hélio Gomes, Alcides Bezerra, Belisário Penna, Rogério de Camargo, Saturnino de Brito Filho, Roberto Marinho, Alberto J. Sampaio, Magalhães Correa, Prado Kelly, Humberto de Almeida, Porfirio Soares Neto, Mário Roquette-Pinto, Protógenes Guimarães, Anna Amélia Carneiro de Mendonça, Raymundo

Magalhães, Rafael Xavier e Raul de Paula⁶⁴. Outros intelectuais e políticos diversos integraram posteriormente a SAAT, como Carlos Pontes, Cândido Mota Filho, Celso Viera, Plínio Salgado, Nicolau Debané, entre outros. O que se percebe é que a SAAT contava com intelectuais, cientistas, diplomatas e políticos importantes. E sua ação foi dirigida principalmente por políticos e por cientistas. Vários de seus integrantes foram deputados na Assembléia Constituinte de 1934. Félix Pacheco, além de proprietário de Jornal do Comércio, fora Ministro das Relações Exteriores do governo Arthur Bernardes. Juarez Távora foi Ministro da Agricultura de Vargas.

Não era qualquer pessoa que poderia participar da SAAT. De acordo com os estatutos⁶⁵ da organização, para integrar o quadro de sócio efetivo da SAAT, era necessário: ser brasileiro nato ou naturalizado; ser proposto por um ou mais sócios efetivos quites; obter um parecer favorável do Conselho Fiscal; pagar uma determinada quantia em dinheiro; prestar compromisso de fidelidade ao programa e fins da SAAT. Além disso, depois de associado, havia uma mensalidade a ser paga. Desse modo, havia requisitos de nacionalidade, econômicos, ideológicos e, principalmente, de sociabilidade, já que era preciso ser indicado por um ou mais sócios. Finalmente, era possível perder o título de sócio, em caso de “incapacidade moral, ou pela prática de atos ou propagação de idéias incompatíveis com o programa e os fins da Sociedade, à juízo da Assembléia Geral”.

Tudo isso tornava a SAAT relativamente fechada em termos de sociabilidade, e com certo alinhamento em termos de pensamento e discurso, além de incrementar o poder da organização. É claro que isso não significa uniformidade, ou que não existisse diversidade de pensamento e mesmo conflitos em seu interior. Barbosa Lima Sobrinho (1968) relata que, em um determinado momento, Plínio Salgado tentou transformar a sociedade numa organização integralista, no que foi impedido pelos outros sócios, permanecendo a SAAT como

⁶⁴ Conforme documento da SAAT, integrante do acervo de Alberto Sampaio, depositado no Museu Nacional/RJ.

⁶⁵ Consultados no acervo de Alberto Sampaio, depositado no Museu Nacional / RJ.

organização não-partidária (o que não quer dizer que não tivesse objetivos e engajamento político, muito pelo contrário). Além disso, encontramos documentos que indicam vários conflitos internos na SAAT, envolvendo principalmente Raul de Paula, membro bastante atuante. Segundo Juarez Távora (que foi presidente da SAAT por cerca de seis meses, em 1936), em 1936, Raul de Paula teria pedido “demissão irrevogável do cargo de Secretário Geral” da SAAT, além do “desligamento irrevogável” do quadro social da organização, tendo anunciado ainda o “seu propósito de liquidar a questão pela imprensa”⁶⁶. Távora afirmava que assumia a presidência então “com o firme propósito de conciliar tudo que ainda fosse conciliável”, embora percebesse que “já havia bastante coisas inconciliáveis em nosso meio”⁶⁷. Anunciava ainda seu desejo “de considerar encerrada uma ingrata fase de restrições e incompreensões recíprocas entre os mais eminentes membros de nossa Sociedade”⁶⁸. Raul de Paula realmente foi à imprensa, como prometera, tendo passado uma “descompostura” em Távora⁶⁹. Acreditamos que conflitos como esse envolviam tanto questões de poder interno na SAAT, como indisposições pessoais e discordâncias ideológicas sobre os rumos da SAAT.

A sessão de inauguração foi realizada na sede da Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), contando com uma conferência de abertura de Alcides Gentil, discípulo de Torres, e que versou sobre “A idéia de Constituição no pensamento do grande pensador crítico”⁷⁰. Nada mais propício, já que a grande finalidade (não relatada em seus estatutos, mas declarada por vários de seus integrantes) da criação da SAAT foi contribuir para os trabalhos de elaboração da nova Constituição. Segundo os estatutos da SAAT⁷¹, seus objetivos fundamentais eram:

a) promover o estudo dos problemas nacionais, com o fim de indicar a adequação das instituições aos fatos da nossa experiência, à luz dos fatos da política mundial;

⁶⁶ Conforme carta de Juarez Távora a Raul de Paula, em 02/09/1936. Coleção Juarez Távora, CPDOC / RJ.

⁶⁷ Ibidem.

⁶⁸ Ibidem.

⁶⁹ Conforme carta de Juarez Távora ao Jornal “A Nota”, em 26/01/1937. Coleção Juarez Távora, CPDOC / RJ.

⁷⁰ A notícia da fundação e a transcrição da conferência inaugural estão no *Jornal do Commercio* de 01/12/1932.

⁷¹ Conforme documento da SAAT, do acervo de Alberto Sampaio no Museu Nacional / RJ.

- b) divulgar os ensinamentos de Alberto Torres, por constituírem até agora, o melhor programa de conjunto dos nossos problemas, sujeitando-os aos fatos da experiência e da observação;
- c) promover a publicação das obras inéditas ou esgotadas de Alberto Torres (...);
- d) promover a metodologia dos assuntos focalizados por Alberto Torres, bem como os cursos que lhe sejam conseqüentes, tendo em vista a integração dos ensinamentos respectivos na educação nacional, sob a forma de compêndios didáticos;
- e) promover a criação de centros de estudos torreanos, em todo o país, para reunir elementos que façam inquéritos e conferências, onde os diferentes programas brasileiros sejam examinados em suas próprias fontes;
- f) publicar uma revista mensal onde saiam as conferências feitas no Rio e nos Estados, bem como todos os trabalhos considerados úteis ao estudo dos vários problemas da nacionalidade brasileira;
- g) publicar, em volumes, as conferências e os estudos realizados pela Sociedade, desde que o órgão competente considere trabalho de valor real para a interpretação, análise e propaganda da obra torreana e de utilidade para o esclarecimento dos problemas nacionais;
- h) definir os princípios fundamentais do pensamento de Alberto Torres, em síntese (...);
- i) promover por todos os meios e modos a fraternidade continental e universal;
- j) estimular por todos os meios, o estudo e a solução dos problemas rurais brasileiros, sob o triplico aspecto – político, social e econômico.

Fica claro, assim, o engajamento político da SAAT, que pretende não apenas contribuir para a solução dos problemas nacionais, como “promover a fraternidade universal”. Além disso, a figura de Alberto Torres aparece como grande guia, referencial, embora se pretenda “sujeitar” seus ensinamentos “aos fatos da experiência e da observação”. Tal “observação” abre amplo espaço para que as idéias do pensador sejam “revistas” ou adaptadas aos fins mais diversos.

Quanto à revista mensal e publicações de palestras da SAAT, não lograram ser executadas. O principal meio de divulgação da SAAT foram os jornais e revistas, para os quais enviava e pedia que publicassem notas dando notícias de suas atividades e a transcrição de conferências proferidas em suas reuniões. Segundo Lima Sobrinho (1968, p.510), isso se dava “devido, em grande parte, ao dinamismo de Raul de Paula, que ia de redação em redação, num esforço realmente prodigioso de difusão”. Entre os jornais que publicaram notícias e conferências da SAAT estão o *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil*, *Folha do Povo*, *A Nota*, e *Diário Carioca*. Entre as revistas, a *Revista de Ensino*, a *Revista Nacional de Educação* e a revista *O Agricultor*. Mas o grande destaque fica com o *Jornal do Comércio*, sem dúvida o principal órgão de divulgação da SAAT. Feliz Pacheco, proprietário e editor-em-chefe do *Jornal do Comércio*, era membro ativo da SAAT e lhe disponibilizava com grande frequência espaço gratuito em suas páginas. Conferências inteiras da SAAT eram regularmente transcritas nesse jornal, ocupando às vezes mais de uma página. No período de 1932 a 1937, anos de maior atividade da SAAT, sua presença no *Jornal do Comércio*, como pudemos comprovar, foi impressionante. Há meses em que ela aparece, através de notícias de suas atividades ou de transcrições de palestras, em cerca de 15 edições, e até mais. Essa presença na mídia impressa conferia um grande poder à SAAT.

Era, inclusive, no edifício desse jornal, que funcionava a sede da SAAT, na Av. Rio Branco, número 117, salas 110 e 111. Aliás, foi em um incêndio na sede do *Jornal do Comércio* que se perdeu toda a documentação da SAAT, como foi relatado por seu último presidente, Edgar Teixeira Leite ⁷². Segundo ele ⁷³, “o magnífico arquivo” da SAAT, assim como “a ‘tarja’ de bronze em que mandei inscrever o pensamento central de Alberto Torres, foi devorado pelas chamas, no incêndio que destruiu o antigo Jornal do Comércio”.

⁷² Com essa lastimável perda da documentação oficial da SAAT, os documentos que restam dela são aqueles que pertenciam aos sócios e que estão espalhados (quando conservados) nos acervos individuais destes. Encontramos documentos esparsos da SAAT nos acervos de Juarez Távora, de Alberto Sampaio e de Edgar Teixeira Leite.

⁷³ Carta de Edgar Teixeira Leite a Barbosa Lima Sobrinho, de 23/04/1970. Coleção Teixeira Leite, Museu da República / RJ.

Principais linhas de atuação

Pelo que pesquisamos, identificamos as principais linhas de pensamento e ação da SAAT – que, em nossa opinião, podem ser divididas em terra e gente (nesse aspecto, estão seguindo as orientações de Alberto Torres). E a partir daí:

Terra: 1) Agricultura; 2) Natureza; 3) Educação Agrícola.

Gente:

1) Educação. Sempre uma educação prática, voltada, por exemplo, para noções de alimentação, saúde e higiene. Além de divulgação do pensamento de Torres e de princípios nacionalistas, através de conferências pronunciadas pelos membros da SAAT e por convidados ilustres.

2) Imigração (campanhas contra).

3) Outros. Estudos e conferências sobre assuntos diversos, como siderurgia, tributação, produção do trigo e problemas da seca no Nordeste. Sempre relacionados a problemas brasileiros, à questões consideradas importante para a nação brasileira.

Como é possível perceber, a Educação ocupa um lugar central nas preocupações e ações da SAAT. E dentro dessa, a Educação Agrícola ocupa quase todo o espaço. O ruralismo é, sem dúvida, a grande diretriz da SAAT. No que segue, mais uma vez, a linha de pensamento e de atuação de seu patrono. Tudo indica que a SAAT surgiu a partir da SNA, com quem manteria sempre relações muito próximas. No mês de novembro de 1932, a SNA realizou uma série de conferências em homenagem a Alberto Torres⁷⁴. No mesmo mês, foi fundada a SAAT, e não só sua conferência inaugural, como suas primeiras reuniões foram realizadas nos salões da SNA, que era apontada então como “sede provisória da SAAT”, localizada na Rua Primeiro de Março, número 15⁷⁵. Acreditamos que os dois eventos estão intimamente ligados. Os conferencistas da homenagem a Torres na SNA tornaram-se logo em

⁷⁴ *Jornal do Commercio*, edições de 30/10-01/11/1932, de 09/11/1932 e de 27/11/1932.

⁷⁵ Ver, por exemplo, as edições do *Jornal do Commercio* de 20/11/1932, de 24/11/1932 e de 27/11/1932.

seguida conferencistas e membros da SAAT. Uma hipótese é que, durante o planejamento e organização da homenagem na SNA, surgiu a idéia da criação da SAAT.

A primeira palestra da série de homenagens na SNA contou com o salão “repleto de amigos e admiradores do grande brasileiro que foi Alberto Torres, sócios e diretores da Sociedade Nacional de Agricultura, diretores e chefes de serviços dos diversos departamentos e administração pública, representante do Ministro da Justiça”⁷⁶. Como veremos, em vários momentos é patente essa proximidade da SAAT com órgãos governamentais, o que tornou essa organização bastante poderosa. Foi, sem dúvida, seu forte capital político que permitiu que a SAAT colocasse suas idéias em prática, realizando tantas atividades. Com isso, pôde concretizar não apenas seus próprios projetos, como várias idéias do mestre Alberto Torres – sobretudo àquelas ligadas à educação rural e aos projetos de desenvolvimento do campo.

A sessão foi presidida por Simão Lopes, “companheiro do homenageado na campanha republicana”, que exaltou a “a obra notável que nos legou, na última etapa de sua vida fecunda, como sociólogo”⁷⁷. Segundo ele, a obra de Torres não era fruto de “teorismo”. Era:

A sua obra é um compêndio de idéias praticas, sazoadas ao calor de um acendrado patriotismo, sob a influência de uma elevada cultura sociologista, e, ainda, a luz da experiência, que grangeou na governança de seu Estado natal, que, como sabemos, foi uma das estrellas de maior brilho na constelação política do passado, teatro de acontecimentos notáveis da vida financeira, nosso primeiro mestre na cultura do café, berço de tantos varões illustres do Império e da República, glória do presente e do passado (...).

Nota-se aí não apenas a valorização de Torres como sociólogo, mas de sua experiência prática no governo do Rio de Janeiro. E a nostalgia da “era de ouro” desse Estado, mencionada por nós no capítulo anterior. “Era” que era buscada novamente, uma busca na qual as políticas ruralistas ocupavam um papel central. Políticas estas essenciais na SNA. E essa orientação ruralista, presente também no pensamento do Torres, será a tônica da SAAT.

O núcleo central da SAAT funcionava no Rio de Janeiro, havendo ainda núcleos regionais autônomos, nos estados, filiados ao núcleo central, e núcleos locais nos municípios,

⁷⁶ Conforme a edição do *Jornal do Commercio* de 09/11/1932.

⁷⁷ *Ibidem*.

filiados aos núcleos regionais. O grande instrumento de atuação da SAAT foram os *Clubs Agrícolas Escolares*, espalhados por todo o país e criados e patrocinados diretamente pelos núcleos locais, estaduais ou mesmo pelo núcleo central. Em 1936, havia mais de mil clubs agrícolas escolares, nos mais diversos cantos do Brasil⁷⁸.

Em dezembro de 1933 a SAAT realizou, no Rio de Janeiro, o *Primeiro Congresso Brasileiro dos Problemas do Nordeste*. Seu objeto era estudar o problema, contribuindo para que figurasse na nova Constituição. Como solução, sugeriu “um programa de obras sistemático e permanente, garantido com uma percentagem sobre as rendas federais”⁷⁹. Em 1935, a SAAT participou também da *Campanha Nacional Contra a Saúva*, promovida pelo Ministério da Agricultura. Como dissemos, em vários momentos é possível perceber uma relação bastante próxima, e mesmo de colaboração, entre órgãos do Governo e a SAAT. O relato dessa campanha, escrito por seu coordenador, Luiz de Azevedo Marques (1939, p.83), informa que os meninos associados aos clubs agrícolas da SAAT capturaram duzentos milhões de “tanajuras”. E, “calculando-se que 90% desse total (...) não tivesse vingado, ainda assim evitarmos a formação de dezoito milhões de formigueiros, que para serem destruídos, seria necessário despender a quantia total de 54 mil contos de réis” (ibidem).

Em 1933, a SAAT promoveu ainda a *Primeira Exposição de Imprensa Nacional*, na Biblioteca Nacional, com 406 jornais escolares de vários lugares do país⁸⁰. Essa exposição teve continuidade nos anos seguintes, sendo sediada em outras capitais. A SAAT promoveu também campanha em prol dos lactários, que haviam sido organizados no Rio de Janeiro por José Savaresi. A “SAAT propagou-os intensamente, conseguiu por essa propaganda que o digno chefe do Governo Provisório desse aos mesmos cem contos de réis e viu se fundarem

⁷⁸ Conforme documento da SAAT, do acervo de Alberto Sampaio no Museu Nacional / RJ.

⁷⁹ Ibidem.

⁸⁰ Ibidem.

por todo o Brasil centenas dessas instituições⁸¹. O que mostra que a SAAT dispunha de capital político, o que a possibilitava por em prática diversas ações.

Conservação da natureza

A SAAT promoveu diversas atividades ligadas à conservação da natureza no Brasil, além de inúmeras conferências e artigos publicados sobre o tema. Segundo Warren Dean (2000,p.275), os membros da SAAT assumiam “posturas ativas em questões locais de conservação e forneciam ferramentas, sementes e palestras para escolas”. Pelo que percebemos, essas atividades eram desenvolvidas, em grande parte, via clubs agrícolas.

Realizavam também “excursões ecológicas” a locais considerados relevantes (Silva, 2005, p.202). Um exemplo foi a “caravana” organizada em 1933, saindo de Campinho/RJ com destino à Piracicaba/SP. Foi narrada em detalhes pelo naturalista Magalhães Corrêa, conservador do Museu Nacional e membro da SAAT, que publicou seu “diário de viagem” no *Correio da Manhã* (ibidem). Corrêa relatava que formavam “a caravana Humberto de Almeida, agrônomo especializado em silvicultura, Vieira de Mello, bacharel e jornalista, Raul de Paula, secretário geral da entidade, eu e o chauffeur Euclides que dirigiu o Rois Royce” (apud Silva, 2005, p.202). Ele contava ainda sobre as conversas com habitantes sobre o desmatamento nas localidades por onde passavam e sobre medidas positivas encontradas para a preservação da natureza (ibidem).

A SAAT teve também uma participação ativa na *Primeira Conferência para a Proteção da Natureza*, realizada no Rio de Janeiro, em 1934. Promovida por iniciativa de Alberto Sampaio e Leôncio Corrêa, integrantes da Sociedade dos Amigos das Árvores, essa conferência reuniu delegados de diversos estados, a maioria cientistas e funcionários do governo (Urban, 1998, p.88; Dean, 2000, p.275). Sua carta convite anunciava que era

⁸¹ Ibidem.

promovida “sob o patrocínio do Exmo. Snr. Chefe do Governo Provisório”, e que seus objetivos eram a defesa da flora, fauna, sítios e monumentos naturais, “em summa, a proteção e o melhoramento das fontes da vida no Brasil” (*apud* Urban, 1998, p.88). A utilização do termo “fontes da vida no Brasil” é uma clara referência ao livro de mesmo nome, de Alberto Torres. Segundo Dean (2000, p.275), o objetivo claro da conferência “era pressionar o governo a cumprir as medidas conservacionistas recém-aprovadas pelo Congresso Constituinte a criar um sistema de parques nacionais”. Para Silva (2005, p.205), é importante assinalar, nesse ponto, “que não havia divergências frontais entre o movimento ambientalista e o governo, ocorrendo uma clara cooperação nas várias iniciativas tomadas de parte a parte”. Tanto é, continua a autora, que várias medidas colocadas em prática pelo Governo Federal foram publicadas no *Correio da Manhã*, tendo a SAAT como retransmissora das matérias ao jornal. O que demonstra a articulação da SAAT com o governo. Ainda segundo Dean (2000, p.275)), o relato das atividades das organizações e instituições participantes da *Primeira Conferência* revela que estas eram quase todas educativas, evidenciando que pouca pesquisa era realizada.

Imigração

Durante a década de 30, a SAAT promoveu uma ampla campanha contra à imigração estrangeira para o Brasil, sobretudo de alguns grupos étnicos, como japoneses e árabes. Para tanto, seu principal instrumento foi, mais uma vez, a realização de palestras e conferências sobre o assunto, e sua publicação em jornais, notadamente o *Jornal do Comércio*. Entre os principais envolvidos com as campanhas anti-imigração da SAAT estavam Raul de Paula, Félix Pacheco, o diplomata Nicolau Debané e, sobretudo, Xavier de Oliveira (que foi presidente da sociedade).

No fim de 1932, a Liga das Nações entrou em contato com o governo brasileiro, para que o país recebesse um grupo de 20 mil refugiados católicos do Iraque, os assírios (Lesser, 1994, p.126-127). A *Paraná Plantations Limited*, uma companhia britânica de colonização, propôs então criar um esquema para estabelecer essa população em um imenso lote de terra no Paraná (ibidem). O governo brasileiro viu uma série de benefícios nessa imigração: ocupariam uma faixa de terra relativamente deserta; era um povo “branco” e católico; não haveria nenhuma despesa financeira por sua parte; além de gerar um componente de relações públicas com a Liga das Nações (ibidem). Por isso, acenou positivamente com o projeto. Entretanto, quando a notícia chegou aos jornais brasileiros, a reação foi imediata e violenta. Argumentava-se que os assírios não iriam se assimilar à cultura brasileira, e que esforços humanitários deveriam ser dirigidos sim aos brasileiros, vítimas da seca do vale do Rio São Francisco (Lesser, 1994, p.128-129). A resistência concentrava-se na imprensa, através de jornais e de grupos nativistas, destacando-se, em muito, a participação da SAAT. Os artigos eram inflamados e provocativos, procurando desumanizar os assírios, apresentando-os como um sério perigo para nossa sociedade (ibidem). De acordo com Lesser (ibidem), estes textos estavam plenos de teorias racistas e uma manchete típica era: “Um grave perigo a se remover: você só terá paz com um assírio após a morte dele”. Ainda segundo esse autor (ibidem, p.131), os “mais ardentes ataques” vieram da SAAT, através de textos publicados no Jornal do Comércio. Assim, em 19 de janeiro de 1934, por exemplo, a SAAT publicava nesse jornal um artigo intitulado “O Brasil, terra de ninguém. Depois dos japoneses, os assyrios...Um protesto da SAAT”. Neste, relatava que

A SAAT tem procurado, por todas as formas ao seu alcance obstar á immigração inteiriça de grandes grupos estrangeiros e, ultimamente (...) á vinda de 20.000 famílias assyrias. Organizou um programma de conferencias, em que vários oradores de relevo dissertaram sobre o assumpto. E situou a questão (...) numa opção concreta entre aquelles allenigenes e os flagellados nordestinos que perecem, á mingua de recursos, na fecunda gleba do Valle do S. Francisco. (...) Raul de Paula (...) apresentou um communicado sobre os horrores infenaes que se desenrolam naquella faixa do paiz, onde Euclides da Cunha situou o cerne da raça e Licínio Cardoso o eixo da nacionalidade. (...).

Impressionado com os dados (...) naquela memorável reunião da SAAT, o nosso confrade, Major Juarez Távora, prometeu levá-los ao conhecimento do Chefe do Governo Provisório. Com efeito, poucos dias depois, se desencumbia do compromisso e obtinha do ilustre Sr. Getúlio Vargas promessas formais de atender aos reclamos da SAAT⁸².

Mais uma vez, fica patente o capital político da SAAT, que lhe conferia grande poder de atuação. Um relatório de 1935 da SAAT afirma que os assírios haviam “perturbado” o Iraque, sendo “enfeitados por todas as nações do universo”⁸³. Relata ainda que a SAAT “levantou a opinião nacional contra esse atentado ao Brasil”, tendo ido “ao eminente Chefe do Governo Provisório, Dr. Getúlio Vargas, mostrar à S.E. que espécie de gente eram os tais assírios, ‘turbulentos, saqueadores e ladrões’, segundo o ‘Jornal Oficial’ da Liga”⁸⁴.

Assim, a questão se arrastou, chegando ao ano de 1934, quando a Assembléia Constituinte discutia, entre outras coisas, a legislação imigratória do Brasil, em meio a um forte clima anti-nipônico (Lesser, 1994, p.130-135). Segundo Lesser (ibidem, p.134), “os debates sobre imigração na Assembléia Constituinte freqüentemente começavam com discussão sobre os japoneses e terminavam com comentários raivosos sobre os assírios”. Os deputados líderes do movimento anti-nipônico eram também os mais ardentes “assiriófobos”: Miguel Couto, Arthur Neiva e Xavier de Oliveira. A pressão da imprensa e dos deputados constituintes levou Vargas a rever sua decisão, indicando uma comissão para examinar o caso (ibidem, p.135-138). Essa era formada pelo eugenista Renato Kehl, pelo também nativista e racista Dulphe Pinheiro Machado e por Oliveira Vianna (!). A “análise” da comissão incluiu entre seus documentos um relatório da SAAT, elaborado por Raul de Paula (então seu secretário-geral), que condenava tanto a imigração assíria quanto a nipônica (ibidem). A avaliação final da comissão foi, obviamente, negativa. Vargas então, espertamente, declarou publicamente que nunca havia autorizado a vinda dos assírios e que havia sido “mal

⁸² Conforme edição do Jornal do Commercio de 19/01/1934..

⁸³ Relatório integrante do acervo de Alberto Sampaio, depositado no Museu Nacional / RJ.

⁸⁴ Ibidem.

informado” por Gênova (ibidem). Após tais declarações, a Liga das Nações acabou desistindo do projeto. Esse episódio mostra a grande articulação política da SAAT.

Em 1937, foi publicado um livro intitulado *A ofensiva japonesa no Brasil: aspecto social, econômico e político da colonização nipônica*, de Carlos de Souza Moraes. O livro era dedicado “à patriótica Sociedade dos Amigos de Alberto Torres”, assim como “aos estênuos defensores da nossa integridade nacional”, entre os quais figuravam Xavier de Oliveira e Raul de Paul. Tendo a primeira edição sido financiada pelo próprio autor, o livro ganhou, em 1942, uma segunda edição “totalmente refundida, atualizada e grandemente aumentada”, publicada pela Livraria do Globo (é essa edição que consultamos). Presume-se, portanto, que a primeira edição teve boa repercussão. Além, é claro, da data de 1942 ser bastante propícia a uma publicação claramente anti-japonesa, já que se vivia então a Segunda Guerra Mundial. Há, inclusive, uma nota dos “editores”, afirmando que “os fatos estão aí para mostrar que o autor tinha razão”, recomendando-se a leitura da obra “a todos quanto se interessam por um Brasil próspero e feliz”. Mas o que diz o autor? Ele declara que a colonização japonesa constitui um de nossos mais graves problemas nacionais, tendo escrito o livro justamente para alertar sobre “a atividade nociva dos amarelos em nosso território” (Moraes, 1942, p.5). E, durante o texto, para legitimar suas declarações fortemente racistas, cita autores como Monteiro Lobato, Edgar Roquette-Pinto (!!!) e Alberto Torres. De Torres, cita trechos nos quais defende o cuidado com o trabalhador brasileiro e fala sobre a ilusão de se pensar que maior densidade demográfica significa maior prosperidade (mesmo ponto no qual Roquette-Pinto é citado). O livro transcreve ainda várias palestras proferidas na SAAT, sempre voltadas para a condenação da imigração japonesa no Brasil.

Particularmente nessa questão das campanhas anti-imigração, fica patente como as idéias de Torres foram apropriadas. Afinal, nas obras de Torres, as críticas à imigração aparecem sempre como parte de sua defesa do trabalhador nacional, abandonado e condenado

à degradação e à miséria pelos diversos governos, que preferiam os imigrantes. Dessa forma, embora essas passagens possam dar margem à especulações relacionadas à xenofobia, não acreditamos que por si só elas possam ser responsabilizadas por reações tão violentas e intolerantes como as que foram verificadas na década de 1930, e que diversas vezes utilizaram o nome de Alberto Torres como justificativa e legitimação. As campanhas anti-imigratórias promovidas pela SAAT eram explicitamente racistas, e o argumento racial era utilizado o tempo todo. O que não era coerente com um autor que tantas vezes declarou não existirem raças superiores ou inferiores.

Educação rural

A questão Terra, envolvendo a agricultura, a alimentação, o campo, o ambiente rural, é a ênfase central nas ações e preocupações da SAAT. Nisso, estão sem dúvida em coerência com Alberto Torres, suas preocupações e seu conhecido ruralismo.

O pedaço de terra cultivável, a casa, os principais instrumentos de trabalho, alguns animais de criação, a escola, lições práticas de agricultura, podem e devem constituir um direito do cidadão brasileiro: a arca dos bens da personalidade, para a viagem da vida (Torres, 1982b, p.231).

O trecho acima expressa bem o ideal rural e orgânico de nação almejado por Torres. É justamente por isso que a SAAT vai lutar. E, na medida em que dispunham de forte capital político, conseguiram colocar em prática uma série de atividades nesse sentido. O que percebemos é que a tônica ruralista está sempre presente na SAAT. Mesmo quando tratam de Gente, é sempre da gente do campo que estão falando. Também sua preocupação com a proteção à natureza pode ser incluída na rubrica Terra. Seu principal instrumento de ação foram, como dissemos os clubs agrícolas escolares, instituições destinadas “à ruralização do ensino”⁸⁵. Através deles, distribuíam sementes, adubos, mapas e instrumentos agrícolas, ensinavam noções de nutrição, promoviam campanhas de reflorestamento, ofereciam cursos

⁸⁵ Conforme documento da SAAT, do acervo de Alberto Sampaio no Museu Nacional / RJ.

de ensino rural para professores, entre outros. Consideramos que a ação central da SAAT foi, sem dúvida, a Educação Rural.

Em 1934, a SAAT organizou o *Primeiro Congresso de Ensino Rural*, sediado na Bahia. Foi patrocinado pelo governador desse estado, Juracy Magalhães, e pelos Ministérios da Educação e da Agricultura. O que comprova, mais uma vez, o forte capital político da SAAT e suas próximas relações com órgãos governamentais. Assim, “de 15 a 30 de novembro, 120 educadores estudam a organização do ensino rural na escola primária, na escola normal e na escola profissional”⁸⁶. Houve ainda “grandiosa exposição educativa, distribuição de mais de 20.000 publicações e livros, cinema educativo e livros, cinema educativo, excursões ao interior do Estado, conferências, visitas aos monumentos baianos, plantio do bosque Castro Alves, com mais de 4.000 árvores, larga distribuição de sementes”⁸⁷. Segundo relatório da sociedade, com isso “A SAAT criou em nosso país a pedagogia rural. Sistematizou-a”⁸⁸.

Uma atividade freqüente da SAAT foi a promoção das *Semanas Ruralistas*, organizadas em todo o país, através dos núcleos regionais e locais, e que abrangiam intensa programação. A primeira *Semana Ruralista* aconteceu em Itanhadú, em julho de 1943, e daí se espalhou por diversos municípios. Numa *Semana Ruralista* eram previstos: cursos pedagógicos, sanitários e agrícolas para professores, crianças e lavradores; exposição dos produtos agropecuários e industriais da região; cinema educativo; excursões; distribuição gratuita de sementes e livros; conferências sobre assuntos econômicos, educativos e sanitários; e plantio de um bosque comemorativo⁸⁹. Foi mais ou menos assim a programação das *Semanas Ruralistas* do núcleo baiano da SAAT, realizadas em 1936: 1) exposição regional; 2) plantio de um bosque; 3) cursos para crianças; 4) cursos para professores; 5)

⁸⁶ Conforme documento da SAAT, do acervo de Alberto Sampaio no Museu Nacional / RJ.

⁸⁷ Ibidem.

⁸⁸ Ibidem.

⁸⁹ Ibidem.

cursos para fazendeiros; 6) transportes; 7) assistência ao lavrador; 8) defesa do nosso homem; 9) as semanas este ano serão em Bonfim, Serrinha, Ilhéus, Juazeiro; Feira de Santana; Castro Alves⁹⁰. Todas as semanas seriam organizadas por membros da SAAT, com exceção da de Bonfim, que seria realizada pela Inspeção Agrícola Federal, o que demonstra novamente a relação próxima entre a SAAT e órgãos governamentais.

Pedagogia da nação

Acreditamos que havia, na SAAT, uma pedagogia da nação⁹¹, voltada para o conhecimento e a valorização do Brasil, seu território, sua gente. Sempre com um acento ruralista. Essa pedagogia também podia ser notada no Museu Nacional, instituição bastante próxima da SAAT. Vários membros da SAAT eram cientistas que eram ligados ao Museu Nacional, como Alberto Sampaio, Magalhães Corrêa, Heloísa Alberto Torres⁹² e Humberto de Almeida. A RNE, *Revista Nacional de Educação*, publicada pelo Museu Nacional de 1932 a 1934, quando esta instituição era presidida por Roquette-Pinto, frequentemente publicava pequenas notinhas sobre as atividades da SAAT.

Voltando à pedagogia da nação, em 1932, o zoólogo do Museu Nacional, Cândido Mello Leitão, pedia, através da RNE, que as pessoas de todo o país lhe enviassem amostras dos pequenos animais que pudessem colher em sua região, mesmo os mais comuns (Duarte, 2005, p.14). Com isso, auxiliariam o Museu Nacional em seu objetivo de ser “o repositório de tudo que há no país”, expondo “o que é tipicamente brasileiro”, para que as nossas coisas se tornassem cada vez “mais conhecidas e queridas” (ibidem). Tal expediente permitiria ainda que os professores ensinassem a biologia sem ter que recorrer “às figuras exóticas dos livros

⁹⁰ Conforme Boletim da SAAT na Revista *O Agricultor*, Lavras/MG, ano XV, n. 110, jan.1936.

⁹¹ Tomamos emprestada a expressão “pedagogia da nação” de Eliana Dutra (2005).

⁹² Filha de Alberto Torres, a antropóloga Heloísa Alberto Torres (1895-1977) começou a trabalhar no Museu Nacional em 1918, como estagiária de Roquette-Pinto. Foi diretora dessa instituição entre 1937 e 1955.

européus”, dinamizando o estudo com imagens facilmente identificáveis pelos alunos (ibidem, p.14-15). Segundo Duarte,

Tratava-se certamente, de criar uma miríade de referências a serem compartilhadas, nas quais o conhecimento da natureza projetava-se como um poderoso meio de levar ao amor pela nação, delineando um projeto pedagógico que interligava o Museu Nacional, suas publicações, suas exposições e as escolas de todo o Brasil. Destacava-se, ainda, a valorização aguda de um saber experimental, calcado na vida e experiências cotidianas (Duarte, 2005, p.15).

Acreditamos que uma “pedagogia da nação” bastante semelhante era executada pela SAAT. Isso pode ser claramente observado na atuação do clubs agrícolas, qual seja:

habituar os educandos ao trabalho em comum, facultar ao discipulado o desenvolvimento do espírito de organização no interesse da comunidade a que pertence, propiciando a cada aluno a experiência nos problemas que teria de resolver mais tarde, como homem feito ante as contingências da vida prática no seu meio natal (...). Onde a criança crescesse familiarizada com as práticas da organização agrícola, com os conhecimentos indispensáveis à cultura racional da terra, aos meios de negociar os respectivos produtos haveria menos dificuldades para o lançamento de empreendimentos dessa natureza, quando os jovens atingissem a idade adulta.⁹³

Os clubs agrícolas deviam ainda estimular o “desenvolvimento do espírito de cooperação”⁹⁴. E, agindo dessa maneira, “formam mentalidade objetiva para construir uma nação melhor”⁹⁵. Portanto, assim como o Museu Nacional, a ação pedagógica da SAAT guiava-se por dois pontos básicos, relacionados entre si: 1) o objeto do conhecimento era sempre composto por elementos brasileiros, desde nossa geografia, solo, fauna, flora, até nossa história e tradições; 2) além do objetivo do conhecimento estar próximo ao aluno, a aprendizagem se dava de forma bastante prática, experimental. Trata-se, assim, de uma pedagogia nacionalista e baseada na saber experimental, prático, valorizando a ação e a proximidade do aluno dos objetos de seu conhecimento. Percebe-se aí uma concepção de educação muito voltada para os aspectos práticos da vida cotidiana, muito próxima das concepções da Escola Nova.

O movimento dos reformadores da Escola Nova tomou forma no Brasil na década de 1920, reunindo importantes intelectuais brasileiros que pretendiam influir nas políticas

⁹³ *Revista do Ensino*, 1936.

⁹⁴ Conforme Boletim da SAAT na Revista *O Agricultor*, Lavras/MG, ano XV, n. 110, jan.1936.

⁹⁵ Conforme documento da SAAT, do acervo de Alberto Sampaio no Museu Nacional / RJ.

públicas para a educação no país e difundir os avanços educacionais da Europa e dos Estados Unidos (Bomeny, 2001, p.31). Assim como outros intelectuais daquele período, indignavam-se com a realidade do país e se dispunham a trabalhar para transformá-la. Seu alvo principal era nossa “grande mancha nacional” – o descaso com a educação e o analfabetismo (ibidem, p.40-41). Segundo Bomeny (ibidem), compartilhavam a crença, “nunca mais reeditada com tal força, de que em sua missão de intelectuais reformadores poderiam, pela educação, salvar o Brasil”. Para tanto, os renovadores mesclaram as inspirações dos Estados Unidos e da França. Da França, um sistema nacional de educação sob a liderança do Estado; dos Estados Unidos, o exemplo da extensão democrática, com uma escola pública (responsabilidade do Estado) laica e gratuita, e a crença na ciência como base de uma educação de qualidade (Bomeny, 2001, p.45). A influência norte-americana foi trazida principalmente por Anísio Teixeira, o grande nome da Escola Nova, ao lado de Fernando Azevedo. É interessante perceber que, apesar da forte inspiração nos Estados Unidos, Anísio Teixeira nunca renunciou ao papel do Estado na implantação do novo modelo educacional no Brasil. Os reformadores atribuíram ao Estado a tarefa de criar o sistema educacional que idealizavam.

O movimento da Escola Nova partia da concepção de aprendizado do aluno por si mesmo, por sua capacidade de observação e experimentação, tudo isso orientado e estimulado por profissionais treinados para esse fim (Bomeny, 2001, p.43). Com isso, questionava toda uma maneira convencional do agir pedagógico (ibidem). Há uma clara ênfase no saber experimental, e a escola passa a ser concebida como laboratório; pesquisa e espírito de descoberta tornam-se as pré-condições de um educador (Vidal, 2001, p.76). Assim, no discurso e nas ações de Fernando Azevedo, por exemplo, a ênfase recaía sobre o ensino profissional, formação patriótica e na educação partindo da realidade da criança (ibidem, p.61). Trata-se, portanto, de uma educação voltada para a sociedade, para a formação dos futuros papéis sociais (Vidal, 2001, p.65). Havia ainda uma forte conexão e sintonia dos

renovadores da educação com o movimento sanitarista. A disciplina Higiene e Puericultura, implantada em várias escolas no país, era vista como a base da difusão escolar dos princípios da vida sadia (ibidem, p.64). É patente a sintonia desse pensamento com a crítica ao espírito bacharelesco da Primeira República, com seu modelo de conhecimento verbalista, retórico, decorativo, distanciado da realidade e nada prático, inútil tanto ao indivíduo quanto à Nação.

Como os renovadores da educação, os membros da SAAT acreditavam que era preciso propiciar uma educação que fosse útil às pessoas (e ao país), que fosse adaptada à sua realidade concreta, e não uma educação livresca, afastada do cotidiano prático das crianças e de suas famílias. Muitos membros da SAAT eram cientistas do Museu Nacional, e partilhavam dos ideais escola-novistas. É importante assinalar que essa ênfase da SAAT no ensino voltado para a vida prática, cotidiana, para a *ação*, condiz certamente com o pensamento fortemente pragmático de Alberto Torres. Como sublinhamos no primeiro capítulo, Alberto Torres enfatiza sempre, em seu discurso, o conhecimento pragmático, voltado para a ação. Também combatia as abstrações sem utilidade prática, assim como o conhecimento divorciado de nossa realidade específica, *brasileira*. Nesse sentido, combatia também o ensino livresco, preso a sistemas e dogmas, repetitivo, superficial, típico, enfim, de uma civilização de bacharéis.

Formar a consciência não significava, para mim, encher a memória com alguns milhares dos milhões de conceitos e verdades, em circulação nas ciências, nas letras e na política; não significava, também, atar o discernimento ao poste de um sistema; mas, ao invés de atopetar o espírito com fórmulas e normas, dilatá-lo e abri-lo, largamente, à franca iluminação da percepção, da análise e da síntese. (Torres, 1982a, p.11).

Entretanto, é interessante observar que nem sempre Torres praticou tal concepção, o que, para Marson (1979, p.106), devia-se principalmente a seu tributo ao racionalismo científico de Comte, com suas leis universais e valores gerais de síntese. Assim, quando era presidente do Estado do Rio de Janeiro, Torres defendeu um método de ensino que superasse a especialização profissional através da aprendizagem dos valores científicos, morais,

estéticos, políticos; “a primazia, enfim, da cultura filosófica, com vistas a preparar cidadãos patriotas” (ibidem).

A especialização do ensino secundário só pode produzir o abatimento espiritual das sociedades, pela ausência do espírito filosófico, da cultura sintética e do ideal estético e moral. (...) É preciso, por conseguinte, restabelecer a filosofia – como ciência de síntese – na Instrução, e o Ideal, como móvel desinteressado, na educação. (...) A educação secundária deve ter objetivo mais alto, preparar o homem para a Família, para a Pátria e para a Sociedade. (Alberto Torres, *Mensagem do Presidente do Estado do Rio de Janeiro à Assembléia Legislativa*, 1899, p.XXIX e XXX, apud Marson, 1979, p.106-107).

Da mesma forma, a diretriz de que o ensino deve servir para formar o cidadão-trabalhador e o cidadão-patriota, visível na SAAT, segue as linhas do mestre. Além, é claro, do acentuado ruralismo, da convicção de que o eixo central da vida econômica e social da nação brasileira deve ser o campo.

O interessante aqui – e que marca de um modo geral a adesão aos ideais escolanovistas no Brasil – é o acento nacional que essas idéias ganham. Afinal, trata-se de uma escola fortemente influenciada pelo pensamento educacional norte-americano, destacando-se aí o pragmatismo, o individualismo e um modelo de nação centrado na livre iniciativa, no empreendedorismo e na organização da sociedade civil. No Brasil, essas idéias ganharão força em meio a um discurso estatista, organicista, anti-individualista e nacionalista, sem que ninguém visse nisso nenhum problema. Discurso estes presente também na SAAT, que estabelecia em suas normas que:

A SAAT se interessa pelo Brasil e pelos brasileiros e não pelos indivíduos.
A SAAT não se interessará por empregos públicos ou particulares para ninguém⁹⁶.

A nação desejada pela SAAT não é a do liberalismo individualista e dos particularismos identificada à Primeira República. É integrada, orgânica, nativista, baseada no espírito de cooperação e no amor à pátria, sua terra e sua gente. E é harmônica e ordenada, sem espaço para o conflito, como demonstra uma das diretrizes da SAAT:

imprimir, enfim, no tempo e no espaço, continuidade e coordenação aos movimentos de opinião e às atividades dos órgãos políticos, de forma a impedir a descontinuidade, dispersão ou contradição de esforços⁹⁷.

⁹⁶ Conforme Boletim da SAAT na Revista *O Agricultor*, Lavras/MG, ano XV, n. 110, jan.1936.

Finalmente, é importante assinalar que também a ciência, o conhecimento técnico e objetivo da realidade são valorizados pela SAAT, devendo não apenas estar presentes na educação, como também orientar a ação do governo. Governo este que deve contar sim com a participação efetiva de intelectuais e cientistas. Afinal, outras duas diretrizes da organização estabelecem que se deva

dar aos problemas morais e materiais de nossa Pátria soluções cientificamente fundamentadas, capazes de permitir, sob as bases amplas da liberdade e da ordem, uma convergência razoável de todos os espíritos;
submeter, previamente, tais soluções à análise e crítica dos centros intelectuais e Institutos Técnicos do País, a fim de fazer intervir eficazmente a intelectualidade brasileira na direção da nossa vida política⁹⁸;

4.2 Alberto Torres: precursor do pensamento anti-racista

Como mostramos, Alberto Torres se opôs frontalmente às teorias racistas, poderosas no país no início do século, insistindo na importância do meio como fator explicativo das sociedades. Essa característica de sua obra foi recuperada e valorizada posteriormente, por diversos estudiosos, tanto brasileiros quanto estrangeiros.

Essa valorização pode ser observada já nas décadas de 1920 e 1930, através do antropólogo Edgar Roquette-Pinto, diretor do Museu Nacional entre 1926 e 1935. Roquette-Pinto envolveu-se ativamente nas polêmicas em torno da questão racial que marcaram as décadas de 1910 e 1920, chegando até a década de 1930. Ele defendeu a tese de que o problema do Brasil era uma questão de educação e higiene e não de raças. Rejeitava a teoria da degenerescência do mestiço, enfatizando a importância do meio e emprestando “credenciais científicas das mais respeitáveis à crescente campanha para salvar o nativo brasileiro da armadilha determinista” (Skidmore, 1989, p.208). Defendia que a idéia de branqueamento fosse deixada de lado, aconselhando que se estudasse e trabalhasse para melhorar a população existente, já que “O problema nacional não é transformar os mestiços

⁹⁷ Conforme Estatutos da SAAT, acervo de Alberto Sampaio no Museu Nacional / RJ.

⁹⁸ Conforme Estatutos da SAAT, acervo de Alberto Sampaio no Museu Nacional / RJ.

do Brasil em gente branca. O ... problema é a educação dos que aí se acham, claros ou escuros” (apud Skidmore, 1989, p.206). Sua obra contribuiu, segundo Skidmore (1989, p.205), para o desenvolvimento no Brasil da teoria rival de “cultura”, que começava a se tornar, nos anos 20, na Europa e nos EUA, a chave da ciência social do meio ambiente. Trata-se, como vimos, da construção de um novo paradigma, que substituiu as antigas teorias “científicas” raciais por uma abordagem culturalista, no estilo de Franz Boas. Um marco nesse sentido foi o Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, realizado em 1929, quando a divisão da intelectualidade brasileira aflorou com toda a força (De Luca, 1999, p.232). Um grupo, liderado por Roquette Pinto, influenciado pelas novas abordagens antropológicas, negava as teorias raciais que condenavam a mestiçagem e defendia a entrada de imigrantes asiáticos. Outro grupo, liderado por Miguel Couto e Renato Kehl, reafirmou aquelas antigas verdades do racismo científico, que agora encontravam um coro de vozes discordantes (ibidem)⁹⁹. No ano seguinte, 1930, Roquette-Pinto, juntamente com Gilberto Freyre e Arthur Ramos, elaborou e publicou o “Manifesto dos Intelectuais Brasileiros contra o racismo”.

Roquette-Pinto expressou grande admiração pela obra de Alberto Torres, participando do culto ao “Mestre” que contaminou diversos círculos intelectuais nas décadas de 1920 e 1930. Foi, inclusive, graças à sua iniciativa que a segunda edição do livro *Vers la paix*, preparada desde 1913, foi finalmente publicada em 1927, pela Livraria Ypiranga, contando ainda com elogioso prefácio de sua autoria (Marson, 1979, p.61, nota 16; Barbosa Lima, 1968, p.480). No entanto, se Roquette-Pinto ressalta sempre diversos pontos do pensamento de Torres, como seu profundo “sentimento nacional”, acreditamos ser possível perceber um destaque especial dado a uma questão que recebia pouca ou nenhuma atenção de outros

⁹⁹ Como mencionamos no capítulo 1, no Brasil, as fronteiras entre sanitarianismo e eugenia eram muito tênues, ambos apostando no poder do ambiente como transformador do homem, defendendo políticas de educação, saúde e higiene. Segundo De Luca (1999, p.232), essas fronteiras só se tornaram mais nítidas no final dos anos 20, sendo fundamental aí a Liga de Higiene Mental, fundada no Rio de Janeiro por Gustavo Riedel. A partir de 1926 essa entidade abandonou a postura de cunho curativo, tornando-se o principal reduto dos defensores de uma eugenia negativa e de cunho racial (ibidem). O médico paulista Renato Kehl foi o principal nome da eugenia no Brasil.

“torreanos” de então: sua oposição às teorias sobre a desigualdade das raças. Assim, no livro *Ensaio Brasileiro*, publicado na Coleção Brasileira em 1941, reunindo textos diversos de Roquette-Pinto, é possível encontrar um pequeno texto do autor, escrito no início da década de 1930, dedicado ao pensamento de Alberto Torres (Roquette-Pinto, 1941, p.63-65). Já nos primeiros parágrafos, ele afirma:

Ninguém, no Brasil, até hoje, pensou com mais clareza e mais profundamente, sobre os nossos grandes problemas, do que Alberto Torres. E ninguém soube, como ele, explicar a nação a si mesma. Suas páginas são diáfanos e coloridas. A frase é sempre forte, porque é constantemente sincera. Seus ornatos são idéias. Uma orientação pessoal, nova e segura, domina o espírito sociológico que ele aplicou ao estudo do Brasil. Para Alberto Torres o grande problema nosso era unicamente a *organização*. O grande sociólogo sabia que a *raça* não pode servir de base à *nação*. A nacionalidade é obra de construção social (grifos no original).

Desse modo, o elogio ao conjunto de sua obra é sempre acompanhado pelo destaque à sua abordagem da questão racial. No restante do texto, Roquette-Pinto ressalta ainda vários pontos do pensamento de Torres – a quem chega a se referir como “o Mestre” –, como sua denúncia de que nossas constituições carecem de base própria, seu alerta sobre a devastação das matas e a dilapidação de reservas naturais, sua crítica a nossa valorização e cópia do estrangeiro e seu chamado para que os brasileiros voltassem os olhos para seu país, assenhorando-se efetivamente dele. Neste ponto, vale à pena acompanhar suas palavras:

É como se Alberto Torres subisse a uma altura excelsa e de lá gritasse às gerações: A pátria reclama que se olhe para ella! Antes de nada mais contemplem a terra e mergulhem na sua natureza para tomar conta do que lhes deve pertencer!

Também volta a referir-se à temática racial, afirmando que

Há pois, no Brasil, pelo conceito de Alberto Torres, só uma falha essencial e essa é a deficiencia colectiva, mas não ligada á raça ou mesmo ás características moraes do povo.

Essa valorização da abordagem racial no pensamento de Torres seria retomada algumas décadas depois, aparecendo na famosa obra de Dante Moreira Leite, *O caráter nacional brasileiro*. Para Leite (2002, p.339-340), Torres, nesse aspecto, se aproxima de Manuel Bonfim, tendo ambos mostrado como importamos as teorias racistas européias, sem perceber que elas negariam qualquer futuro para o Brasil. O autor sublinha ainda a defesa que

Torres faz do trabalhador nacional, quando, em vez de dizer que o brasileiro é indolente, afirma que ele não tem oportunidade de trabalho, opondo-se novamente aos ideólogos da época. Desse modo, “Alberto Torres supera – já na década de 1910 – muitas das idéias que continuariam a ser repetidas dezenas de anos depois”. Segundo Leite (ibidem), se compararmos as obras de Torres e Bonfim com as de seus antecessores e sucessores, poderemos notar que, apesar das contradições presentes, estavam avançados em suas teorias e “foram capazes de compreender que o atraso do Brasil não se devia a condições psicológicas imutáveis, mas a condições históricas e econômicas que os homens podem superar”.

E essa valorização seria seguida por Thomas Skidmore, em seu trabalho *Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*, cuja edição original em inglês é de 1974. Segundo o autor (1989, p.130-131), Alberto Torres e Manuel Bonfim estavam entre os poucos espíritos isolados que, no começo do século, “foram suficientemente avançados e independentes para rejeitar todo esse quadro de determinismo como meio de explicar a condição do Brasil (...)”. Assim, ambos estariam à frente de seu tempo ao rejeitar as teorias racistas e defender que o Brasil só sairia de seu relativo atraso através da análise cuidadosa das causas históricas dessa condição. De acordo com Skidmore (1989, p.136), ao fornecer suas provas, “Alberto Torres mostrava também um conhecimento impressionante das últimas tendências da antropologia e da arqueologia nos Estados Unidos e na Europa”, endossando a escola culturalista de pensamento que estava emergindo sob a liderança de Franz Boas. Ainda segundo Skidmore (1989, p.136-138), Alberto Torres, tendo demonstrado a falsidade da teoria racista, teria ficado perplexo com o fato da elite brasileira continuar acreditando nela. Explicava tal situação como fruto da alienação desta da realidade nacional e de seu supersticioso respeito pelas idéias estrangeiras, o que lhe tornava presa fácil das teorias de degenerescência propagadas pelos racistas europeus. Skidmore também ressalta que Alberto Torres, assim como Manuel Bonfim, teria ridicularizado os sacerdotes do arianismo,

observando que as teses dos cientistas teutônicos coincidiam exatamente com as ambições internacionais do seu país. Finalmente, após destacar outros aspectos do pensamento de Torres, Skidmore (1989, p.141) assim conclui sua análise:

Sua mais duradoura contribuição foi o ataque frontal ao pensamento racista. Alberto Torres teve a coragem de rejeitar a moldura determinista de referência, ajudando a exorcizar o espectro da inferioridade racial e abrindo caminho para novas indagações sobre o futuro da nacionalidade brasileira.

É por tudo isso que, para Skidmore (1989, p.205-208), Roquette-Pinto, “ao repudiar a moldura racista de referência e ao acentuar a reação do homem ao meio como um dado variável” estava seguindo as pegadas de Manuel Bonfim e Alberto Torres. Aliás, para este autor, Roquette-Pinto era “ele próprio um exemplo de primeira ordem do ideal que eles pregavam: um estudioso prudente e objetivo das condições sociais vigentes no Brasil”.

A ênfase na oposição de Torres às teorias racistas pode ser encontrada também em textos recentes, como *De português a mestiço: o imaginário brasileiro sobre a colonização e sobre o Brasil*, de Eduardo Paiva, publicado em 2001. Neste, após ressaltar vários pontos da obra de Torres, Paiva (2001, p.34) afirma que “talvez, o mais importante da leitura desse autor seja achar aí uma pioneira tentativa de diminuir a importância dada até então à raça, enquanto elemento formador das nações e da capacidade inovadora dos povos”. Assim,

Relativizando a importância da raça (mas nem sempre conseguindo esconder seus próprios preconceitos, evidentemente não os identificando assim), como já disse, Alberto Torres inova e abre espaço, por assim dizer, para algumas das mais célebres obras da historiografia brasileira. (...) Atacando conceitos que ele mesmo adotava – talvez ele tenha levado Florestan Fernandes a escrever, muitos anos mais tarde, que o brasileiro tem o preconceito de não ter preconceito, ainda assim Alberto Torres avançava com seu livro. Idealizava uma certa democratização via mestiçagem antes de Gilberto Freyre e esboçava o brasileiro cordial, antes de Sérgio Buarque de Holanda. Isso não era pouco para um país que, ao menos para os intelectuais, se encontrava condenado pela raça (...).(Paiva, 2001, p.34)

4.3 Alberto Torres e a proteção à natureza no Brasil

Como já mencionamos, Alberto Torres publicou, em 1915, um pequeno texto, de 48 páginas, intitulado *As fontes da vida no Brasil*. Nesse, examina um tema já abordado em trabalhos anteriores: a destruição da natureza no Brasil, através do caráter predatório de

nossas atividades econômicas, depredando nossos solos, esgotando nossas fontes de água, entregando nossas riquezas à exploração estrangeira, ao imperialismo, e comprometendo a qualidade de vida das gerações futuras, a “organização” do país, a formação da nação.

As fontes da vida no Brasil começa com uma nota “para esclarecimento”, na qual Torres destaca a finalidade prática de seu estudo: alertar os dirigentes sobre dois aspectos radicais das crises que perturbam o país: a crise da natureza e a crise do trabalho. Esses dois eixos, terra e gente, ficarão bem evidentes durante o texto, configurando juntos as tais “fontes da vida no Brasil”, ignoradas e vilipendiadas por nossos dirigentes do passado e do presente. Assim, segundo Torres (1990, p.XV), seu estudo revela a realidade pungente de um país novo que, sem nada ter construído, tem estragado sua terra e anemiado o vigor comprovado de suas raças. Enquanto isso, nossos dirigentes professam as mais equivocadas visões ou pairam indiferentes, de modo que a “restauração das forças da vida, nas terras e na gente do Brasil”, problema urgente, demanda a organização de nosso mecanismo político em moldes próprios.

Torres parte de uma constatação: a realidade de nossa situação econômica e social é não apenas ignorada, como anda obscurecida pelos mais absurdos erros de ciência e observação. Resultam daí os postulados correntes sobre nossa riqueza e fertilidade, sobre nossa política econômica, produção, sobre o valor das nossas raças e o trabalho nacional, sendo o objetivo do autor “destruir essas ilusões” (Torres, 1990, p.1). Para o autor, no Brasil, durante séculos, nos dedicamos apenas à exploração e à expansão colonizadora, sem o longo estabelecimento definitivo que permitiu, aos países adiantados, gerar o *medium* cósmico-social da civilização. Nossas condições particulares de existência não permitiram ainda que aqui se formassem os vínculos da simples ligação do homem com a sua terra, “nem o conhecimento dos meios e processos próprios à exploração da nossa natureza e muito menos o estabelecimento das bases da adaptação geral e da vitalidade progressiva, na economia e no espírito!” (Torres, 1990, p.3). Por isso, os brasileiros são todos, estrangeiros na sua terra, “a

qual não aprenderam a explorar sem destruir” (ibidem). Os habitantes das cidades são ainda mais estrangeiros, exibindo uma fictícia civilização de luxos mentais e materiais, alheios à vida nacional. E “os que nos dirigem e nos governam, estranhos à realidade da nossa existência, agitam e mantêm essa efervescência de interesses e paixões que formam” nossa vida pública, hostis aos sentimentos e interesses da Nação (ibidem, p.3-4). Configura-se assim um “estado de desencontro, de ignorância e de conflito, entre a terra e os seus habitantes”, entre as raças, o meio, as instituições, os costumes e as idéias, que resulta no relevo convulsionado da nossa estrutura nacional.

Torres segue então para o exame de nossa terra. Segundo o autor, nosso território é caracterizado por uma singularidade: não temos gelo nem neves, poderosos agentes de suprimento de água nas zonas temperadas e frias. Por isso, nossos mananciais dependem exclusivamente das fontes naturais, alimentadas pelas condensações atmosféricas, sob a guarda protetora das florestas. Soma-se a isso nossa posição geográfica, que nos faz “um dos campos de mais intensa irradiação solar, em toda a Terra”, colocando-nos na injusta posição de ter “o dobro de calor para a metade da umidade” (Torres, 1990, p.8). Desse modo, para o autor, as terras do Brasil estão subordinadas, “quanto à conservação das condições naturais de habitabilidade, sanidade e produtividade, à conservação e à fartura dos mananciais” (ibidem). Entretanto, nossos colonos e governos, não perceberam ou não se importaram com esse fato evidente, produzindo uma sistemática devastação das nossas florestas, o que alterou nosso clima e transformou parte de nosso território em terras pobres ou em vias de desertificação.

Por isso, o autor defende que o reflorestamento, a restauração das fontes naturais e a conservação e distribuição das águas são problemas fundamentais em nosso país, “mais importantes que o da viação comum, e muitíssimo mais que o das estradas de ferro” (ibidem, p.12). Porém, ao contrário da Europa, onde a experiência estabeleceu “os costumes do reflorestamento e da conservação das matas, severamente policiados, e regulou-se o corte das

madeiras”, no Brasil, “onde as matas exercem tão vital função, não só nenhum esforço se faz por conservá-las, mas propagam, ao contrário, os governos a necessidade de incrementar a expansão econômica do país, para realizar a obra, tão ilusória, de ‘engrandecimento’” (ibidem, p.11). E quando alguns protestam, elaboram-se textos de legislação florestal ordinária, “dificílimos de aplicar (...) na anarquia social reinante e na dissolução legal do país” (ibidem, p.11-12). Torres se diz ainda assombrado com a ilusão dos homens de ciência, no Brasil e no estrangeiro, que, apesar das imensas alterações que têm marcado o clima e o solo no mundo, com trágicas conseqüências, continuam a propagar a quase eternidade dos tesouros do nosso planeta (ibidem, p.6). É a mesma ciência, não por acaso, que alia essa cândida confiança à propagação das idéias militantes da política expansivista (ibidem).

Para Torres, a baixa produtividade de nossas terras agrava um outro problema sério do nosso país: a problema da alimentação, da produção para o consumo interno, estampado na face miserável de nossa população. Não se trata de um problema agrônômico, higiênico ou econômico, mas do problema primário de um povo, vital, físico (ibidem, p.13). Temos que resolver dois problemas práticos ligados à alimentação popular: o dos gêneros próprios para nosso meio, para a natureza do trabalho e para a vida social, nas diversas classes, e o da sua cultura (ibidem, p.14). Entretanto, enquanto a seca e a fome já são realidade na Amazônia, devido à crise da borracha, no Rio de Janeiro as classes poderosas “empenham-se por arrastar o governo à política de novas aventuras econômicas, vivem quase todos numa agitação superficial de luxos materiais, intelectuais e morais”, propagam escritores e tribunos requintadas idéias de um brilho de joalheria, e “dirigentes agitam esta população de espírito entorpecido para a realidade, nos transportes de ilusões míticas, de paixões impulsivas, desmedidas, e de estéreis ambições” (ibidem, p.14).

Na opinião de Torres, essa inépcia, que entregou nosso território à colonização depredatória, vem desde os tempos da Coroa portuguesa, sendo mantida no Império e na

República (ibidem, p.16). Tudo isso resultou na feição colonial da exploração do país, caracterizada “pela indefesa subordinação dos produtores a exportadores e capitalistas estrangeiros, pela avidez e inconsciência das derrubadas, pela preferência, no trabalho, ao colono estrangeiro” (ibidem, p.17). Trata-se, aqui, da defesa do trabalhador nacional, outro ponto freqüente do pensamento de Torres. Novamente, terra e gente, de modo que:

Eis, por fim, a obra sagrada da nossa geração: restaurar as fontes da vida, no corpo do país, e as fontes da vida, no corpo e no espírito de seus habitantes; aquelas, pelo clima e, sobretudo, pela água; e esta, pelo trabalho (ibidem, p.19).

Alberto Torres: referência para os cientistas envolvidos com a conservação da natureza

Como mencionamos, a obra de Torres foi lida e apropriada pelos mais diversos pensadores, nas décadas que se seguiram a sua morte. E a temática da proteção à natureza também não escaparia aos seus leitores, sobretudo nas décadas de 1930 e 1940, quando se articulam os primeiros movimentos voltados especificamente para questões relacionadas à conservação ambiental no país (Dean, 2000, p.274-278). Segundo Franco (2000), é possível perceber, entre os anos de 1920 e 1940, a formação de um grupo relativamente coeso de cientistas envolvidos com ações relativas à proteção à natureza no Brasil, responsáveis entre outras coisas pela organização da Primeira Conferência de Proteção à Natureza, realizada em 1934. Em torno desses cientistas são formadas várias associações, presentes em diversos cantos do país, como a Sociedade dos Amigos das Árvores, a Sociedade dos Amigos da Flora Brasileira e SAAT, que empreendem iniciativas diversas em relação à proteção da natureza. São desse período também as primeiras iniciativas governamentais nesse sentido – como a decretação de uma série leis e a criação dos primeiros parques nacionais – influenciadas, em grande parte, pelas discussões, iniciativas e pressões desses cientistas e associações.

E uma grande parte das pessoas envolvidas com a conservação ambiental nessa época reivindicará a importância da obra de Torres, valorizando-a não apenas por sua abordagem da questão ambiental, mas também pela relação que estabelece entre esta e a “questão nacional”.

De acordo com Franco (2000, p.11), entre os cientistas e técnicos do período, Torres surgiu como um autor fundamental, um mentor político-intelectual, “na medida em que relacionava propostas políticas de reforma do Estado e da sociedade com a defesa da necessidade de se conservar os recursos naturais”. Segundo esse autor (ibidem, p.29), para a geração de protetores da natureza atuante nas décadas de 1930-1940, as idéias de Alberto Torres se tornaram um programa de ação, “sobretudo porque o seu pensamento permitia equacionar as preocupações com o mundo natural com o projeto de nação em voga na época”.

É o caso de Alberto Sampaio, botânico do Museu Nacional e um dos pioneiros nos trabalhos de proteção à natureza, que cita constantemente Torres em suas obras. Para Sampaio (1935, p.8 e p.29), Torres não apenas figura entre os nomes ilustres do quadro de honra da proteção à natureza no Brasil, como possui “o mérito especial do corpo da doutrina”, expresso em seus livros, obras “clássicas e fundamentais para a disciplina de que me occupo”. Segundo Roquette-Pinto, o livro de Sampaio, *Byogeografia Dynamica*, foi “escrito sob a inspiração de Alberto Torres” e, vindo de um grande discípulo, “serve aos ideais do Mestre” (ibidem, p.6).

Essa valorização pode se percebida também na obra de Wanderbilt Duarte de Barros, cujo livro *Parques Nacionais no Brasil*, escrito em 1946 e considerado “a primeira obra claramente voltada para a discussão da conservação da natureza no Brasil” foi escrito em memória de Torres (Urban, 1998, p.84 e p.172). Para Urban (1998, p.84), a admiração por Alberto Torres fez parte da bagagem de Barros e “portanto, da origem do movimento conservacionista brasileiro”. Em 1969, Barros declararia que o livro *As fontes da vida no Brasil* foi “o primeiro grande esforço de um pensador político brasileiro a respeito da necessidade de ordenar e disciplinar o aproveitamento das fontes de vida do país”¹⁰⁰. O próprio livro de Teresa Urban, *Relembrando a História da Conservação da Natureza no*

¹⁰⁰ Carta de Wanderbilt Duarte de Barros a Edgar Teixeira Leite, em 12/12/1969. Coleção Teixeira Leite, Museu da República / RJ.

Brasil, ao procurar fazer uma breve retrospectiva da história da conservação da natureza no Brasil, inclui a obra de Torres, que é antecedido por André Rebouças e por José Bonifácio.

Em 1974, Edgar Teixeira Leite, ex-político e dirigente de diversas associações e instituições públicas e privadas de agricultura, um dos fundadores da *Sociedade dos Amigos de Alberto Torres*, publicou um artigo intitulado “Alberto Torres – Ecologista”. Neste, após uma apresentação dos então modernos conceitos relacionados à nova ciência ecológica, afirma que “era como ecologista que Alberto Torres raciocinava”, contemplando, “com antecedência de meio século, as conclusões dos mais modernos Congressos de Conservação (...) do Meio Ambiente” (Leite, 1974, p.11-16). Dessa forma, para Leite (1974, p.16), Torres confirmaria o dito de que “os grandes homens são contemporâneos do futuro”.

E sinal de uma recente revalorização de Torres pela via da conservação da natureza foi a publicação, afinal, da segunda edição de *As fontes da vida no Brasil*, em 1990¹⁰¹. O trabalho foi publicado pela Fundação Getúlio Vargas, para a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN), “em apoio à campanha contra a poluição”. A FBCN – que era então presidida por Wanderbilt Duarte de Barros – explica, no início do livro, que este inaugurava a série *Raízes da Conservação da Natureza no Brasil*, que acolheria, “do ponto de vista histórico, o que se tem escrito sobre o estado da natureza no Brasil e do Brasil” (*In Torres*, 1990, p.V). Marcos Almir Madeira, sociólogo e escritor fluminense assina o prefácio, onde saúda o relançamento do livro que

ostenta uma atualidade que vem a ser excitante – uma excitação de utilidade pública ... Livro estimulante, ideário da esperança, livro verde, do mais puro sabor ecológico. Um punhado de página embebidas no óleo da terra; páginas sérias e sábias. Livro de Alberto Torres (*In Torres*, 1990, p.XIII).

Entretanto, é interessante observar que a atualidade sobre a qual fala Marcos Almir Madeira não se refere propriamente ao conteúdo “ecológico” do texto. Afinal, nas sete

¹⁰¹ Em 12/12/1969, Wanderbilt Duarte de Barros, já presidente da FBCN, declarava em carta a Edgar Teixeira Leite, esperar contar com a ajuda de pessoas para reimprimir *As fontes da vida no Brasil*. Seria “a melhor oportunidade para o lançamento da campanha de conservação dos recursos naturais, essa, a de republicarmos o opúsculo de Alberto Torres”. Coleção Teixeira Leite, Museu da República / RJ.

páginas do prefácio, Madeira não aborda, em nenhum momento, o tema da conservação da natureza no Brasil. Seu foco está no que chama de “nacionalismo operativo, desligado das conotações do idealismo apenas contemplativo” (ibidem, p.VIII). Recordando a condenação da cópia sistemática de instituições e técnicas alienígenas que fizeram Torres e outros explicadores nacionalistas do Brasil, afirma que “Nada mais atual nem social e politicamente mais válido que o empenho em coibir a ‘alienação’ cultural e a invasão econômica por forças em presença, ou ‘ocultas’” (ibidem, p.VIII). Madeira alerta então para “certos grupos políticos e empresariais dessa nossa triste atualidade” que, dizendo-se empenhados na modernização do país, receitam “um tipo de Estado anterior à Guerra Mundial de 1914 – aquele Estado abstencionista, fruto amargo do individualismo” (ibidem, p.XII). Estado esse que, no Brasil, fora corrigido, em sua opinião, pela Constituição de 1934, que “supriu ou retificou as demasias do individualismo originário da primeira Carta republicana de 1891, quando ao Estado eram vedadas ações de planejamento e coordenação da economia e da produção, tanto quanto de uma política florestal, hidrográfica, energética” (ibidem). Assim, se a obra de Torres foi um libelo contra o imperialismo e os excessos do liberalismo, sua reedição no fim do século XX é vista por Madeira como um instrumento de oposição ao neoliberalismo e um chamado a um outro tipo de Estado, forte, nacionalista e interventor. Afinal, destaca o autor, Alberto Torres, ao pregar “a autogestão de nossos bens hidrominerais e terrestres, convergia para um modelo de administração pública que não se traduzia no Estado expectador ou passivo, mas para o Estado ativo”, zelador natural do bem comum (ibidem, p.XII).

É justamente como representante desse Estado “justo”, forte e nacionalista, que Madeira vê o livro de Torres, um “atualíssimo estudo” que não apenas coopera com a FBCN na luta pelo resguardo da nossa natureza como “propicia ao Brasil letrado de hoje, notadamente aos centros de direção política e administrativa, novas e oportunidades de meditação e decisão” (ibidem, p.VII). Portanto, em Madeira, como em Torres, as políticas de

conservação da natureza no Brasil não estão separadas de um projeto de nação, de um modelo de Estado e, sobretudo, de um contexto histórico, social, cultural, econômico e político. Finalmente, é interessante notar que o modelo de Estado preconizado por Madeira, embora próximo, não é o mesmo que o proposto por Alberto Torres. Além das óbvias diferenças relacionadas ao contexto histórico particular a que cada um se refere, e no qual idealizam seus projetos, Madeira nos convida a saudar “o outro Estado, moderno e cristão, que não vê apenas o cidadão perante a lei, mas a criatura humana dentro da vida”. Tal afirmação nos leva a incluí-lo na tradição de pensadores nacionalistas católicos, da qual Torres, notadamente não religioso, se diferencia.

Alberto Torres: ambientalista?

A reverência a Alberto Torres pelos cientistas e intelectuais envolvidos com as primeiras iniciativas efetivas de proteção ambiental no país, assim como sua inclusão na história do pensamento ambiental brasileiro, faz com que uma questão venha à tona: teria sido Torres um de nossos primeiros ambientalistas? Ou pelo menos um precursor de nosso ambientalismo? Para responder a essa pergunta, consideramos importante abordar uma reflexão que têm sido feita na História Ambiental.

A História Ambiental é um campo de conhecimento relativamente recente, surgido na década de 1970 e fruto de dois movimentos paralelos: de um lado, a abertura da historiografia a novos objetos, fontes, abordagens e metodologias, reatando e se abrindo a novos diálogos interdisciplinares, enquanto resgatava, ao mesmo tempo, antigas aspirações e ferramentas, do tempo de Bloch e Febvre. De outro lado, a idéia de uma História Ambiental surgiu em meio ao crescimento dos movimentos ambientalistas em vários países e das conferências sobre a crise global do meio-ambiente (Woster, 1991, p.198-200). Segundo Woster (ibidem), ela nasceu de um esforço reformista, que pretendia tornar a História mais inclusiva, incluindo a

natureza como um agente e uma presença na história. Assim, para esse autor, embora tenha nascido em meio à efervescência do ambientalismo, portando um objetivo moral e fortes compromissos políticos, a História Ambiental amadureceu e se transformou “num empreendimento acadêmico que não tinha uma simples ou única agenda moral ou política”. Seu objetivo se tornou entender como os seres humanos foram, ao longo dos tempos, afetados pelo ambiente natural e como eles afetaram esse ambiente e com que resultados (ibidem).

Duarte (2005, p.147-148) mostra que os estudos sobre História Ambiental feitos no Brasil têm enfrentado algumas questões epistemológicas. Entre eles, está a tradicional tendência histórica à busca de origens, não apenas da devastação, construindo uma história linear e seqüencial de destruições, mas também da consciência ecológica, do pensamento ecológico atual e das políticas ambientais contemporâneas (ibidem, p.152-154). Dessa forma, “são interpretadas como etapas, ainda que limitadas e mesmo frustradas, de um processo que só o presente tornou visível, surgindo como tentativas embrionárias de implantação de uma política ambiental adequada” (ibidem). Como exemplo, a autora cita a recorrente atribuição de um sentido preservacionista às leis portuguesas de 1605 e 1797 de controle da exploração do pau-brasil, restrições que não continham o sentido de uma regulamentação ambiental. O objetivo era apenas reservar os benefícios do comércio da madeira à Coroa e seus concessionários. Acreditamos que muitas vezes também são vistos dessa maneira, interpretados através de uma perspectiva preservacionista, os trabalhos de pensadores que refletiram sobre a natureza brasileira, alertando sobre sua devastação e demandando leis que a coibissem, como José Bonifácio e Alberto Torres. Entretanto, como lembra Duarte (2005, p.144 e p.152), embora o historiador contemporâneo saiba da impossibilidade de interpretações que suprimam a particularidade do lugar de onde ele fala e do domínio no qual ele realiza sua investigação, “o historiador não pode deformar o passado pela projeção de suas próprias categorias”.

É a partir dessas reflexões que voltamos então a nossa pergunta, se Alberto Torres seria ou não um ambientalista. Como vimos, tanto em *As fontes da vida no Brasil*, como em outros textos, Torres fala da natureza brasileira e sua cruel devastação, em meio a inúmeros outros temas, como imperialismo, raça, elite, governo, ciência, trabalho, povo, e muito mais. E esses temas não estão isolados, mas fazem parte de um conjunto, têm uma coerência, uma ligação dentro do pensamento de Alberto Torres. Fazem parte de sua leitura da nação e, mais ainda, do projeto que idealizara para a nação. Na realidade, não há muita diferença entre esse trabalho e os outros ensaios de Torres, presentes em seus outros livros. Também neles é sempre no meio de sua argumentação, e da temática da nação brasileira, que a questão da natureza aparece. E é assim, acreditamos, que sua abordagem da natureza deve ser percebida, atrelada às idéias do autor, conectadas a um certo contexto histórico, social, cultural, econômico e político. No caso de Torres, esse contexto é muito diferente daquele que marcou a emergência do moderno ambientalismo, na década de 1970. Foi marcado, entre outras coisas, pela centralidade absoluta da chamada questão nacional, que levou os intelectuais e cientistas brasileiros das primeiras décadas do século XX a entregaram-se à tarefa de pensar a nação. E foi cumprindo essa tarefa, que Torres refletiu sobre a natureza do Brasil:

Hoje, as crises da natureza confundem-se com os da dissolução social e econômica e com as da anarquia política, e, por fim, com as do intercâmbio mundial, para se conspirarem contra a Nação e, dentro desta, contra as classes que suportam (...) os percalços da pobreza (...). (Torres, 1990, p.18).

Portanto, não consideramos que a palavra ambientalismo, termo muito utilizado contemporaneamente, ligado a um outro contexto e a outras preocupações, seja adequado para caracterizar o pensamento de Alberto Torres. Preferimos falar de uma tradição de pensadores brasileiros que refletiram sobre as relações entre o homem e o mundo natural, que pensaram e escreveram sobre a natureza brasileira, tradição na qual Torres está presente, assim como Caio Prado Júnior, Sérgio Buarque de Hollanda, Gilberto Freyre, e muito outros. Essa “tradição” parece ter se enfraquecido a partir da década de 1940, provavelmente vítima do

entusiasmo com o tema do desenvolvimentismo, só retornando nas últimas décadas, junto com as preocupações ambientalistas.

Falamos da geração de cientistas que, nos anos 1930 e 1940, articulou importantes realizações relativas à implementação de medidas efetivas de proteção à natureza no Brasil. Serão eles nossos primeiros ambientalistas? Devemos celebrá-los, ou condená-los por sua articulação com um governo autoritário? Acreditamos que estes homens, que se mobilizaram e que foram bem-sucedidos, têm sem dúvida um lugar garantido na história luta pela preservação ambiental no Brasil. Gostaríamos, contudo, de chamar atenção, também nesse caso, para a especificidade do contexto histórico, político e cultural na qual estão inseridos. Consideramos que é possível situar essa geração naquilo que Bomeny (2001, p.7) chama de construção do Estado de Bem-Estar no Brasil, associado à Era Vargas. Embora o termo Estado de Bem-Estar não seja o mais apropriado, em nossa opinião – já que este não foi propriamente implantado no Brasil, a começar pela negação dos direitos do cidadão, e muito mais – acreditamos que pode ser utilizado no sentido empregado por Bomeny (2001, p.7), relacionado ao processo de “montagem de um Estado nacional com vistas ao estabelecimento de políticas de proteção para esferas importantes da vida social – educação, saúde, cultura, artes e arquitetura, patrimônio, administração, etc”. Processo que “justificou a demanda por especialistas, envolveu intelectuais de várias áreas do saber e deu chance a homens ilustrados propositivos” (ibidem). Bomeny (2001, p.7-8) lembra que o governo de Vargas, com seu discurso modernizante, exerceu um grande apelo sobre os intelectuais das mais variadas vertentes, entre os quais muitos foram chamados a participar, e assim o fizeram. Para a autora (2001, p.8-9), é possível compreender essa adesão se voltarmos às décadas anteriores, acompanhando os reformadores da Escola Nova, os médicos sanitaristas e os intelectuais que reclamavam uma política de patrimônio nacional. Os três campos (educação, saúde e cultura) reivindicavam uma política nacional a ser implementada pelo governo federal. Estavam,

segundo Bomeny (2001, p.9), “à espera de um Estado que as resgatasse em benefício de todos, que as garantisse como patrimônio social”. Incluiríamos aí também, os cientistas que, desde o início do século, reclamavam uma política federal de conservação da natureza, que a considerasse como um patrimônio nacional.

Alberto Torres e o anti-darwinismo no Brasil

Acreditamos que outro fator que contribuiu para que Torres se tornasse referência para cientistas nesse período é o fato de que tanto em seu pensamento como dos cientistas envolvidos com a conservação da natureza nos anos 30, há uma forte e próxima relação entre homem e natureza, entre o mundo social e o mundo natural. Assim, estes não estão rigidamente separados, mas ao contrário, apresentam uma forte simbiose, uma relação de semelhança e harmonia entre eles. Daí a inclusão da visão da natureza como parte integrante da leitura/projeto da nação.

É preciso recordar que, como mostramos, desde a Geração de 1870, um “bando de idéias novas”, incluindo o positivismo, os vários evolucionismos e científicisms, passaram a fazer parte do cenário intelectual brasileiro. Como bem colocou Mota (2000, p.26), a ciência era vista como a chave mestra do universo, que permitiria conhecer todas as coisas e resolver todos os problemas - era a luta da luz contra a treva. Assim, as teorias científicas eram utilizadas não apenas por cientistas propriamente ditos, mas pelos intelectuais de modo em geral, dispostos a aplicar suas leis e instrumentos na investigação de nossa sociedade. Isso é particularmente patente no caso da teoria evolucionista, considerada por Silvia Romero a “expressão magna da inteligência humana”, “dádiva suprema de nosso século” (Mota, 2000, p.26). Essa teoria, ao fornecer uma explicação convincente para o mecanismo da evolução dos seres vivos, extrapolava os limites da biologia, e seus esquemas explicativos introduziram nas ciências naturais e sociais a noção de mudança constante, processo ao qual a natureza e a

humanidade estariam submetidos (ibidem). Segundo Mota (ibidem), processo/progresso, sinônimos naquele vocabulário, significavam uma confiança ilimitada na ciência e na infalibilidade do método científico¹⁰². E de acordo com Schwarcz (2001, p.29), o grande modelo de análise, a partir da teoria da evolução, será a biologia. Por isso, é tão comum ver os intelectuais brasileiros do final do século XIX e do início do século XX citarem Spencer, Darwin, Lamarck, Weissman, De Vries, Haeckel, Le Bon, Agassiz, Ratzel, entre outros. Esses autores são utilizados não apenas para discutir a questão racial (embora este debate seja muito presente), mas para analisar nossa sociedade de modo em geral.

Alberto Torres não é uma exceção. Em sua obra, vários desses teóricos são citados. Além disso, como vimos, há, no pensamento de Torres, um forte paralelo entre o mundo natural e o mundo social. Afinal, para esse autor (Torres, 1982b, p.130), “A lei que preside ao desenvolvimento e à sorte do vegetal, dirige também o destino da atividade humana”. Portanto, os dois mundos são regidos pelas mesmas leis, pelos mesmos princípios, dentro da concepção orgânica da realidade. E, se como vimos, o mundo social de Torres é – ou melhor, deve ser – naturalmente harmônico, equilibrado, funcional, integrado e interligado, o mesmo se aplica ao mundo natural. Mundos onde há evolução (aqui tanto no sentido de mudança como também de aperfeiçoamento), mas sempre de modo extremamente equilibrado, estável, mantendo a *conservação*. Como foi apontado no capítulo inicial, a conservação é um princípio fundamental para Alberto Torres.

Elementos conservadores e classes conservadoras de uma sociedade são os que representam, na sucessão dos movimentos que a vão transformando, que a vão adaptando a novas condições, que a vão fazendo progredir, os interesses estáveis, as forças permanentes, consolidados pela arregimentação gradual da sociedade em torno da sua força aglutinadora, da sua organização, das suas tradições, dos movimentos vibratórios de sua energia (Torres, Conservadores e conservantismo, *A Tribuna*, 18/02/1916, *apud* Marson, 1979, p.138).

¹⁰² Evolucionismo significa, estritamente, mudança, a não fixidez das espécies. Para Gould (1999), era esse sentido, não teleológico, que o termo possuía em Darwin, onde a evolução estava relacionada ao acaso e não apontava para nenhuma direção pré-determinada. Portanto, segundo Gould (1999), em Darwin, evolução não significava progresso, aperfeiçoamento. Contudo, há vários evolucionismos, representando correntes diversas. E mesmo vários darwinismos, expressando leituras diversas de Darwin. No evolucionismo de Spencer, por exemplo, progresso é uma noção fundamental. Para mais informações, ver Gould (1999) e Mayr (2003 e 2005).

Essa visão de mundo (natural e social) orgânico, equilibrado e harmônico era compartilhada pela maioria dos cientistas brasileiros dos anos 20 e 30. Estes eram, em sua maioria, evolucionistas, mas não darwinistas. Ou seja, acreditavam que as espécies não eram fixas, que sofriam evolução, ou seja, mudança. Porém, não consideravam que o mecanismo básico da evolução fosse a seleção natural. A maioria era neo-lamarckista e sublinhava principalmente a importância da adaptação, crendo ainda na transmissão dos caracteres adquiridos¹⁰³. Tal crença não significava “atraso” da ciência brasileira, sendo comum na maior parte dos meios científicos mundiais do período¹⁰⁴.

Essa não aceitação do mecanismo da seleção natural nos meios científicos brasileiros está diretamente relacionada àquela visão organicista, de uma natureza e uma sociedade harmônicas, equilibradas, funcionais. A seleção natural significa luta pela vida, pela sobrevivência. O mundo darwinista não é harmônico, equilibrado, mas sim um mundo de luta constante, de conflitos, de disputas. E de individualismo. Afinal, na visão de Darwin, é o indivíduo é o principal agente evolutivo (Gould, 1999, p.267). Segundo Gould (1999, p.93), “a teoria de Darwin não aceita princípios mais altos do que a busca individual em favor de interesses próprios – ou seja, a representação de seus próprios genes nas gerações futuras”.

Esse autor retratou bem este tenso e “árido” cenário darwinista:

A seleção natural determina que os organismos ajam em interesse próprio. Eles nada conhecem acerca de conceitos abstratos, tais como o “bem da espécie”. Eles “lutam” continuamente para aumentar a representatividade de seus genes, às custas de seus companheiros. E isso, apesar de toda a aridez, é tudo o que existe; não descobrimos nenhum princípio superior na natureza. A vantagem individual, diz Darwin, é o único critério de sucesso na natureza. A harmonia da vida não vai além disso. O equilíbrio da natureza vem da interação entre grupos que competem, cada um tentando obter o prêmio para si, e não da partilha cooperativa de recursos limitados (Gould, 1999, p.260).

¹⁰³ Ver Stepan (2005), Duarte (2005) e Sá... [et al.] 2003.

¹⁰⁴ De acordo com Mayr (2003), o darwinismo incluía vários pontos centrais, tendo ocorrido uma adoção seletiva destes. É por isso que podemos falar em vários darwinismos. Segundo Gould (1999, p.267), no final do século XIX houve até mesmo um debate sobre quem teria o direito de usar o título de “darwinista”. Para esse autor (ibidem), a “visão de Darwin era pluralista e acomodadora – a única posição razoável diante de um mundo complexo”. Entre estes pontos, o mais polêmico, e que mais demorou a ser aceito, foi a seleção natural como principal mecanismo evolutivo.

Desse modo, no mundo darwiniano não há harmonia, cooperação, integração, mas apenas indivíduos lutando entre si, no máximo entre grupos¹⁰⁵. Há uma clara associação, uma forte sintonia entre esse cenário e o liberalismo, que já foi notada por vários autores. Para Gould (1999, p.94), de certo modo “Darwin enxertou Adam Smith na natureza para formar sua teoria da seleção natural”. Segundo Adam Smith, a economia ideal podia parecer ordenada e bem harmoniosa, “mas surgiria ‘naturalmente’ do intercâmbio de indivíduos que não seguem outra trilha senão a busca de seus próprios e melhores interesses” (Gould, 1999, p.93). Era a “mão invisível” do mercado, a política desenfreada do laissez-faire, que pregava a não intervenção do Estado ou de qualquer outra instituição na economia e na sociedade.

Ora, como vimos, o liberalismo estava em crise, e a nota predominante nos meios políticos e intelectuais brasileiros dos anos 20 e 30 era o anti-liberalismo. Assim, a rejeição ao darwinismo no Brasil – sobretudo à teoria da seleção natural – pode ser associada diretamente com a rejeição ao liberalismo que aqui predominava. E com a predominância de uma visão política organicista, tanto nos meios políticos quanto intelectuais – e aí, entre os intelectuais estão incluídos os cientistas. Como já frisamos muitas vezes, esses cientistas também tinham um engajamento político – mesmo que quase sempre não formal –, e estavam pensando a nação. Essa relação entre rejeição ao darwinismo no Brasil com anti-liberalismo foi notada por Duarte (2005), para quem:

A rejeição da luta entre as espécies, idéia-chave na teoria da seleção natural, revestiu-se de um sentido estratégico (...) na sociedade brasileira das primeiras décadas do século XX (...). As perspectivas abertas por uma interpretação mendeliana da evolução por macromutações, ou de uma leitura neolamarquiana da evolução por adaptação, dispensavam a concepção incômoda de uma luta constante e inevitável (...) proposta por Darwin. Idealizava-se uma sociedade harmônica, sem conflitos, numa evolução pacífica e ordenada, projeto que ganharia novas tonalidades no pós-trinta e na era Vargas (Duarte, 2005, p.38).

¹⁰⁵ Todavia, por mais paradoxal que possa parecer, na década de 1960 foi desenvolvida a teoria da “seleção afim”, que prova que um ato “altruísta” pode convergir com a seleção natural, sendo portanto “egoísta” no sentido darwiniano (Gould, 1999, p.260). Isso acontece, por exemplo, quando um indivíduo se “sacrifica” por seus parentes, na medida em que estes garantirão uma reprodução maior dos genes desse grupo do que se esse “sacrifício” não tivesse sido realizado. Para mais informações, ver Gould (1999).

Trata-se, portanto, de uma visão política organicista, centrada na defesa de uma sociedade harmônica, integrada, negando-se espaço para o conflito, a luta. Uma concepção fortemente presente em Alberto Torres, o que nos ajuda a entender porque ele foi reverenciado por esses intelectuais e cientistas. É interessante observar que o próprio Torres afirma, em certa passagem, que Darwin “exagerou” o fator luta pela vida em sua teoria, tendo depois o atenuado.

Exagerando o fator luta pela vida na seleção natural, o grande filósofo naturalista atenuara a eficiência desse fator, na seleção social, e (...) admitira a transmissão hereditária dos caracteres adquiridos pelo indivíduo (...) (Torres, 1982a, p.60-61).

Ao invés de Darwin, a grande referência de Torres parece ser o evolucionista Haeckel, muitas vezes citado por ele. Segundo Roquette-Pinto (1941, p.175), a influência de Haeckel

sobre os homens mais cultos do fim da Monarquia e do começo da República foi extraordinária. Na sala de trabalho de Alberto Torres havia um retrato d'ele. Igual influência, ou maior, naquelles tempos – só a de Comte, como todos sabem.

O alemão Ernest Haeckel foi o grande divulgador da teoria evolucionista na Alemanha (Gould, 1999 e 2002). Tornou-se famoso por sua teoria da recapitulação, segundo a qual a ontogenia (o desenvolvimento do embrião) repetia a filogenia (o desenvolvimento da espécie) – tese invalidada nos meios científicos anos mais tarde –, sendo muito conhecido hoje por ter cunhado o termo “ecologia”. Como outros cientistas alemães, Haeckel foi muito influenciado pelo idealismo e pelo romantismo alemão, acreditando em um mundo orgânico que caminhava rumo à perfeição. Embora fosse fervoroso evolucionista e darwinista, não adotava a seleção natural, enfatizando a ação direta do meio na evolução dos organismos. Sem dúvida, um evolucionista muito mais condizente com a visão política organicista de Alberto Torres e da maior parte dos cientistas e intelectuais brasileiros dos anos 20 e 30.

4.4 Outras leituras de Torres: década de 1950 e o ISEB

Como vimos, a década de 1930 foi marcada pela ascensão do pensamento conservador e autoritário, assim como de governos também autoritários. O contexto do Pós-Segunda

Guerra altera radicalmente esse cenário, dando lugar a novas palavras de ordem, como *democracia e liberdade*. Todavia, a apropriação da obra de Alberto Torres feita pelos integralistas e por pensadores autoritários nos anos 30 fará com que, nas décadas posteriores, o pensamento do autor seja freqüentemente associado a essas correntes. Com isso, as visões até então apologéticas e recheadas de elogios sobre Torres darão lugar a imagens fortemente críticas e negativas do autor. Contudo, isso não impedirá que surjam novas e positivas leituras de sua obra. Desse modo, de acordo com Iglésias (1982), na década de 1950 registra-se ainda um novo entusiasmo por Alberto Torres, no quadro do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Criado em 1955, no governo de Café Filho, pelo então ministro da Educação do Cândido Mota Filho – o já citado autor do livro *Alberto Torres e o thema de nossa geração*, que participou ainda da SAAT – esse instituto lembraria, segundo Iglésias (1982, p.27) uma antiga idéia de Torres, expressa em seu projeto de revisão constitucional: “Será criado um estabelecimento denominado ‘Instituto de Estudo dos Problemas Nacionais’ para fazer o estudo dos problemas práticos da terra e da nacionalidade brasileira, de seus habitantes e de sua sociedade”. Esse Instituto contaria com quatro seções, sendo uma delas uma “Faculdade de Altos Estudos Sociais Políticos para a formação das classes dirigentes e governantes”. Para Lima Sobrinho (1968, p.516-517), Motta Filho se inspirou claramente na obra do Mestre ao criar o ISEB. Segundo Iglesias (1982, p.27), na prática o objetivo do ISEB foi ‘ideologia do desenvolvimento’, para “base do governo e orientação do capitalismo na fase de incremento industrial, como se daria no governo JK, quando o órgão atinge sua máxima importância”. É interessante observar o claro contraste entre o objetivo de “incremento industrial” do referido instituto e o pensamento notadamente ruralista de Torres. E, dentre os pesquisadores do ISEB, Torres foi recuperado principalmente por Guerreiro Ramos, que, em *Introdução Crítica à sociologia brasileira*, de 1957, destacaria a importância

do autor, sobretudo na denúncia do caráter abstrato da cultura brasileira e, reconhecendo-lhe os erros, concluía ser Torres um vulto proeminente da nossa sociologia (Iglesias, 1982, p.15).

4.5 Década de 1960: o nacionalismo e a redescoberta de Alberto Torres

O pensamento de Alberto Torres voltará a ser alvo de atenção durante a década de 1960, sendo relido e apropriado por autores nacionalistas que se opunham aos governos militares e procuravam denunciar o “entreguismo” destes – estariam “entregando” o Brasil ao capital e à dominação estrangeira. Dentro dessa corrente – chamada por alguns de “Nova Esquerda”, composta de correntes nacionalistas de tendência esquerdista que incluiriam entre seus modelos Getúlio Vargas (Martins, 1978a) – encontrava-se o jornalista, político e escritor pernambucano Barbosa Lima Sobrinho, que se tornou famoso, entre outras coisas, justamente por suas teses nacionalistas e sua oposição ao regime militar. Convidado para ser o orador da solenidade de comemoração do centenário de nascimento de Alberto Torres, promovida pelo IHGB em 1965, Barbosa Lima Sobrinho acabou travando um contanto mais íntimo com a obra de Torres, que já conhecia de forma irregular, desde a época em que integrara a lista dos fundadores da SAAT (Lima Sobrinho, 1968, p.1). E, “da conferência ao livro foi, apenas, questão de tempo”, publicando em 1968 a biografia *Presença de Alberto Torres (sua vida e pensamento)*, pela combativa editora Civilização Brasileira (ibidem).

Se, como sabemos, todo documento tem uma intenção, e se, além disso, toda obra de história fala tanto sobre o passado quanto sobre seu presente, na obra de Barbosa Lima Sobrinho esta intenção está bastante clara, e diretamente relacionada ao contexto de então. Já na orelha do livro, assinada por José Honório Rodrigues, é possível ler:

Nesse livro, as idéias de Alberto Torres – um homem bravo, inconformado e dedicado ao Brasil – são examinadas por Barbosa Lima Sobrinho, outro homem bravo, inconformado e dedicado ao Brasil. A geração presente e futura, lendo este livro, não perderá a esperança de que a grande tarefa de organização do Brasil seja concebida e realizada sob a inspiração de seus homens bravos, mortos e vivos, sem concessões contrárias às necessidades do povo e aos interesses do Brasil.

Numa hora – aquela e a de hoje – em que se vê o robustecimento progressivo dos que representam interesses estranhos ao Brasil, este livro significa um repúdio da consciência nacional aos perigos do antinacionalismo e uma afirmação vigorosa e eloqüente a favor da mobilização nacional contra a entrega do País à expansão e ao desenvolvimento econômico dos grupos estrangeiros. A síntese reparadora do pensamento político de Alberto Torres é um serviço intelectual à história das idéias no Brasil e um instrumento legítimo, resoluto, de luta política, quando ela está praticamente cassada, ou reduzida aos que tutelam o Poder. É um protesto calmo e refletido, feito, sob a inspiração de Alberto Torres, por um escritor livre e independente, contra a tendência a acreditar que os interesses estrangeiros de grupos econômicos podem mais que os interesses do Brasil e de sua gente.

Assim, o livro constituía-se em “um instrumento legítimo, resoluto, de luta política”.

Nesse ponto, devemos nos lembrar que, como afirmou Chartier (1990, p.17) “as lutas de representação têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo se impõe, ou tenta impor, a sua concepção de mundo social, os valores que são os seus e o seu domínio”.

O próprio Barbosa Lima Sobrinho reconheceu essa intenção, em mais de uma ocasião. Em entrevista ao jornal *Folha de São Paulo*, em 26 de dezembro de 1996, comentaria que, na sua opinião o pior período para os brasileiros foi o regime militar, pois “esperava que o Exército defendesse os interesses fundamentais do Brasil. E, a começar por Castelo Branco, foi uma fase de entrega total ao estrangeiro”. Lima Sobrinho acreditava que “A entrega ao domínio privado, que nem sempre será brasileiro, é uma renúncia, uma capitulação, que não admito para o futuro do país”. E declara ainda que “Em 1968, no livro ‘Presença de Alberto Torres’, escrito para reagir contra o entreguismo dos militares, eu disse que, no Brasil, só havia dois partidos: o partido de Tiradentes, defendendo os interesses do Brasil, e o partido de Joaquim Silvério dos Reis, traíndo os interesses do Brasil”. No ano seguinte, o autor voltou a referir-se ao livro, em entrevista ao CPDOC, em 05 de setembro de 1997, quando afirma que:

Presença de Alberto Torres foi o livro com o qual respondi ao regime militar. Quando Castelo Branco tomou posse do poder e chamou para mentor das suas finanças Roberto Campos, achei que havia necessidade de procurar um verdadeiro nacionalista. Em um regime de censura, escrevi então a biografia de Alberto Torres.

De toda forma, sua intenção de utilizar a biografia de Alberto Torres para denunciar a abertura e “entrega” do país ao capital estrangeiro, não o impedirá de fazer um extenso

trabalho que é reconhecido por muitos como o mais completo e detalhado estudo sobre a vida do pensador. Utilizando documentos diversos (desde artigos de jornal até boletins das Faculdades por onde passou) e testemunhos (que incluíram a filha de Torres, D. Heloísa Alberto Torres), Barbosa Lima Sobrinho procura reconstituir toda a trajetória de Alberto Torres, desde seus familiares e a região onde nasceu, passando por seus estudos, detalhes de sua carreira política e vida pública, até a repercussão de sua morte e a valorização póstuma de seus escritos. Apesar do tom manifesto de admiração, a obra traz muitas contribuições, não apenas relacionadas à vida de Torres, mas também sobre a redescoberta de suas obras, nas décadas de 1920 e 1930. Afinal, Barbosa Lima Sobrinho faz aí mais do que um relato: faz um testemunho, dado que participou ativamente daqueles anos, como jornalista e político¹⁰⁶.

A biografia é marcada ainda por um tom manifesto de admiração, recheada de elogios tanto ao político como ao intelectual e pensador Alberto Torres. Há um culto aberto ao biografado, que acaba por fortalecer um mito antigo, de que Torres fora um “gênio” injustiçado, que se sacrificou por seu país mas foi incompreendido e pouco lido e valorizado em seu tempo. Imagem essa que acreditamos ter sido iniciada pelo próprio Torres, através de seus escritos, sendo então encampada e alimentada por seus discípulos e admiradores dos anos 20 e 30 e reafirmada, em 1968, por Lima Sobrinho. O esforço em enaltecer e em encontrar atualidade no pensamento de Torres faz com que Lima Sobrinho se aproprie e articule, muitas vezes, as idéias e a imagem de Torres. Como notou Marson (1979, p.35-36),

¹⁰⁶ Nascido em Recife em 1897, e bacharel em direito, Barbosa Lima Sobrinho já havia colaborado em diversos jornais pernambucanos quando se transferiu para o Rio de Janeiro, em 1921. Lá ingressou, nesse mesmo ano, no *Jornal do Brasil*, onde trabalhou como redator político e em seguida redator-chefe, até 1934, quando foi eleito deputado federal (1935-1937). Em 1937 foi eleito para a Academia Brasileira de Letras e em 1938 tornou-se presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool até 1946. Nessa fase é importante destacar ainda sua atuação como presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), entre 1926 e 1931, quando promoveu a pacificação e unificação da classe jornalista, até então dividida em três associações. Lima Sobrinho obteve também a escritura definitiva do terreno doado à ABI, lavrado em 1932 pelo interventor Pedro Ernesto. Posteriormente, Barbosa Lima Sobrinho foi novamente deputado federal (1946-48 e 1948-1951), e governador de Pernambuco entre 1948 e 1951. Em 1978 retornou a presidência da ABI, onde se destacou na crítica ao regime militar, permanecendo no cargo até sua morte, em 2000, aos 103 anos. Durante sua vida não abandonou nunca a atividade de jornalista, mantendo um artigo semanal no *Jornal do Brasil* durante mais de 50 anos. Além da biografia de Alberto Torres, publicou vários outros livros, dedicados sobretudo às suas teses nacionalistas. As informações foram retiradas de Callado (2000), Pereira (2000) e da entrevista concedida ao CPDOC (1997).

há todo um esforço de identificação entre o biógrafo e o biografado, de modo que, “Acima de tudo, Barbosa Lima assume a perspectiva de Torres, se necessário articulando e sistematizando etapas não inteiramente integradas nesse raciocínio, para redimir suas idéias das críticas e suspeitas”. O esforço mais evidente se refere às teses ruralistas de Torres, incluindo sua defesa da vocação agrícola do Brasil, tendo sonhado com uma nação composta basicamente de pequenos produtores. Lima Sobrinho, defensor de um modelo nacional desenvolvimentista no qual a indústria cumpre um papel fundamental, ameniza, historiciza e relativiza tais idéias agraristas, a fim de não se contraporem às suas. Também ameniza e justifica as idéias de Torres sobre a necessidade de um governo forte e centralizado – o que iria frontalmente contra a intenção declarada do livro, de fazer oposição ao regime militar. Assim como as idéias de “representação sócio-profissional, representação indireta, e suas decorrências, tão utilizadas pelos integralistas, e que, na defesa de Barbosa Lima, representaram uma apropriação parcial, indébita, descaracterizando a base liberal-democrática da construção jurídica-política do projeto de Alberto Torres” (Marson, 1979, p.36). Não há dúvidas que Torres foi apropriado e distorcido pelos integralistas. Mas também não há dúvidas de que defendeu idéias como a representação indireta e sócio-profissional, um Estado forte, centralizado, técnico e nacionalista – inclusive com a criação de um poder coordenador – , além de um modelo organicista, com uma nação harmônica e sem espaço para o conflito. Idéias que o fizeram ser considerado por autores como Bolívar Lamounier (1971), como um dos fundadores do pensamento autoritário no Brasil.

4.6 Anos 1970: Alberto Torres e José Nilo Tavares

Em 1979, Torres volta a receber elogios em um ensaio, publicado em forma de pequeno livro, intitulado *Autoritarismo e dependência: Oliveira Vianna e Alberto Torres*, escrito por José Nilo Tavares. Se na História é sempre importante observar o lugar de quem

fala, na História da Leitura tal cuidado se torna particularmente significativo, crucial. Nilo Tavares foi professor titular de Ciência Política da UFF (Universidade Federal Fluminense) e Professor Associado dessa disciplina na PUC-RJ. Ocupou ainda vários cargos na administração acadêmica, tendo sido diretor do CNPQ no governo de José Sarney. Suas posições políticas e ideológicas eram bem firmes e claras, tendo militado, desde jovem, em defesa do socialismo e dos direitos dos trabalhadores. Fez oposição à ditadura militar, defendendo o regime democrático, tendo por isso perdido a cadeira de Professor Adjunto da UFMG, cargo ao qual foi reintegrado depois da anistia política – tendo dele se aposentado logo em seguida. Exerceu paralelamente o ofício de jornalista, escrevendo centenas de artigos para jornais e revistas. Falecido em 1997, aos 61 anos, deixou vários trabalhos publicados, entre eles *Marx, o socialismo e o Brasil*, de 1983, pela Editora Civilização Brasileira.

O livro em questão foi editado pela coleção “Textos Paralelos”, da Editora Achiamé, em co-edição com o grupo *Socci* – Pesquisadores Associados em Ciências Sociais, fundando no Rio de Janeiro em 1977. Tal grupo – cujo nome significa *companheiros* em latim – lançou importantes publicações na área de ciências humanas no fim dos anos 70 e início dos anos 80, e tinha um objetivo político bem definido. Conforme sua apresentação na contra-capas do livro, reunia intelectuais diversos que objetivavam, “além do trabalho científico propriamente dito”, “a integração do saber com a comunidade a que deve servir, a busca de uma circulação mais ampla do pensamento crítico e transformador da sociedade”. Para tanto, além das publicações, promoviam seminários, cursos, conferências, para romper o “isolamento do trabalho científico em relação às camadas populares”. Possui ainda o compromisso com a “luta mais geral do povo brasileiro por uma democracia política estável e por uma sociedade mais justa e livre”. Trata-se, assim, de um grupo de intelectuais engajados politicamente, dispostos a levar conhecimento e reflexão à sociedade em geral, e às camadas populares em particular, a fim de

estimular a luta pela democracia, pela justiça social e pela transformação da realidade. Metas bastante condizentes com o período que se vivia então, anos de regime militar.

Condizentes também com o autor em questão, Nilo Tavares, democrata e militante socialista. Nilo Tavares foi também um intelectual “fiel à metodologia e teoria marxista”¹⁰⁷, e é a partir do instrumental marxista que elabora o livro. Logo no índice, fica claro seu conteúdo e objetivo: à Introdução, seguem-se os capítulos “Alberto Torres: Dependência”, “Descrição da Dependência”, e “Oliveira Viana: Autoritarismo”. Assim, e como se confirma ao longo do texto, o autoritarismo do livro cabe a Oliveira Viana, enquanto a questão da dependência é abordada a partir da crítica feita a esta por Alberto Torres. Na dedicatória, as intenções políticas do livro são confirmadas, e o autor o dedica a alguns amigos, “símbolos dos que tombaram na luta contra o autoritarismo e pela independência nacional”. O curioso é que Tavares evoca para tanto um autor tido como lutador anti-imperialista (e portanto tendo lutado pela independência nacional), mas que é tido também como autoritário. Novamente um autor tido por muitos como autoritário – e que apresenta traços indubitavelmente autoritários – aparece de forma extremamente elogiosa em um texto abertamente dedicado ao combate ao autoritarismo. Porém, ao longo do texto de Tavares o autoritarismo de Torres não é abordado, sendo destacados de seu pensamento principalmente seu anti-imperialismo, sua crítica aos grandes monopólios e capitalistas estrangeiros, assim como aos nossos governantes e ao abandono de nosso povo miserável.

Há uma clara dicotomia: Torres recebe uma investigação recheada de elogios, mesmo quando são abordadas suas “limitações analíticas e metodológicas”, enquanto seu discípulo mais famoso não é poupado das críticas a mais duras. Dessa forma, para o autor, Torres era talvez “um dos casos mais típicos de consciência e lucidez intelectual, no panorama intelectual latino-americano” (Tavares, 1979, p.10). E a intenção política do ensaio é reafirmada pela

¹⁰⁷ Figueiredo, Eurico de Lima. Nota introdutória ao artigo “A viabilidade da ciência política”, de José Nilo Tavares. http://www.achegas.net/numero/nove/jose_tavares_09.htm Acessado em 11/01/2007.

atualidade do pensamento de Torres, várias vezes apontada. Assim, segundo Tavares (ibidem), suas deficiências teóricas e metodológicas, como seu “organicismo, psicologismo e contraditório elitismo”, “não chegam a invalidar a objetividade de um pensamento que continua, a curto prazo, essencialmente atual, apesar de eventuais desmentidos históricos”. E “dessa atualidade dá prova a excelente exegese de Barbosa Lima Sobrinho, em poucos meses esgotada pelo público” (ibidem). Para Tavares (ibidem, p.23-24), permanece a convicção “da grandeza de Alberto Torres, da sua atualidade, e (por que não?) da imprescindibilidade da leitura de sua obra para aqueles que, no Brasil, preocupam-se com a sorte do seu povo e da sua pátria”. Grandeza que se deve principalmente ao fato de ter identificado algumas contradições fundamentais da sociedade brasileira (ibidem, p.24). Contradições que descreveu “com virilidade, estilo e altivez” e que “metamorfoseadas, envolvidas em novas constelações que, sem dúvida, a alteram, estão presentes, inteiras, no Brasil de hoje” (ibidem)¹⁰⁸.

Quanto às limitações de Torres, referem-se principalmente ao fato de não ter compreendido a importância central do elemento econômico no desenvolvimento da sociedade (ibidem, p.18-19). Para Tavares, o conhecimento de economia política de Torres, como todos os outros pensadores políticos de seu tempo, reduzia-se às obras de divulgação científica, levando a uma idealização da economia. Torres repudiava “a interpretação materialista da história, profligando Karl Marx” e considerando o socialismo como mero “refluxo das leis econômicas contra a interpretação do individualismo pela predominância do capital” (ibidem). Desse modo, Torres jamais situou com clareza “o papel das forças produtivas ou das relações sociais de produção”, e “tampouco percebeu a unidade inextricável que se estabelece entre formas materiais e culturais”. Tavares (ibidem, p.20-21, grifos no original) considera que essa “cegueira que impedia os nossos intelectuais da Primeira República de ver a essencialidade do econômico, universal, induz-nos a crer tratar-se no caso de um *limite determinista de*

¹⁰⁸ Não podemos deixar de questionar como as contradições descritas por Torres, estando “metamorfoseadas”, alteradas por novas constelações (tanto relativas à novas condições históricas como a uma diferente abordagem teórica e metodológica), podem estar presentes “inteiras” no Brasil de então.

consciência imposto pelas condições econômicas e sociais do Brasil na época”. Por isso, “seria anti-histórico pretender um nível de consciência impossível”. Não obstante essa afirmação da historicidade do pensamento de Torres, acreditamos que Tavares acaba por cobrar dele, assim como de Oliveira Vianna, um raciocínio típico da esquerda brasileira dos anos 70. Para ele, ambos atribuíram a reforma e a direção da nação às elites esclarecidas, não sendo capazes de elucidar “os conceitos de povo e liberdade e de perceber que somente o povo, enquanto objeto e sujeito (...) poderia realizar a sua liberdade (ibidem, p.12-13).

Para Tavares (1979, p.22), Torres não compreendeu “as rupturas irreversíveis da história brasileira, gerando e sendo gerado por novas camadas sociais”. Dessa forma, seu projeto de organização não correspondeu às “exigências das novas camadas sociais que, no anteguerra, já tem presença em nossa sociedade e (...) constituem o futuro, o novo”. Fechou-se, por isso, “para um Brasil social novo”. Quanto à Vianna, também foi incapaz de perceber “racional e historicamente a presença do nível econômico” (ibidem, p.45). Não há em sua obra “qualquer análise rigorosa de determinações econômicas”, nem “qualquer rigor no tratamento das classes sociais” (ibidem, p.46). E “como pode um pensador que se propõe a revirar analiticamente, a sociedade brasileira, deixar transparecer (...) tamanha insensibilidade para o estudo das classes e das camadas sociais?”. Tavares (ibidem, p.45) pergunta também se haveria mentalidade mais sonhadora que a de Vianna, “em pleno século da internacionalização da economia, da política e da sociedade (...). Não seria a sociedade brasileira da década de 20, uma estrutura dependente do capitalismo internacional?¹⁰⁹”.

Portanto, acreditamos que Tavares cobra de Torres e Vianna um tipo de pensamento muito próprio dos anos 70, estruturado a partir de conceitos como subdesenvolvimento e capitalismo dependente. Pensamento que remete aos estudos promovidos pela CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina) a partir da década de 1950, e que envolvem a

¹⁰⁹ Mas, seguindo esse raciocínio, não haveria mentalidade mais sonhadora do que a de Torres, que “em pleno século da internacionalização da economia, da política e da sociedade” idealizava para o Brasil uma sociedade essencialmente agrícola de pequenos produtores?

compreensão do subdesenvolvimento como um fenômeno típico do capitalismo em suas áreas periféricas, além da busca de caminhos e soluções específicos para estas regiões.

Não obstante, Torres, “embora preso a humanismo genérico e abstrato, possui uma intuição, excepcional aos homens do seu tempo, sobre a capacidade popular” – e nisso reside seu “traço grandiloqüente” ¹¹⁰(ibidem, p.34). É interessante perceber que apesar das críticas feitas a Torres, Tavares nunca deixa de elogiá-lo, de valorizá-lo. Afinal, para Tavares (ibidem), Torres esteve “a um passo de apoderar-se do conceito científico de classe social”. Assim, ele lamenta que Torres não tenha ido “às últimas conseqüências lógicas estabelecidas na sua ordem de idéias: ao invés de propor, como pressuposto inevitável de seu diagnóstico a organização do povo (...), levantará a tese de uma organização nacional, em bases jurídico-sociais” (ibidem, p.36). Mas será que essa seria a conseqüência lógica de seu pensamento? Não acreditamos. Torres afirmou diversas vezes sua aversão a qualquer tipo de revolução, e como o próprio Tavares notou, declarava que a direção da nação deveria caber a uma elite cientificamente ilustrada e nacionalista. Além disso, defendeu como elemento central de sua reforma um governo bastante forte e centralizado, que não desse espaço para os conflitos. Esses pontos são ignorados por Tavares. Em outro momento, Tavares relata que, de acordo com Torres, no Brasil (as citações de Torres estão entre aspas):

tem subsistido entre o povo, o espectro do paternalismo: “o povo não tinha meios de prever o perigo; confiava, como era natural, nos que o governavam (...)”. Eis agora, diante da falência do governo, a necessidade de o povo realizar duas tarefas básicas (..) 1. “dissipar o equívoco da valoração dos governos, como autores ou fatores essenciais da nossa política, 2. “afastar-se do formalismo vazio, apreendendo a significação real de certa ordem de conceitos e fórmulas”, **acompanhando, enfim, e participando do governo** (ibidem, p.35, grifo nosso).

A conclusão final do trecho, de que Torres defenderia um maior acompanhamento e participação do povo no governo é, em nossa opinião, bastante questionável. Torres é tão

¹¹⁰ Para demonstrar tal fato, Tavares (1979, 34) afirma logo em seguida que Torres “percebera e afirmara claramente o papel do escravo na construção da sociedade brasileira”. Cita então o seguinte trecho do autor: “social e economicamente, a escravidão deu-nos, por longos, todo o esforço e toda a ordem que então possuímos, e fundou toda a produção material que ainda temos”. É curioso lembrar que essa passagem é costumeiramente lembrada para destacar o que seria um “elogio de Torres à escravidão”, sendo citada aqui, ao contrário, para provar a fé de Torres na capacidade popular.

paternalista quanto os governos e a maioria dos autores de seu tempo, e compartilhava a crença iluminista de que só uma elite ilustrada e comprometida poderia saber o que era melhor para a nação e seu povo. Não advoga uma maior participação do povo no governo, defendendo sim que este governo – paternalisticamente – prestasse mais atenção e cuidasse mais desse povo, que estaria “abandonado”. Quem reivindica uma maior participação popular é o próprio Tavares.

E enquanto o autoritarismo em Torres não é abordado, é apontado como central na obra de Vianna (ibidem, p.37). O autoritarismo e o conservadorismo de Vianna são intensamente destacados – é claro que isso não é difícil, Vianna é sem dúvida um pensador reconhecidamente conservador e autoritário. Mas Tavares dedica espaço significativo de seu texto para o exame de uma passagem particularmente autoritária de Vianna: o elogio que este faz ao domínio norte-americano no Haiti, colocando de um lado o Haiti de antes (livre e democrático porém marcado pela corrupção, miséria, desordem, pilhagem, caudilhismo, mandonismo, atraso, desordem), e o Haiti de depois (com um regime autoritário mas com um governo limpo e eficiente, garantindo ordem, organização, desenvolvimento econômico e social). Aliás, as críticas a Vianna são mordazes, e nada parece restar de seu pensamento:

Na verdade, pouco resta da ciência de Oliveira Vianna. A sua produção prolífica, dia a dia, é relegada à posição de material bibliográfico (...) ou, como ocorre igualmente em relação a Gilberto Freyre, à categoria de literatura fátua e pitoresca (...). Por outro lado, é patente a inatualidade tanto de suas teses como de suas idéias (Tavares, 1979, p.38).

Para Tavares (ibidem, p.10), o verbalismo e a subjetividade Oliveira Vianna apenas realçam a lucidez e objetividade de Torres. O maior exemplo eram os conceitos de raça e cultura, acertadamente colocados por Torres, e que receberiam tratamento irracional por Vianna. E isso, apesar dos dois terem sido contemporâneos, terem tido formação intelectual semelhante, vincularem-se à famílias de proprietários de terras e situarem-se nos parâmetros de uma formação política conservadora. Ambos pensaram questões vitais da sociedade brasileira (o que, junto com a coragem de debatê-las em público, é visto como mérito de

ambos, num dos poucos momentos de elogio a Vianna¹¹¹), sempre a partir de uma posição conservadora, agindo, mesmo em seu criticismo, de “dentro do sistema” (ibidem, p.12). Vianna é apontado como “incorrigível aristocrata”, o “discípulo desguiado” de Torres, e seu pensamento é um “túnel tortuoso e obscuro” (ibidem, p.58 e p. 60-61). Dessa forma, ao “racionalismo de Torres opor-se-á o irracionalismo de Oliveira Vianna”, e à “visão cosmopolita de Torres opõe-se, a visão provinciana de Vianna” (ibidem, p.40-41).

Tavares chama atenção também, de forma elogiosa, à crítica de Torres à exploração predatória de nossa natureza. Também a seu nacionalismo, patriotismo, pacifismo, sua denúncia do abandono e miséria de nosso povo, sua percepção do uso político da ciência. Mas o que recebe maior destaque são suas críticas ao imperialismo das grandes potências, à nossa subordinação passiva ao capital estrangeiro, e às nossas elites fúteis, mais preocupadas com lucros e juros do que com nosso povo e com nossos verdadeiros interesses e ideais. Enfim, a percepção e a crítica deste à nossa “dependência”. Para corroborar o argumento de que Torres foi um crítico feroz da dependência e subordinação de nosso país ao estrangeiro, assim como de nossos governos que colaboravam com essa absurda situação, Tavares cita vários trechos da obra de Torres, tais como: “recebemos, enfim, com agradecimento e reverência, todos os que se propõem a explorar fontes de riqueza”, “descem os governos a um verdadeiro estado de subalternidade, sob o temor do credor estrangeiro e a pressão do capitalista. (...) São escravos do interesse capitalista” (*apud* Tavares, 1979, p.28-29). Ou “os mais graves atentados da política internacional contemporânea têm, todos, origem na ambição incontida de capitalistas, sindicatos e bancos, que se não contentam com empregos de capital razoavelmente remunerados (...)” (ibidem, p.26). E “Nesta terra, assim saqueada, o comércio, o trabalho estrangeiro e o crédito de usura que possuímos drenam, em capital, para o estrangeiro, quase todo o produto dessa inconsciente e brutal destruição (...)” (ibidem, p.27). E ainda “nossa

¹¹¹ Em outro momento, reconhece que Vianna foi um excelente homem, e que teve “indiscutível valor histórico”, desempenhando um marcante papel na década de 20 (Tavares, 1979, p.38-39). O que, em nossa opinião, na prática, só aumenta a crítica à obra deste, já que apesar de tudo isso, nada resta dela.

progressiva e crescente desnacionalização; enquanto a fome, a miséria, a ignorância, a superstição, se não haviam mostrado como fenômenos comuns e extensos (...), a verdade flagrante da lenta vitória dos colonizadores e comerciantes estrangeiros (...), da quase inteira invasão do país por uma organização financeira (...): uma ocupação imperialista por escalada e assalto” (ibidem, p.29). E “a nossa terra é pobre para a sua gente” (ibidem, p.26). Ou “A luta entre o imperialismo financeiro e a liberdade econômica dos países fracos ...; a luta do capital contra o trabalho; a forma particular do problema social no Brasil (...) são elementos que se estão precipitando, na política mundial e no país” (ibidem, p.30).

Para Tavares (ibidem, p.26), nesses escritos, Torres “evidencia o seu entendimento da nova situação política e econômica internacional”, demonstrando “lúcida percepção do estrangulamento histórico originário do desenvolvimento de países como o Brasil”. E na escolha desses trechos escritos por Alberto Torres, fica bem claro, mais uma vez, a intenção política do ensaio, o porquê da tão anunciada “atualidade” deste pensador. Tavares é um crítico não apenas da ditadura militar, mas do sistema capitalista e as relações de exploração, dependência e subordinação que este estabelece entre países dominantes e dominados. Nesse ponto, contudo, acreditamos ser necessário fazer um porém. De fato, como já notamos no primeiro capítulo, na obra de Torres, sua crítica ao imperialismo faz com surja, em vários momentos, uma atitude de rejeição ao desenvolvimento do capitalismo, que é qualificado como atividade parasitária, especuladora, associado a individualismo, egoísmo, vícios e luxos fúteis, conquista e militarismo. Desse modo, para leitores mais entusiasmados, Torres pode aparecer como um crítico feroz do sistema capitalista e até mesmo um quase “marxista”. Também (assim como Tavares) citamos alguns trechos com esse “tom” no primeiro capítulo, e poderíamos citar outros. Contudo, como mostramos, Adalberto Marson (1979, p.139), insistiu no “conteúdo peculiar, de procedência liberal-clássica, de expressões tais como ‘capitalismo’ ou ‘país capitalista’” nos escritos de Alberto Torres. Assim, no conjunto dos

escritos de Torres, a indústria, o comércio, os bancos, a exportação, não são um mal, desde que operem sem excessos, respeitando o equilíbrio do organismo econômico, a satisfação de suas necessidades básicas. De acordo com Marson (ibidem), dentro do modelo organicista de Torres, há uma remuneração permitida e legítima do capital, que se ajusta às leis fundamentais que regem o funcionamento do organismo econômico. Portanto, como já dissemos, Alberto Torres não é contra o sistema capitalista e está apenas criticando seus abusos. Para Marson (1979, p.96), quando Torres utiliza o termo “capitalismo”, o restringe a certas “atitudes” ou “interesses”, omitindo o sistema. E nessa “omissão, resguarda o ‘sistema’ e a organização social’, concebidos enquanto uma ‘ordem natural’” (ibidem).

Dessa forma, acreditamos que Tavares faz uma leitura singular de Alberto Torres, marcada pelas condições políticas e sociais daquele momento em nosso país e pelo instrumental analítico do materialismo histórico, na forma em que este era utilizado então por parte significativa da esquerda brasileira. Uma leitura interessante, pois por um lado admira e elogia Alberto Torres (por seu nacionalismo, anti-imperialismo, sua abordagem da raça, suas críticas aos governos e aos excessos do capitalismo, sua denúncia de nosso povo miserável). De outro lado, cobra dele e de Oliveira Vianna, uma leitura da realidade que é a sua, parte do contexto no qual vive. É assim que afirma, em relação a Torres, que

Apenas uma teoria científica da sociedade que levasse em conta os seus elementos fundamentais, as conexões e as determinações, poderia encaminhar o pensador à percepção da nova problemática. (...) Torres foi, sem dúvida, um grande pensador, mas somente um pensador, ainda que eventualmente palmilhando atividades executivas, legislativas e judiciárias¹¹² (Tavares, 1979, p.23).

Que teoria científica seria esta senão o materialismo histórico esposado por Tavares?

Em outro momento afirma que os grandes ideais só

¹¹² É interessante perceber que, ao contrário do que grande parte dos admiradores de Torres advogava – assim como o próprio Torres –, para Tavares, o problema de Alberto Torres foi ter sido mais um pensador do que um homem de prática social e política. Sua pequena prática nessa área foi, aliás, para Tavares, um dos elementos que lhe possibilitou superar seus contemporâneos. Atribuimos tal inversão ao fato de, na época em que Tavares escreve, a política não ser vista mais como uma prática negativa (como se deu nos anos 20 e 30, tal como mostramos anteriormente). Ao contrário, escrevendo em um período no qual estava prática estava cassada – ou pelo menos amplamente restrita -, ela é vista como algo extremamente positivo.

podem ser realizados por intermédio da obra coletiva do nosso povo, com a interveniência de dirigentes políticos, por ele escolhidos e dele representantes, demissíveis *ad nutum*. Os interesses do povo são os interesses básicos, únicos (...) do Estado. Oliveira Vianna, por não captar essa verdade racional e empírica, como a maior parte dos nossos pensadores (...) e dos nossos governantes (...), jamais poderia localizar o problema crucial da nossa vida política e da democracia (Tavares, 1979, p.57).

Desse modo, o maior erro de nossos pensadores e governantes foi não captar a “verdade racional e empírica” segundo a qual os grandes ideais só são realizados através da obra coletiva do povo, sendo os interesses deste os interesses básicos do Estado. Também em nossa opinião o Estado deve servir ao povo. Mas essa não é uma **verdade racional e empírica**; é a verdade de Nilo Tavares, aquilo que acredita e defende. Finalmente, no término do ensaio, Tavares (1979, p.65) confirma a intenção política de seu texto. Lembrando mais uma vez que Oliveira Vianna não atinava com o verdadeiro problema – qual seja, o econômico-social – atenta que é preciso reconhecer, todavia, que o autor foi “um intelectual que fez do trabalho, sistemático e metódico, a principal razão da sua vida”. Esse reconhecimento, contudo, leva a constatação trágica “do pensador que não soube e não pôde dominar o pensamento, transformando-o em instrumento, eficiente e ativo, para a compreensão e a transformação da sua sociedade e do seu tempo” (ibidem). Para Tavares, o intelectual, o pensamento, devem servir à transformação da sociedade, e é nesse sentido que, acreditamos, escreve *Autoritarismo e dependência: Oliveira Vianna e Alberto Torres*. Um livro que é uma crítica ao autoritarismo (e a ditadura militar), à invasão do capital estrangeiro nas regiões subdesenvolvidas (e assim, novamente, à ditadura militar e sua política de abertura a esse capital) e ao sistema capitalista e sua divisão internacional do trabalho.

Considerações finais

Algumas hipóteses/conclusões sobre as “leituras” de Alberto Torres

Voltamos à nossa pergunta central: porque a obra – e a própria figura – de Alberto Torres foi recuperada, valorizada, relida e reconstruída nos anos que se seguiram à sua morte? Por que Alberto Torres se tornou o “tema de uma geração”? E afinal, o que faz com que um mesmo autor seja lido e “relido” tantas vezes, apropriado, resignificado, de formas diferentes – ou semelhantes, numa mesma época ou em épocas diferentes? Como já relatamos, a História da Leitura tem pesquisado e refletido sobre essas e outras questões, trazendo importantes contribuições. Estamos cientes de que essa discussão é profunda e complexa. No nosso caso específico, durante nosso trabalho, fomos trabalhando algumas hipóteses, a fim de refletir sobre o porquê das inúmeras “leituras” da obra de Alberto Torres. O que pudemos perceber, é que não há uma resposta única, nem simples, mas sim a combinação de uma multiplicidade de fatores, conjunções, assim como de hipóteses e de reflexões.

De uma forma em geral, o contexto foi sempre um elemento fundamental nas leituras e releituras da obra de Torres realizadas ao longo do tempo. Seja a crítica ao modelo liberal e a cópia de soluções estrangeiras dos anos 1920, ou o nacionalismo dos anos 1960, foram contextos que favoreceram a leitura e apropriação do pensamento de Torres, por conterem idéias e pessoas que, de alguma forma, se identificaram com algumas de suas crenças. Skidmore, ao se referir a esse fenômeno, nos anos 1920-30, fala em “oportunidade”:

Por que tal influência? Como sempre na história do pensamento social e político, era uma questão de oportunidade. Alberto Torres articulou inquietações, exprimiu críticas e delineou reformas que estavam na mente de muitos do que o cercavam. Poucos tinham chegado ao ponto de transformá-las em formulações. Alberto Torres martelou temas que estavam a pique de chamar a atenção da elite: anti-rascismo, nacionalismo econômico, reforma constitucional e a necessidade de soluções nacionais, não de fórmulas estrangeiras (Skidmore, 1989, p.141)

No caso específico das décadas de 1920 e 1930, isso é muito claro, sendo central aí a crise da República Liberal – acompanhada, e ao mesmo tempo alimentada, pela crise do

Liberalismo no mundo ocidental, naquilo que ficou conhecido como o “ocaso do regime liberal” (Borges, 1996). Torres apontou temas e questões que foram centrais na “agenda” de discussão dos intelectuais desse período. Entre estas, duas se destacam: 1) a defesa de um Estado forte e centralizado, que vinha de encontro à crise do federalismo e do liberalismo, assim como a ascensão de regimes autoritários no mundo; e 2) sua concepção orgânica da realidade social, defendendo uma ordem “natural” onde deviam reinar a harmonia, o equilíbrio, a integração, e na qual não havia espaço para o conflito. Esses dois elementos do pensamento de Torres foram centrais para sua valorização por intelectuais e políticos dos anos 20 e 30, e mostra o aspecto **essencialmente político** dessa valorização. Esses intelectuais e políticos tinham projetos políticos que, embora diferenciados entre si, convergiam em menor ou mais grau nas duas características citadas.

A vocação para elite dirigente

Além disso, como dissemos, eram intelectuais que queriam intervir politicamente no país, e para isso pensavam, escreviam, se associavam, elaboravam projetos de nação. Tinham – pelo menos acreditavam ou diziam ter – vocação para elite dirigente. E Torres, como vimos, critica duramente os governantes no poder e, embora não indique claramente “quem” deverá compor a elite dirigente capaz de organizar a nação, indica as características que esta deve ter. Ela deverá ser selecionada “criteriosamente no seio dos homens portadores das virtudes que o reformador apregoa necessário criar, e das quais ele mesmo é o melhor exemplo” (Marson, 1979, p.113). E, pelo que se pode aprender de sua obra, essas virtudes são: aptidão, saber, estudo, reflexão, observação, patriotismo, dedicação, nacionalismo. Torres clama por uma grande reforma que seja realizada por pessoas preparadas e abnegadas, que estudem e observem o país, sua terra e gente. Características que os políticos e intelectuais que chamam Torres de mestre vão se auto-proclamar.

Assim, podemos dizer que a geração dos anos 20 e 30 atendeu o apelo de Torres, de olhar para a nação e tomar suas rédeas. E, condizente com o modelo orgânico torreano – para o qual às necessidades sociais correspondem vocações que tornarão possível satisfazê-las – cumprirão assim sua *missão*, sua *vocação* “patriótica” para elite dirigente. Esse apelo é corroborado pelo papel que o “sociólogo” ocupa no pensamento torreano. A ele cabe apontar as anomalias e “doenças” pelas quais passa o organismo social, indicando ainda como “remediá-las”. O que confere um sentido fortemente político ao sociólogo em especial e ao intelectual de modo geral, a quem cabe não apenas observar, analisar e opinar, mas intervir diretamente na sociedade.

Portanto, Torres abre espaço em seus escritos para que esses intelectuais se candidatem, legitimamente, não apenas à elite dirigente, mas a reformadores e salvadores do Brasil. Aliás, acreditamos que, dizer-se discípulo de Torres tinha, de certo modo, esse sentido. Afinal, notamos que, muitas vezes, Alberto Torres é apenas citado, em ocasiões as mais diversas, freqüentemente não relacionadas ou mesmo divergentes a seu pensamento. Nos perguntamos então: o que significava, naquele momento, citar Alberto Torres? Nossa hipótese é que significava dar legitimidade e credibilidade ao discurso, mostrando que aquele que falava era nacionalista, patriota e, sobretudo, realista, apoiado no conhecimento neutro e objetivo da realidade nacional e disposto e apto a contribuir para aperfeiçoá-la. Significa ainda a posse de um saber desinteressado e socialmente reconhecido, que autoriza o intelectual a opinar e intervir na sociedade. Como lembrou Marson (1979, p.121), de acordo com o pensamento de Torres, ao reformador cabia corrigir os erros e indicar as soluções. E os discípulos do “mestre” vão se esforçar para fazer isso. Essa hipótese, como a anterior e várias das que se seguem, reforçam a natureza eminentemente política da valorização de Torres.

Estado forte, centralizado e interventor

Ao mesmo tempo, a defesa de Alberto Torres de um Estado maior, mais forte e centralizador, vinha de encontro não só à crise de nossa república federalista, mas a uma cultura de valorização do Estado e de sua intervenção na sociedade, muito presente nos intelectuais desse período (assim como em diversos outros setores sociais). Assim, como nota Bomeny (2001, p.9), “a construção da sociedade estava pendente da idéia de construção de um Estado que a incorporasse e que sustentasse seu vôo em áreas e espaços fundamentais da convivência social”. Trata-se, como lembra essa autora (ibidem, p.9-11), da forte tradição estatista do pensamento social brasileiro, que atribuí ao Estado, e não à iniciativa privada – identificada a interesses particularistas e a paixões não controláveis, a tarefa do empreendimento e da gerência do desenvolvimento social. É claro que essa desconfiança do mundo privado também tinha então seus fundamentos, na experiência de mandonismo, coronelismo, fraude e personalismo que tanto marcaram a Primeira República. E, em nossa opinião, ela foi fortalecida pelos inúmeros diagnósticos do excesso de privatismo como o grande mal do Brasil, realizados naquele período pelos mais diversos pensadores. Representações que não só pareciam confirmar a realidade experimentada, mas que tiveram e ainda têm longa duração no pensamento social e no imaginário brasileiro.

Este fenômeno está associado ao que José Murilo de Carvalho chamou, muito apropriadamente, de “estadania”, em oposição à cidadania. Segundo esse autor (2002), a instauração da República no Brasil não incluiu nem em seus planos, muito menos em sua prática, o espaço para uma cidadania que atingisse de fato todos os brasileiros. Esses foram sempre pensados e tratados ou como súditos, ou como cidadãos passivos, demandando controle, tutela ou proteção; nunca como cidadãos. Mesmo na época da propaganda republicana, com exceção de uns poucos radicais, “os vários grupos que buscavam em modelos republicanos uma saída para a monarquia acabavam dando ênfase ao Estado, mesmo

os que partiam de premissas liberais” (Carvalho, 1999a, p.96). Para Carvalho (ibidem), isto se devia, em parte, à longa tradição estatista do país, “herança portuguesa reforçada pela elite imperial”. Com a proclamação da República, a situação pouco mudou. Tratava-se, afinal, de uma ordem liberal, “mas profundamente antidemocrática e resistente a esforços de democratização” (Carvalho, 2002, p.45). Fez-se muito pouco em termos de direitos civis e políticos e houve até retrocesso nos sociais (ibidem). Excluídos da vida política formal, muitos setores (militares, certos grupos operários, bacharéis, funcionalismo em geral), buscavam maior participação através da ação do Estado, seja através do pertencimento aos quadros deste, ou através de sua mediação, ou ainda da cooperação direta com ele (ibidem, p.42-56). Desse modo, a inserção “de todos eles na política se dava mais pela porta do Estado do que pela afirmação dos direitos de cidadão” (Carvalho, 2002, p.97). Era uma “inserção que se chamaria com maior precisão de estadania” (ibidem). Portanto, de acordo com Carvalho (2002, p.65), a “reação, pragmática antes que ideológica, a esta situação por parte dos que se viam excluídos do sistema foi o que chamamos de estadania, ou seja, a participação, não através da organização dos interesses, mas a partir da máquina governamental, ou em contato direto com ela”. Na estadania, a obtenção de demandas passa sempre pelo Estado, e nunca pela organização da sociedade civil.

Essa questão está relacionada ainda, dentro do pensamento social brasileiro, a um debate ao mesmo tempo antigo, amplo e importante, que opõe dois modelos de nação, de organização social e política, associando-os às características “naturais” de cada país. Trata-se do debate do Americanismo versus Iberismo (que se insere, por sua vez, em uma longa tradição sociológica que distingue entre formas integrativas e formas competitivas de associação). Desde o Império, muitos políticos e pensadores, brasileiros e estrangeiros, têm atribuído certos aspectos de nossa organização social e política a um substrato profundo de nossa formação, constituído por nossa matriz ibérica. Esta se caracterizaria pela ênfase na

incorporação, na integração, na ausência/negação do conflito, na predominância do todo sobre o indivíduo (Carvalho, 2002, p.149). Destacam-se ainda os aspectos afetivos, emocionais, comunitários, personalistas e pouco racionais. Segundo Richard Morse, autor que estudou especificamente esse debate, essa especificidade da cultura ibérica “adviria de uma opção feita pela Espanha, no limiar da Idade Moderna, pela visão tomista do Estado e da sociedade, visão em que predominariam as noções de comunidade e a concepção do Estado como instrumento para a promoção do bem comum” (Carvalho, 1999a, p.99). A tradição ibérica se oporia à matriz anglo-saxônica, que seria marcada pelo individualismo, materialismo, racionalismo, utilitarismo, pelo cálculo racional dos interesses, pela livre iniciativa, pela competição, pelo empreendedorismo. Nela, o todo não é nada além do que a soma das partes, o bem público correspondendo à soma dos interesses individuais.

Vários autores, ao longo de nossa história, têm feito referência a esse debate, a fim de justificar nossos problemas e incapacidades, caracterizar nossas idiossincrasias ou propor caminhos e soluções. Autores que têm utilizado essa dicotomia tanto para louvar nossa herança ibérica, defendendo nossa permanência nesse caminho (como o próprio Richard Morse, um forte crítico da cultura anglo-saxônica), como para criticá-la, fazendo a apologia do americanismo. É por isso que esse é um debate que envolve os mais diversos pensadores, das mais variadas correntes ideológicas (desde Tavares Bastos, passando por Silvio Romero, Alberto Sales, Sérgio Buarque de Hollanda e Oliveira Vianna). E o mais interessante é que o diagnóstico é sempre semelhante (a especificidade ibérica de nossa cultura, em oposição à anglo-saxônica), embora os caminhos sugeridos variem, dependendo da positividade ou da negatividade atribuída a essa herança, e de onde se quer chegar – do modelo de nação idealizado. Essa dicotomia está por trás de uma série de debates travados nas primeiras décadas da nossa República, como aqueles que opõem público e privado, Brasil legal x Brasil real, litoral x sertão, centrais para a compreensão do cenário intelectual de então.

De forma bastante resumida¹¹³, há um diagnóstico geral de excesso de privatismo no Brasil, detectado sobretudo no interior do país, e que leva ao insolidarismo de nossa população, capaz de formar clãs mas incapaz de formar uma identidade coletiva, uma consciência nacional. Por isso, nesse interior (chamado genericamente de sertão), dominam os coronéis (amparados na solidariedade clássica e no atraso endêmico dessas populações), os vícios, a barbárie. É necessário civilizá-lo e tornar seus habitantes um povo consciente e patriota, uma nação. Para alguns, a solução será a urbanização (a fim de pôr fim à solidariedade clânica, e criar o cidadão); para outros (incluindo Alberto Torres), será a intervenção de um Estado forte e interventor. Ao mesmo tempo, é no sertão que está o cerne da nacionalidade, da brasilidade, em oposição à superficialidade copiada do litoral. Assim, ambos os lados possuem características positivas e negativas, e por isso não é possível simplesmente impor um sobre o outro – como queriam alguns nomes da Geração de 1870, com seu programa de renovação científica da sociedade, ou como acreditavam ser possível os primeiros governos republicanos.

Dessa forma, como notou Gomes (1998, p.497), dentro da grande diversidade de análises produzidas por intelectuais brasileiros, com opções teóricas e ideológicas diversas, havia um ponto comum no diagnóstico da situação de fronteira em que nasce e vive a política brasileira. Está aparece como marcada por uma ambigüidade constitutiva fundamental, que não pode ser simplesmente apagada ou ignorada, em razão de fatos e valores que marcam nossa formação nacional. A fronteira público/privado deve ser, sim, recolocada, reconstruída, lidando com toda a sua complexidade e aproveitando o que os dois lados têm de positivo. Trata-se assim de um remanejamento, realizado através de procedimentos sofisticados e não maniqueístas, a fim de se alcançar a modernização política tão almejada. (Gomes, 1998, p.502) Desse modo, o desafio a ser enfrentado envolvia tanto o reconhecimento de um

¹¹³ Para maior reflexão sobre as fronteiras entre público e privado no Brasil, ver Gomes (1998). Sobre a tradição dicotômica que tem marcado nosso pensamento social, dividindo o Brasil entre sertão e litoral, ver Lima (1999).

paradigma de política moderna, racional e impessoal, existente nos países desenvolvidos, como a compreensão de uma realidade social fundada em padrões de autoridade tradicional – personalizada e emocional – que com este se confrontava, e que não podia ser ignorada (ibidem, p.499). E, como notou Gomes (ibidem, p.502), vários autores enfrentaram e reinventaram tal fronteira, em busca de uma modernidade que só poderia ser traçada no escopo dessa ambigüidade.

Como dissemos, esse diagnóstico dualista da realidade brasileira está presente nos mais diversos pensadores desse período (e, com menor intensidade, em períodos posteriores). E está presente, de forma muito enfática, na obra de Alberto Torres. Ao mesmo tempo, Torres inclina-se claramente, em nossa opinião, à vertente iberista, o que é facilmente percebível no seu famoso lema de “soluções brasileiras para problemas brasileiros”. A nação idealizada por Torres é harmônica, afetiva, orgânica, e não possui espaço para o conflito, a competição, o individualismo. E é também fortemente estatista. Nossa hipótese é que a crise da República dos anos 1920 fez com que crescesse entre nós o pensamento iberista. Daí também, acreditamos, a reverência a Torres por tantos intelectuais e cientistas do período, na medida em que é um autor que referenda teoricamente essa tradição fortemente estatista e anti-liberal.

Conhecimento científico da realidade social

Acreditamos também que um fator importante na descoberta e valorização da obra de Alberto Torres nos anos 20 e 30 passa justamente pela ênfase na necessidade e possibilidade de conhecer objetivamente, “cientificamente”, a realidade nacional, presente tanto no discurso desse autor quanto no dos intelectuais daquele período. Esse aspecto também foi notado por Oliveira (1980, p.39), para quem “é, em resumo, a presença de temas críticos para os autores de 30, como a criação da nacionalidade e o estudo ‘científico’ da realidade brasileira, que facilita a reaproximação dos intelectuais do pensamento de Alberto Torres”. Isso pode ser

observado, por exemplo, em Oliveira Vianna que, tal como vimos no capítulo 3, elogiava a rejeição de Torres à cópia de modelos estrangeiros e sua busca pelo conhecimento “científico” do real, características que também ele possuiria.

Além disso, a constante utilização desse recurso ao argumento “científico” expressa a visão da ciência como um saber técnico, neutro e verdadeiro, que se opõe à política, corrompida e “contaminada” pelos conflitos, conchavos e particularismos. Trata-se do que chamamos de negativização do campo da política tradicional, realizada por muitos intelectuais desse período. Cria-se, desse modo, uma oposição entre o mundo da ciência (neutro, objetivo, desinteressado, harmônico, campo da razão e da verdade e a qual pertenceriam os intelectuais) e o mundo da política (identificado à politicalha, ao engano, ao disfarce, campo da superficialidade, dominado pelas aparências, vícios, lutas e fraudes, e no qual estariam as velhas oligarquias republicanas). Ocorre, portanto, em nossa opinião, uma desqualificação e mesmo uma negação do campo tradicional da política. Esta é realizada em prol de um saber objetivo, “científico”, único capaz de forjar e organizar a nação, e cuja consequência mais visível é a defesa do chamado objetivismo tecnocrático. Não obstante, trata-se de discurso fundamentalmente político, e esses intelectuais estão sim dispostos a pensar e a intervir no ordenamento social e político do país.

Finalmente, como mostramos no capítulo 3, todas essas características contribuíram para que a geração dos anos 20/30 realizasse um trabalho de construção de memória em torno da imagem e da obra de Alberto Torres. Uma memória que atuou como elemento de ligação e de legitimação daquela intelectualidade, e cujo trabalho de elaboração começou com o próprio Alberto Torres.

Alberto Torres: um homem à frente de seu tempo?

Portanto, não se trata de ser um “profeta” ou “visionário”, ou mesmo um “homem à frente de seu tempo”; Torres foi principalmente um homem de seu tempo – o que não elimina sua singularidade e originalidade –, um observador atento da realidade, que soube expressar com firmeza e paixão suas idéias, muitas das quais eram cadentes no período. Afinal, como destaca Paiva (2001, p.34), embora assumisse uma posição de aparente independência, Alberto Torres “não deixava, em momento algum, de buscar nas balizas e nas temáticas mais recorrentes do período, os objetos através dos quais lograva radiografar o País”. E muitas dessas idéias, já fortes na época de Torres, acabaram, por inúmeros motivos, se tornando poderosas também posteriormente, o que contribuiu para a redescoberta e valorização de sua obra em outros momentos. Nesse sentido, podemos pensar em como a vitalidade da obra de Alberto Torres pode indicar como a experiência vivida pelos homens das primeiras décadas da República trouxe questões que, com matizes diversos, se mantiveram ao longo de nossa experiência republicana. Pensar na pertinência das questões levantadas nos primeiros anos da República, em sua permanência, espaço e significado nas discussões que tiveram lugar na sociedade brasileira ao longo das décadas seguintes.

Finalmente, temos que pensar no sentido que essas releituras tiveram, para aqueles que as fizeram e para a época na qual aconteceram. Pensar no significado das representações ao longo da História, em como elas são parte do real, influenciando fortemente no imaginário e agindo de forma poderosa nas lutas políticas. Como afirmou Chartier (1990, p.17), as “percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas”. Assim, se os textos de Torres continham elementos que de alguma forma alcançaram ressonância em contextos diversos, estes foram

relembrados, relidos e utilizados, para legitimar, fortalecer ou contribuir de alguma forma com uma teoria, um argumento, um pensamento, um grupo, uma causa e/ou uma luta.

Acreditamos que outro elemento que facilitou as inúmeras leituras, identificações e releituras de sua obra está em sua própria escrita, na estrutura narrativa, na forma de organizar e expressar suas idéias. Como já dissemos, Torres insiste sempre nas mesmas temáticas, que são retomadas incansavelmente ao longo de suas obras, até que fique muito claro o que é que critica, o que defende, o que propõe. Por tudo isso, o conjunto de seu pensamento torna-se relativamente claro e acessível.

Além disso, para cada ponto defendido, procura desenvolver extensa argumentação, buscando convencer seu leitor (talvez estivesse aí finalmente exercendo sua profissão de advogado, pouco praticada durante sua vida). Como já notamos no capítulo 1, Torres tinha grande fé em suas idéias e acreditava que através delas podia cooperar com os destinos da nação e mesmo do mundo. Para Leite (2002, p. 337), Torres tinha a vocação de um pregador político e “sonhava empregar suas idéias na remodelação do país”. Assim, seu pensamento seria caracterizado por “uma vocação messiânica”, de modo que “realmente acreditava no poder transformador de suas idéias” e “que a leitura de suas obras poderia modificar o curso, não só da história brasileira, mas da história humana”¹¹⁴ (ibidem, p. 336-341).

Essa atitude militante é acompanhada por um tom constante de denúncia, urgência e imediatismo, o que torna a leitura bastante envolvente. É importante lembrar que a maior parte de sua obra foi escrita originalmente para a imprensa, o que ajuda a entender sua especificidade, sua linguagem, seu sentido de urgência, de alerta e crítica a que nos referimos.

Ao mesmo tempo, essa condição nos leva à outra importante característica da obra de Torres:

sua grande fragmentação. Os livros de Torres são reunião de artigos – a maioria já

¹¹⁴ Para Leite (2002, p. 338), esse “idealismo a qualquer prova” de que padece a obra de Torres, “acreditando que o simples enunciado de algumas verdades, uma vez aceito e compreendido, seria suficiente para modificar a realidade”, é um traço típico da nossa vida intelectual da época.

publicados em jornais, somados a alguns poucos ainda inéditos, escritos para completar o material. Isso explica a repetição dos temas. Ao mesmo tempo, os textos não estão isentos de contradições, trechos vagos ou confusos, apontados por alguns comentaristas, sobretudo na parte referente a seu projeto de revisão constitucional (Iglesias, 1982b; Kuntz, 2002), assim como nas soluções práticas que sugere aos “problemas nacionais” (Leite, 2002).

Em nossa visão, o caráter fragmentado do trabalho de Torres, aliada à sua desconexão advinda dessas partes vagas, confusas ou contraditórias (que certamente podem ter aberto o caminho a uma série de interpretações), facilitaram as diferentes leituras e as diversas apropriações de seu pensamento. Acreditamos que, quanto mais fragmentada e desconexa for uma obra, maior sua abertura à apropriação. Afinal, de acordo com Umberto Eco (1994, p.134), a “imensa e antiga popularidade da Bíblia se deve a sua natureza desconexa, resultante do fato de ter sido escrita por muitos autores diferentes”. Ainda segundo esse autor,

A *Divina comédia* não é desconexa, mas, por causa de sua complexidade, do número de personagens e dos fatos relacionados (...) pode-se desconjuntar cada frase dessa obra e usá-la como fórmula mágica ou artifício mnemônico. Alguns fanáticos chegaram ao ponto de tomá-la como base de jogos triviais, da mesma forma que, na Idade Média, a *Eneida* de Virgílio servia de manual para profecias e adivinhações, como as *Centúrias* de Nostradamus (outro exemplo excelente de sucesso devido à desconexão radical e irremediável). Entretanto, se a *Divina comédia* pode ser desconjuntada, o Decameron não o pode, pois cada história deve ser tomada em sua inteireza. O quanto se pode desconjuntar determinada obra não depende do valor estético desta (Eco, 1994, p.34)

Assim, esse importante estudioso da literatura e do discurso associa a fragmentação e desconexão de uma obra à sua popularidade e diferente utilização e apropriação. Acreditamos ser possível trazer essa análise também para o campo do pensamento social. No nosso caso, pensamos que a fragmentação e a desconexão presentes nos textos de Torres facilitaram sua apropriação, sua diversidade de leituras e sua popularidade nos anos 20 e 30. Citando novamente Eco (1994, p.134), para “se tornar sagrado, um bosque tem de ser emaranhado e retorcido como as florestas dos druidas, e não organizado como um jardim francês”.

E se, de acordo com Iglesias (1982b, p.13), “sua expressão literária é a comum: em linhas gerais correta, não chega a ser forte nem brilhante”, ela é rica em determinação,

resultando em um texto bastante apaixonado, que enreda e cativa o leitor (pelo menos foi isso que sentimos). Para tanto, Torres não economiza adjetivos nem exemplos, muitas vezes dramáticos. O próprio Iglesias (1982, p.13) reconhece que, apesar de não se equipar a Euclides, Nabuco, Sílvio Romero ou Rui Barbosa, autores “de mais e justa repercussão”, para os quais “perde não só na expressão como no conteúdo”, sua análise é coerente, “lúcida e por vezes profunda, na denúncia dos equívocos viciadores da formação nacional”, tendo ainda o bom senso como “nota constante, sem maiores vôos”. Assim, se não foi um grande mestre das letras, produziu um texto claro, acessível e bastante envolvente – apesar das frases extremamente longas, recheadas de travessões e ponto-e-vírgulas, que exigem uma leitura cuidadosa e paciente – o que facilitou sua leitura e releitura por diferentes gerações. Finalmente, é importante notar que, se a obra de Alberto Torres foi tão lida e valorizada, significa que ela produziu uma grande identificação. Em sua leitura da realidade, Alberto Torres produziu uma obra eficiente, na medida em que as pessoas se identificaram com ela¹¹⁵.

¹¹⁵ Utilizando os termos de Paul Ricoeur (1994), diríamos que ele produziu um M2 eficiente, com as quais as pessoas se identificaram e a partir do qual agiram em M3.

FONTES:

- CARDOSO**, Vicente Licínio. Prefácio à primeira edição. In: **CARDOSO**, Vicente Licínio (Org.). À margem da História da República. 3ª ed. revista e atualizada. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 1990.
- GENTIL**, Alcides. *As idéias de Alberto Torres*. 2ª ed. refundida. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938. (vol.3 da Coleção Brasileira).
- LEITE**, Edgar Teixeira. Alberto Torres: ecologista. *Carta mensal*, Problemas Nacionais. Rio de Janeiro: Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comércio, nº 234, ano XX, set.1974.
- LIMA**, Alceu Amoroso. *Política*. Rio de Janeiro: Edição da Livraria Católica, 1932.
- LIMA**, Augusto Sabóia. *Alberto Torres e sua obra*. 2º ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935 (vol. 43 da Coleção Brasileira). (A 1ª edição é de 1918.)
- LIMA SOBRINHO**, Alexandre José Barbosa. *Presença de Alberto Torres (sua vida e pensamento)*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1968.
- _____. *Barbosa Lima Sobrinho III (depoimento, 1997)*. Rio de Janeiro, CPDOC/ALERJ,1998.
- _____. Aos 99 anos, Barbosa Lima combate reeleição. Entrevista concedida ao jornalista Maurício Stycer. In: *Folha de São Paulo*, Editoria Brasil, Página 1-8, 26 de dezembro de 1996.
- MARQUES**, Luiz A. de Azevedo. *Campanha nacional contra a saúva*. Rio de Janeiro: Papelaria Americana, 1939.
- MORAES**, Carlos de Souza. *A ofensiva japonesa no Brasil. Aspecto social, econômico e político da colonização nipônica*. 2ª ed. Porto Alegre: Edição da Livraria do Globo, 1942.
- MOTA FILHO**, Cândido. *Alberto Torres e o tema de nossa geração*. Rio de Janeiro: Schmidt, 1931.
- OCTÁVIO**, Rodrigo. *Minhas memórias dos outros*. Última série. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1936, vol.3.
- PONTES**, Eloy. *A vida exuberante de Olavo Bilac*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1944, vol. 2.
- ROQUETTE-PINTO**, Edgar. *Ensaio Brasileiro*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941. (vol. 190 da Coleção Brasileira)
- SALGADO**, Plínio. *Despertemos a nação*. São Paulo: Editora das Américas, 1955.
- _____. Prefácio. In: **MOTA FILHO**, Cândido. *Alberto Torres e o tema de nossa geração*. Rio de Janeiro: Schmidt, s.d.
- SAMPAIO**, Alberto J. *Biogeographia Dynamica. A Natureza e o homem no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.
- TAVARES**, José Nilo. *Autoritarismo e dependência: Oliveira Vianna e Alberto Torres*. Rio de Janeiro: Achiamé/Socci, 1979.
- TORRES**, Alberto. *O problema nacional brasileiro: introdução a um programa de organização nacional*. 4ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, Ed. da UNB, 1982a. (vol. 16 da Coleção Brasileira)
- _____. *A organização nacional*. 4ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, Ed. da UNB, 1982b. (vol. 17 da Coleção Brasileira)
- _____. *As fontes da vida Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1990.
- VIANNA**, Oliveira. *Instituições Políticas Brasileiras*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp; Rio de Janeiro: Eduff, 1987.
- _____. *Problemas de Política Objetiva*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1974.
- _____. À Guiza de Prefácio. In: **GENTIL**, Alcides. *As idéias de Alberto Torres*. 2ª ed. refundida. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

IMPRESSOS:

- Problemas Brasileiros*. Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, Rio de Janeiro, 1945.
- Sociedade dos Amigos de Alberto Torres no sétimo aniversário de sua Fundação*. Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, Rio de Janeiro, 1939.
- Revista Nacional de Educação*, Museu Nacional, publicada 1932 a 1934.

Revista de Ensino.
Revista O Agricultor
Jornal do Comércio.

Documentos da *Sociedade dos Amigos de Alberto Torres*, encontrados no Acervo de Alberto Sampaio (Museu Nacional / RJ), no Acervo de Juarez Távora (CPDOC-FGV / RJ), e na Coleção de Edgar Teixeira Leite (Museu da República / RJ).

OBRAS DE REFERÊNCIA:

ABREU, Alzira Alves de; **BELOCH**, Israel; **LATTMAN-WELTMAN**, Fernando; **LAMARÃO**, **NIEMEYER**, Sérgio Tadeu de. (coord.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, Pós-1930*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, CPDOC. 2ª ed. revista e atualizada, 2001.

ABREU, Márcia. Apresentação. In: **CHARTIER**, Roger. *Formas e sentido. Cultura escrita: entre distinção e apropriação*. Campinas: Mercado de Letras, 2003.

ALONSO, Angela. *Idéias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo: Ática, 1989.

BALAKRISHNAN, Gopal (org). *Um Mapa da Questão Nacional*. Rio de Janeiro, Contraponto, 2000.

BEIRED, José Luiz Bendicho. *Sob o signo da nova ordem. Intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina (1914-1945)*. São Paulo: Edições Loyola, Programa de Pós-graduação em História Social da USP, 1999.

BELO, André. *História & livro e leitura*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

BOMENY, Helena. Infidelidades eletivas: intelectuais e política. In: **BOMENY**, Helena *Constelação Capanema: intelectuais e política*. Rio de Janeiro: Ed. FG; Bragança Paulista: Ed. Universidade de São Francisco, 2001. Texto disponível na World Wide Web em [http:// www.cpdoc.fgv.br](http://www.cpdoc.fgv.br) (acessado em 10/12/2004).

_____. *Os intelectuais da educação*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOMENY, Helena, **COSTA**, Vanda Maria Ribeiro, **SCHWARTZMAN**, Simon. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra, FGV, 2000.

BORGES, Vavy Pacheco. Anos trinta e utopias. In: **MONTEIRO**, João M.; **BLAJ**, Ilana (Orgs.). *História & Utopias*. XVII Simpósio Nacional de História. ANPUH, 1996.

_____. Anos Trinta: História e Historiografia. In: **FREITAS**, M. C. *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.

BOURDIEU, Pierre. Leitura, leitores, letrados, literatura. In: *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996

BURGÜIERE, André (org). Intelectual (História). *Dicionário das Ciências Históricas*. Trad. Henrique de Araújo Mesquita. Rio de Janeiro: Imago, 1993.

BURKE, Peter. (org.) *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.

CALLADO, Antônio. Participação resume vida de jornalista. In: *Folha de São Paulo*, Editoria Brasil, página A9, 18 de julho de 2000.

CALVINO, Italo. *Se um viajante numa noite de inverno*. São Paulo: Companhia da Letras, 2003.

CARDOSO, Heloísa. A presença de Alberto Torres. *Conviveum*. Revista bimestral de investigação e cultura. São Paulo, vol.32, nº2, p.122-133, março 1989.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. 3ª ed. 12ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. Entre a liberdade dos antigos e a dos modernos: a República no Brasil. *Pontos e Bordados: Escritos de História e Política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999a.

_____. A utopia de Oliveira Vianna. *Pontos e Bordados: Escritos de História e Política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999b.

- _____. *A Formação das Almas: o imaginário da República do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CAVALARI**, Rosa Maria Feiteiro. *Integralismo: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937)*. Bauru: Edusc, 1999.
- CERTEAU**, Michel de. *Ler: uma operação de caça. A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CHACON**, Vamireh. *Estado e povo no Brasil: as experiências do Estado Novo e da democracia populista, 1937-1964*. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: Câmara dos Deputados, 1977.
- CHARTIER**, Roger. *A história cultural. Entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.
- _____. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Brasília: Ed. UNB, 1999.
- _____. *Formas e sentido. Cultura escrita: entre distinção e apropriação*. Campinas: Mercado de Letras, 2003.
- _____. *Do livro à leitura*. In: **CHARTIER**, Roger (org.) *Práticas da Leitura*. 2ª ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.
- _____. *À Beira da Falésia: a história entre certezas e inquietude*. Porto Alegre: UFRGS, 2002.
- COELHO**, Eduardo Prado. *Novas configurações da função intelectual?* In: **MARGATO**, Izabel, **GOMES**, R. C. (orgs) *O papel do intelectual hoje*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.
- COMPAGNON**, Antoine. *O demônio da teoria. Literatura e senso comum*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.
- COSTA**, Wilma Peres, **DE LORENZO**, Helena (orgs). *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo: UNESP, 1997.
- CRONON**, William. Introduction: In search of nature. In: **CRONON**, W (editor). *Uncommon Ground. Rethinking the human place in nature*. New York: Norton & Company, 1996.
- CRUZ COSTA**, João. *Contribuição à História das Idéias no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- CUNHA**, Euclides da. *Os Sertões*. São Paulo: Martin Claret, 2003.
- DARNTON**, Robert. História Intelectual e Cultural. In: *O Beijo de Lamourette: Mídia, Cultura e Revolução*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.
- _____. *O que é a História dos Livros?* In: *O Beijo de Lamourette: Mídia, Cultura e Revolução*. São Paulo: Cia das Letras, 1990a.
- DEAN**, Warren. *A ferro e fogo – a história da devastação da mata Atlântica brasileira*. Trad. Cid Knipel Moreira. 3ª reimpressão. São Paulo: Cia das Letras, 2000.
- DE LUCA**, Tânia Regina. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N) ação*. São Paulo: Ed. UNESP, 1999.
- DIACON**, Todd A. *Stringing together a nation: Cândido Mariano da Silva Rondon and the construction of a modern Brazil, 1906-1930*. Duke University Press / Durham and London, 2004.
- DRUMMOND**, José Augusto. A História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.4, n.8, p.177-197, 1991.
- DUARTE**, Regina Horta. Por um pensamento ambiental histórico: O caso do Brasil. In: *Luso-Brazilian Review*, 41:2, University of Wisconsin System, 2005.
- _____. *Biologia e sociedade no Brasil dos anos 1930: práticas de escrita e divulgação científica em Cândido Mello Leitão*. In: **FIGUEIREDO**, Bethânia Gonçalves, **CONDÉ**, Mauro Lúcio Leitão. *Ciência, História e Teoria*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2005.
- _____. “Em todos os lares, o conforto moral da Ciência e da Arte”: a Revista Nacional de Educação e a divulgação científica no Brasil (1932-1934). *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, vol.11, nº 1, jan/abr. 2004.
- DUTRA**, Eliana. *O Ardil Totalitário e o imaginário político nos anos 30*. Rio de Janeiro: Ed.UFRJ, Belo Horizonte: Ed.UFMG, 1997.
- _____. *Rebeldes literários da República: história e identidade nacional no Almanaque Brasileiro Garnier (1903-1914)*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.
- ECO**, Humberto. *Seis passeios pelos bosques da ficção*. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

- _____. *Obra aberta: forma e indeterminação nas poéticas contemporâneas*. Trad. Giovanni Gutalo. 8ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1991.
- FALCON**, Francisco. História das Idéias. In: **CARDOSO**, Ciro Flamarion, **VAINFAS**, Ronaldo (orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- FAUSTO**, Boris. *O pensamento nacionalista autoritário (1920-1940)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- FERREIRA**, Marieta de Moraes. *Em busca da Idade do Ouro: as elites políticas fluminenses na Primeira República (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994.
- FERREIRA**, Marieta de Moraes, **GOMES**, Ângela de Castro. Primeira República: um balanço historiográfico. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, FGV, vol. 2, n. 4, 1989, p. 244-280. Texto disponível na World Wide Web em <http://www.cpdoc.fgv.br> (acessado em 02/10/2005).
- FRANCO**, José Luiz de Andrade. *Proteção à Natureza e Identidade Nacional: 1930-1940*. Tese de Doutorado, Brasília, UNB, 2002.
- FREYRE**, Gilberto. *Casa grande & senzala*. Coleção Intérpretes do Brasil, vol.2. Rio de Janeiro: Nova Aguillar, 2002.
- FOUCAULT**, Michel. *Arqueologia do saber*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.
- _____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- GELLNER**, Ernest. *Nações e Nacionalismo*. Lisboa: Gradiva, 1993.
- GOMES**, Ângela de Castro. A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado. In: **SCHWARCZ**, Lilia Moritz (org. do volume) *História da vida privada no Brasil. n° 4 Contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- _____. *História e historiadores. A política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- _____. Política, história, ciência, cultura, etc. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: FGV, 1996, v.9, n°17.
- _____. Essa gente do Rio... os intelectuais cariocas e o modernismo. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: FGV, 1993, v.6, n°11. Texto disponível na World Wide Web em <http://www.cpdoc.fgv.br> (acessado em 02/10/2005).
- GOULD**, Stephen Jay. *Darwin e os grandes enigmas da vida*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- _____. *Structure of Evolutionary Thought*. Cambridge: Harvard University Press, 2002.
- GOULEMOT**, Jean Marie. Da leitura como produção de sentidos. In: **CHARTIER**, Roger (org.) *Práticas da Leitura*. 2ª ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.
- HERRERA**, Guillermo Castro. História Ambiental (feita) na América Latina. In: *Varia História*, Belo Horizonte, UFMG, n° 26, janeiro 2002.
- HERSCHMANN**, Micael M., **PEREIRA**, Carlos Alberto Messeder. O imaginário moderno no Brasil. In: **HERSCHMANN**, M. M., **PEREIRA**, C. A. M. (orgs). *A invenção do Brasil Moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- HOBSBAWM**, Eric. *Nações e Nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- HOBSBAWM**, Eric & **RANGER**, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- HOCHMAN**, Gilberto, **LIMA**, Nisia Trindade. Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitário da Primeira República. In: **MAIO**, Marcos Chor, **VENTURA**, Ricardo (orgs.). *Condenado pela raça, absolvido pela ciência: o Brasil descoberto pelo movimento sanitário*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996.
- HUNT**, Lynn (org). *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- HUTCHEON**, L. Historicizando o pós-moderno: a problematização da história. In: *A Poética do pós-moderno*. Rio de Janeiro: Imago, 1991.
- IANNI**, Octávio. *A idéia de Brasil Moderno*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- IGLESIAS**, Francisco. Prefácio à terceira edição. In: **TORRES**, Alberto. *O problema nacional brasileiro: introdução a um programa de organização nacional*. 4ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, Ed. da UNB, 1982a.
- IGLESIAS**, Francisco. Prefácio à terceira edição. In: **TORRES**, Alberto. *A organização nacional*. 4ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, Ed. da UNB, 1982b.

- JAMESON**, Fredric. O pós-modernismo e a sociedade de consumo. In: **KAPLAN**, A. *O mal-estar no pós-modernismo: teorias e práticas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- KOSELLECK**, Reinhart. *Futuro passado: para uma semântica de los tiempos históricos*. Barcelona: Paidós, 1993.
- KUHN**, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. 5ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2000.
- KUNTZ**, Rolf. Alberto Torres. A organização nacional. In: **MOTA**, Lourenço Dantas (Org.). *Introdução ao Brasil. Um banquete no trópico*, 2. 2ª ed. São Paulo: SENAC São Paulo, 2002.
- LA CAPRA**, Dominick. *Rethinking Intellectual History: Texts, Contexts, Language*. Ithaca and London: Cornell University Press, 1983.
- LACERDA**, Sônia, **KIRSCHNER**, Tereza Cristina. Tradição intelectual e espaço historiográfico ou por que dar atenção aos textos clássicos. In: **LOPES**, Marco Antônio (org). *Grandes nomes da história intelectual*. São Paulo: Contexto, 2003.
- LAMOUNIER**, Bolívar. Formação de um pensamento autoritário na Primeira República: uma interpretação. In: **FAUSTO**, Boris (org.) *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, 1971, t.3, v.2.
- LEFF**, Enrique. Vetas y vertientes de la Historia Ambiental Latinoamericana – uma nota metodológica y epistemológica. In: *Varia História*, Belo Horizonte, UFMG, nº 33, jan. 2005.
- LIMA**, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Revan: IUPERJ, UCAM, 1999.
- LEITE**, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia*. 6ª ed. revista. São Paulo: Ed. UNESP, 2002.
- LESSER**, Jeffrey. *A negociação da identidade nacional. Imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil*. São Paulo: Ed. Unesp, 2001.
- _____. Imigração e mudanças conceituais da identidade nacional, no Brasil, durante a Era Vargas. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 14, n.28, 1994.
- MAIO**, Marcos Chor, **VENTURA**, Ricardo (orgs.). *Condenado pela raça, absolvido pela ciência: o Brasil descoberto pelo movimento sanitário*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996.
- MARGATO**, Izabel, **GOMES**, Renato Cordeiro. Apresentação. In: **MARGATO**, Izabel, **GOMES**, Renato Cordeiro. (orgs) *O papel do intelectual hoje*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.
- MARSON**, Adalberto. *A Ideologia nacionalista em Alberto Torres*. São Paulo: Duas Cidades, 1979.
- MARTINS**, Wilson. *História da inteligência brasileira. vol. V (1897-1914)*. 2ª ed. São Paulo: T. A. Queirós, 1996a.
- _____. *História da inteligência brasileira. vol. VI (1915-1933)*. 2ª ed. São Paulo: T. A. Queirós, 1996b.
- MAYR**, Ernst. *Biologia, ciência única: reflexões sobre a autonomia de uma disciplina científica*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- _____. *The Growth of Biological Thought. Diversity, Evolution, and Inheritance*. London: The Belknap Press of Harvard University Press, 2003.
- MENDONÇA**, Sônia Regina de. *O ruralismo brasileiro (1888-1931)*. São Paulo: Hucitec, 1995.
- MICELI**, Sérgio. Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945). In: **MICELI**, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia da Letras, 2001a.
- _____. Poder, sexo e letras na República Velha (Estudo clínico dos anatólios). In: **MICELI**, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia da Letras, 2001b.
- MOTA**, Maria Aparecida Rezende. *Sílvio Romero: dilemas e debates no Brasil da virada do século XX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.
- MOTTA**, Marly Silva da. *A nação faz cem anos: o centenário da independência no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: CPDOC, 1992a. Texto disponível na World Wide Web em [http:// www.cpdoc.fgv.br](http://www.cpdoc.fgv.br). (acessado em 03/07/2004).
- _____. "Ante-sala do paraíso", "vale de luzes", "bazar de maravilhas"- a Exposição Internacional do Centenário da Independência (Rio de Janeiro - 1922). Rio de Janeiro: CPDOC, 1992b. Texto disponível na World Wide Web em [http:// www.cpdoc.fgv.br](http://www.cpdoc.fgv.br). (acessado em 03/07/2004).

- OLIVEIRA**, Lúcia Lippi. Introdução. In: **OLIVEIRA**, Lúcia Lippi. (coord.). *Elite intelectual e debate político nos anos 30: uma bibliografia comentada da Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: FGV, Brasília: INL, 1980.
- _____. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- _____. As raízes da ordem: os intelectuais, a cultura e o Estado. In: *Seminário Internacional: a Revolução de 30*. Brasília: UNB, 1983.
- _____. Questão nacional na Primeira República. In: **COSTA**, W. P., **DE LORENZO**, H. (orgs.). *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo: UNESP, 1997.
- PAIM**, Antônio. Posfácio. Oliveira Vianna e o pensamento autoritário na Brasil. In: **VIANNA**, Oliveira. *Instituições Políticas Brasileiras*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp; Rio de Janeiro: Eduff, 1987.
- _____. *História das Idéias Filosóficas no Brasil*. São Paulo: Editorial Grijalbo, 1967.
- PAIVA**, Eduardo França. De português a mestiço: o imaginário brasileiro sobre a colonização e sobre o Brasil. In: **SIMAN**, Lana M., **FONSECA**, Thais N. Lima (orgs.). *Inaugurando a História e construindo a nação. Discursos e imagens no ensino de História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
- PANDOLFI**, Dulce(org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.
- PÉCAUT**, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil. Entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.
- PEREIRA**, Luiz Carlos Bresser. Paixão pelo Brasil. In: *Folha de São Paulo*, Editoria Opinião, Página A3, 21 de julho de 2000.
- PESAVENTO**, Sandra Jatthy. *História & História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- POLLAK**, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: FGV, 1989, v.2, nº3. Texto disponível na World Wide Web em [http:// www.cpdoc.fgv.br](http://www.cpdoc.fgv.br). (acessado em 20/11/2006).
- _____. Memória e Identidade Social. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: FGV, 1992, v.5, nº10. Texto disponível na World Wide Web em [http:// www.cpdoc.fgv.br](http://www.cpdoc.fgv.br). (acessado em 20/11/2006).
- PRADO JÚNIOR**, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. Coleção Intérpretes do Brasil, vol.3. Rio de Janeiro: Nova Aguillar, 2002.
- QUEIRÓS**, Eça de. *O primo Basílio*. Lisboa: Livraria Lello & irmão editores, 1944.
- REIS**, José Carlos. *História e Teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003.
- _____. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002.
- RICOEUR**, Paul. Tempo e Narrativa – A Tríplice Mimese. In: *Tempo e Narrativa*, vol.1. Campinas: Papirus, 1994.
- ROUANET**, Sérgio Paulo. A verdade e a ilusão do pós-moderno. In: *As razões do iluminismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- SÁ**, Magali Romero, **DOMINGUES**, Heloísa M.B., **GLICK**, Thomas (orgs.). *A recepção ao darwinismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2003.
- SADEK**, Maria Tereza. *Machiavel, maquiáveis: a tragédia octaviana. Estudo sobre o pensamento político de Octávio de Faria*. São Paulo: Edições Símbolo, 1978.
- SANTOS**, Luis Alberto Brandão, **OLIVEIRA**, Silvana Pessoa de. *Sujeito, tempo e espaço ficcionais. Introdução à Teoria da Literatura*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- SARMENTO**, Carlos Eduardo. *Pelas veredas da capital: Magalhães Corrêa e a invenção formal do sertão carioca*. Rio de Janeiro: CPDOC, 1998. Texto disponível na World Wide Web em [http:// www.cpdoc.fgv.br](http://www.cpdoc.fgv.br) (acessado em 09/08/2005).
- SCHWARCZ**, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. 3ª reimpressão. São Paulo: Companhia da Letras, 2001.
- SCHWARTZMAN**, Simon. *Um espaço para a ciência: A formação da comunidade científica no Brasil*. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, Centro de Estudos Estratégicos, 2001.
- SEVCENKO**, Nicolau. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: **SEVCENKO**, Nicolau (org. do volume) *História da vida privada no Brasil. nº 3 República: da Belle Époque à Era do Rádio*. 3ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

- _____. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2ª ed. revista e ampliada. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- SILVA**, Augusto Santos. Podemos dispensar os intelectuais? In: **MARGATO**, I., **GOMES**, R. C. (orgs) *O papel do intelectual hoje*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.
- SILVA**, Edmundo de Macedo Soares e. Edgar Teixeira Leite: o Homem e a Obra. *Carta mensal*. Rio de Janeiro: Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comércio, v. 30, nº 351, jun.1984.
- SILVA**, Helenice Rodrigues. A História Intelectual em questão. In: **LOPES**, Marco Antônio (org). *Grandes nomes da história intelectual*. São Paulo: Contexto, 2003.
- SILVA**, Hélio. 1934. *A Constituição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.
- _____. 1939. *Véspera de Guerra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.
- SILVA**, Zélia Lopes da. As percepções das elites brasileiras dos anos de 1930 sobre a natureza: das projeções simbólicas às normas para o seu uso. In: **ARRUDA**, Gilmar (org.). *Natureza, fronteiras e territórios: imagens e narrativas*. Londrina: Eduel, 2005.
- SKIDMORE**, Thomas E. *Uma história do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- _____. *Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. 2ª ed. Trad. Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- SOUZA**, Candice Vidal. *A pátria geográfica: sertão e litoral no pensamento social brasileiro*. Goiânia: Ed. da UFG, 1997.
- SPITZER**, Alan B. The Historical Problem of Generation. In: *American Historical Review*, vol.78, n.5, december 1973.
- STEPAN**, Nancy. *A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2005.
- STONE**, Lawrence. O ressurgimento da narrativa. Reflexões de uma velha história. *Revista de História*, n.2/3, IFCH, Unicamp, 1991.
- TRINDADE**, Hégio. Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30. São Paulo: Difel; Porto Alegre: Edições UFRGS, 1974.
- URBAN**, Teresa. *Saudade do Matão: lembrando a história da conservação da natureza no Brasil*. Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza; MacArthur, 1998.
- VIDAL**, Diana Gonçalves. *O exercício disciplinado do olhar: livros, leituras e práticas de formação docente no Instituto de Educação do Distrito Federal (1932-1937)*. Bragança Paulista: Ed. da Universidade São Francisco, 2001.
- WHITE**, Hayden. O texto histórico como artefato literário. In: *Trópicos do discurso*. São Paulo: Edusp, 1994a.
- _____. Teoria literária e escrita da história. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v.7, n.13, 1994b, p. 21-48.
- WORSTER**, Donald. Para Fazer História Ambiental. *Estudos Históricas*. Trad. José Augusto Drummond. Rio de Janeiro v.4, n.8, p.198-215, 1991.

ÍNDICE

Introdução	01
Capítulo 1: Alberto Torres: Político, Pensador e Reformador da Nação	17
1.1 Alberto Torres: uma breve biografia	17
1.2 Alberto Torres: principais idéias	21
1.2.1 Principais comentaristas	21
1.2.2 Alberto Torres e os problemas mundiais	26
1.2.3 Alberto Torres e a organização da nação brasileira	43
1.3 Os intelectuais e a nova elite dirigente	66
Capítulo 2: Gerações intelectuais no Brasil e Alberto Torres	73
2.1 O conceito de geração	75
2.2 A geração de 1870	78
2.3 Os Anatolianos ou geração da <i>Belle Époque</i>	82
2.3.1 A <i>Belle Époque</i> brasileira	82
2.3.2 Decepção inicial com a República e marginalização social do intelectual	85
2.3.3 Anatolianos	87
2.4 A Geração nacionalista e “torreana” dos anos 20 e 30	91
Capítulo 3: Alberto Torres e o tema de uma geração	117
3.1 Alberto Torres: gênio injustiçado e incompreendido?	117
3.2 O conselheiro Acácio	126
3.3 Alberto Torres e Oliveira Vianna	134
3.4 Alberto Torres e Plínio Salgado	140
3.5 Alberto Torres e Cândido Motta Filho	146
3.6 Alberto Torres e Alceu Amoroso Lima	152
3.7 Alberto Torres e a construção da memória de uma geração	161
Capítulo 4: Alberto Torres, uma obra, várias leituras	169
4.1 Sociedade dos Amigos de Alberto Torres	169
4.2 Alberto Torres: precursor do pensamento anti-racista	189
4.3 Alberto Torres e a proteção à natureza no Brasil	193
4.4 Outras leituras de Torres: década de 1950 e o ISEB	209
4.5 Década de 1960: o nacionalismo e a redescoberta de Alberto Torres	211
4.6 Anos 1970: Alberto Torres e José Nilo Tavares	214
Considerações finais	225